

GUILHERME SARAIVA MARTINS

**ENTRE O FORTE E A ALDEIA:
ESTRATÉGIAS DE CONTATO, NEGOCIAÇÃO E CONFLITO ENTRE EUROPEUS
E INDÍGENAS NO CEARÁ HOLANDÊS (1630 – 1654)**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marilda Santana da Silva

FORTALEZA

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

M386e

Martins, Guilherme Saraiva.

Entre o forte e a aldeia: estratégias de contato, negociação e conflito entre Europeus e indígenas no Ceará Holandês (1630 – 1654) / Guilherme Saraiva Martins. - Fortaleza, 2010.

180 f.: Il; 31cm

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, 2010.

Orientadora: Dr.^a Marilda Santana da Silva.

1. Ceará - História. 2. Ceará - História - Período Colonial. 3. Companhia das Índias Ocidentais. 4. Índios. I. Título. II. Universidade Federal do Ceará – UFC.

CDD – 981.03098131

GUILHERME SARAIVA MARTINS

ENTRE O FORTE E A ALDEIA:
ESTRATÉGIAS DE CONTATO, NEGOCIAÇÃO E CONFLITO ENTRE EUROPEUS
E INDÍGENAS NO CEARÁ HOLANDÊS (1630 – 1654)

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História Social.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marilda Santana da Silva (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof.^a Dr.^a Regina Célia Gonçalves
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof. Dr. Franck Pierre Ribard
Universidade Federal do Ceará – UFC

Aos meus pais, Eduardo e
Elzira, pelo carinho e incentivo
que sempre me ofereceram

AGRADECIMENTOS

O autor de qualquer texto é, em última instância, o único responsável pelo que escreve, mas isso não significa que a obra seja inteiramente sua. Muito embora o ato de escrever seja, eminentemente, uma atividade solitária, um grande número de indivíduos participa da criação de todo e qualquer texto. Amigos, familiares, conhecidos, autores que você nunca conheceu pessoalmente; todas essas pessoas influenciam a sua escrita. Muitas dessas pessoas foram fundamentais. Sem elas, este trabalho simplesmente não existiria. É a eles quem dedico esses agradecimentos.

Em primeiro lugar, à Capes pelo apoio financeiro concedido, sem o qual esse trabalho não poderia ter sido realizado. Em segundo lugar, à minha mãe, Elzira, sempre a primeira leitora do que escrevo, pelo apoio incondicional sempre oferecido, mesmo naqueles momentos mais difíceis de dúvida e angústia, pelo qual todo autor de textos acadêmicos passa.

Às professoras Edilene Toledo e Verónica Secreto, por terem incentivado o começo dessa pesquisa enquanto tutoras do Programa de Educação Tutorial (PET), bem como pelo exemplo que elas sempre deram de dedicação e competência como professoras e pesquisadoras. Aos restantes colegas do PET, em especial aos professores Franck Ribard e Ana Carla Sabino, pelo clima de camaradagem sempre mantido naquele ambiente.

À minha orientadora, professora Marilda Santana, por ter sido sempre paciente com um orientando que era, muitas vezes, teimoso e algo rebelde. Ao professor Almir Leal, coordenador do grupo de estudos de história colonial do Ceará da UFC, pelas conversas estimulantes, pelas provocações e pelas dicas de livros, fontes e mapas. Aos colegas do grupo de estudo, especialmente Gabriel Parente, Rafael Ricarte e José Eudes Gomes, pela troca de idéias e pelos comentários. À professora Adelaide Gonçalves, pelo empréstimo de vários livros de sua biblioteca. À minha tia, Lena, por ter ajudado tanto com a formatação e revisão desse texto.

Aos colegas Raimundo Hélio e Eduardo Parente, quase irmãos, pela amizade, pelo companheirismo, pelas risadas e por estarem sempre presentes em minha vida acadêmica, desde o começo da graduação.

Muitas outras pessoas, embora não diretamente ligadas ao meio historiográfico, também contribuíram de alguma maneira para que esse trabalho

fosse possível. Arthur Eduardo, Paulo César e Pedro, meus amigos de infância, com quem, até hoje, conversei por muitas horas sobre inúmeros assuntos, tornaram a vida mais divertida. À minha família, as irmãs Beatriz e Aline, meu pai, Eduardo. À Malvinier, uma segunda mãe. À Andyara, por ser especial e pela paciência que teve com um namorado sempre ocupado.

A todos os outros que não foram citados aqui diretamente, mas que ajudaram com a produção desse trabalho de alguma forma, mesmo da menor forma possível, sinceros agradecimentos.

RESUMO

Este estudo explora as relações estabelecidas entre os povos indígenas e os colonizadores europeus, no Ceará, na primeira metade do século XVII, especialmente no período de ocupação desta capitania pela Companhia das Índias Ocidentais Holandesa, entre 1637 e 1654. Argumenta-se que a capitania do Ceará neste período, devido à sua condição periférica no Brasil Colonial, possuía uma dinâmica particular de relativo equilíbrio de forças entre a população indígena nativa e o elemento colonizador, fazendo com que desenvolvesse-se uma série de estratégias de contato, por parte dos índios e dos europeus, para lidar uns com os outros. Essas estratégias incluíam a troca de mercadorias e presentes pelo trabalho ou pela colaboração indígena em alguma empreitada, promessas de defesa mútua, ameaças veladas ou explícitas, entre outras. Explora-se como a situação de guerra entre Portugal e a Companhia das Índias Ocidentais influenciou as relações entre europeus e índios nas capitanias do norte do Brasil e, especialmente, como os índios do Ceará posicionaram-se em relação às forças beligerantes. Estabelece a revolta indígena de 1644, na qual a guarnição holandesa do Ceará é massacrada, como resultado das tensões existentes entre a Companhia e os povos indígenas locais, geradas pela exploração dos índios como trabalhadores e soldados, e como representativa de uma crise geral no relacionamento entre os povos indígenas e a Companhia no Brasil Holandês de modo geral.

Palavras-chave: Ceará colonial, Companhia das Índias Ocidentais, índios, estratégias de contato.

ABSTRACT

This paper explores the relations established between indigenous peoples and European colonists, on Ceará, during the first half of the XVII century, especially during the period of occupation of this captaincy by the Dutch West Indies Company, between 1637 and 1654. It argues that the captaincy of Ceará at that time, due to its condition on the periphery of Colonial Brazil, had a particular dynamic of relative equilibrium between the native indigenous population and the colonizing element, which prompted the development of a series of strategies of contact, between the Indians and the Europeans, to deal with one another. Those strategies included the exchange of goods and gifts for labor or indigenous collaboration in some enterprise, promises of mutual defense, veiled or explicit threats among others. It explores how the state of war between Portugal and the Dutch West Indies Company influenced the relations between Europeans and Indians on the northern captaincies of Brazil and, specially, how the Indians from Ceará positioned themselves toward the warring factions. It establishes how the Indian rebellion of 1644, when the Dutch garrison in Ceará was massacred, was the result of tensions between the Company and the local indigenous peoples over the exploitation of Indians as laborer and warriors, and how it was representative of a general crisis between the indigenous peoples and the Company in Dutch Brazil as a whole.

Palavras-chave: Ceará colonial, Companhia das Índias Ocidentais, índios, estratégias de contato.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Ceará, por Arnoldus Montanus.....	17
FIGURA 2	Mapa do Ceará por João Teixeira Albernaz I.....	26
FIGURA 3	Mapa com os principais pontos de interesse do Ceará.....	30
FIGURA 4	Detalhe do mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju.....	40
FIGURA 5	Detalhe do mapa de João Teixeira Albernaz mostrando o Forte de São Sebastião e uma aldeia indígena.....	113
FIGURA 6	O Forte Schoonenborch.....	134

SUMÁRIO

1 Introdução.....	10
2 Contatos entre índios e europeus na primeira metade do século XVII.....	17
2.1 A Construção da capitania do Ceará.....	17
2.2 A População indígena do Ceará na primeira metade do século XVII.....	33
2.3 A Conquista da capitania do Ceará pela WIC.....	51
3 “É uma turba de gente moça, selvagem e ímpia”: Convivência entre neerlandeses e índios no Ceará do século XVII.....	69
3.1 Os Índios como trabalhadores.....	69
3.2 Os Índios como soldados.....	86
4 “Eles não tem outro fito e intuito do que viver em liberdade, não servilmente”: Crise na relação entre neerlandeses e índios no Ceará.....	111
4.1 A Revolta indígena de 1644.....	111
4.2 Matias Beck e a retomada das relações entre indígenas e neerlandeses.....	133
4.3 “A Genebra do Brasil” – A queda do Brasil Holandês e o refúgio da Ibiapaba.....	152
5 Considerações finais.....	167
6 Relação de fontes.....	170
7 Bibliografia.....	174

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho não é fruto meramente de uma pesquisa de mestrado, mas, sim, de um longo período de pesquisas e leituras sobre a história colonial do Ceará, iniciadas durante o curso de graduação em História, na Universidade Federal do Ceará. A exigência, dentro do âmbito do Programa de Educação Tutorial (PET), de iniciar um trabalho de pesquisa acadêmica nos levou a procurar material bibliográfico e fontes primárias a respeito da história colonial do Estado, baseado, inicialmente, em uma curiosidade e certa afinidade com o período. Essas primeiras leituras, um tanto quanto dispersas, culminaram com a descoberta, se assim podemos dizer, do período de ocupação neerlandesa do Ceará e das pessoas envolvidas nesse processo, especialmente, num momento inicial, a figura de Gedeon Morris de Jonge. A morte desse homem, nas mãos de índios que se revoltaram contra o domínio neerlandês no Ceará, nos chamou à atenção de modo particular. Mais do que qualquer outra leitura que tivesse realizado até aquele momento, foi a descoberta dessa documentação que selou nosso interesse em trabalhar com história colonial. Por que esses índios haviam se revoltado e por que esse tema era desconhecido por quase todos os nossos colegas historiadores, se a documentação pesquisada apontava para algo que, em minha opinião, parecia tão interessante?

O caminho entre esse momento inicial, de descoberta, e a escrita final deste texto foi bastante árduo, à medida que os inúmeros desafios da pesquisa histórica foram se manifestando, especialmente quando lidamos com período tão remoto e com um tema ainda pouco estudado, como o é a ocupação holandesa do Ceará.

A dificuldade em encontrar as fontes primárias para o período e, principalmente, a falta de bibliografia na qual pudéssemos pesquisar e com a qual pudéssemos dialogar foi sempre um fator de complicação para a escrita deste trabalho. Com o passar do tempo, esses desafios foram sendo superados, à proporção que encontrávamos materiais que nos eram desconhecidos no começo. Nesse percurso, fomos ganhando certa familiaridade com a documentação primária e com a bibliografia que diz respeito ao Ceará no século XVII, especialmente à

primeira metade, e sobre o Brasil Holandês, de modo mais geral. Outras inquietações foram surgindo, novos temas chamavam à atenção.

Eventualmente, a ideia inicial de escrever uma história a respeito da primeira ocupação neerlandesa do Ceará, entre 1637 e 1644, sofreu uma alteração fundamental, da qual resultou este trabalho. Chegamos à conclusão que era impossível isolar esse período do contexto mais amplo do Ceará na primeira metade do século XVII. Assim, resolvemos ampliar o escopo do projeto, mantendo, ainda, o foco no período de ocupação neerlandesa, mas expandindo a cronologia para incluir tanto a segunda expedição neerlandesa, sob o comando de Matias Beck, bem como fazer uma caracterização mais detalhada dos primeiros esforços de colonização portuguesa do Ceará.

Ao longo da pesquisa e das leituras, também foi ficando claro que a abordagem mais interessante e mais produtiva para o tema da ocupação neerlandesa do Ceará tinha que explorar as dinâmicas dos relacionamentos estabelecidos entre a população indígena local e os europeus. Essa dinâmica nos pareceu ser o aspecto mais importante da história do Ceará na primeira metade do século XVII; o eixo central que melhor nos permite compreender o processo histórico geral do Ceará naquele período. A ênfase, aqui, não está puramente na história indígena em si, nem pode ser também, meramente, uma história do esforço colonial europeu. Os dois lados dessa história, índios e 'brancos', não podem ser facilmente separados. O processo histórico que se desenrola na capitania do Ceará, na primeira metade do século XVII, é, essencialmente, o processo de interação entre esses dois grupos de sujeitos históricos. Não podemos, também, reduzir essa interação apenas ao aspecto da conquista, do conflito, visto que a dinâmica do relacionamento entre índios e europeus era muito mais complexa que isso, embora, obviamente, o aspecto do conflito (ou melhor, conflitos) estivesse presente de forma muito explícita.

Assim, surgiu o título desta obra. O Forte e a Aldeia são palavras usadas como metáforas para representar o elemento colonizador e o elemento indígena. O uso destas palavras específicas é deliberado, tendo vários sentidos.

O Forte nos remete ao caráter estratégico-militar da presença europeia, no Ceará, na primeira metade do século XVII. Não lidamos, aqui, com uma sociedade civil, de colonos, mas, sim, com uma ocupação quase totalmente militar. O Forte é também uma estrutura defensiva, mas, no período, não havia povoamento

Europeu para defender. O Forte, portanto, servia, prioritariamente, para defender seus próprios soldados e para garantir a ocupação da terra. Estava, de modo geral, isolado do restante da sociedade colonial, uma espécie de ilha da presença europeia, cercada pelo mar da população indígena.

O outro lado dessa metáfora é a Aldeia, representando o elemento indígena. É preciso enfatizar que a Aldeia, no Ceará do século XVII, não era ainda um aldeamento. A Aldeia era uma sociedade indígena, em grande parte, ainda independente, dotada de seus próprios chefes, suas próprias hierarquias, suas próprias normas, sua própria sociedade.

O título do trabalho, entretanto, não é o Forte contra a Aldeia. O que acontecia **entre** o Forte e a Aldeia? Esta é a questão que guia este trabalho.

O primeiro capítulo começa explorando a origem da capitania do Ceará no século XVII; quem foram os seus primeiros exploradores e conquistadores e quais eram as condições que levaram a essa colonização. Procuramos inserir a exploração e conquista do Ceará num contexto mais amplo do processo de expansão da colonização portuguesa para o norte de Pernambuco e na direção da costa leste-oeste do Brasil. Em seguida, passamos a caracterizar a população indígena do Ceará na primeira metade do século XVII. Enfatizamos a ligação que essa população tinha com outros grupos indígenas da costa brasileira, bem como sua história de contato com europeus, especialmente franceses, ainda no século XVI. Procuramos, também, caracterizar os dois principais grupos indígenas envolvidos nesse processo, os Potiguara e Tabajara. O último item desse capítulo é dedicado à conquista do Ceará pelas forças da WIC, em 1637 e os contatos iniciais estabelecidos entre a WIC e a população indígena. Exploramos as motivações, tanto dos índios quanto da Companhia, em buscar uma aliança contra os portugueses que ocupavam o Forte de São Sebastião.

O segundo capítulo corresponde, basicamente, ao primeiro período de ocupação neerlandesa do Ceará, entre 1637 e 1644. Os temas discutidos no capítulo são abordados, prioritariamente, a partir da análise das relações estabelecidas entre o *Commandeur*¹ Gedeon Morris de Jonge e a população

¹ O termo "*Commandeur*" aparece escrito dessa maneira, em itálico e com a grafia original francesa, nos documentos utilizados nesse trabalho, traduzidos por José Higino Duarte Pereira, bem como na bibliografia consultada de modo geral. Optamos, portanto, por manter o termo utilizado por José Higino. *Commandeur*, no caso, pode ser traduzido diretamente como "Comandante", mas parece ter

indígena local, em contraste com seu antecessor, o *Commandeur* Hendrick van Ham. O capítulo está organizado em dois tópicos: O primeiro analisa as relações estabelecidas entre a WIC e os povos indígenas do Ceará, do ponto de vista da exploração da força de trabalho dos índios, nos empreendimentos coloniais. Debateremos a respeito da questão da coerção dos índios ao trabalho, contrastando a posição oficial da legislação da WIC, que proibia a escravidão indígena, sem exceções, e as diversas formas de trabalho, mais ou menos forçadas, impostas à população indígena. No segundo tópico, analisamos a participação dos índios do Ceará nas operações militares da WIC, especialmente na conquista do Maranhão e na subsequente tentativa de sufocar a rebelião dos moradores luso-brasileiros. Mostramos como a situação do Maranhão tornou-se insustentável para a Companhia, bem como a rápida deterioração das relações entre os oficiais da WIC e os índios, em virtude dos diversos abusos praticados pelos primeiros.

O terceiro e último capítulo lida com a revolta indígena de 1644 e com o segundo período de ocupação neerlandesa do Ceará, entre 1649 e 1654. No primeiro tópico, exploramos a revolta indígena de 1644. Através de uma análise aprofundada da parca documentação existente, procuramos desvendar as causas da revolta, quem foram os índios envolvidos e que impacto teve essa revolta no relacionamento da WIC com as populações indígenas do Brasil Holandês. O segundo tópico tem como tema a segunda expedição da Companhia ao Ceará, sob o comando de Matias Beck, em 1649. Através do diário mantido por Beck, durante os primeiros meses de sua presença no Ceará, procuraremos visualizar detalhes da convivência cotidiana entre ele e seus soldados e os índios do Ceará. Analisaremos, também, as diferenças de atitude de Beck e do *Commandeur* Gedeon Morris de Jonge, refletindo uma mudança na política indigenista da WIC após a rebelião indígena de 1644 e a eclosão da revolta dos moradores luso-brasileiros de Pernambuco, em 1645. Por fim, discutiremos a emigração, em massa, dos índios anteriormente aliados à WIC para a serra da Ibiapaba, em virtude da rendição da WIC no Brasil, em 1654, bem como o projeto dessa população indígena de livrar-se tanto dos portugueses quanto dos neerlandeses e viver isolada dos ‘brancos’ na região da Ibiapaba.

sido utilizada no Brasil Holandês de modo análogo ao termo português contemporâneo “capitão-mor”.

Nas considerações finais, fazemos uma breve retomada dos principais pontos discutidos no trabalho, bem como contrastamos a conjuntura histórica do Ceará na primeira metade do século XVII com o período imediatamente posterior, especialmente a partir das décadas de 1670 e 1680, quando uma nova dinâmica nas relações entre índios e ‘brancos’ se estabelece no Ceará. Procuramos, com isso, caracterizar a conjuntura específica da primeira metade do século XVII, que é justamente o foco deste trabalho.

Ao longo deste trabalho, foram adotadas certas convenções de grafia, tradução e uso de nomes próprios, que merecem ser explicitadas. Em primeiro lugar, optamos por chamar o país conhecido atualmente como Holanda pelo seu nome correto para a época, ou seja, Províncias Unidas dos Países-baixos ou, simplesmente, Províncias Unidas. As Províncias Unidas consistiam das sete províncias setentrionais que tinham se rebelado contra a monarquia dos Habsburgo e se estabelecido como um país independente da Coroa espanhola, em oposição às chamadas Províncias Obedientes, ou seja, as províncias do sul dos Países-baixos, correspondentes, atualmente, de grosso modo, à Bélgica e Luxemburgo.²

Do mesmo modo, optamos por chamar os habitantes desse país pelo termo Neerlandês, ao invés do mais comum Holandês. A Holanda, no caso, é apenas uma das sete províncias que constituem as Províncias Unidas (embora, de longe, a maior), não sendo correto chamar os habitantes do país como um todo pelo nome dos habitantes apenas de uma província. Do mesmo modo, não adotamos o termo Flamengo, que designa apenas o habitante da província de Flandres, a maior das províncias dos Países-baixos do sul. Nas fontes portuguesas da época, ambos os termos eram os mais usados para descrever, de modo indistinto, todo e qualquer habitante dos Países-baixos e, portanto, esse uso tem sido comum na historiografia brasileira, mas isso não justifica, em nossa opinião, o uso desses termos quando existe, no vocabulário português, um termo que designa de modo correto os habitantes dos Países-baixos, ou seja, a palavra Neerlandês. A única exceção a essa regra são os termos Brasil Holandês e Ceará Holandês, grafados dessa maneira por serem termos clássicos da historiografia brasileira sobre o assunto.

² Uma obra de referência atualizada e bastante volumosa a respeito da história das Províncias Unidas pode ser encontrada em: ISRAEL, Jonathan. **The Dutch Republic: Its rise, greatness, and fall - 1477-1806** (Oxford History of Early Modern Europe). New York: Oxford University Press, 1998.

No caso da Companhia das Índias Ocidentais Neerlandesa, a empresa semiestatal, estabelecida em 1621 e detentora do monopólio da conquista, colonização e comércio no Atlântico pelas Províncias Unidas, optamos por utilizar ou o nome em português, como escrito acima, normalmente abreviado apenas para “Companhia”, ou então o termo *Westindische Compagnie* (Companhia das Índias Ocidentais), normalmente abreviado para “WIC”. O termo *Geoctroyeerde Westindische Compagnie* é, tecnicamente, mais correto, e a bandeira da Companhia reflete o nome completo, ao apresentar como brasão, as letras GWC, mas, na historiografia, tanto brasileira quanto inglesa e neerlandesa, o termo WIC predomina, sendo, assim, adotado neste trabalho.

Em relação aos etnônimos dos povos indígenas, não existe uma norma estabelecida e aceita universalmente para a grafia desses nomes. Optamos por seguir as normas mais aceitas pelos antropólogos atualmente, ou seja, a de grafar os nomes das tribos sempre com letra maiúscula e não flexionar os nomes nem em termos de gênero nem número.³ Assim, portanto, temos os Potiguara, os Tabajara, os Tremembé, os Anacé etc.

Quanto às fontes utilizadas neste trabalho, não foi possível adotar uma única norma para as citações. A documentação de origem neerlandesa utilizada foi, sem exceção, encontrada traduzida e publicada em livros ou artigos de outros historiadores, não tendo sido possível consultar os documentos originais tanto por questões de acesso quanto por incapacidade de lidar com a língua holandesa do século XVII, ou com o francês e o latim no qual parte dessas fontes era escrita. Visto que todos esses documentos não se encontravam em suas formas originais e, sim, traduzidos, optamos por, onde necessário, atualizar essas traduções para a norma ortográfica portuguesa atual. Isso se faz necessário especialmente no caso da documentação traduzida por José Higino Duarte Pereira⁴ e usada, extensivamente, neste trabalho, por ter sido produzida em finais do século XIX. Não interferimos, entretanto, na pontuação.

³ Para uma discussão mais aprofundada sobre a questão da grafia dos etnônimos indígenas, consultar a página intitulada “Os nomes dos povos”: Disponível em: < <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/sobre-o-nome-dos-povos> >. Acessado em: 10 de setembro de 2010.

⁴ Documentos coletados e traduzidos por José Higino Pereira, publicados em: PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895.

Quanto às fontes portuguesas, naquelas que foram pesquisadas em versão original ou fac-símile, optamos por manter a grafia original das palavras. Naquelas que foram publicadas em livros ou artigos e que não mantiveram a grafia original, optamos por, quando necessário, atualizar o texto para a norma ortográfica portuguesa atual.

Algumas poucas citações de trabalhos em língua inglesa foram mantidas, também, em sua forma original, sem tradução.

2 - CONTATOS ENTRE ÍNDIOS E EUROPEUS NA CAPITANIA DO CEARÁ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVII

2.1 A Construção da capitania do Ceará



O presente trabalho tem por objetivo estudar a história das relações que se estabeleceram entre os índios e os europeus na primeira metade do século XVII, na capitania do Ceará, mais especificamente durante o período em que a capitania esteve sob o controle da Companhia das Índias Ocidentais Neerlandesa. A capitania do Ceará, entretanto, simplesmente não existia em 1600. A própria configuração da capitania do Ceará como unidade territorial sob uma lógica político-administrativa e militar europeia está inextricavelmente ligada à história dos homens que exploraram aquela terra, até então desconhecida, e dos índios que já a habitavam. Por isso mesmo, faz-se importante qualificar, antes de tudo, o que o nome “Ceará”, contido no título da obra, significava para os homens que aqui aparecem como sujeitos de nossa narrativa.

Não se trata de definir um meio ou cenário que sirva de pano de fundo para a ação humana, mas de entender o próprio olhar que traça fronteiras, estabelece hierarquias e define uma topografia, e mesmo uma toponímia, com base em um determinado conjunto de acidentes geográficos. Não é trivial, portanto, explorar o que era o “Ceará” na primeira metade do século XVII, tanto para os europeus quanto para os indígenas. Isso porque esse conceito era muito diferente do que entendemos atualmente por “Ceará”, e mesmo daquilo que se entendia no século XVIII. Há que se começar pela própria palavra “Ceará”, palavra de origem e significado incerto, misterioso, em torno da qual muita tinta foi gasta. Não cabe aqui entrar nessa discussão, aliás, impossível de ser resolvida, mas resta saber que o nome já foi entendido como variações de diversas palavras de origem Tupi, ou Cariri, ou de alguma outra língua indígena desconhecida. Aventou-se mesmo a possibilidade de que seria corruptela de *Saara*, em referência à suposta aridez das dunas vistas da costa. O que parece mais certo é que a palavra era, de fato, de origem indígena, e que teria sido dada ao rio Ceará por via de “empréstimo” do rio Ceará-Mirim, do Rio Grande do Norte. Visto que a população indígena que habitavam as costas das duas regiões, como veremos mais a frente, eram aparentadas, é possível que tenham copiado o topônimo por causa de alguma semelhança entre os dois rios.⁵

Vê-se que o nome Ceará, portanto, era originalmente o nome do rio Ceará. Nesse sentido original do termo, o conceito de Ceará era semelhante para os índios e os europeus, designando um lugar, um rio, um pedaço de terra, coisas que eram do âmbito da cultura indígena, apropriadas pelo europeu que se utiliza dos marcos indígenas para se orientar no território antes inexplorado. Que o uso do termo “Ceará” originalmente se referisse apenas ao rio e às suas imediações, diversas fontes do período o comprovam, tanto neerlandesas quanto portuguesas, em que se veem referências ao rio Jaguaribe, ao rio Camocim, ou ao “Buraco das Tartarugas” (Jericoacara) como sendo locais distintos do “Ceará”. Ao longo da primeira metade do século XVII, entretanto, o termo “Ceará” ganhou novos significados, sem perder os antigos. Ceará continuou a ser o nome do rio, mas tornou-se também o nome da capitania. Esses novos significados, ao contrário

⁵ Para uma análise sucinta da polêmica em torno do nome Ceará, ver: TOURINHO, Eduardo. *O Significado do nome Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Tomo LXXXIV, p. 262-264, 1970. Ver também sobre o debate em OLIVEIRA, Almir Lear. **O Instituto do Ceará**. PUC-SP, Doutorado em História, 2001.

daquele primeiro, não eram partilhados entre índios e europeus. Eles são exclusivos da sociedade colonial, e é sobre a sua construção que iremos nos debruçar.

Ora, a capitania que estava em processo de criação na primeira metade do século XVII e a qual nos referimos, é preciso lembrar, nada tinha em comum com as capitanias hereditárias doadas, na década de 1530, pela Coroa portuguesa. É comum encontrar, em textos didáticos, capitanias hereditárias chamadas de “Rio Grande do Norte”, “Ceará”, “Piauí” e “Maranhão”, o que representa grave anacronismo no que diz respeito à história desses Estados. As faixas de terra ao norte da capitania de Itamaracá, que haviam sido doadas a João de Barros, Aires da Cunha, Antônio Cardoso de Barros e Fernão Álvares de Andrade, não chegaram a ser colonizadas no século XVI, apesar do envio de algumas das mais bem equipadas armadas patrocinadas por Donatários na América Lusa, armadas essas que foram todas perdidas nas traiçoeiras águas da costa leste-oeste brasileira, especialmente na baía de São Marcos, no Maranhão.⁶ Assim como a Capitania Real da Paraíba, desmembrada da capitania de Itamaracá, as restantes capitanias do litoral norte brasileiro foram criadas sob a dependência direta da Coroa lusitana, nunca tendo pertencido a donatários. As fronteiras entre esses territórios, como veremos, foram sendo traçadas pelos homens que as exploraram em nome do Rei, com pouca ou nenhuma conexão com as fronteiras das capitanias que foram doadas no século XVI.

Foi somente no século XVII, portanto, que começou o processo que deu origem à capitania do Ceará, fruto de expedições de exploração e conquista, iniciadas em 1603, com a bandeira do açoriano Pero Coelho de Sousa. Esse processo de exploração e conquista do Ceará é parte integrante de um grande movimento que, ao longo de pouco mais de meio século, viu a Coroa lusitana expandir suas fronteiras no norte do Brasil, da ilha de Itamaracá, em Pernambuco, até o Amapá, já na fronteira com as Guianas; uma expansão de, literalmente, milhares de quilômetros ao longo da costa. Esse processo de crescimento da autoridade portuguesa no Brasil se deu à custa de outros europeus (franceses, principalmente, mas também ingleses, irlandeses e neerlandeses) e, principalmente, das populações indígenas hostis a esse enorme movimento. As primeiras fases

⁶ Carlos Studart Filho tem um excelente trabalho sobre as capitanias hereditárias e o Ceará, na qual o dito autor destrincha todas essas questões e cita numerosa documentação. Ver: STUDART FILHO, Carlos. *O Ceará sob o regime das capitanias hereditárias*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Tomo LII, p. 41-56, 1938.

desse grande movimento ocorreram na Paraíba e no Rio Grande, desde a década de 1560 e 1570, quando começam as sangrentas lutas contra os Potiguara e seus aliados franceses, com o objetivo duplo de garantir a segurança da zona canavieira da várzea pernambucana e, ao mesmo tempo, expandir a zona produtora de açúcar e de pau-brasil.⁷ Este assunto será mais extensamente trabalhado no tópico seguinte, mas é importante apontar dois grandes marcos dessa primeira fase do processo: a fundação da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa), na Paraíba, em 1585, e a construção do Forte dos Reis Magos (na atual cidade de Natal), no Rio Grande do Norte, em 1598.⁸ A construção desses fortes, o estabelecimento das capitânicas da Paraíba e do Rio Grande e o começo da colonização da área vedaram o acesso dos traficantes franceses de pau-brasil, até então bastante comuns naquela costa. Ficava aberto o caminho para as expedições portuguesas em direção ao Ceará, ao Maranhão e à região amazônica propriamente dita.

O regimento entregue ao capitão-mor Pero Coelho de Sousa quando de sua entrada, em 1603, deixa pouca dúvida a respeito dos objetivos da Coroa:

Porquanto à obrigação do meu cargo compete ordenar as cousas deste Estado na forma que se consiga o efeito que em semelhantes conquistas Sua Majestade pretende, que é, por meios lícitos, dilatar-se a nossa santa fé católica e impedir-se o comércio de estrangeiros, que, contra pazes capituladas e fora da obediência a seu rei, vem a portos deste estado e, como, por experiência, se tem visto depois do Rio Grande fortificado irem a Jaguaribe, donde se sabem terem levado amostras de ouro às suas terras, ordenei, com deliberado conselho das pessoas que no estado há, de experiência e de letras, que se descobrisse por terra o porto do Jaguaribe e se tolhesse o comércio dos estrangeiros, além de descobrirem-se as minas que na terra há, oferecendo-se pazes em nome de Sua Majestade, a todo o gentio, e para esse efeito elegi como capitão-mor dessa entrada a Pero Coelho de Sousa [...]⁹

Expandir a fé católica, impedir o comércio de estrangeiros com os índios, descobrir minas, oferecer a paz da Coroa para os índios (e a sujeição à Coroa, está

⁷ Um trabalho que analisa a conquista da Paraíba e do Rio Grande pela Coroa portuguesa e as violentas guerras travadas nesse processo pode ser encontrada em: GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630**. Bauru: Edusc, 2007. Capítulos 1 e 2.

⁸ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Curitiba: Juruá, 2008. Livro quarto, capítulos 10 e 31.

⁹ “Regimento que há de seguir o Capitão-Mor Pero Coelho de Souza na jornada e empresa, que por serviço de Sua Majestade vai fazer.” Documento da Coleção Studart, publicado em: STUDART, Guilherme. *Documentos para a história do Brasil e especialmente do Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo XXXIV, 1920, p. 231.

implícito), são os objetivos claros da expedição. O Frei Vicente do Salvador indica que o principal objetivo geográfico da expedição era a “serra da Boapaba [Ibiapaba], que era mais povoada de gentio”.¹⁰ Após o fracasso da expedição de Pero Coelho, as autoridades régias no Brasil não desistem de seu intento de continuar com a política delineada acima e enviam os padres Luís Figueira e Francisco Pinto, da Sociedade de Jesus, para tentar alcançar aqueles mesmos objetivos, por outros meios. O relato do padre Luís Figueira sobre a expedição deixa claro que os objetivos são os mesmos:

[...]nós partimos para a missão do Maranhão[...]com intenção de pregar o evangelho àquela desamparada gentilidade e fazermos com que se lançassem da parte dos portugueses, deitando de si os franceses corsários que lá residem para que indo os portugueses como determinam os não avexassem nem captivassem.¹¹

Martim Soares Moreno, na sua *Relação do Ceará*, descreve assim a entrada de Pero Coelho de Sousa na região: “... fui com o capitão-mor Pero Coelho de Sousa a descobrir e conquistar a Província de Jaguaribe e Seara e Mel Redondo...”.¹² Esses relatos deixam claro como a criação da capitania do Ceará se insere naquele movimento orgânico de expansão portuguesa que foi citado anteriormente, mas apontam também para a extrema imprecisão e confusão que ainda imperava na caracterização daquilo que se pretendia conquistar. É curioso notar que apenas Martim Soares Moreno se refere à palavra Ceará nessas descrições, mas, de maneira muito característica, cita o nome como uma das “províncias” que a bandeira teria ido conquistar, ao lado de um outro rio local (Jaguaribe) e ao de uma personalidade indígena (Mel Redondo, nome de um *morubixaba*¹³ Tabajara da Ibiapaba). Começam a se delinear, entretanto, os pontos marcantes do que viria a ser a capitania do Ceará na primeira metade do século XVII, ou seja, o rio Jaguaribe, o rio Ceará, a serra da Ibiapaba.

¹⁰ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 237.

¹¹ FIGUEIRA, Padre Luís. *Relação do Maranhão*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967. p. 76.

¹² MORENO, Martim Soares. *Relação do Ceará*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967.

¹³ Morubixaba, tuxaua e tujuaé são todos nomes usados, nas línguas do tronco tupi-guarani, para designar aquilo que comumente se chama hoje de cacique de uma tribo. Na época, as traduções mais comuns da palavra para o português era “Principal” ou “Maioral”. Utilizaremos qualquer dessas formas ao longo deste trabalho, ao invés do anacrônico “cacique”.

Após essas primeiras tentativas de conquistar a costa entre o Rio Grande e o Maranhão, entre 1603 e 1607, surgiu um novo perigo que ameaçava os projetos da Coroa portuguesa para a região. Uma inusitada aliança entre os interesses dos corsários e traficantes de pau-brasil protestantes huguenotes dos portos da Normandia, representados por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, e grandes mercadores e nobres católicos ligados à Corte parisiense, representados por François de Razilly, deu origem àquilo que foi conhecido, na época, por França Equinocial, a tentativa de colonização francesa da ilha de São Luís do Maranhão, em 1612. O empreendimento, que contava com apoio implícito da Coroa francesa, era bem financiado e tinha o aval da Igreja francesa, especialmente representada pelo Capítulo parisiense da Ordem de São Francisco de Assis, era uma ameaça clara à pretensão portuguesa de soberania na região, muito além dos ordinários traficantes franceses de pau-brasil de antes.¹⁴ Os franceses frequentavam a costa brasileira desde os primeiros anos do século XVI e, já em 1594, uma expedição com o objetivo de estabelecer um forte e colônia no Maranhão havia sido tentada, sob o comando de Jacques Riffault, que era um notório corsário francês, conhecido como pirata pelos luso-brasileiros pelos frequentes saques a navios na costa do Brasil, embora essa primeira tentativa não tenha atingido seus objetivos.¹⁵

O Sargento-mor do Estado do Brasil, Diogo de Campos Moreno, tio de Martim Soares Moreno, escreveu um valioso relato da conquista do Maranhão, do qual ele participou dividindo o comando com Jerônimo de Albuquerque, intitulado *Jornada do Maranhão*.¹⁶ Nessa obra o autor faz uma memória histórica das antigas tentativas portuguesas de se assenhorear do Maranhão, desde as expedições de João de Barros e Aires da Cunha, passando pela entrada de Pero Coelho de Sousa e dos padres Luís Figueira e Francisco Pinto, até chegar à expedição em que ele próprio tomou parte e que, finalmente, expulsou os franceses da região e ganhou aquela terra para a Coroa lusitana. Em suas palavras:

Depois que os portugueses intentaram a conquista do Maranhão, segundo o refere João de Barros em suas *Décadas*, e nela se perderam muitos homens, e muitos navios, sempre esta empresa ficou espantosa, para os que quiseram olhar para ela, e tão desacreditada pela mesma razão diante

¹⁴ DAHER, Andrea. **O Brasil francês: as singularidades da França Equinocial, 1612-1615**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁵ *Ibidem*. p. 48.

¹⁶ MORENO, Diogo do Campos. *Jornada do Maranhão*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo XXI, 1907.

de seu dono, que poucas vezes se achou conveniente só o falar nisso: mas Deus, que das coisas em bem nosso tem diferente cuidado, ordenou que o ano de 1603 um Pero Coelho de Souza, homem nobre, morador na Paraíba do Estado do Brasil, no tempo que governava Diogo Botelho, quisesse intentar por terra o que já em outra ocasião por mar tinha sabido desta conquista: da qual se diziam tantas grandezas que parecia fabuloso o sítio, as terras, as gentes, e tudo o mais que dali se prometia.¹⁷

O autor continua com seu histórico sobre a conquista do Ceará e Maranhão por várias páginas, tornando inviável a citação, mas o trecho acima dá uma boa ideia do tom da obra, que é o de um panfleto, alardeando a importância da costa leste-oeste do Brasil, seus muitos portos, grandes terras e inúmeras riquezas materiais e de gente. O Sargento-mor, militar veterano da guerra de Flandres e das campanhas da África do Norte contra os mouros, também atenta para o perigo de deixar os portos daquela costa abertos a corsários que, dali, poderiam ameaçar a navegação ibérica do Brasil e das Índias Ocidentais (Caribe). Pode-se dizer, enfim, que a *Jornada do Maranhão* caracteriza-se como o mais articulado documento explicitando os interesses estratégicos da Coroa portuguesa na região. Nesse mesmo documento, Diogo de Campos Moreno deixa claro o papel dos fortes do Ceará e de Jericoacara como pontos de apoio para a conquista e manutenção do Maranhão.

Com a conquista de São Luís, em 1615, e a volta de Martim Soares Moreno ao Ceará, em 1621, a Coroa lusitana, finalmente, atingiu seu antigo objetivo estratégico de tomar posse do litoral Leste-Oeste do Brasil, logo em seguida desbaratando dois pequenos fortes neerlandeses e um inglês na costa amazônica, estendendo o controle português até o rio Amazonas e além.

A efetiva incorporação do Ceará à esfera de influência da Coroa portuguesa só se deu com Martim Soares Moreno, a partir de 1611 e, especialmente, após a conquista do Maranhão, em 1615-1616, e a nomeação de Martim Soares Moreno para capitão-mor da fortaleza do Ceará, pelo período de dez anos, feita em 1619.¹⁸ Sobre a figura de Martim Soares Moreno e suas atividades no Ceará, em particular, iremos também nos debruçar com mais atenção no tópico seguinte.

¹⁷ *Ibidem*, p. 209

¹⁸ “Carta Patente fazendo mercê da Capitania da fortaleza do Ceará por tempo de dez anos a Martim Soares Moreno em atenção aos seus serviços” publicada em: STUDART, Barão de. *Documentos para a história de Martim Soares Moreno*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo XIX, 1905, p. 81-82.

Enfim, foram essas expedições: a bandeira de Pero Coelho de Sousa, a expedição dos padres jesuítas, a vinda de Martim Soares Moreno ao Ceará e as expedições de conquista ao Maranhão; que exploraram, delimitaram, deram forma e, finalmente, nome à capitania que se formava. Os limites da capitania, embora não estivessem claros, pois não se pode falar de fronteiras naquele período e contexto, podem ser apontados como o rio Jaguaribe e a serra da Ibiapaba. A capitania do Ceará, na primeira metade do século XVII, portanto, resume-se a uma faixa litorânea, geralmente estreita, entre esses marcos.

Na questão do nome, resta apenas saber como o nome do rio Ceará se tornou o nome da capitania como um todo. Há, aqui, um fenômeno interessante: Pero Coelho de Sousa, na sua bandeira, pretendia chamar a sua conquista de *Nova Lusitânia*. Num ritual executado inúmeras vezes pelos conquistadores europeus das mais variadas nações na América, ele repetiu o gesto adâmico de se apossar de algo pelo artifício de nomear aquela coisa.¹⁹ O nome, assim como a sua posse daquela terra, foram efêmeros. O nome indígena do rio Ceará persistiu por um efeito de associação. Uma vez que, como veremos, o único ponto de presença permanente da sociedade colonial na região, durante toda a primeira metade do século XVII, foi o forte que existia próximo à barra do rio Ceará, podia-se dizer que ir “ao Ceará” significava o mesmo que ir à capitania que então se formava.

Quando, em 1637, a WIC conquistou o Forte de São Sebastião, ela adquiriu uma possessão já estabelecida: a capitania do Ceará. A Companhia, por sinal, não inovou nada, em relação à capitania portuguesa. O nome ficou o mesmo, os principais pontos de interesse eram os mesmos e, especialmente, o núcleo da capitania continuou localizado nas margens do rio Ceará, tendo sido apenas levemente reposicionado, em 1649, por Matias Beck, para a ponta do Mucuripe.

Temos, até o momento, tratado do processo de construção de uma capitania do Ceará, ao longo das primeiras décadas do século XVII, e analisado o processo pelo qual ela se criou e os homens que estiveram envolvidos nesse processo, mas pouco falamos de como era aquele território para os homens (europeus ou mestiços nascidos no Brasil) que o exploraram e estabeleceram, ali, os princípios de uma organização territorial em moldes europeus. Afinal, o que era a

¹⁹ A ideia dos exploradores europeus na América, como figuras aparentadas a Adão, apossando-se daquilo que nomeiam, é explorada a fundo num capítulo intitulado “Colombo hermeneuta”, em: TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: A questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

capitania do Ceará para os homens que a criaram e que para ela vieram na primeira metade do século XVII? A capitania do Ceará, no período colonial, tem sido tradicionalmente representada como uma região essencialmente sertaneja, marcada pelo gado, pelos currais das fazendas de criação, pelas vilas do sertão e pelas ribeiras. Capistrano de Abreu fala de uma “época do couro” naquilo que ele chama de sertões da Bahia e Pernambuco, da qual o Ceará fazia parte.²⁰ Essa realidade, entretanto, só se configurou no Ceará no final do século XVII, especialmente a partir da década de 1680.

A situação, na primeira metade do século XVII, era bastante diferente. Deparamo-nos não com uma região sertaneja, mas, sim, por uma marcada pelo mar. Não era o Ceará da carne e do couro, como viria a ser posteriormente, mas, sim, o Ceará do âmbar-gris²¹, da tatajuba,²² do pau-violeta²³ e do sal. O conhecimento da terra era mínimo, limitando-se a uma faixa litorânea, mais ou menos estreita. Na época, ainda não se conhecia o curso dos rios e sabia-se muito pouco dos povos que habitavam mais para o interior, com exceção de que eram numerosos. Essa “maritimidade” do território vai para além do simples desconhecimento do interior, ela aparece no próprio sistema de referência espacial e nas ligações que se estabeleciam entre o Ceará e outras regiões. Os pontos de referência eram as pontas, os cabos, as barras dos rios, os portos e ancoradouros. Somente atentando para essa realidade geográfica e tentando compreender as dinâmicas da região,

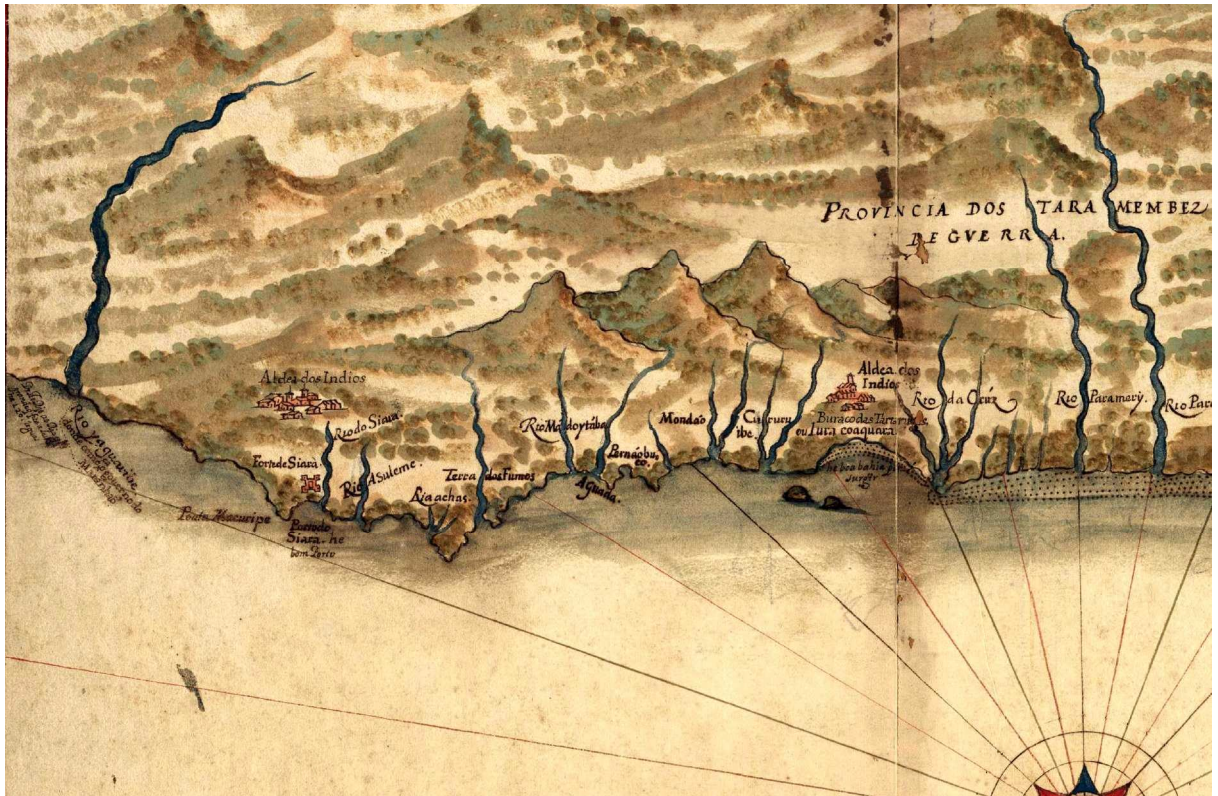
²⁰ ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, sem data. p. 133.

²¹ O âmbar-gris é uma secreção oleosa que certas espécies de baleia produzem em alto-mar e que às vezes chega à costa na forma de pequenos pedaços de uma massa acinzentada e com consistência de cera. Na época, tinha uso principalmente na indústria de perfumes e era extremamente valioso. O Brasil era uma das regiões onde esse âmbar-gris era mais fartamente encontrado. Para maiores informações sobre o âmbar-gris, consultar o artigo da Wikipédia, intitulado *Âmbar Cinza: WIKIPÉDIA*. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%82mbar_cinza>. Acesso em: 13 de setembro de 2010.

²² Tatajuba, Tatajiba, pau-de-fogo, pau-amarelo, entre outros, são nomes de uma espécie de árvore nativa, cuja madeira era usada para extrair um corante avermelhado, à semelhança do Pau-brasil, mas não tão valioso quanto essa. Numa nota comentando a *Relação do Ceará*, Raimundo Girão dá informações sobre essa árvore: GIRÃO, Raimundo. *Introdução, notas e comentários sobre a Relação do Ceará*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Fortaleza: Coleção História e Cultura, Instituto do Ceará, 1967. p. 191. Pode-se consultar, também, a página do IBAMA sobre a mesma madeira em: <<http://www.ibama.gov.br/lpf/madeira/caracteristicas.php?ID=145&caracteristica=103>>. Acesso em: 13 de setembro de 2010.

²³ Pau-violeta é o nome de uma madeira pesada, usada para construção, carpintaria e construção naval. Ver: GIRÃO, Raimundo. *Introdução, notas e comentários sobre a Relação do Ceará*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Fortaleza: Coleção História e Cultura, Instituto do Ceará, 1967. p. 191.

podemos identificar como os homens da época pensavam e organizavam, simbolicamente, esse espaço e, num plano mais concreto, como eles enfrentavam problemas cotidianos, como os de comunicação, transporte e habitação. Utilizando esse olhar, podemos tentar entender como se organizava a capitania do Ceará do ponto de vista europeu, na primeira metade do século XVII.



Qualquer tentativa de análise deve começar, evidentemente, pelo mar. O litoral que vai do cabo de São Roque no Rio Grande do Norte, onde se encontram perigosos baixios, e a baía de São Marcos, no Maranhão, é marcado por uma costa, em grande parte, exposta, com poucos ancoradouros. Uma forte corrente marítima chamada de corrente das Guianas, a mais rápida do litoral brasileiro, desloca-se de leste para oeste, fato que qualquer banhista das praias do Ceará ainda hoje pode comprovar. A costa é, em sua maior parte, livre dos perigosos recifes subaquáticos que tornam a navegação costeira, na costa Norte-Sul do País, mais complicada, mas não deixa de ter os seus perigos, normalmente na forma de bancos de areia. O regime de ventos sopra do Nordeste para o Sudoeste, com a regularidade dos ventos alísios. Há uma breve inversão dos ventos antes do alvorecer, chamado de “vento terreal”, que permite aos navios deixar a praia e rumar para o mar,

característica aproveitada até hoje pelos jangadeiros, que saem ao mar de madrugada, para aproveitar esse vento. Esses ventos, que empurravam os navios em direção às praias e aos bancos de areia, representavam outro perigo para a navegação à vela da época. Há poucos ancoradouros seguros antes do Maranhão e esses lugares, como veremos, acabam tornando-se importantes para o esforço de colonização.²⁴

Essa dificuldade dos caminhos marítimos era mais pronunciada para oeste de Camocim, já nas capitânicas do Maranhão e Pará, de onde era muito difícil navegar em direção ao Ceará e, daí, para o resto do Brasil. Dos portos do Ceará para o cabo de São Roque e, de lá, para o resto do Brasil, era uma viagem um pouco mais fácil, embora não totalmente sem perigos e labutas. A rota era, em geral, reservada para navios pequenos e ágeis, capazes de enfrentar os ventos e as correntes contrárias, e não para as grandes naus. O barco de escolha dos portugueses para essa rota era a popular sumaca,²⁵ e os neerlandeses utilizaram *yachts*²⁶ para o mesmo percurso. Essas dificuldades, provavelmente, engendraram a busca por uma rota terrestre que ligasse o Maranhão e o Ceará ao resto do Brasil.

Uma rota litorânea, que ia de São Luís ao Ceará e, depois, em direção ao Rio Grande e à Paraíba foi explorada ainda nas primeiras décadas do século XVII. Na *Jornada do Maranhão*, Diogo de Campos Moreno narra o seguinte a respeito dos caminhos por terra entre o Ceará e Pernambuco, cerca de 1614: “Isto se soube por aviso dos Presídios, os quais ainda que distantes 200 léguas, já se aventuravam os soldados por terra a levar cartas a Pernambuco em menos de um mês.”²⁷ O padre Antônio Vieira também teria ido de São Luís até o aldeamento da Ibiapaba por vias terrestres.²⁸ André Vidal de Negreiros, em 1656, veio de São Luís até o rio Ceará a pé, muitas vezes caminhando nos areais das praias, de onde então se embarcou

²⁴ Informações sobre as correntes marítimas e os ventos do litoral brasileiro podem ser encontradas em: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 57-63. Ver também o artigo da Wikipédia em língua inglesa sobre os ventos alísios, chamados em inglês de “trade winds”: WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Trade_wind>. Acesso: 13 de setembro de 2010.

²⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 58

²⁶ Pequenos navios à vela fabricados nas Províncias Unidas. A atual palavra “iate”, usada para designar qualquer tipo embarcação de pequeno ou médio porte usada para lazer deriva desses barcos.

²⁷ MORENO, Diogo do Campos. *Jornada do Maranhão*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo XXI, 1907. p. 220.

²⁸ ABREU, Capistrano de. **Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, sem data. p. 255-256.

para Pernambuco.²⁹ O caminho era conhecido dos neerlandeses também, porque logo após a conquista do Forte de São Sebastião, em 1637, o Major Joris Gartsman voltou para o Rio Grande com parte de seus homens e dos prisioneiros portugueses por via terrestre.³⁰ Essas viagens, entretanto, eram mais a exceção do que a regra, pois o trajeto era difícil e existia o risco de qualquer expedição ser atacada por grupos indígenas hostis, como o foi a expedição dos Padres Pinto e Figueira, em 1607, ou enfrentar a seca no caminho, como aconteceu com Pero Coelho de Souza em 1604-1605. O modo mais comum e seguro de se ir e vir ao Ceará, enfim, era através de navios e barcos, apesar das dificuldades com os ventos e as correntes marítimas.

Passando do mar para a terra, qual era o grau de conhecimento dos europeus a respeito do Ceará na primeira metade do século XVII? Numa ponta da capitania, encontrava-se o rio Jaguaribe. Havia, ali, uma enseada capaz de abrigar barcos e que provia os navegantes com água fresca, embora a barra do rio fosse de difícil navegação e, naquela época, não se tem notícias de navios subindo o rio. Para além do Jaguaribe, em direção ao leste, ficam as terras das salinas, que se estendem pela costa até o Cabo de São Roque, um litoral árido e, portanto, inóspito e pouco conhecido. O caminho, por terra, do Jaguaribe para o Rio Grande não era exatamente costeiro, adentrando um pouco no sertão para evitar as praias das salinas, onde não existia água fresca. O rio Jaguaribe, portanto, era o principal ponto de referência que marcava o início da capitania do Ceará, por assim dizer, embora não se possa afirmar que houvesse uma fronteira definida entre as capitanias do Ceará e do Rio Grande. A expedição de Pero Coelho, embora tenha chegado ao Ceará por terra, mandou três navios carregados de suprimentos e munições para esperá-los no rio Jaguaribe, onde ficaram ancorados.³¹ A expedição dos padres Luís Figueira e Francisco Pinto também foi de navio até o Jaguaribe, onde ancoraram e

²⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 60.

³⁰ “Carta do Conselho Supremo ao Conselho dos XIX, nas Províncias Unidas, datada de 13 de Janeiro de 1638” traduzida por José Higinio Duarte Pereira, em: PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil* In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 265.

³¹ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 237-238.

desembarcaram.³² Simbolicamente, essas duas expedições “adentraram” o Ceará, um território até então inexplorado pela Coroa portuguesa, pelo Jaguaribe.

Seguindo pela costa em direção ao oeste, havia um verdadeiro espaço “vazio” até a ponta do Iguape, sem rios importantes, enseadas, portos ou serras visíveis. A ponta do Iguape figura como ponto de referência importante para a navegação e também oferecia um ancoradouro, embora um tanto quanto precário, para navios. Dali continuava-se até chegar à ponta do Mucuripe, na época muito importante tanto como um ponto de referência naval, como enseada para o abrigo de navios de maior porte, protegida dos fortes ventos e das correntes marítimas, embora o acesso à praia fosse difícil. Logo após a ponta do Mucuripe, chegava-se à barra do rio Ceará. Esse rio era importante fonte de água doce, caça, pesca, bem como, na época, um porto bastante conveniente. O processo de assoreamento da barra do rio, já em andamento no período, impedia a entrada de navios de maior porte, mas navios pequenos e barcos podiam entrar na barra com uma maré viva e ir atracar quase que nos pés do forte construído ali, num outeiro na margem direita do rio.³³

Continuando em direção ao Maranhão, passa-se por uma região com muitos rios, até chegar-se ao maior deles, o Acaraú. Conheciam-se, na época, as barras de todos esses rios e o interior até a altura da serra de Uruburetama.³⁴ Os pontos mais marcantes dessa costa eram o Buraco das Tartarugas (Jericoacara) e o rio Camocim, também chamado de rio das Cruzes em alguns documentos. Ambos ofereciam ancoradouro e aguada para os navios. Camocim era considerado melhor porto, mas Jericoacara era mais protegida, tendo sido erguido, ali, um fortim por Jerônimo de Albuquerque, quando de sua expedição para a conquista do Maranhão.³⁵ Essa região, especialmente Camocim, era visitada regularmente por europeus e, em diversos momentos, foi guarnecida de modo mais ou menos

³² FIGUEIRA, Padre Luís. *Relação do Maranhão*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967. p. 77.

³³ As informações sobre o Mucuripe e a barra do rio Ceará pode ser encontrada em: MORENO, Martim Soares. *Relação do Ceará*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967. p. 184-185.

³⁴ O padre Luís Figueira relata, minuciosamente, sua viagem através desses rios (então muito caudalosos devido a um ano de cheia) e da serra de Uruburetama. Ver: FIGUEIRA, Padre Luís. *Relação do Maranhão*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967.

³⁵ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 263.

permanente tanto por franceses quanto portugueses e neerlandeses, provavelmente em fortins precários ou casas-fortes.³⁶ Continuando pelo litoral, chegava-se ao rio Parnaíba, uma espécie de fronteira não oficial entre as capitanias do Ceará e Maranhão. Mais para o interior, na altura do rio Camocim, ficava a serra da Ibiapaba, um terreno fértil e habitado por muitos índios, como veremos à frente.



Até o momento, temos falado daquilo que os primeiros exploradores da capitania do Ceará conheciam a respeito das terras e do litoral. Esses primeiros exploradores, entretanto, eram portugueses. O que sabiam os neerlandeses sobre o Ceará na primeira metade do século XVII? Para responder a essa pergunta, recorreremos ao estudo que o almirante Max Justo Guedes fez a respeito da cartografia neerlandesa do Brasil.³⁷ Segundo esse autor, a cartografia neerlandesa que dizia respeito ao Brasil era bastante avançada, especialmente no que concerne às cartas marítimas, seguindo um movimento geral na qual as Províncias Unidas se

³⁶ Como vimos, Jerônimo de Albuquerque mandara construir ali um pequeno forte, que Martim Soares Moreno parece ter reconstruído durante seu período como capitão-mor. Os neerlandeses, sob o comando de Gedeon Morris de Jonge, de quem trataremos mais a frente no trabalho, também parecem ter construído alguma espécie de fortificação precária no local. Ver: “Notas Diárias do Supremo Conselho, de 28 de Novembro de 1641” traduzidas por José Higinio Duarte Pereira, em: PEREIRA, José Higinio Duarte. PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 285-286.

³⁷ GUEDES, Max Justo. *A Cartografia holandesa do Brasil: roteiros, mapas e cartas náuticas*. In: FERRÃO, Cristina; SOARES, João Paulo Monteiro (orgs.). **Roteiro de um Brasil desconhecido**, SL, Kapa Editorial, 2007.

tornaram o principal centro de produção de conhecimento cartográfico na primeira metade do século XVII. Essas cartas náuticas eram basicamente fundamentadas em trabalhos anteriores de cartógrafos ibéricos, complementadas com informações de pilotos neerlandeses que frequentaram as costas brasileiras e por relatos de informantes variados a respeito dos rios, barras e acidentes geográficos.

No caso específico do Ceará, a WIC dispunha de um relato particularmente interessante intitulado “Descrição da costa do noroeste do Brasil entre Pernambuco e rio Camocipe, do Relatório dos brasilianos seguintes: Gaspar Paraupaba do Ceará, da idade de 60 anos, Andrês Francisco do Ceará, da idade de 50 anos, Antônio Paraupaba de Tabussuram, que fica na distância de 2 dias no interior da Paraíba, da idade de 30 anos, Pedro Poti, da idade de 20 anos.” O longo título deixa bem explícito o tema de tal documento, sendo um interessante relato do ponto de vista dos índios arrolados, a respeito das terras e das aldeias entre Pernambuco e o Ceará. No que diz respeito ao Ceará, em particular, os índios oferecem um excelente relato dos rios que marcavam o território, além de apontar diversas tribos que habitavam cada lugar:

A uma légua de Mocuru encontra-se o rio Ceará, com água fresca. Podem entrar nele os iates, desde que não sejam muito grandes, porque os maiores ficariam melhor assegurados na Baía do Mocuru, onde nos podemos comodamente defender e fortificar.

A quatro horas de Mocuru fica a cidade deles: Tapirugh, com dois principais, um que se chama Kiaba e outro Vawassouw. São tiguares de nação.

Os franceses estiveram em Tapiruch, mas não foram além.

[...]

Cinco léguas além do Ceará encontra-se um riacho de água fresca, chamado Ypesem.

Cinco léguas daqui encontra-se o Pará, que é bom ancoradouro e com boa água. A uma légua do Pará encontra-se um riacho chamado Couru.

[...]

Quatro léguas além fica Jericoacara: boa praia, água fresca.

Quatro léguas além, encontra-se um rio grande e profundo: Ypeba, mas de água salgada.

Nove léguas além há um grande rio: Camusipe, sem água fresca.

Aqui estaria uma mina de prata, vista por Gaspar, perto de uma montanha chamada Guarandugh; cuja montanha se estende até outra montanha chamada Ybouyapaba, a qual de Laet descreve no seu livro.³⁸

Havia também um relato da viagem de Manuel Gonçalves e do Capitão Alexandre de Moura ao Maranhão em 1615, um roteiro de Jericoacara ao Maranhão, feito por Pedro Alfonso Rebaneira, um roteiro do Rio Grande ao Ceará, feito pelo

³⁸ De Laet, João. “*Descrição das costas do Brasil*”. In: FERRÃO, Cristina; SOARES, João Paulo Monteiro (orgs.). **Roteiro de um Brasil desconhecido**, SL, Kapa Editorial, 2007. p. 145.

piloto Elias Pietersz do navio *Rave*, datado de 1631, um outro roteiro feito pelo piloto Jacob Jansz, do navio *Nieuw-Nederland*, bem como algumas informações anônimas. O diário escrito por Matias Beck também indica que os neerlandeses eram familiares, naquela época, com histórias e boatos referentes ao Ceará, desde o tempo de Martim Soares Moreno, tais como os boatos a respeito das supostas minas de prata, que aquele capitão-mor teria encontrado.³⁹ Pode-se dizer, assim, que o conhecimento neerlandês a respeito do Ceará era bastante extenso, proveniente de material cartográfico de origem ibérica, roteiros e relatos recolhidos de seus próprios pilotos e marinheiros, relatos indígenas e de informantes variados que conheceram a região.

Essa era, enfim, a capitania do Ceará, em princípios do século XVII. Ela continuaria basicamente na mesma situação até 1654, ano em que a WIC se rendeu e abandonou o Brasil. Seus limites continuaram os mesmos, ou seja, a faixa litorânea entre o rio Jaguaribe e a serra da Ibiapaba, com algumas poucas exceções. Em nenhum momento durante esse período constitui-se uma população de origem europeia ou mestiça significativa na capitania do Ceará. Os habitantes que havia eram todos soldados, missionários, “línguas”⁴⁰ e traficantes de mercadorias de modo geral. Sabe-se que essa população foi composta, ao longo do meio século que nos interessa, por franceses, neerlandeses, portugueses, mestiços nascidos no Brasil e de pelo menos alguns negros e mulatos, em diferentes momentos. Seus números, entretanto, eram insignificantes perto da população indígena nativa.

³⁹ BECK, Matias. *Diário de Matias Beck*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967. p. 241.

⁴⁰ “Língua” queria dizer, no jargão da época, um tradutor de línguas indígenas.

2.2 A População indígena do Ceará na primeira metade do século XVII

O Capitão-mor Martim Soares Moreno, na sua *Relação do Ceará*, datada de 1618, refere-se à população indígena do Ceará em diversas passagens, das quais nos interessam algumas. Em primeiro lugar, ao referir-se à expedição de Pero Coelho de Sousa, em 1603, ele diz o seguinte: “... fui com o Capitão-mor Pero Coelho de Sousa a conquistar a província de Jaguaribe e Seará e Mel Redondo, servindo de soldado, onde tivemos muita guerra com aqueles índios que eram infinitos e tinham muitos franceses em sua companhia”.⁴¹ Em outro trecho, referindo-se às dificuldades de colonizar a terra, ele fala que: “... só em três Rios, tem três castas de tapuia de guerra”.⁴² Mais à frente, ao tentar enumerar a população indígena de sua nova colônia, Martim Soares Moreno assim se refere: “... tem essa nova Colônia quatro aldeias de índios de que é senhor um índio Jacaúna, muito bom índio e que me quer muito”.⁴³ E, por último, ele diz o seguinte a respeito dos grupos indígenas com os quais ele pouco tratou até aquele ponto: “Tem em 70 léguas de circuito 22 nações de tapuias, diferentes línguas”.⁴⁴

Esses trechos nos apontam diversas características sobre a população indígena do Ceará na primeira metade do século XVII. Em primeiro lugar, podemos destacar a grande população indígena e sua diversidade étnica e linguística naquele período. Em segundo, a existência de uma dicotomia entre os “índios da Colônia” em suas aldeias e as “nações de tapuias”, que falavam diferentes línguas. Podemos também falar da existência de índios que toleravam os portugueses, representados por Jacaúna e seu povo, e de índios que não toleravam os europeus, os tais “tapuias de guerra”. Por fim, é marcante a imprecisão com a qual o Capitão-mor trata os povos indígenas, não aparecendo, em seu texto, nenhum etnônimo para essas tribos e apenas um nome de algum indivíduo indígena, justamente o de Jacaúna.

De modo geral, as fontes da primeira metade do século XVII sobre o Ceará e a população indígena nativa seguem o padrão da *Relação do Ceará* nesses aspectos da imprecisão em relação aos povos indígenas e na divisão dos índios entre aqueles que estão nas aldeias e em contato com europeus e os que não

⁴¹ MORENO, Martim Soares. *Relação do Ceará*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967. p. 181.

⁴² *Ibidem*, p. 184.

⁴³ *Ibidem*, p. 186.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 186.

estão, com algumas exceções. Podemos dizer que as fontes neerlandesas tendem a ser um pouco mais precisas em relação aos etnônimos, mas, muitas vezes, elas são também vagas nesse sentido. Visto que é somente através desses relatos que temos acesso a informações sobre a população indígena do Ceará nesse período, essa tendência das fontes a generalizar os povos nativos se apresenta como um obstáculo para o pesquisador que deseja identificar essas populações. Superar esse obstáculo tem sido uma das principais tarefas da historiografia brasileira e brasilianista que estuda a nossa população indígena, através de um processo de cruzamento de diversas fontes. Para as tribos do litoral da região Nordeste, entre meados do século XVI e meados do século XVII, incluindo o Ceará, esse obstáculo está em, grande parte, superado, graças a um acúmulo de informações extraídas de relatos de expedições militares, documentação cartorial e administrativa da colônia e, principalmente, pelas narrativas de cronistas do porte de Frei Vicente do Salvador,⁴⁵ Gabriel Soares de Sousa⁴⁶ e Pero Magalhães Gândavo,⁴⁷ para citar apenas alguns. O mapa etnográfico de Curt Nimuendaju⁴⁸ e a coletânea de Manuela Carneiro da Cunha, intitulada *História dos Índios no Brasil*⁴⁹ representam alguns dos trabalhos de síntese mais significativos da historiografia brasileira a respeito da população indígena. Obras como as de John Hemming⁵⁰ e Alfred Métraux⁵¹ são referências no que diz respeito à historiografia brasilianista. Em relação à população indígena cearense, a principal obra de síntese e referência ainda é o trabalho intitulado *Aborígenes do Ceará*, de Carlos Studart Filho.⁵²

Assim, a partir das fontes primárias e da historiografia, é possível traçar um quadro da população indígena do Ceará na primeira metade do século XVII. É preciso deixar claro que esse quadro apresenta alguns vazios, bem como áreas de

⁴⁵ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Curitiba: Juruá, 2008.

⁴⁶ SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil**. São Paulo: Edusp – Companhia Editora Nacional, 1971.

⁴⁷ GÂNDAVO, Pero Magalhães. **Tratado da terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2002. Publicação eletrônica. **História da província de Santa Cruz**. São Paulo: Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa - USP, 1999. Publicação eletrônica.

⁴⁸ IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE/Ministério da Educação, 2002. Acompanha mapa sob o título: Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes, adaptado do mapa de Curt Nimuendaju.

⁴⁹ CUNHA, Manuela C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁵⁰ HEMMING, John. **Red Gold: the conquest of the Brazilian Indians**. Londres: Pan Macmillan, 2004.

⁵¹ MÉTRAUX, Alfred. **A Religião dos Tupinambá e suas relações com as demais tribos tupi-guarani**. São Paulo: EDUSP/Brasiliense, 1979.

⁵² STUDART FILHO, Carlos. *Os Aborígenes do Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Tomo LXXVI, p. 5-73, 1962 e Tomo LXXVII, p. 153-217, 1963.

grande imprecisão, resultantes das próprias lacunas e ausências presentes nas fontes, mas não deixa de ser um instrumento valioso na análise do período histórico tratado e dos sujeitos históricos que nele atuaram, até porque as próprias lacunas são evidências de um processo histórico particular, que pode ser analisado.

Retomando os trechos da *Relação* de Martim Soares Moreno, destaca-se a primeira grande divisão da população indígena entre os índios das aldeias e aqueles chamados de “nações de tapuias, línguas diferentes”. Essa divisão corresponde à clássica divisão da população indígena que foi estabelecida pelos colonizadores, ainda no século XVI, entre os índios ditos “Tupi” e aqueles chamados de “Tapuia”. Os índios do tronco linguístico Tupi-Guarani impressionaram os cronistas dos séculos XVI e XVII por sua aparente homogeneidade cultural e linguística, grande dispersão territorial e suposta facilidade de conversão ao cristianismo e à civilização ocidental.⁵³ Eles compunham a grande maioria da população aldeada no Brasil, durante o século XVI e primeira metade do século XVII, além de terem sido escravizados em grande número, fazendo deles os índios mais próximos dos primeiros núcleos coloniais. Nos documentos abordados ao longo deste trabalho, as referências a “índios”, “gentios” ou “brasilianos” (este último termo utilizado exclusivamente pelos neerlandeses) são quase sempre usadas exclusivamente para se designar indivíduos pertencentes a alguma tribo do tronco Tupi-Guarani. Este, como vimos, é o uso que Martim Soares Moreno dá a estas palavras. Ao falar dos índios das aldeias, ele falava de índios “Tupi”, em oposição às “nações de tapuias”.

Os povos chamados de Tapuia são, por outro lado, marcados tanto pela marginalidade quanto pela diversidade.⁵⁴ Eles eram, essencialmente, todos os índios que não pertenciam ao tronco linguístico Tupi-Guarani, que possuíam línguas e costumes diferentes entre si (e diferentes dos dos Tupi). Certas características culturais também foram aplicadas, de grosso modo, ao conjunto dos povos ditos Tapuia, tais como a ausência do ritual antropofágico dos inimigos, um grau maior de nomadismo e uma agricultura menos desenvolvida do que a dos povos Tupi, ou mesmo ausência de agricultura em alguns casos.⁵⁵ Seu gênero de vida, a dificuldade imposta pela maior variedade cultural e linguística e sua localização em

⁵³ DANTAS, B. *et al.* Os Povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 432.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 431-432.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 437.

geral mais para o interior da terra tornaram esses povos menos atrativos para o esforço missionário, o que também marcou o uso do termo “Tapuia” para designar aqueles índios arredios, insensíveis ao esforço missionário ou à civilização ocidental. Povos, como dito acima, marcados pela marginalidade e pela diversidade. Aliás, em diversas fontes, o próprio nome “índio” é negado a esses povos, chamados apenas de “tapuias”.

É preciso, entretanto, ressaltar que nas fontes referentes ao local e período abordados, não se encontra o uso da palavra “Tapuia” para designar todo e qualquer índio hostil, independente de fatores étnico-linguísticos, e de “gentio” ou “índio manso” para designar qualquer índio incorporado à sociedade colonial. Esse tipo de uso parece ter evoluído na linguagem colonial apenas em período posterior. Neste trabalho, portanto, “Tapuia” refere-se aos povos assim nomeados nas fontes, povos esses não pertencentes ao tronco Tupi-Guarani. Queremos também lembrar, por outro lado, que o nome “Tapuia” não consiste de um etnônimo, sendo aplicado a grupos e populações diferentes entre si pela língua, costumes, aparência, etc. É também uma palavra de cunho negativo, sendo que em língua tupi-guarani o vocábulo significa “contrário”, “inimigo”, o equivalente tupi da palavra portuguesa “bárbaro”. Quando possível, portanto, iremos tentar identificar as tribos ditas “tapuias”, mas nos casos em que isso não for possível, utilizaremos o termo que aparece nas fontes, ou seja, o nome “tapuia”, sem, com isso, cairmos na generalização desses povos.

No Ceará, na primeira metade do século XVII, a população indígena que mantinha algum contato com os europeus consistia de dois grandes grupos de origem Tupi, os Potiguara e os Tabajara (ou Tobajara), e um número indefinido de tribos ditas “Tapuias”, a qual podemos identificar com alguma clareza apenas os Tremebé, Paiakú, Janduí e Jaguariguara.⁵⁶ É possível inferir algumas das outras tribos “Tapuias” que, provavelmente, estiveram em contato com a população europeia, nesse período, a partir principalmente de fontes da segunda metade do século XVII e princípios do século XVIII, mas, nesses casos, a identificação é mais especulativa. De acordo com essas fontes, vários autores indicam a presença de

⁵⁶ Há certa confusão se os Jaguariguara eram uma tribo “tapuia” ou apenas um nome local dos Potiguara do Rio Jaguaribe. Em tupi, a palavra “Jaguariguara” quer dizer “morador do Jaguaribe”, portanto, pode se prestar a vários usos. É possível que os “Jaguariguara” encontrados pelo Padre Luís Figueira, em 1607, fossem apenas Potiguara vivendo próximo ao Jaguaribe, e que a tribo “tapuia” conhecida pelo mesmo nome, no final do século XVII e no século XVIII, só tenha sido contatada pelos europeus em período posterior.

Anacé, Kitariú, Kariri, Reriú, Genipapo e alguns outros povos nas regiões costeiras ou no baixo curso dos rios Jaguaribe, Curú, Acaraú e na serra da Ibiapaba.⁵⁷

O extremo oriental da capitania, junto ao rio Jaguaribe, era povoado por grupos Potiguara junto à costa, embora aparentemente em número relativamente reduzido. Dividindo o espaço litorâneo com os Potiguara e penetrando mais para o interior pelo curso do Jaguaribe ficavam as tribos “Tapuia”, notadamente os diversos grupos Paiakú. Mais para o interior, ainda seguindo o curso do Jaguaribe, provavelmente encontravam-se Taririús (conhecidos, no período, como Janduís, nome de um grande chefe da nação), Kariri, Kitariú e outros. A costa entre os rios Jaguaribe e Choró parece ter sido esparsamente habitada na primeira metade do século XVII, novamente por pequenos grupos de Potiguara e tribos “Tapuia”, nesse caso, provavelmente Paiakú. Foi nessa região que os padres Luís Figueira e Francisco Pinto, em 1607, depararam-se com o caos e a devastação deixada pela entrada do Capitão-mor Pero Coelho de Souza alguns anos antes.⁵⁸ É difícil estimar a população desse trecho de litoral antes da expedição de Pero Coelho, mas Frei Vicente do Salvador, na sua *História do Brasil*, nos dá algumas pistas:

[...] chegaram ao rio Jaguaribe, onde acharam os barcos de mantimento. Dali mandou o capitão Pero Coelho um soldado com 70 índios a descobrir campo, os quais tomaram um que andava a comedia, do qual se soube que os seus estavam em arma, e em nenhum modo queria pazes com os brancos. Contudo o contentou o capitão com foices, machados e facas, com que o mandou que os fosse apaziguar, como foi, e ao dia seguinte tornou em busca de um nosso língua, com quem se entendessem, o qual lhe soube dizer tais coisas, e era gentio tão fácil, e desapropriado, que deixando suas casas e lavouras se vieram com mulheres, e filhos, dizendo que não queria senão pazes com os brancos cristãos, e acompanhá-los por onde quer que fosse.

O mesmo fizeram depois os da outra aldeia, à imitação destoutros, e foram todos marchando até o Ceará [...]⁵⁹

⁵⁷ As referências utilizadas para se chegar a esses dados são muito numerosas, listaremos apenas algumas das mais importantes: DANTAS, B. *et al.* *Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico*. In: CUNHA, Manuela C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 437 e 440. Ver também: STUDART FILHO, Carlos. *Os Aborígenes do Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo LXXVI, p. 5-73, 1962 e Tomo LXXVII, p. 153-217, 1963. O capítulo intitulado “Notícias históricas”, traz extensas informações coletadas de diversas fontes sobre todas as tribos citadas acima. Ver também: POMPEU SOBRINHO, Thomas. *Introdução, notas e comentários à Relação do Maranhão*. nota 6, p. 119-121. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Fortaleza: Coleção História e Cultura, Instituto do Ceará, 1967.

⁵⁸ FIGUEIRA, Padre Luís. *Relação do Maranhão*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967. p. 77-79.

⁵⁹ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 113-114.

Pelo relato, pode-se dizer que havia um núcleo populacional de índios Potiguara na região, que teriam sido levados por Pero Coelho em sua campanha na Ibiapaba, onde muitos desses teriam morrido e o restante, provavelmente, foi enviado para Pernambuco, por navio, para serem vendidos como escravos. Que esses índios eram Potiguara, o relato não deixa dúvida, ao referir-se a eles como “gentio tão fácil”. O fato de que eles podiam se comunicar com os “línguas” da expedição também indica uma população Tupi-Guarani, bem como a referência a casas e lavouras. Visto que os Potiguara eram a única tribo do tronco Tupi-Guarani que habitavam a região, fica fácil concluir que os índios referidos no trecho acima eram Potiguara. O padre Luís Figueira, por outro lado, relata encontrar apenas alguns sobreviventes Potiguara na região, em 1607, a maioria deles mulheres, crianças, idosos e alguns homens fugidos. Esses índios contaram para o missionário que seus parentes haviam sido mortos ou escravizados por portugueses e seus aliados “Tapuia”, e que os Potiguara restantes viviam em terror desses “Tapuia” e dos caçadores de âmbar-gris portugueses.⁶⁰ O restante da documentação da primeira metade do século XVII, posterior ao relato do padre Luís Figueira, não reporta nenhuma população Potiguara significativa na região, o que parece indicar que a entrada de Pero Coelho desalojou, definitivamente, a tribo daquele espaço, deixando a região nas mãos de “Tapuias” não identificados, provavelmente Paiakú, Jaguariguara e Anacé.

A costa entre os rios Choró e Curú, especialmente a ribeira do rio Ceará, era dominada pelos Potiguara e representava o principal contingente populacional dessa tribo no Ceará. Vimos que Martim Soares Moreno refere-se a “quatro aldeias” de Potiguara, sob o comando de Jacaúna, na sua nova colônia.⁶¹ As fontes neerlandesas falam de duas ou três aldeias.⁶² Não há estimativa da população Potiguara dessa região, mas é bastante provável que tenha passado da marca de cinco mil índios na virada do século, antes da expedição de Pero Coelho, mas foi

⁶⁰ FIGUEIRA, Padre Luís. *Relação do Maranhão*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967. p. 77-79.

⁶¹ MORENO, Martim Soares. *Relação do Ceará*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967. p. 186.

⁶² “Carta do tenente Hendrick van Ham ao Conselho Supremo do Recife, datada de 19 de Abril de 1638”, traduzida por José Higinio Duarte Pereira, em: PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 268. Aqui, o tenente van Ham fala em duas aldeias.

diminuindo durante a primeira metade do XVII, devido às guerras, doenças e fome. Já em 1638, o tenente Hendrick van Ham testemunhou um festival religioso em que se reuniram mais de 2.500 índios, segundo a sua conta.⁶³ Esse nível de densidade populacional era certamente o segundo maior do litoral do Ceará naquela época, atrás apenas da região da Ibiapaba. Os índios Potiguara dessa região eram também os que estavam em contato mais próximo com os europeus no Ceará, como iremos explorar mais adiante.

Logo após o território dos Potiguara, em direção ao oeste, desde o rio Curú e estendendo-se até o rio Parnaíba e além, a costa era habitada principalmente por Tremembé, uma das tribos ditas “Tapuia”. Os Tremembé eram um povo aparentemente numeroso e bastante belicoso. Relatos da época afirmam sua grande estatura, força física, o uso de machados de pedra em forma de crescente e o grande nomadismo. Eles viviam, sobremaneira, em choupanas temporárias, que construía sempre que mudavam de acampamento, o que faziam frequentemente, e, raramente, faziam plantações, vivendo, prioritariamente, da caça, da pesca e da coleta. Os Tremembé habitavam somente a região costeira, os mangues e as fozes dos rios. Seu estilo de vida parecia estar bastante adaptado a esse ambiente.⁶⁴ Logo após as praias dominadas pelos Tremembé, em direção ao interior, viviam outros grupos “Tapuia”, de que temos pouco conhecimento, mas que eram provavelmente Anacé.

Por fim, na serra da Ibiapaba e no litoral próximo, junto ao rio Camocim, viviam os Tabajara ou Tobajara, a segunda tribo do tronco Tupi a habitar o Ceará. Na verdade, a serra da Ibiapaba era habitada por um grande contingente populacional indígena no início do século XVII, uma população que não era composta apenas pelos Tabajara em si, mas também por diversos outros grupos “Tapuia”, embora os Tabajara desfrutassem, indiscutivelmente, de uma supremacia sobre a região. A Ibiapaba, por conta de concentrar a maior população indígena do Ceará colonial, foi um dos principais pontos de interesse para os europeus na primeira metade do século XVII. Como foi visto anteriormente, a expedição de Pero

⁶³ *Ibidem*, p. 268.

⁶⁴ As informações foram recolhidas principalmente em: POMPEU SOBRINHO, Thomas. Os Tremembés. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo LXV, p. 257-267, 1951.

Coelho de Souza tinha como motivação clara alcançar a Ibiapaba e, se possível, o Maranhão.⁶⁵ Os padres Luís Figueira e Francisco Pinto tinham o mesmo objetivo.⁶⁶



De todos os povos indígenas discutidos aqui, os Potiguara e Tabajara são os mais importantes para a análise que se procura fazer, neste trabalho, da relação entre indígenas e europeus na primeira metade do século XVII, no Ceará. Como já dissemos, os povos de origem Tupi estiveram mais próximos do mundo colonial nos

⁶⁵ “Regimento que há de seguir o Capitão-Mor Pero Coelho de Souza na jornada e empresa, que por serviço de Sua Majestade vai fazer.” Documento da Coleção Studart, publicado em: STUDART, Guilherme. *Documentos para a História do Brasil e Especialmente do Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo XXXIV, 1920, p.231-233.

⁶⁶ FIGUEIRA, Padre Luís. *Relação do Maranhão*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967. p. 76.

séculos XVI e XVII, no Brasil como um todo, devido a uma maior uniformidade linguística, por habitarem próximo à costa e a rios navegáveis, menor grau de nomadismo e maior concentração populacional do que as outras tribos que compartilhavam seu território. Isso também acontecia no Ceará, onde os Potiguara e Tabajara, ao longo do século XVII, foram os índios que mantiveram contatos mais próximos e frequentes com os diferentes exploradores e colonizadores europeus que vieram à capitania. Por essa razão, passaremos agora a nos concentrar na história e na cultura dessas tribos.

Em termos de organização social, aspectos culturais e linguísticos, os Tabajara e Potiguara do Ceará eram, em essencial, semelhantes aos seus parentes Tupi-guarani, tão bem descritos pelos cronistas do século XVI e XVII. Gabriel Soares de Sousa,⁶⁷ Fernão Cardim,⁶⁸ Manoel da Nóbrega,⁶⁹ José de Anchieta,⁷⁰ Pero Magalhães Gândavo,⁷¹ Ambrósio Fernandes Brandão⁷² e Frei Vicente do Salvador⁷³ são os grandes cronistas portugueses que descreveram os povos Tupi-Guarani. Além destes, o relato de Hans Staden sobre seu período como cativo dos Tupinambá⁷⁴ e as crônicas dos franceses da França Antártica e da França Equinocial, nomeadamente Jean de Léry,⁷⁵ André Thévet,⁷⁶ Claude D'Abbeville⁷⁷ e Yves D'Evreux⁷⁸ completam um apanhado bastante significativo das fontes primárias a respeito dos povos Tupi do Brasil. Uma vasta produção historiográfica e etnográfica se debruça sobre a cultura e a história desses índios, de modo que

⁶⁷ SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil**. São Paulo: Edusp – Companhia Editora Nacional, 1971.

⁶⁸ CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e da gente do Brasil**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

⁶⁹ NÓBREGA, Manoel da. **Cartas jesuíticas/Cartas do Brasil**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

⁷⁰ ANCHIETA, José de. **Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)**. São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1988.

⁷¹ GÂNDAVO, Pero Magalhães. **Tratado da terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2002. Publicação eletrônica. **História da província de Santa Cruz**. São Paulo: Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa - USP, 1999. Publicação eletrônica.

⁷² BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das grandezas do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa - USP, s.d. Publicação eletrônica.

⁷³ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Curitiba: Juruá, 2008.

⁷⁴ STADEN, Hans. **Dois viagens ao Brasil**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

⁷⁵ LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

⁷⁶ THÉVET, André. **As Singularidades da França Antártica**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

⁷⁷ ABBEVILLE, Claude de. **História da missão dos padres Capuchinhos na ilha de Maranhão e terras circunvizinhas**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

⁷⁸ D'EVREUX, Yves. **Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614**. São Paulo: Editora Siciliano, 2002.

podemos citar apenas um clássico como *A organização social dos Tupinambá*, de Florestan Fernandes,⁷⁹ para não se alongar excessivamente.

Os autores acima citados são bastante coerentes em atribuir certas características aos grupos tupi-guarani. Em termos de cultura material, ressalta-se que viviam comumente em aldeias, algumas bastante grandes, onde habitavam grandes ocas comunitárias, nas quais diversas famílias moravam juntas. Essas ocas, que variavam em número de acordo com o tamanho da aldeia, ficavam ao redor de uma espécie de praça central, de chão batido, e algumas vezes eram cercadas por paliçadas de madeira e cipó. Dormiam comumente em redes, conheciam a cerâmica e a tecelagem do algodão, com o qual faziam suas redes, algumas roupas e outros enfeites. Seu estilo de vida era seminômade. As aldeias ficavam num local por alguns anos, até exaurirem o solo e a caça nas redondezas, quando então mudavam de local, geralmente dentro da mesma região, embora eles, ocasionalmente, se submetessem a longas migrações também. Em locais de notável fertilidade, as aldeias parecem ter se tornado quase que fixas, com várias delas muito próximas umas das outras. Praticavam uma agricultura de coivara, onde os homens cortavam as árvores e a vegetação mais grossa, onde seria estabelecida uma roça. Após essa limpeza, queimavam o terreno e as mulheres assumiam o trabalho de semear e colher o que produziam. Suas principais culturas eram a mandioca e o milho, além de alguns legumes. Suas armas usuais eram o arco e flecha e o tacape, a pesada maça de madeira sólida com os quais sacrificavam seus prisioneiros e que utilizavam também em combate corpo-a-corpo. As populações tupis eram, usualmente, mais organizadas, mais avançadas tecnicamente (especialmente no que dizia respeito à agricultura) e mais numerosas do que as tribos que encontraram na sua migração ao longo do litoral brasileiro, o que fez com que eles, de modo geral, expulsassem essas populações dos melhores sítios e se tornassem o principal grupo indígena do litoral brasileiro e de partes da Amazônia, quando da chegada dos europeus ao continente, no século XVI.

O que mais unia as diferentes tribos Tupi-guarani e o que as diferenciava das outras tribos do Brasil, entretanto, não era a cultura material. Os costumes, línguas e religião eram mais importantes em marcar essa unidade do grupo e a oposição aos outros povos. A mais significativa dessas características consistia na

⁷⁹ FERNANDES, Florestan. **A Organização social dos Tupinambá**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

prática da antropofagia ritual, restrita aos inimigos capturados em combate. O ritual de execução do prisioneiro com um golpe na cabeça, sendo seu corpo rapidamente preparado para a refeição antropofágica que era compartilhada por todos os membros da tribo vencedora, representa, ao lado da língua, o sinal mais claro de pertencimento de uma determinada tribo ao tronco Tupi-Guarani. Praticavam também uma religião baseada no culto dos ancestrais e de espíritos vários, em geral invisíveis. A organização social era marcada por uma divisão de tarefas baseadas na idade e no sexo e, embora a sociedade fosse pouco hierarquizada e os “chefes” tivessem pouco poder real, havia um sistema de status social que claramente colocava os homens acima das mulheres e, dentro da esfera masculina, elevava os mais idosos, os guerreiros bem-sucedidos (aqueles que capturaram e mataram mais cativos), os que tinham poderes mágicos e os que tinham muitas esposas e filhos em posição social elevada. Era prerrogativa dos anciãos, por exemplo, falar nas reuniões que se faziam entre os homens e na qual se decidiam os assuntos de guerra.

A necessidade imperativa de vingar a morte dos ancestrais mortos pelos inimigos (especialmente se os ancestrais foram consumidos num ritual antropofágico de outra tribo) parece ter sido uma das causas principais dos conflitos intertribais e das numerosas *vendettas* que os cronistas relatam. Gândavo assim se refere à uniformidade dos povos Tupi-Guarani:

[os índios] ainda que estejam divisos, e haja entre eles diversos nomes de nações, todavia na semelhança, condição, costumes, e ritos gentílicos, todos são uns; e se nalguma maneira diferem nesta parte, é tão pouco, que se não pode fazer caso disso.⁸⁰

O mesmo cronista, entretanto, fornece uma descrição bastante concisa do estado permanente de guerra das sociedades tupi da costa brasileira:

Estes índios são muito belicosos e têm sempre grandes guerras uns contra os outros; nunca se acha neles paz nem é possível haver entre eles amizade; porque umas nações pelejam contra outras e matam-se muitos deles, e assim vai crescendo o ódio cada vez mais e ficam inimigos verdadeiros perpetuamente. As armas com que pelejam são arcos e frechas; a coisa que apontarem não na erram, são muito certos com esta arma e muito temidos na guerra, andam sempre nela exercitados. E são muito inclinados a pelejar, e muito valentes e esforçados contra seus

⁸⁰ GÂNDAVO, Pero Magalhães. **História da província de Santa Cruz**. São Paulo: Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa - USP, 1999. Publicação eletrônica. p. 26.

adversários, e assim parece coisa entranha ver dois, três mil homens nus de uma parte e de outra com grandes assobios e grita [sic] frechando uns aos outros; [...]

Depois que comem a carne destes contrários ficam nos ódios confirmados, e sentem muito esta injúria, e por isso andam sempre a vingar-se uns contra os outros.⁸¹

Praticamente todos os cronistas confirmam o relato de Gândavo, de que os ódios e as vinganças eram o principal motivo das guerras intertribais. Para não sermos longos, ficaremos apenas com o texto de Jean de Léry, que diz o seguinte:

Os selvagens se guerreiam não para conquistar países e terras uns aos outros, porquanto sobejam terras para todos; não pretendem tampouco enriquecer-se com os despojos dos vencidos ou o resgate dos prisioneiros. Nada disso os move. Confessam eles próprios serem impelidos por outro motivo: o de vingar pais e amigos presos e comidos, no passado.⁸²

Visto que os Tupi raramente mantinham prisioneiros, a não ser aqueles que estavam marcados para ser mortos e devorados, as suas guerras eram muito sangrentas, em termos de mortandade. Essa crueldade e os motivos aparentemente banais, da perspectiva europeia, para as rixas tribais muito impressionaram os cronistas de modo geral. Tendo em vista que a terra era considerada muito fértil e a alta taxa de natalidade entre os Tupi, o espanhol Cristobal de Acuña chegou a uma conclusão comum a outros cronistas, mas por ele dita de forma muito elegante, ao afirmar que a guerra era “o desaguadouro ordinário de tanta multidão, sem a qual não caberiam naquela terra.”⁸³ Fernão Cardim resumiu a honra dos homens Tupi a “terem muitas mulheres e matarem os inimigos.”⁸⁴ Essa situação já foi chamada de um “complexo guerra-vingança-antropofagia”,⁸⁵ ecoando o trabalho clássico de Florestan Fernandes, que assim resume o objetivo da guerra tupinambá: “o essencial consistia em aprisionar, sacrificar e ingerir ritualmente o maior número possível de inimigos”.⁸⁶

⁸¹ GÂNDAVO, Pero Magalhães. **Tratado da terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2002. Publicação eletrônica.

⁸² LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 183.

⁸³ ACUÑA, Cristobal de. *Apud* FERNANDES, Florestan. **A Função social da guerra na sociedade Tupinambá**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970. p. 64.

⁸⁴ CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e da gente do Brasil**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 90.

⁸⁵ GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630**. Bauru: Edusc, 2007. p. 41.

⁸⁶ FERNANDES, Florestan. **A Função social da guerra na sociedade Tupinambá**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970. p. 44.

A importância da guerra, da vingança e do ritual antropofágico não pode ser minimizada na análise das sociedades Tupi-guarani, incluindo-se aí os Potiguara e Tabajara do Ceará. Elas ajudam a entender as ações desses grupos indígenas frente aos seus inimigos tradicionais e aos europeus. O leitor que se depara com relatos desse período, em que, constantemente, vemos determinados grupos indígenas combatendo contra outros índios ao lado dos brancos, para serem eles mesmos, logo em seguida, atacados pelos antigos aliados europeus, muitas vezes acha difícil compreender como os índios podiam se mostrar tão dispersos e desunidos frente a uma ameaça tão perigosa quanto à representada pelos colonos europeus que invadiam suas terras. Essa, aliás, não é uma reação recente. Muitos cronistas da época colonial se questionavam da mesma maneira. O autor anônimo do *Sumário das Armadas* diz o seguinte:

Dos ciúmes, quem em cabo uns dos outros têm (por respeito dos quaes, dão mui fácil crédito a qualquer suspeita e leve indício) procederam e procedem sempre todas as divisões, guerras e diferenças, que todo este gentio do Brasil entre si tem. E por aqui lhes urdem os portugueses muitas brigas, com que se desavêm umas nações com as outras; com o qual ardil os intrâmos e desbaratamos... que, todos juntos, nunca ninguém poderá com elles, nem os domára.⁸⁷

Expressões semelhantes a essa, sobre a facilidade de convencer os índios do Brasil a lutar uns contra os outros, e afirmações sobre a impossibilidade de conquistá-los, se eles fossem unidos entre si, são comuns entre os cronistas da época, embora o trecho apresentado acima seja, talvez, o mais explícito. O longo histórico de conflitos envolvendo os Potiguara, Tabajara, portugueses e franceses nas costas de Pernambuco ao Ceará era, fundamentalmente, marcado por esse “complexo guerra-vingança-antropofagia”, entrelaçado com a competição ao nível dos impérios coloniais europeus pela posse de partes do litoral do nordeste do Brasil e da mão-de-obra necessária para tocar esses empreendimentos coloniais. Um estudo aprofundado desse histórico de conflitos ao longo do século XVI escapa ao escopo desta dissertação, tendo sido coberto no livro de Regina Célia Gonçalves, intitulado *Guerras e Açúcares*, onde também se encontram extensas referências

⁸⁷ SUMMARIO das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba, escripto e feito por mandado do muito reverendo padre em Christo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a província do Brasil. Apud: GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares:** política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630. Bauru: Edusc, 2007. p. 46-47.

bibliográficas sobre o tema.⁸⁸ É necessário, entretanto, oferecer uma análise mais compacta desses eventos, para contextualizar o tema aqui tratado.

Por volta de 1500, a costa ao norte do rio São Francisco e estendendo-se até o Rio Grande do Norte (e, possivelmente, ao Ceará, já naquela data) estava povoada por três grandes grupos de origem Tupi: Kaeté, Tabajara e Potiguara. Os Potiguara habitavam a região mais ao norte, do rio Goiana até o Rio Grande do Norte, concentrados no vale do rio Paraíba, na Baía da Traição e na serra da Copaoba, no atual Estado da Paraíba. Os Kaeté e Tobajara habitavam ao sul do rio Goiana e até o São Francisco, com territórios aparentemente sobrepostos.⁸⁹ Essas tribos viviam em conflito permanente entre si. A chegada dos portugueses a Pernambuco e à ilha de Itamaracá rapidamente alterou a dinâmica dessas tribos. Os Kaeté foram escravizados em massa, “descidos” para aldeamentos e, posteriormente, completamente dizimados, após terem sido acusados de devorar o bispo Dom Pero Fernandes Sardinha em 1556, junto com outros sobreviventes de um naufrágio nas costas de Alagoas.⁹⁰ Os Tabajara também foram vítimas de expedições escravistas e descimentos, mas parecem ter, muito rapidamente, se aliado aos portugueses de Pernambuco contra seus inimigos tradicionais, Potiguara e Kaeté, muito mais numerosos do que eles próprios. Passando a habitar uma faixa de terra mais para o interior, eles tornaram-se importantes aliados dos portugueses em expedições escravistas e nas guerras contra as outras tribos. Os Potiguara, inicialmente aliados dos portugueses na época em que o Capitão João Gonçalves governou a capitania de Itamaracá (de 1539 até sua morte, alguns anos depois), foram se tornando cada vez mais hostis aos traficantes de pau-brasil e os caçadores de escravos indígenas portugueses, que vinham de Pernambuco, e cada vez mais próximos aos franceses que vinham para explorar o pau-brasil.⁹¹

A partir da década de 1560 e, especialmente, a partir de 1574, houve uma violenta guerra entre portugueses e Potiguara na Paraíba, esses últimos contando com apoio de traficantes de pau-brasil francês, tanto no fornecimento de armas para

⁸⁸ GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630**. Bauru: Edusc, 2007.

⁸⁹ Para essa divisão, consultar a extensa lista de cronistas e obras historiográficas expostas nas páginas anteriores. Ver também: GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630**. Bauru: Edusc, 2007. p. 43.

⁹⁰ Sobre o naufrágio e morte do Bispo Sardinha, ver: SALVADOR. Frei Vicente do. **História do Brasil**. Curitiba: Juruá, 2008. Livro Três, Capítulo 3.

⁹¹ GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630**. Bauru: Edusc, 2007. p. 65.

os índios quanto de soldados europeus para as campanhas. Esse foi um dos maiores conflitos armados do Brasil seiscentista, ao lado da guerra feita à “Confederação dos Tamoios” no Rio de Janeiro e em São Vicente, deixando marcas expressivas na crônica da época. Essa guerra, incrivelmente destrutiva, só seria ganha pela Coroa portuguesa com o apoio dos Tabajara, sob o comando do chefe Piragibe (Braço de Peixe), após mais de três décadas de combates ferrenhos.⁹²

Os Potiguara impressionaram os cronistas da época por sua aguerrida defesa de seu território, sua grande população e sua aparente coesão interna, superior a das outras tribos Tupi do Brasil. O autor do *Sumário das Armadas*, logo após falar da facilidade de convencer os índios do Brasil a lutar entre si, que vimos acima, faz o seguinte comentário a respeito dos Potiguara: “Este artil nos não vai com os pitiguares, que, sendo o maior e mais guerreiro gentio do Brasil, que ocupa do Parahyba até o Maranhão, tão unidos e conformes estão uns com os outros.”⁹³ Fernão Cardim, comparando as diferentes tribos Tupi do Brasil, diz o seguinte: “Os primeiros desta língua se chamão Potyguaras, senhores da Parahyba, trinta léguas de Pernambuco, senhores do melhor pau do Brasil e grandes amigos dos franceses.”⁹⁴ John Remming devota um capítulo inteiro de sua obra de referência sobre os índios do Brasil Colonial, chamada *Red Gold: the conquest of the Brazilian Indians*,⁹⁵ aos Potiguara e à guerra movida pela Coroa portuguesa para conquistar a Paraíba e o Rio Grande deles.

Sobre os Tabajara, sabemos bem menos, exceto que se revoltaram e massacraram uma expedição portuguesa que, supostamente, pretendia escravizá-los e que, logo depois disso, teriam migrado para o Norte, para tentar fazer as pazes com os Potiguara e juntar-se a eles na luta contra os portugueses.⁹⁶ Essa paz, entretanto, não durou muito. Piragibe mandou enviados para o Ouvidor-geral de Pernambuco, Martim Leitão, que era quem comandava a guerra naquela ocasião, à

⁹² A respeito da guerra contra os Potiguara, ver: GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630**. Bauru: Edusc, 2007. Capítulos 1 e 2.

⁹³ SUMMARIO das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba, escripto e feito por mandado do muito reverendo padre em Christo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a província do Brasil. Apud: GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630**. Bauru: Edusc, 2007. p. 47.

⁹⁴ CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e da gente do Brasil**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 101-102.

⁹⁵ HEMMING, John. **Red Gold: the conquest of the Brazilian Indians**. Londres: Pan Macmillan, 2004. Capítulo 8.

⁹⁶ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 148-149.

procura de pazes, em julho de 1585, paz essa que seria confirmada com um encontro entre João Tavares, escrivão da câmara de Olinda, e o Braço de Peixe, no rio Paraíba, em 5 de agosto de 1585.⁹⁷

Se procurarmos compreender a história dessas tribos no Ceará mais especificamente, nos deparamos, inicialmente, com um grande questionamento: em que momento os Potiguara e os Tabajara teriam chegado ao Ceará? Essa pergunta, entretanto, não pode ser respondida com clareza. Thomas Pompeu Sobrinho acreditava que a expedição de Vicente Yañez Pinzon, que teria aportado na baía do Mucuripe, em 1500, encontrou índios que ele julgava serem Tremembé e não tribos do grupo Tupi.⁹⁸ Os Potiguara, em particular, parecem ter chegado às costas cearenses em um período já mais próximo da virada do século XVI para o XVII, o que seria compatível com a opinião de Thomas Pompeu Sobrinho. Seu domínio da costa, em 1603, era apenas parcial e não se tem, virtualmente, nenhuma notícia deles estarem presentes no Ceará antes da expedição de Pero Coelho. Os cronistas que escrevem ainda no século XVI tendem a limitar o território dos Potiguara à Paraíba e o Rio Grande. Assim, parece provável que a população Potiguar do Ceará só tenha se estabelecido aqui já na segunda metade do século XVI, provavelmente como parte de um processo de migração que procurava se afastar dos portugueses em Pernambuco.

Os Tabajara da Ibiapaba, por outro lado, parecem ter estado muito mais bem estabelecidos naquela serra, em 1603, do que seus parentes Potiguara. Seu domínio sobre a população “Tapuia”, que habitava o entorno de seu território, parece ter sido bem firme. Esses fatores fazem crer que sua presença no Ceará seja mais antiga. Talvez tenham chegado na década de 1530 ou 1540, já também fugidos dos colonizadores portugueses de Pernambuco, ou talvez tenham se deslocado para o Ceará antes do contato com portugueses, fugindo dos conflitos contra seus inimigos Kaeté e Potiguara no litoral de Pernambuco e Paraíba, possivelmente antes mesmo de 1500. Essa segunda opção parece mais provável.

É preciso deixar claro que os Potiguara e Tabajara do Ceará não eram tribos sem nenhum antecedente de contato com a sociedade colonial antes da expedição de Pero Coelho de Souza, em 1603. Pelo contrário, eles faziam parte de

⁹⁷ *Ibidem*, p.186-187.

⁹⁸ POMPEU SOBRINHO, Thomas. *Os Tremembés*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo LXV, p. 257-267, 1951.

duas das tribos que primeiro haviam estado em contato com os colonizadores em Pernambuco e Itamaracá, desde a década de 1530. Não se deve confundir a expedição de Pero Coelho com uma ocasião de “primeiro contato” entre indígenas e europeus. Também não se deve descontar os contatos entre a população indígena local e europeus (de diversas nações) ocorridas antes de 1603, quando da passagem de barcos pelo litoral do Ceará. Para além da expedição de Pinzon, já relatada, devemos lembrar as frotas de patrulha enviadas pela Coroa portuguesa para assegurar a posse do litoral brasileiro, ainda nas três primeiras décadas do século XVI, sendo que algumas delas percorram o litoral cearense. Navios franceses certamente estiveram nas costas cearenses, e em contato com os indígenas locais, mas não é possível precisar quando. A própria expedição de Pero Coelho de Sousa conta com um guia, piloto e língua francês, um *truchement*⁹⁹ conhecido apenas pelo apelido indígena de Tuim Mirim (Pequeno Periquito), o qual foi considerado imprescindível para o sucesso da expedição.¹⁰⁰ Jacques Riffault, Adolphe de Montbille, um corsário conhecido como Du Prat, Charles des Vaux e Daniel de La Touche, o Senhor de La Ravardière, a maioria dos quais esteve posteriormente envolvidos no empreendimento da França Equinocial no Maranhão, visitaram as costas desde o Rio Grande até o Maranhão, inclusive o Ceará.¹⁰¹ A bandeira de Pero Coelho encontrou franceses vivendo em meio aos índios Tabajara, na serra da Ibiapaba, em casas de pedra e armados com mosquetes e pólvora, o que sugere um tráfico já bastante estabelecido, em 1603, entre franceses e os Tabajara.¹⁰² Há

⁹⁹ *Truchement* é uma espécie de degredado, fruto de uma prática dos marinheiros franceses no Brasil de deixar para trás alguns homens para aprender as línguas e os costumes dos nativos. Uma especificidade desses casos é que os franceses costumavam usar crianças ou rapazes muito jovens para isso e que esses homens muitas vezes se incorporavam completamente no modo de vida indígena, havendo até mesmo relatos de sua participação nos rituais antropofágicos das tribos. Eram utilizados como tradutores e facilitadores das relações entre os franceses e os povos indígenas. Tuim Mirim parece ser um caso representativo, visto que ele só era conhecido pelo seu nome indígena, aparentemente tendo abandonado seu nome de batismo francês. Diogo de Campos Moreno usa o termo *Truxamante* para se referir a Jerônimo de Albuquerque, o que parece indicar alguma penetração do termo na língua portuguesa da época. Uma interessante análise dos *truchements* e do fenômeno do “endotismo cultural” francês são encontradas em: DAHER, Andrea. **O Brasil Francês: As singularidades da França Equinocial, 1612-1615.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 144-162.

¹⁰⁰ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil.** Curitiba: Juruá, 2008. Livro quarto, capítulo 38.

¹⁰¹ Para informações sobre esses homens e sobre a França Equinocial como um todo, consultar: DAHER, Andrea. **O Brasil Francês: As singularidades da França Equinocial, 1612-1615.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 48. Uma visão da historiografia local sobre esses exploradores pode ser encontrada em THÉBERGE, Pedro. **Esboço sobre a província do Ceará.** Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001 [1869]. Capítulo 2.

¹⁰² SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil.** Curitiba: Juruá, 2008. p. 239-241.

também notícias de que navios neerlandeses frequentavam a região, desde pelo menos 1600, quando Jan Bautista Syens aportou no Mucuripe.¹⁰³

As fontes da primeira metade do século XVII, que serão mais amplamente trabalhadas ao longo deste trabalho, deixam entrever uma grande mobilidade da população indígena entre o Ceará, Rio Grande, Paraíba e Pernambuco. Índios iam e vinham dessas capitânicas com razoável regularidade e informações eram passadas de um grupo a outro nessa região. Em 1638, por exemplo, o tenente Hendrick van Ham reclamava que os índios “...andam todos os dias a correr acima e abaixo, sem ciência minha”¹⁰⁴ e que vão ao Rio Grande vender o âmbar-gris que encontram, ao invés de trocarem o produto com ele, no Ceará. Nada leva a crer que esse movimento tenha sido menor no século XVI, o que indicaria que a população Potiguara e Tabajara do Ceará mantinha contatos com seus parentes mais ao sul e, certamente, recebia alguns relatos sobre os colonizadores. Esses contatos, de algum modo, devem ter se estendido a alguns elementos das tribos ditas “Tapuias”, talvez principalmente os Tremembé, mas parecem ter sido concentrados nos Tabajara e Potiguara. Quando se fala desses índios, portanto, é necessário dar a devida importância para um longo histórico de contato entre eles e os colonizadores europeus e isso tanto quando se fala do Ceará em si, como com a história de contato dessas duas tribos com as frentes colonizadoras vindas de Pernambuco, no século XVI. É importante lembrar que esses índios tinham uma história prévia com os europeus que iriam chegar aqui na primeira metade do século XVII, uma história que iria influenciar sua postura e suas ações frente aos recém-chegados.

¹⁰³ “Journal de Jan Bautista Syens, d’Amsterdam, (de son voyage) à Moucuru en 1600”. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo XXVI, p. 3-6, 1912.

¹⁰⁴ “Carta do tenente Hendrick van Ham ao Conselho Supremo do Recife, datada de 19 de Abril de 1638”, traduzida por José Higinio Duarte Pereira, em: PEREIRA, José Higinio Duarte. PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 269.

2.3 A Conquista da capitania do Ceará pela WIC

No dia 25 de outubro de 1637 uma pequena flotilha, composta por dois iates pertencentes à Companhia das Índias Ocidentais Neerlandesa, lançou âncora na ponta do Mucuripe. Os dois pequenos navios, o *Camphaen*, comandado por Claes Arentz Langman e o *Brack*, comandado pelo Tenente Teunis Jansz, vinham do Recife e traziam 125 soldados das companhias do Capitão Hous e dos Majores Bayer, Bylart e Jan Ernst, mais 50 soldados da guarnição do Castelo Keulen (o antigo Forte dos Reis Magos, no Rio Grande), que apanharam de passagem pelo Rio Grande. Além dessas tropas da WIC, somavam-se à expedição 25 índios nativos do Ceará, também embarcados nos navios. O comandante dessa força era o Major Joris Gartsman (também grafado como George ou Georg Gartsman em certas fontes) e sua missão era conquistar o Forte de São Sebastião, localizado na barra do rio Ceará a pouca distância dali.¹⁰⁵ Numa carta ao Conselho dos XIX, datada de janeiro de 1638, o Conselho Supremo narra assim a tomada do forte:

Escrevemos na nossa carta anterior a respeito da expedição do Ceará: Deus fez a graça de abençoá-la. Tendo os nossos zarpado a 22 de Outubro do Rio Grande, ancoraram a 25 na baía de Mucuripe e na tarde desse mesmo dia começaram a desembarcar, mas como os botes viraram com a arrebentação do mar, tiveram de adiar o desembarque para o dia seguinte, em que todos efetivamente desembarcaram e seguiram para o Ceará com os índios sob o mando do seu rei Algodão, que a noite viera ter com os nossos. Ali chegaram pelas quatro da tarde e primeiramente atacaram algumas casas situadas sobre uma colina junto da cidadezinha de... [sic] de onde podiam descobrir o forte, viram que esse era quadrado, sem flancos especiais, tendo duas torres nos dois ângulos, e o atacaram por dois lados. A muralha do forte era de pedras soltas sobrepostas sem cal, da altura de homem e meio ou dois homens, e foi imediatamente assaltada pelos nossos soldados. Apesar de alguma resistência oposta pela guarnição do forte, os nossos o tomaram, ficando alguns mortos do inimigo e da nossa gente poucos feridos.

A guarnição inimiga compunha-se de 33 homens, que os índios, já rendido o forte, queriam matar, tomando-os aos nossos soldados e oficiais, e foi necessário empregar a força para salvá-los.¹⁰⁶

¹⁰⁵ *Dagelijkshe Notulen* (Notas Diárias) do Conselho Supremo do Recife. Traduzidas e publicadas por: PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 264-265.

¹⁰⁶ “Carta do Conselho Supremo ao Conselho dos XIX, datada de 13 de Janeiro de 1638”. Traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 264-265.

As Notas Diárias do Conselho Supremo¹⁰⁷ oferecem alguns detalhes adicionais, como o número de guerreiros indígena que foram à praia receber os soldados da WIC e marcharam com eles para o assalto ao forte, que eram duzentos homens. O texto também informa que os neerlandeses desceram à praia e fizeram uso de uma pequena peça de artilharia que, presumivelmente, foi usada no assalto ao forte. Esse “rei Algodão” que a carta cita era Diogo Algodão, o Principal da aldeia grande dos Potiguara do rio Ceará, um importante *morubixaba* Potiguara, como veremos à frente. O saldo do combate resumiu-se a dois soldados portugueses mortos, oito feridos e cinco soldados neerlandeses também feridos.

Após a rendição dos soldados portugueses, um desentendimento surgiu entre o Major Gartsman e os Potiguara sobre o destino dos prisioneiros. Esse primeiro desentendimento entre os novos aliados parece pressagiar os problemas que irão acometer o bom relacionamento entre os índios e os soldados e administradores da WIC no Ceará. O destino dos prisioneiros portugueses foi o primeiro desentendimento derivado das matrizes culturais de neerlandeses e indígenas no Ceará, mas não o último.

Nesse caso, em particular, o problema decorria de uma incompatibilidade profunda entre o que os dois lados entendiam serem os objetivos da guerra. Como foi discutido anteriormente, a guerra para as populações de origem tupi-guarani estava, inextricavelmente, ligada ao “complexo guerra-vingança-antropofagia”, na qual um dos principais objetivos das pelejas era o de obter prisioneiros para os sacrifícios e rituais antropofágicos que aplacavam a sede de vingança dos espíritos de seus antepassados e representavam um elo vital na comunicação entre os vivos e os mortos. Embora os índios pudessem travar guerras por acesso a terras mais férteis, por pressões populacionais ou pelo controle de algum ponto importante do terreno, essas razões mais “objetivas” para as guerras encontravam-se subordinadas a uma consciência social na qual as guerras eram reelaboradas como eternas vinganças pela morte dos antepassados, que deveriam ser aplacadas com a morte e o consumo antropofágico dos inimigos.¹⁰⁸ Era, portanto, natural, para eles, que os prisioneiros portugueses capturados no Forte de São Sebastião, justamente

¹⁰⁷ *Dagelijkshe Notulen* (Notas Diárias) do Conselho Supremo do Recife. Traduzidas e publicadas por: PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 264-267.

¹⁰⁸ FERNANDES, Florestan. **A Função social da guerra na sociedade Tupinambá**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970. Livro segundo.

os inimigos que os fizeram chamar a WIC ao Ceará, deveriam ser mortos para expiar o desejo de vingança dos antepassados. Embora a carta não indique isso, é, inclusive, possível que Algodão e seus guerreiros planejassem matar os soldados portugueses em um ritual antropofágico.¹⁰⁹ Em contraste com os propósitos indígenas, os soldados e oficiais da WIC estavam interessados apenas na expulsão dos portugueses do Ceará e na conquista do forte. A morte dos prisioneiros ia contra a moral cristã e a própria ideia de deixar outros europeus, mesmo inimigos, serem mortos e, possivelmente, devorados por indígenas brasileiros era algo impensável. É interessante que neerlandeses e índios não chegam a qualquer entendimento quanto a essa questão: O Major Gartsman teve que usar da força e da intimidação para garantir a segurança de seus prisioneiros.

Apesar do incidente, a WIC havia conquistado o Forte de São Sebastião e se estabelecia no comando da capitania do Ceará. O Major Gartsman marchou de volta para o Rio Grande com parte de seus homens e dos prisioneiros, mandando o resto seguir de navio. O Forte de São Sebastião ficou sob os cuidados do Tenente Hendrick van Ham e uma guarnição de 45 homens. Esses homens representavam toda a força da WIC na capitania e estavam cercados de índios por todos os lados e por grande distância. O assentamento “europeu” mais próximo era o Forte dos Reis Magos e a cidade de Natal, a mais de quatrocentos quilômetros de distância. O forte do Ceará representava, na época, um dos pontos mais isolados do Brasil Holandês.

No que concerne à problemática desenvolvida neste trabalho, o aspecto mais interessante da tomada do Forte de São Sebastião pelas forças da WIC, entretanto, não está narrado acima. O que há de mais significativo nesse episódio deve ser buscado meses antes, por volta de julho ou agosto de 1637, quando um grupo de indígenas vindo do Ceará chegou ao Recife. Uma carta enviada ao Conselho dos XIX, o órgão diretor da WIC nas Províncias Unidas, em 25 de agosto de 1637 narra o encontro entre esses índios e os membros do Conselho Supremo:

Chegaram aqui, há algum tempo, dois índios do Ceará, cujo bando em número de cerca de 40 pessoas ficara no Rio Grande. Declararam ter sido pelos seus enviados para pedir-nos que tentássemos um empreendimento,

¹⁰⁹ O ritual antropofágico foi rapidamente desaparecendo da cultura Tupi, ao longo do século XVI, sob pressão europeia, para quem a antropofagia era abominável. Sua existência, por volta de 1630, mesmo entre os Potiguara cearenses, que nunca tinham sido aldeados, é incerta, embora ela ainda fosse praticada no Maranhão por ocasião da expedição francesa que fundou a França Equinocial, em 1611. Não é possível dar uma resposta definitiva se a antropofagia continuava a ser praticada no Ceará, na época.

pois eles queriam entregar-nos o castelo do Ceará, ajudar-nos a expelir os portugueses e fazer-nos senhores daquela região; e, para nos animar, disseram que havia naquelas cercanias belas salinas que poderiam dar muito sal, como encontrariam também muito âmbar e algodão. Estávamos bem dispostos a tentar o cometimento; mas como todos os nossos navios se achavam no mar diante da Bahia e ainda não estava finda nossa expedição à Mina, pelo que então a ocasião não foi oportuna, nem o foi desde então, contentamos os índios (com presentes) e dissemos que voltassem a reunir-se com os seus no Rio Grande, prometendo-lhes que, apenas nos pudéssemos preparar, enviaríamos uma frota ao Ceará; e assim partiram. Entretanto aguardaremos uma ocasião oportuna para de passagem apoderarmos-nos desse lugar e assim repelir os portugueses para mais longe de nossas fronteiras.¹¹⁰

Outra carta, datada de 17 de Novembro do mesmo ano de 1637, nos informa sobre o desenrolar da questão:

Em nossa carta anterior avisávamos à VV. SS. que um bando de índios do Ceará aqui viera ter para pedir aliança conosco e nos mover a expedir tropa que tomasse o castelo e vencesse os portugueses, e assim fazermo-nos senhores daquela capitania, prometendo eles o auxílio e a assistência de todos os índios que habitam no Ceará e suas vizinhanças.

Por muito tempo os detivemos com boas palavras, esperando ocasião oportuna, mas como eles continuaram a insistir, e finalmente pediram que resolvêssemos, pois queriam voltar para sua terra, examinamos mais atentamente a importância e a exequibilidade da empresa, e achamos que podia ser efetuada com uma pequena força, cuja ausência não nos enfraqueceria aqui, bem como não nos pareceu conveniente despedir esses índios malgrados no seu intento e portanto descontentes. Assim resolvemos mandar ao Ceará os iates Brack e Camphaen com 125 soldados sob o comando do Major Joris Gartsman. Fizeram-se daqui vela em 11 de Outubro. Queira o Senhor Deus conceder-lhes sua proteção! Aguardamos todos os dias a notícia dos acontecimentos, a qual não pode tardar muito.¹¹¹

Essa verdadeira “embaixada” indígena havia andado cerca de 700 quilômetros, do rio Ceará a Recife, tinha sido recebida pelos mais altos oficiais do governo do Brasil Holandês e conseguido que a poderosa Companhia das Índias Ocidentais Neerlandesa mobilizasse homens e navios para atender ao seu pedido. Esse notável feito dos Potiguara do Ceará aponta para a complexa dinâmica das relações entre as metrópoles europeias e as populações indígenas do Brasil, num contexto de guerra acirrada entre aquelas metrópoles. Não se pode duvidar, a partir

¹¹⁰ “Carta do Conselho Supremo para o Conselho dos XIX, datada de 25 de Agosto de 1637” traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higino Duarte. PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandez no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 263-264.

¹¹¹ “Carta do Conselho Supremo para o Conselho dos XIX, datada de 17 de Novembro de 1637” traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higino Duarte. PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandez no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 264.

dos documentos acima expostos, que os índios conseguiram manobrar dentro da complicada teia de alianças e interesses que a guerra criou, obtendo concessões vantajosas para eles mesmos junto às metrópoles colonizadoras, pelo menos em certos momentos.

Em um excelente texto de introdução à história indígena no Brasil, Manuela Carneiro da Cunha se refere a uma questão muitas vezes esquecida pela historiografia especializada: a de que toda política indigenista pressupõe uma política indígena.¹¹² A política indigenista das potências europeias não age sobre o vácuo, um objeto amorfo, mas sim sobre sujeitos históricos, os índios, que agem e reagem frente às situações concretas que se formam a partir do contato entre esses dois pólos. Nas palavras da autora:

Ora, não há dúvida de que os índios foram atores políticos importantes de sua própria história e de que, nos interstícios da política indigenista, se vislumbra algo do que foi a política indígena: Sabe-se que as potências metropolitanas perceberam desde cedo as potencialidades estratégicas das inimizades entre grupos indígenas: no século XVI, os franceses e os portugueses em guerra aliaram-se respectivamente aos Tamoios e Tupiniquins [...]

Essa política metropolitana requer a existência de uma política indígena: os Tamoio e os Tupiniquins tinham seus próprios motivos para se aliarem aos franceses e portugueses.¹¹³

Esses dois lados da mesma equação, política indigenista europeia e política indígena, constituem o foco desse tópico. O que levou esse grupo de índios a ir ao Recife procurar ajuda? Por que o Conselho Supremo agiu no sentido de atender ao pedido desses índios? Essas questões são importantes porque os acontecimentos que envolvem a vinda da WIC para o Ceará em 1637 formam o substrato no qual todas as subsequentes ações dos dois lados, ao longo de dezessete anos, se baseiam. Só é possível compreender a atitude dos índios e dos oficiais neerlandeses no Ceará dentro do contexto maior da política indigenista da WIC no Brasil e do posicionamento da população indígena do Ceará quanto à guerra entre luso-brasileiros e neerlandeses.

¹¹² Nesse caso, política indigenista refere-se ao conjunto de leis, práticas e atitudes das metrópoles europeias que dizem respeito aos povos indígenas, nas suas mais variadas formas. A política indígena, por outro lado, constitui-se das ações e atitudes dos índios que dizem respeito ao seu contato com a sociedade colonial.

¹¹³ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Introdução a uma história indígena*. In: CUNHA, Manuela C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 18.

A política indigenista da WIC foi amplamente estudada pela historiografia especializada no Brasil Holandês. Alfredo de Carvalho, por exemplo, disse que uma das “preocupações constantes da política dos invasores holandeses no Brasil Oriental foi, sem dúvida, a aliança das tribos indígenas do país, aliança que procuraram angariar e manter por todos os meios”.¹¹⁴ José Antônio Gonsalves de Mello se referiu, desse modo, à política de aliança dos neerlandeses: “Manter a amizade de uns e outros [tupis e tapuias] foi um dos constantes cuidados da Companhia”.¹¹⁵ A política indigenista neerlandesa não era essencialmente diferente da política teoricamente apregoada pela Coroa portuguesa. No caso português, entretanto, a política oficial da Coroa esteve sempre em fluxo, em alguns momentos influenciada pelos jesuítas no sentido de oferecer mais proteção aos índios, e, em outros momentos, pelo bloco de interesse dos colonos em obter mão-de-obra barata para a economia colonial. “Contraditória, oscilante, hipócrita: são esses os adjetivos empregados, de forma unânime, para qualificar a legislação e a política da Coroa portuguesa em relação aos povos indígenas do Brasil colonial”, assim se refere Beatriz Perrone-Moisés, a respeito do tema.¹¹⁶ A WIC foi, inicialmente, mais categórica em seus pronunciamentos sobre a liberdade indígena e mais consistente na sua política de alianças, embora não tenha escapado completamente às pressões para se comportar de maneira diferente, especialmente nos casos periféricos, como veremos.

Os altos ideais com que a WIC havia esboçado sua política indigenista para o Brasil tinham sido escritos antes mesmo que armada que conquistou Olinda e Recife, em 1630, tivesse zarpado de Texel. A origem da legislação e da política indigenista da WIC no Brasil encontra-se no *Regimento* que foi passado para os futuros governantes do Brasil Holandês embarcados naquela armada, um documento que detalhava a forma de governo a ser implantada nas futuras conquistas da Companhia no Brasil. No décimo parágrafo daquele documento, lê-se:

¹¹⁴ CARVALHO, Alfredo de *apud* MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro: TopBooks Universidade Editora, 2001. p. 207.

¹¹⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro: TopBooks Universidade Editora, 2001. p. 212.

¹¹⁶ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*. In: CUNHA, Manuela C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115.

“Será respeitada a liberdade dos espanhóis, portugueses e naturais da terra”.¹¹⁷

Mais à frente, no parágrafo quinze, lê-se:

Os Conselheiros tratarão também de prevalecer-se de todas as ocasiões para fazer a amizade, trato e comércio com os Senhores e povos vizinhos, bem como pactos e alianças que redundem em detrimento e enfraquecimento do Rei de Espanha.¹¹⁸

Esse regimento garante, em termos bastante amplos, a liberdade dos “naturais da terra”, sem exceções. Autoriza, também, o governo do Brasil Holandês a estabelecer alianças com povos nativos contra o “Rei de Espanha”, nesse caso, referindo-se ao monarca Habsburgo que, pela União Ibérica, também governava Portugal. Esses foram os pilares da política indigenista da WIC: garantia de liberdade para a população indígena e estabelecimento de alianças contra a Coroa ibérica.

Havia uma motivação ética e ideológica por trás dos pronunciamentos contidos no regimento acima citado, que era a de justificar para o próprio público neerlandês, e para a Europa de modo geral, a legitimidade da ocupação do Brasil pela WIC, em oposição à “tirania ibérica e papista” contra os índios. De fato, havia uma grande atividade panfletária nas Províncias Unidas que relacionava a tirania ibérica contra os nativos no Novo Mundo com a opressão da monarquia dos Habsburgo nos Países Baixos, o que faria dos índios e dos neerlandeses “aliados naturais” contra o opressor espanhol. Nas palavras de Marcus Meuwese:

The idea that the indigenous inhabitants of Brazil would align themselves with the Dutch was mainly derived from already existing English and Dutch anti-Spanish propaganda equating Spanish tyranny in Europe with Spanish oppression in the Americas. Since the outbreak of the Dutch Revolt in the 1560s, Dutch rebels had painstakingly promoted and published pamphlets and works that supposedly revealed the brutal treatment of Native Americans by the Spanish Crown. In using the trope of global Spanish tyranny, these propagandists concluded that the Indian peoples were “natural allies” in the Dutch struggle against the Spanish Crown.¹¹⁹

¹¹⁷ “Regimento do governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Occidentaes”. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, Typographia Universal, Tomo V, p. 289-352, 1886. p. 292.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 294.

¹¹⁹ MEUWESE, Marcus P. “**For the peace and well-being of the country**”: Intercultural mediators and Dutch-Indian relations in New Neatherland and Dutch Brazil, 1600-1664. Tese de Doutorado defendida na University of Notre Dame, Notre Dame, Indiana, Setembro de 2003. Disponível em: < <http://etd.nd.edu/ETD-db/theses/available/etd-09272003-005338/unrestricted/MeuweseMP092003.pdf> >. Acessado em: 19 de setembro de 2010. p. 31.

As Províncias Unidas, diferentemente de Portugal, eram uma república na qual a opinião pública tinha um peso considerável na condução da política colonial. A WIC, diferentemente da Companhia das Índias Orientais Neerlandesa (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*, ou VOC), estava constantemente no vermelho e dependia fortemente dos Estados Gerais para garantir empréstimos e verbas públicas para seus empreendimentos, o que a tornava mais vulnerável às pressões da opinião popular.¹²⁰

As Províncias Unidas eram, também, o mais importante centro da filosofia humanista na Europa, o país para onde homens como René Descartes e Spinoza haviam fugido para escapar das perseguições em seus próprios países, destino que, mais tarde, John Locke também seguiria. O país era também o lar de filósofos e juristas como Erasmo de Roterdã, Hendrick Hondius, Justus Lipsius e Hugo Grotius.¹²¹ Não é de se espantar, portanto, que o longo debate que começou na Europa com a notícia da descoberta da América e da nova humanidade que a habitava, e que teve expoentes do nível de Bartolomé de Las Casas e Michel de Montaigne, tenha influenciado a política indigenista da WIC. A leitura feita pelos humanistas europeus sobre a cultura indígena e o nascente mito do “bom selvagem”, entretanto, tinham muito pouco em comum com a cultura dos povos indígenas em questão. Achava-se, por exemplo, que os índios iriam ser “aliados naturais” dos neerlandeses no Brasil e que iriam se revoltar, em massa, contra a opressão portuguesa. Tinha-se, também, a ideia de que era possível levar a civilização europeia (e o trabalho europeu) aos índios, de maneira pacífica, desde que se garantisse um vago ideal de “liberdade” para eles. Os índios iriam adquirir hábitos e modos de pensar “civilizados”, desde que eles pudessem ser ensinados.¹²² O choque entre essa versão idealizada da cultura indígena e aquilo que a WIC, de fato, encontrou nos povos nativos do Brasil foi o motivo de diversos conflitos e desentendimentos entre neerlandeses e índios, inclusive no Ceará.

¹²⁰ O perpétuo estado de precariedade financeira da WIC é amplamente documentado na obra de: WÄTJEN, Hermann. **O Domínio colonial holandês no Brasil: Um capítulo da história colonial do século XVII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 (Bibli. Pedagógica Brasileira. Serie 5ª. Brasileira; v. 125).

¹²¹ ISRAEL, Jonathan. **The Dutch Republic: Its rise, greatness, and fall - 1477-1806** (Oxford History of Early Modern Europe). New York: Oxford University Press, 1998. Capítulo 24.

¹²² MEUWESE, Marcus P. **“For the peace and well-being of the country”**: Intercultural mediators and Dutch-Indian relations in New Neatherland and Dutch Brazil, 1600-1664. Tese de Doutorado defendida na University of Notre Dame, Notre Dame, Indiana, Setembro de 2003. Disponível em: < <http://etd.nd.edu/ETD-db/theses/available/etd-09272003-005338/unrestricted/MeuweseMP092003.pdf> >. Acessado em: 19 de setembro de 2010. p. 31-35.

Não descontando esses fatores de ordem moral, ética e ideológica, havia também abundantes razões práticas para que a WIC cortejasse os índios do Brasil como aliados. Inicialmente, as autoridades neerlandesas foram excessivamente otimistas quanto à capacidade dos soldados da Companhia de conquistarem e assegurarem o controle do Brasil frente às tropas de linha portuguesas. Na primeira metade do século XVII, o exército das Províncias Unidas havia adquirido a reputação de ser um dos melhores da Europa, capaz de enfrentar a fina flor do exército espanhol de Flandres com sucesso.¹²³ As poucas defesas da costa brasileira e as condições do exército português, considerado mal preparado e equipado, inspiravam confiança na habilidade da WIC de, rapidamente, apoderar-se do País. A realidade da guerra nos trópicos e a bem-sucedida tática luso-brasileira de utilizar-se de emboscadas para controlar o terreno para além das poucas praças-fortes onde o exército da WIC havia se aquartelado demonstraram a necessidade de se adaptar a outra realidade de guerra.¹²⁴ O valor dos guerreiros indígenas, adaptados ao terreno, à alimentação e ao estilo de guerra do Brasil, baseado em emboscadas e tocaias, mostrou-se cada vez mais importante. Quando a zona rural foi, finalmente, submetida, passou-se a dar importância ao papel da população indígena como contrapeso aos colonos portugueses e, especialmente, aos escravos africanos.

Finalmente, o valor dos índios como peças importantes para o funcionamento da economia colonial também ficou abundantemente claro quando a Companhia se consolidou no controle da zona rural de Pernambuco e das demais capitanias. Os índios eram importantes fontes de trabalho temporário para os empreendimentos coloniais; eram também amplamente utilizados como carregadores, remadores, caçadores e pescadores, fornecendo muito dos itens de subsistência consumidos no Brasil. Escravos indígenas que trabalhavam diretamente nas lavouras de cana e nos engenhos também existiam, apesar de serem cada vez mais raros durante o século XVII.

¹²³ ISRAEL, Jonathan. **The Dutch Republic: Its rise, greatness, and fall - 1477-1806** (Oxford History of Early Modern Europe). New York: Oxford University Press, 1998. Capítulo 12. Para uma visão mais geral sobre as inovações militares introduzidas no período pelo exército das Províncias Unidas, ver também PARKER, Geoffrey. **The Military revolution: Military innovation and the rise of the West 1500-1800**. Segunda Edição. New York: Cambridge University Press, 2007. Capítulos 1 e 2.

¹²⁴ Para uma análise sobre as diferenças entre a “guerra europeia” e a “guerra brasileira”, consultar: MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2ª Edição revista e aumentada, 1998.

O bem-informado Frei Manoel Calado, no seu *Valeroso Lucideno*, oferece uma das mais sucintas avaliações do papel do elemento indígena na guerra luso-holandesa no Brasil ao falar do papel dos índios na conquista da Capitania de Pernambuco: “os malvados, os ingratos índios Pitiguares, e Tapuias foram a causa, e o principal instrumento de os holandeses se apoderarem de toda a Capitania de Pernambuco, e de a conservarem tanto tempo”.¹²⁵ As palavras do cronista anunciam aquela que será a opinião de vários estudiosos do assunto, ou seja, a de que a capacidade dos neerlandeses de forjar alianças com os povos indígenas do Brasil foi fundamental para a conquista e manutenção do Brasil Holandês e que os Potiguara (ou Pitiguara) tiveram papel preponderante nesse processo.

O conde Maurício de Nassau assim se refere à questão do papel da aliança com os índios e dos modos como essa deveria ser mantida, em um relatório aos Estados Gerais das Províncias Unidas:

da amizade dos índios depende em parte o sossego e a conservação da colônia do Brasil e que se tendo isto em vista deve-se-lhes permitir conservar a sua natural liberdade, mesmo aos que no tempo do rei da Espanha caíram ou por qualquer meio foram constringidos à escravidão, como eu próprio fiz, libertando alguns. Ordens devem ser dadas, também, para que não sejam ultrajados pelos seus *commandeurs* ou alugados a dinheiro ou obrigados contra sua vontade a trabalhar nos engenhos; ao contrário, deve permitir-se a cada um viver do modo que entender e trabalhar onde quiser, como os da nossa nação. Se agirmos de modo contrário, mantendo-os como escravos, é de esperar que seguirão o exemplo dos do Ceará e das Salinas; atacaram os moradores do interior, tornarão os caminhos inseguros, sem que se possa impedi-los nisso.¹²⁶

Tendo em vista esses elementos, entende-se o motivo pelo qual o Conselho Supremo da WIC no Brasil se dispôs a aceitar o pedido daquela “embaixada” indígena do Ceará que havia chegado ao Recife em 1637, em troca da futura “amizade” prometida pelos índios. Vale ressaltar que, no momento em que os índios do Ceará chegaram ao Recife, a WIC encontrava-se em uma situação bastante delicada e de relativa vulnerabilidade. O grosso do exército da Companhia encontrava-se em campanha junto ao rio São Francisco, contra as tropas do Conde

¹²⁵ CALADO, Frei Manoel. **O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade**. Recife: CEPE, 2004. Vol. 1. p. 67.

¹²⁶ “Relatório do conde de Nassau aos Estados Gerais, sem lugar nem data, apresentado em sessão de 27 de setembro de 1644”, traduzido e publicado por: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 210. A referência ao “exemplo dos do Ceará e das Salinas” refere-se à revolta de 1644, que será discutida extensamente no capítulo 3.

Bagnuolo, a armada executava uma ação de bloqueio contra a Bahia e, ao mesmo tempo, uma expedição à África, com o objetivo de conquistar o Castelo de São Jorge da Mina, na Guiné, ainda não havia retornado. As guarnições das praças-fortes da WIC estavam em níveis mínimos, havia poucos navios e suprimentos nos armazéns.¹²⁷ Todos esses fatores são, inclusive, apontados na primeira carta do Supremo Conselho.

Isso não impediu os membros do Conselho de pensar em acatar ao pedido indígena, embora o tenham deferido em primeira instância. O Supremo Conselho parece ter calculado, corretamente, que a população indígena do Ceará era razoavelmente numerosa e encontrava-se, até aquele momento, pouco comprometida tanto com operações de guerra quanto com as atividades da economia colonial. Representavam, portanto, o último grande contingente populacional indígena no nordeste brasileiro ainda possível de ser cortejado para uma aliança com a WIC, com exceção das tribos “Tapuias” do interior. De fato, em todo o litoral do rio São Francisco ao rio Parnaíba, os Potiguara e Tabajara do Ceará representavam o último grande núcleo populacional Tupi que não estava aldeado ou escravizado. Eram uma verdadeira mina de ouro, por assim dizer.

Embora, como foi discutido acima, a WIC tivesse várias razões para prontamente aceitar uma aliança com os índios do Ceará, é necessário enfatizar que foram os índios que procuraram a aliança, em primeiro lugar, em 1637. É verdade que a WIC, assim que capturou Olinda e Recife, tenha tentado convencer os índios das capitanias vizinhas a Pernambuco a se levantar contra os portugueses. Uma pequena expedição, composta por alguns poucos soldados, alguns mediadores indígena e um português de origem judaica, chamado Samuel Cochin (ou Cohen), chegou a ser enviada ao Ceará para negociar com os índios locais. Essa expedição não atingiu nenhum de seus objetivos, embora seja possível que índios do Ceará tenham sido contatados e instados a se revoltar contra os portugueses.¹²⁸ Nenhuma outra atividade desse tipo parece ter acontecido até 1637, mesmo depois que o Forte dos Reis Magos no Rio Grande havia sido conquistado e que tivesse sido formada uma espécie de aliança com a tribo que os neerlandeses conheciam como

¹²⁷ BOXER, Charles R. **Os Holandeses no Brasil (1624-1654)**. Recife: CEPE, 2004. p. 98-120.

¹²⁸ MEUWESE, Marcus P. **“For the peace and well-being of the country”**: Intercultural mediators and Dutch-Indian relations in New Neatherland and Dutch Brazil, 1600-1664. Tese de Doutorado defendida na University of Notre Dame, Notre Dame, Indiana, Setembro de 2003. Disponível em: < <http://etd.nd.edu/ETD-db/theses/available/etd-09272003-005338/unrestricted/MeuweseMP092003.pdf> >. Acessado em: 19 de setembro de 2010. p. 61-63.

“Janduís”, índios “tapuia” do interior do Rio Grande. Em 1637, o Ceará havia sido totalmente esquecido pelo governo do Brasil Holandês, que estava muito mais preocupado com sua fronteira sul e com a África. É preciso, portanto, procurar os instigadores da conquista do Ceará entre os índios. As fontes deixam bem claro o papel ativo que aqueles sujeitos, e aqui nos referimos principalmente aos líderes das aldeias Potiguara do rio Ceará, tiveram nos eventos que levaram à conquista do Forte de São Sebastião pelas forças neerlandesas.

Os índios tinham uma notável capacidade de, ativamente, influir nos acontecimentos envolvendo a guerra, como se pode observar nas cartas do Conselho Supremo acima citadas. Não apenas foram ao Recife por conta própria, mas utilizaram-se de uma linguagem bastante interessante para pronunciar sua petição ao Conselho Supremo. Logo ao pedir a intervenção da WIC, eles acenam com uma contrapartida, oferecendo ajudar na conquista do forte e na defesa do território após o estabelecimento da WIC no Ceará. Em seguida, mostram as potenciais riquezas do território em sal, algodão e âmbar. Os índios demonstram uma clara habilidade de dialogar com a cultura colonial europeia, ou pelo menos de compreendê-la o suficiente para direcioná-la para seus próprios fins. Ao pedir ajuda, eles acenam com potenciais oportunidades de lucro e uma promessa tácita de aliança futura, caso a Companhia precise de seus serviços militares. Após serem, inicialmente, recusados, eles também não abandonam a iniciativa, ameaçando retirar-se de volta ao Ceará e, portanto, forçando a questão com a Companhia, que acaba se rendendo às pressões indígenas e promovendo o ataque, pois “não era conveniente” deixar os índios irem embora sem firmar a aliança.

Não só a existência de uma ativa política indígena, frente aos europeus, está abundantemente demonstrada; pode-se inclusive argumentar que a situação de prolongada guerra entre a Coroa portuguesa e a WIC permitiu que determinados setores da população indígena, por algum tempo, virassem ao avesso a tradicional estratégia das potências europeias de explorar as divisões entre os povos indígenas. Naquele momento, determinados grupos indígenas puderam explorar as divisões entre os diferentes países europeus para seus próprios fins. Devido à sua importância, em diversos aspectos, para o esforço de guerra de ambos os lados do conflito, a população indígena do Brasil se viu em uma posição onde eles foram cada vez mais forçados a tomar lados no conflito (com resultados muitas vezes devastadores para eles mesmos), mas, ao mesmo tempo, onde podiam barganhar

com os colonizadores em busca de vantagens para si. Entendemos que a iniciativa dos índios do Ceará de ir ao Recife requisitar ajuda da WIC deve ser encarada como um episódio onde tal tipo de barganha tenha sido conduzida de maneira bem sucedida por esses índios, tendo eles obtido, dos europeus, aquilo que queriam. Tal afirmação não ignora o fato de que tais “negociações” eram realizadas com base em posições obviamente assimétricas, mas apenas tenta realçar o fato de que a população indígena tentou, ativamente, trilhar um caminho que os beneficiasse, seja em oposição ou em barganhas com os colonizadores europeus, e que o episódio da conquista do Ceará pela WIC deve ser encarado como um episódio bem-sucedido desse esforço por um determinado grupo indígena. Mais do que espectadores ou participantes secundários de uma guerra que não era sua, recrutados como guerreiros ou trabalhadores braçais, devemos encarar esses índios como participantes ativos dos acontecimentos da época, embora, obviamente, seu campo de ação fosse, muitas vezes, limitado.

Essa argumentação, entretanto, não deve ser levada a grandes extremos. A realidade do contato entre os povos indígenas do Brasil e a sociedade colonial que se criava é tragicamente monótona quanto ao destino dessas tribos. Os que resistiam vigorosamente à ocupação acabaram completamente exterminados. Aqueles que, de algum modo, acomodavam o colonizador acabavam sendo vítimas de um processo perverso que os condenava a uma morte mais lenta, por um misto de doenças, excesso de trabalho e mortes em guerras com as tribos hostis em que eles eram frequentemente alistados, para não falar na miscigenação e supressão de sua cultura tradicional, relegando os poucos sobreviventes a uma existência como mestiços e caboclos na periferia da sociedade brasileira. Muitas tribos que ativamente colaboraram com os colonizadores deixaram de existir como sociedades funcionais, do mesmo modo que aquelas que resistiram a seu avanço. Para a maioria dos índios em contato com a sociedade colonial, as alternativas se resumiam à colaboração ou ao extermínio.¹²⁹

Houve, entretanto, momentos e locais em que a margem de ação indígena foi maior do que isso. Em locais periféricos, onde a força de repressão da sociedade colonial tinha dificuldade em se impor, e em momentos de crise, os índios

¹²⁹ Um excelente estudo a respeito dessa trágica tendência de destruição de todas as tribos que entravam em contato com a sociedade colonial, independentemente de terem sido colaboradoras ou adversárias dos colonizadores, pode ser encontrado em: HEMMING, John. **Red Gold: the conquest of the Brazilian Indians**. Londres: Pan Macmillan, 2004.

puderam extrair mais concessões da sociedade colonial. Neste trabalho, procura-se argumentar que essa era a situação do Ceará na década de 1630: uma capitania pobre e periférica em termos econômicos, distante da principal frente de combate entre as duas potências europeias. Essas condições mostraram-se propícias para ações de cunho mais independente por parte da população indígena local, que se aproveitou das possibilidades abertas pela guerra para, de algum modo, procurar vantagens junto às metrópoles europeias.

É difícil saber exatamente o que levou os indígenas do Ceará a se indisporerem com os portugueses do Forte de São Sebastião e procurarem se aliar com a WIC. A própria presença dos portugueses no Ceará dependia muito das relações pessoais estabelecidas entre o capitão-mor Martim Soares Moreno e os índios Potiguara, em especial com o morubixaba Jacaúna. Em 1631, essa relação havia sido rompida. Jacaúna muito provavelmente já estava morto nessa data, quando Martim Soares Moreno levou um grande contingente de guerreiros indígenas do Ceará para lutar na guerra de Pernambuco, para nunca mais voltar ao Ceará. Novas figuras de liderança entre os indígenas aparecem, mais notadamente as figuras de Diogo Algodão e Francisco Caraya, que discutiremos no próximo capítulo. Os sucessores de Martim Soares Moreno no cargo de capitão-mor do Ceará não conseguiram manter o mesmo nível de amizade com esses novos líderes, por razões que não se pode precisar. Um trecho de uma carta de Jacome Raimundo de Noronha, governador do Estado do Maranhão, indica o nível de tensão já existente entre índios e soldados portugueses no Ceará:

A capitania do Ceará está distante desta do Maranhão 150 léguas, aonde senão pode ir senão uma vez por ano, que é na monção de janeiro, e por esta razão pode ser mal socorrida desta capitania. E agora ao presente tive cartas do capitão que lá está, que me mandou por terra por uns negros que com muito trabalho cá chegaram, nas quais me diz estar em grande aperto ele e os soldados e moradores, que por todos devem ser trinta pessoas brancas, pelo grande risco que correm suas vidas, assim pela fome que padecem como pelo gentio. E aldeias que até agora foram nossas amigas e confederadas estarem levantadas contra nós por prática que tem dos inimigos holandeses que estão em Pernambuco e no Rio Grande, com os quais tem comércio e amizade o dito gentio. E como de Pernambuco não lhe pode ir socorro, nem de cá do Maranhão, visto o grande perigo das vidas em que estão todos, se ainda forem vivos Vossa Majestade devia mandar se recolhesse a gente branca com as armas e munições que há no forte a esta capitania do Maranhão, porquanto na parte em que estão não tem defesa nenhuma por razão do gentio estar da parte dos holandeses e

eles serem poucos que qualquer patacho [tipo de navio pequeno] de inimigos que vier os ande a tomar todos.¹³⁰

A carta, datada de 23 de maio de 1637, antecede a conquista do Ceará em, pelo menos, seis meses, mas é impressionante a maneira como o governador do Estado do Maranhão prevê os acontecimentos. O forte do Ceará, de fato, seria conquistado por uma pequena força naval enviada de Recife, alguns meses depois, exatamente como o governador previa nessa carta. O ponto mais interessante, entretanto, é seu relato de que os “gentios” do Ceará encontravam-se já rebelados algum tempo antes da chegada das tropas da Companhia ao Ceará. Parece que, de fato, os índios decidiram pegar em armas contra os portugueses do forte, antes mesmo de enviarem seus enviados à Recife, embora a conquista do forte só tenha sido possível após a chegada de tropas regulares da WIC. O forte do Ceará, por mais precário que fosse, devia representar ainda um obstáculo quase impossível de ser vencido por uma força puramente indígena. As muralhas, a artilharia e as armas de fogo, embora em pequeno número e situação precária, seriam suficientes para causar grandes danos a uma força indígena que resolvesse atacar o forte sem estar a par dos “métodos usuais” que as tropas da WIC usaram para conquistar o dito forte. Outros fortes, mesmo pequenos, que foram atacados por forças indígenas, ao longo do século XVI, especialmente nas guerras contra os Potiguara na Paraíba, foram capazes de resistir a ataques por forças indígenas muito mais numerosas que as suas, o que aponta para a efetividade desse tipo de fortificação.

O governador também fala de “comércio” entre os índios do Ceará e os neerlandeses no Rio Grande e Pernambuco, um ponto que será discutido no próximo capítulo, mas que não deixa de ter lugar aqui, pois indica que os índios do Ceará não queriam se livrar totalmente da presença de europeus no Ceará, visto que isso acarretaria o desaparecimento dos parceiros de troca europeus que forneciam artigos que eram extremamente importantes para a população indígena. Seu objetivo, portanto, parece ter sido o de livrar-se dos portugueses, em particular, e substituí-los pelos neerlandeses. O que quer que tenha acontecido para deteriorar as relações entre índios e portugueses no Ceará, o que muito provavelmente deve ter sido uma combinação de tentativas de forçar os índios ao trabalho compulsório,

¹³⁰ “Trechos de uma carta de Jacome Raymundo de Noronha a El-Rei” Documento da Coleção Studart, publicado em: STUDART, Guilherme. *Documentos para a História do Brasil e Especialmente do Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo XXXIV, 1920, p. 235.

uso de suas roças para alimentar os soldados do forte, violência sexual contra as mulheres indígenas e outras desavenças de caráter pessoal entre os índios e os soldados, os índios parecem ter achado possível obter dos neerlandeses melhores condições.

Temos falado, até o momento, nessas ações indígenas de uma maneira que indica que elas eram praticadas com consistência e propósitos claros. É certamente possível argumentar que as mudanças no sistema de alianças dos indígenas e europeus no Ceará fossem resultado de uma mera divisão interna dos próprios índios. Poderia haver alguns mais identificados com os portugueses, outros que favoreciam mais os neerlandeses e muitos que pouco se importavam. Esse tipo de argumentação, sobre a inconstância dos índios, foi inclusive usado na historiografia local, como veremos mais adiante. Uma análise aprofundada das fontes, entretanto, parece deixar claro que havia, sim, um notável grau de consistência nas ações indígenas. O fato mais marcante é o impressionante grau de coordenação demonstrado entre os índios que foram ao Recife na “embaixada” e seus parentes que ficaram no Ceará. O grupo de índios que foi ao Recife deve ter partido do Ceará muitos meses antes da chegada dos navios da Companhia ao Ceará, e não deve ter havido qualquer comunicação com as aldeias no Ceará antes da chegada dos navios ao Mucuripe. Isso demonstra que, mesmo com meses de diferença e sem muita comunicação prévia, Diogo Algodão e os outros líderes Potiguara da região foram capazes de mobilizar duzentos guerreiros e marchar uma considerável distância no mesmo dia em que os navios fundearam na ponta do Mucuripe. É um feito bastante impressionante de coordenação entre o grupo que havia sido enviado ao Recife e o restante dos índios das aldeias da região e que parece eliminar qualquer possibilidade de que tal ação não tenha sido planejada e executada de comum acordo por esses índios.

A análise apresentada acima, a respeito da conquista do Ceará pelas forças da WIC e o papel dos índios nesse processo, entretanto, não é partilhada por grande parte da historiografia local que se dedicou ao assunto. José Aurélio Câmara afirma o seguinte:

Esta expedição, com as atividades que dela decorrem, caracteriza-se por assinalar o *ciclo do sal*, na trama da exploração industrial desenvolvida no período da dominação holandesa do Brasil. De 1637 a 1644 a presença do holandês no Ceará adquire o sentido econômico da exclusiva exploração

salineira como objetivo imediato, enquanto indiretamente situa aqui um posto avançado para a futura conquista do Maranhão.¹³¹

O trecho citado demonstra que o autor imputava uma lógica econômico-militar clara para a conquista. Os neerlandeses teriam vindo ao Ceará à procura do sal, que lhes interessava naquele momento, e visando um futuro ataque ao Maranhão. Mais à frente em seu trabalho, José Aurélio Câmara fala a respeito da embaixada indígena a Recife e do papel dela na decisão da WIC de atacar o Ceará: “É evidente que o Ceará estava na cogitação remota do flamengo, mas provocou-os também uma solicitação dos indígenas da terra para que expulsassem daqui o elemento luso”.¹³²

Raimundo Girão percebe os fatos de modo muito semelhante a José Aurélio Câmara:

Não só pelo fato de estar a, capitania do Ceará, a meio caminho do Maranhão, cujos engenhos de açúcar estavam na mira dos flamengos, mas, sobretudo, pelo sal que aqui poderiam obter em favoráveis condições, é que, numa frotilha holandesa, fundeou no Mucuripe em 25 de outubro de 1637. Aqui se poderia instalar um ponto de apoio e uma base de operações para a conquista da ilha de São Luís; aqui se poderia processar, em alta escala, a exploração salineira capaz de abastecer com seu produto todo o Brasil holandês.¹³³

Já André Frota Oliveira faz uma análise que dá atenção tanto à questão salineira quanto à influência da embaixada indígena:

[...]; acenavam os indígenas aos flamengos com a promessa de que ali havia belas salinas, encontrando-se, igualmente, muito âmbar e algodão. Era de interesse para a Companhia a conquista do Ceará, pois que os flamengos iam buscar sal a uma das ilhas de Cabo Verde. Nassau, estimulado pelas vantagens que dessa conquista resultariam, como também pela vitória alcançada pelos flamengos na tomada da fortaleza da Mina, resolveu aventurar-se à nova conquista [...].¹³⁴

Por diversas razões, as interpretações acima apresentadas não nos parecem prováveis. José Aurélio Câmara e Raimundo Girão apresentam motivos para a conquista que, simplesmente, não são apoiados pelas fontes. A ideia de que

¹³¹ CÂMARA, José Aurélio. *Aspectos do domínio holandês no Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo LXX, p. 5-36, 1956.

¹³² *Ibidem*, p. 13.

¹³³ GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Fortaleza: Coleção História e Cultura, Instituto do Ceará, 1967. p. 207.

¹³⁴ OLIVEIRA, André Frota de. **A Fortificação holandesa do Camocim**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 1995. p. 27.

o Ceará teria sido conquistado como “base” para uma futura invasão do Maranhão atribui uma motivação posterior para o fato. Em 1637 a Companhia não tinha qualquer plano concreto de conquista do Maranhão e estava envolvida em diversos outros teatros de guerra, lhe sendo totalmente impossível contemplar aquele empreendimento. Os grandes autores que estudaram o Brasil Holandês são unânimes em concordar que a conquista do Maranhão, em 1641, foi obra de oportunismo político do Conde João Maurício de Nassau, que esperava receber notícia de uma paz negociada entre as Províncias Unidas e o recém-coroadado Dom João IV de Portugal.¹³⁵ O próprio João Maurício de Nassau, em uma carta enviada para o Conselho dos XIX, em 1637, relata que enviou uma força para tomar o Ceará, mas não faz a menor menção de que isso fosse um primeiro passo para a tomada do Maranhão, nem sequer cogitando essa possibilidade. Ele fala, apenas brevemente, do potencial da exploração do sal e do âmbar.¹³⁶

A ideia de falar de um “ciclo do sal” é também muito exagerada, como veremos no próximo capítulo. É verdade que o sal tinha o potencial de se tornar um importante produto colonial para a WIC, pois diferentemente de Portugal, que era produtor e exportador de sal, as Províncias Unidas importavam o produto em grandes quantidades. Isso, entretanto, não significa que a WIC tenha feito sérios investimentos na produção salineira no Brasil, muito pelo contrário. O fato é que a WIC prestou apenas uma moderada atenção à questão do sal no Ceará e no Rio Grande e que essa não foi, de maneira alguma, a principal motivação que os trouxe ao Ceará.

De modo geral, as interpretações apresentadas acima têm um ponto em comum: atribuem motivações internas para que a WIC tivesse vindo ao Ceará e transferem a iniciativa da conquista para os neerlandeses. O resultado disso é relegar os grupos indígenas a um papel secundário, marca comum da historiografia brasileira até muito recentemente. Nosso argumento nessa dissertação tem sido justamente o contrário, ao tentarmos explorar a ativa participação da população indígena local na construção da história do Ceará no período. Através de uma nova

¹³⁵ Esta é a opinião de Evaldo Cabral de Mello, por exemplo, na sua biografia de Nassau: MELLO, Evaldo Cabral de. **Nassau: governador do Brasil holandês**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 125-127. Ver também: BOXER, Charles. **Os Holandeses no Brasil (1624-1654)**. Recife: CEPE, 2004. p. 150-156. Ver também: WÄTJEN, Hermann. **O domínio colonial Holandês no Brasil: Um capítulo da história colonial do século XVII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 (Bibli. Pedagógica Brasileira. Serie 5ª. Brasileira; v. 125). 184-193.

¹³⁶ “Carta de Maurício, Conde de Nassau” Documento da Coleção Studart, publicado em: STUART, Guilherme. *Documentos para a História do Brasil e Especialmente do Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo XXXIV, 1920, p. 264-266.

leitura das fontes sobre o Ceará Holandês e apoiado numa historiografia mais recente, tanto de origem brasileira quanto estrangeira, historiografia essa mais aberta a novos questionamentos sobre a história dos índios no período colonial, entendemos ter sido possível problematizar a interação entre indígenas e europeus no Ceará da primeira metade do século XVII de um outro ângulo, lançando novas interpretações sobre esses acontecimentos.

3 “É UMA TURBA DE GENTE MOÇA, SELVAGEM E ÍMPIA”: CONVIVÊNCIA ENTRE NEERLANDESES E ÍNDIOS NO CEARÁ DO SÉCULO XVII

3.1 Os Índios como trabalhadores

A integração dos índios na força de trabalho colonial, através do escambo, dos descimentos, da escravidão e outras várias formas mais ou menos coercitivas, está amplamente documentada nas fontes do período. A análise historiográfica a respeito desse fenômeno, por outro lado, ainda encontra-se em um estágio relativamente pouco desenvolvido. Em seu livro *Negros da Terra*, datado de 1994, John Manuel Monteiro diz o seguinte:

[...] A imensa bibliografia sobre a formação da sociedade e da economia coloniais tem dedicado pouca atenção ao papel do trabalho indígena. Apesar de algumas contribuições recentes terem lançado luz sobre este tema negligenciado, as principais tendências no estudo da Colônia permanecem subordinadas a um quadro teórico no qual a organização do trabalho se atém à lógica da expansão do capitalismo comercial. Nesta perspectiva, o índio – quando mencionado – desempenha um papel apenas secundário e efêmero, ocupando a ante-sala de um edifício maior onde reside a escravidão africana.¹³⁷

Nos mais de quinze anos desde que essa obra foi publicada, pode-se dizer que essa ausência do tema na historiografia foi parcialmente remediada. O século XVI, em particular, tem sido mais explorado, especialmente em algumas regiões como, por exemplo, o planalto paulista. Há também uma grande variedade de trabalhos a respeito da questão do trabalho indígena nos aldeamentos, provavelmente ocasionada pela maior disponibilidade documental. O trabalho indígena no Nordeste, entretanto, ainda carece de estudos, especialmente para o período após 1580, época aproximada em que a mão-de-obra africana suplanta a indígena no setor canavieiro no Nordeste.

Como já mencionado no capítulo anterior, o Brasil Holandês gerou um enorme volume documental a respeito dos índios do Nordeste do Brasil, documentação essa que tem sido utilizada pela historiografia especializada no

¹³⁷ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Cia. das Letras, 2000. p. 8

período de maneira bastante proveitosa. Embora não tenhamos conhecimento de nenhuma obra especificamente focada na questão do trabalho indígena no período do Brasil Holandês, o tema foi abordado, de alguma maneira, nos principais trabalhos da historiografia sobre o período, tanto em clássicos como os de Wätjen¹³⁸ e José Antônio Gonsalves de Mello,¹³⁹ como nas obras mais recentes de Meuwese,¹⁴⁰ Hulsman,¹⁴¹ Regina Célia Gonçalves¹⁴² e outros.

Muito embora, como veremos, a principal função dos índios aliados da WIC no Brasil tenha sido sempre a de apoiar as diversas expedições militares, a Companhia não deixou de utilizar-se do trabalho indígena na colônia, especialmente no período entre 1637 e 1645, anos de relativa paz no Brasil Holandês. Os índios eram utilizados em muitas funções: como carregadores, guias, pescadores e caçadores, na coleta de âmbar e sal e na derrubada do pau-brasil. O principal papel desempenhado por eles, entretanto, era no cultivo de mantimentos (sendo a mandioca o item mais importante) e na cultura da cana-de-açúcar, especialmente no duro trabalho de cortar a mata onde seria feita a plantação das canas. Vale lembrar que todos esses trabalhos eram realizados pelos “brasilianos”, isso é, os índios Tupis das aldeias e não pelos “tapuias” aliados da WIC, que basicamente viviam de maneira nômade nos sertões do Rio Grande.

Visto que a WIC havia adotado, como vimos anteriormente, uma política que garantia a liberdade indígena no Brasil, é lícito perguntar-nos de que modo era organizado esse recrutamento de trabalhadores indígenas, para as atividades da economia colonial. O que se pode dizer é que, apesar de todo o discurso a respeito da liberdade indígena, a WIC não deixou de adotar medidas para “administrar” os índios que ficaram sob a sua esfera de influência.

¹³⁸ WÄTJEN, Hermann. **O Domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 (Bibli. Pedagógica Brasileira. Serie 5ª. Brasileira; v. 125).

¹³⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro: TopBooks Universidade Editora, 2001.

¹⁴⁰ MEUWESE, Marcus P. “**For the peace and well-being of the country**”: Intercultural mediators and Dutch-Indian relations in New Neatherland and Dutch Brazil, 1600-1664. Tese de Doutorado defendida na University of Notre Dame, Notre Dame, Indiana, setembro de 2003. Disponível em: <<http://etd.nd.edu/ETD-db/theses/available/etd-09272003-005338/unrestricted/MeuweseMP092003.pdf>>. Acessado em: 19 de setembro de 2010.

¹⁴¹ HULSMAN, Lodewijk. *Índios do Brasil na república dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656*. In: **Revista de História**, São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 1950 - . Semestral. ISSN 0034-8309, n. 154, p. 37-70, segundo semestre de 2006.

¹⁴² GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630**. Bauru: Edusc, 2007.

Os índios Tupi que se aliaram aos neerlandeses foram mantidos em um sistema muito semelhante ao dos aldeamentos jesuíticos, sob a autoridade de um *Commandeur* apontado pela Companhia e, oficialmente, acompanhados de um predicante. Os índios, teoricamente, não deveriam ser forçados a trabalhar e deveriam receber pagamento pelos seus serviços. Na prática, eles eram alugados para trabalhar nas lavouras próximas, pelos seus *Commandeurs*, que nem sempre repassavam o pagamento para os índios. A possibilidade de os índios escolherem não trabalhar, simplesmente não se apresentava como opção para os dirigentes da WIC. Esta situação pode ser vista, por exemplo, após uma análise de uma representação do predicante Doorenslaer que, em 1641, pediu dispensa para os índios de sua aldeia, do trabalho nos canaviais e engenhos, para que eles melhor pudessem se dedicar ao estudo religioso.¹⁴³ O fato de que ele teria que pedir uma licença especial para eles não trabalharem indica que o trabalho era, de fato, obrigatório. Acreditamos, entretanto, que, provavelmente, as condições de trabalho eram melhores do que quando estavam sob o domínio dos portugueses, e o pagamento dos indígenas, se não foi sempre escrupulosamente cumprido, parece ter sido pelo menos consistente e melhor do que a escravidão aberta. Isso não muda o fato de que, na prática, os altos ideais da política da WIC para os índios do Brasil não se aplicavam, sendo substituídos por medidas mais ‘pragmáticas’, semelhantes às que haviam sido usadas pelos colonos portugueses no passado. John Hemming faz uma afirmação nesse sentido: “For all their liberal intentions, the Dutch ended by administering the Indians in much the same way as the Portuguese.”¹⁴⁴

Que o sistema era problemático, não há dúvidas. José Antônio Gonsalves de Mello se expressa dessa maneira: “Apesar de todas as promessas e resoluções, muitos dos índios foram mantidos pelos holandeses em uma quase escravidão. A quase escravidão dos camponeses da antiga Rússia: explorados, maltratados, mal pagos”.¹⁴⁵ Os *Commandeurs* encarregados das aldeias indígenas, em particular, parece terem sido responsáveis por muitas das arbitrariedades cometidas. Esses homens eram, de modo geral, soldados de baixa patente no exército da Companhia, homens mal pagos, para quem a tentação de explorar o trabalho indígena para seu

¹⁴³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro: TopBooks Universidade Editora, 2001. p. 231-232.

¹⁴⁴ HEMMING, John. **Red Gold: the conquest of the Brazilian Indians**. Londres: Pan Macmillan, 2004. p. 294.

¹⁴⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro: TopBooks Universidade Editora, 2001. p. 217.

próprio lucro era, em geral, irresistível. Na documentação da WIC, surgem os nomes de diversos desses homens, exonerados de seus cargos sob acusação de explorar os índios; homens como Elto Beuningh, *Commandeur* das aldeias da Paraíba e do distrito de Goiana, ou Jan Wouters e Gerardus Adolphi.¹⁴⁶ O próprio Gedeon Morris de Jonge, numa carta endereçada à Câmara da Zelândia, denuncia a existência do trabalho compulsório indígena no Brasil: “Os que são livres só o nome de livres e de fato são escravos, pois é bastante servo quem está obrigado a trabalhar um mês por três varas de pano, que tal é aqui o seu salário ordinário”.¹⁴⁷

A única maneira de manter os índios em relativa liberdade e ainda fazer a economia colonial funcionar era através da escravidão negra. A WIC, muito rapidamente, perdeu os escrúpulos, em relação à escravidão dos povos africanos, assim como os Jesuítas antes deles.¹⁴⁸ A situação no Ceará e no Maranhão, capitanias periféricas, pobres e isoladas era ainda mais complicada. O Maranhão possuía uma incipiente economia baseada na produção de açúcar, algodão, gado, madeiras de tinturaria, tabaco e outras “drogas do sertão”, completamente dependente do trabalho escravo ou compulsório indígena. O Ceará era praticamente destituído de atividades econômicas voltadas para o mercado, mas, mesmo a pequena lavoura e criação de gado que existiam, serviam, basicamente, para abastecer o forte local e eram muito dependentes do trabalho indígena. Antes da invasão holandesa, um dos principais artigos de exportação dessas capitanias era justamente o de escravos indígenas, levados para serem vendidos nos mercados de escravos de Pernambuco, Paraíba e Bahia. Na época, nenhuma delas podia arcar com os custos de importar escravos negros. Quando apossou-se do Ceará, em 1637 e, mais tarde, do Maranhão em 1641, a Companhia se viu numa conjuntura local em que manter seu cometimento com a liberdade indígena era cada vez mais difícil.

Os problemas começaram quase que imediatamente. O grosso dos soldados que havia efetuado a conquista do forte de São Sebastião, liderados pelo Major Gartsman, havia partido de volta para Pernambuco, em novembro de 1637, deixando, como encarregado do forte, o tenente Hendrik van Ham e uma guarnição

¹⁴⁶ *Ibidem.* p. 218, nota 29

¹⁴⁷ “Carta de Gedeon Morris de Jonge para o Conselho Supremo do Recife, data de 7 de abril de 1642” traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 292.

¹⁴⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro: TopBooks Universidade Editora, 2001. p. 186-187.

de 45 soldados. Em abril de 1638, depois de apenas três meses na capitania, o tenente van Ham escreveu uma carta para o Conselho Supremo, narrando sua opinião pouco elogiosa do potencial da nova terra e dos problemas que tinha com os índios:

Tenho tratado os índios daqui com o melhor que posso, dando-lhes comida, bebida e toda a sorte de presentes, para que eles [...] percorram as praias à procura do âmbar, mas voltam sempre pretestando nada ter achado.[...]
 [...] É uma turba de gente moça, selvagem e ímpia; os homens tem duas ou três mulheres, nada fazem senão comer e beber, durante todo o correr do ano ingerem toda a sorte de bebidas, com que costumam embebedar-se, isto é, vinho de caju e também de batata e de milho.[...]
 [...] **Não posso obter desses índios o mínimo serviço ou auxílio sem pagar.**
 Dizem que nada absolutamente fizeram para os portugueses e muito menos não de fazer alguma coisa por nós, **porquanto a terra lhes pertence**.[...]
 (referindo-se a índios “tapuias”) Vêm visitar-me todas as semanas, ficam um ou dois dias a comer e a beber, e retiram-se, declarando que querem estar sob a obediência da Companhia e de V. Ex, e a bel-prazer deixar-se empregar em seu serviço[...]¹⁴⁹

A carta de van Ham é um documento muito interessante, oferecendo uma abertura que nos permite enxergar as tensões entre indígenas e neerlandeses, colocados em contato próximo no Ceará. Em nossa opinião, essas tensões são também representativas de uma situação mais ampla, ligada à presença europeia em regiões periféricas e, relativamente, isoladas, onde a capacidade de repressão da sociedade colonial tinha dificuldade em se implantar. Isso é especialmente válido no caso do Ceará nessa época, em virtude da dinâmica do conflito entre a Coroa portuguesa e a WIC. Temos argumentado que, nessas situações específicas, os índios tinham uma margem de manobra significativa e eles a usaram de variadas maneiras para seu próprio benefício, mesmo que de maneira temporária. A submissão indígena ao trabalho compulsório foi, como a carta de van Ham demonstra claramente, um dos pontos onde eles conseguiram, por algum tempo, impor sua vontade. Pronunciamentos enfáticos sobre a sua posse da terra e a recusa a trabalhar sem alguma forma de remuneração apropriada são sinais significativos da relativa posição de força que os indígenas locais desfrutavam *vis a vis* a Companhia no Ceará, representada por van Ham.

¹⁴⁹ “Carta do tenente Hendrick van Ham ao Conselho Supremo do Recife, datada de 19 de abril de 1638” traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 267-272. Os grifos são nossos.

Passamos, agora, a explorar as atitudes do tenente van Ham. A situação dele é muito peculiar e demonstra, de maneira bastante clara, os entraves que dificultavam a implantação do trabalho compulsório indígena nas regiões periféricas da colônia. Instado por seus superiores a investigar as oportunidades de lucro da terra, o então *commandeur* do Ceará demonstra-se descrente das potencialidades do lugar, carente das principais riquezas do Brasil, ou seja, o açúcar e o pau-brasil. Ele concentra-se, portanto, naquilo que a terra pode oferecer, especialmente no âmbar-gris. É aqui que ele esbarra na falta de cooperação indígena. Os índios se mostram incapazes ou pouco interessados em coletar o material, embora ele chegue a suspeitar que eles estejam, sim, coletando o âmbar, mas, ao invés de entregá-lo a ele, estariam levando a mercadoria para o Rio Grande, onde o vendiam a melhor preço. Nas palavras do próprio van Ham: “Tenho por certo, que eles acham muito âmbar-gris; mas levam-no para o Rio Grande e outros lugares, pois andam todos os dias a correr acima e abaixo sem ciência minha”¹⁵⁰. Esse trecho deixa claro que o problema, do ponto de vista de van Ham, é a sua incapacidade de controlar os índios. Um dos seus impulsos é justamente o de tentar pôr ordem sobre eles. Mais à frente na carta, ele pede ao Conselho que sejam criadas aldeias de índios sob a supervisão de soldados da WIC e solicita também que as autoridades do Rio Grande e da Paraíba colaborem para evitar que os índios fiquem a vagar por uma e outra capitania, traficando âmbar-gris e escapando ao controle da Companhia. Não há notícias que nada disso tenha sido executado. Por quê?

Isto nos levar a acreditar que a Companhia não se encontrava em posição de exercer esse tipo de controle sobre os índios do Ceará. Seus recursos eram poucos, a capitania era distante e de pouca importância. Devemos lembrar, novamente, que os índios do Ceará nunca haviam estado aldeados, divergindo, nesse ponto, do restante da população de origem Tupi do Brasil Holandês. Foi relativamente fácil, para a WIC, assumir o comando dos antigos aldeamentos portugueses e convertê-los em aldeias de índios, sob o comando nominal de soldados da Companhia, preservando a organização social prévia dos aldeamentos em todos os sentidos. Essas aldeias também já estavam bastante imersas na sociedade colonial, subordinadas a uma ordem social que tinha capacidade de exercer poder coercitivo sobre elas, caso fosse necessário. Nenhum desses fatores

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 269.

se encontrava no Ceará e o custo de implantar esse tipo de sistema envolveria um nível de comprometimento e gastos que a Companhia não teria podido justificar. Não dispondo dos meios de compelir os índios ao trabalho, o tenente van Ham pouco podia fazer além de dar vazão à sua frustração com aquela “gente moça, selvagem e ímpia” que o rodeava, e de pedir ao Conselho Supremo que o enviasse material para pagar os índios que ele conseguia convencer a trabalhar:

Convém, pois, fazer, o quanto antes, novas roças e plantações de mandioca, as quais só podem ser feitas pelos índios, visto como os soldados nenhuma inteligência tem desse mister.

Anteriormente os portugueses tinham 12 índios especialmente incumbidos do mesmo serviço e para isso os pagavam; e se eu os quiser empregar, deverei também pagá-los.

Peço, pois, que V. Ex. se digne a enviar-me pano para o pagamento desses índios, e necessárias são, pelo menos, 300 varas, porque eles pedem mensalmente três varas.

Poderei assim pagar também os que guardam os currais, aos quais tanto prometi; eles insistem diariamente pelo seu pagamento, e faltando este, não os poderei mais tempo conservar no serviço.¹⁵¹

É possível, também, analisar a dinâmica que se estabelece entre os representantes da WIC e os índios no Ceará, nesses primeiros anos, combinando os elementos aparentemente contraditórios que surgem nas fontes, acima tratadas. Os índios demonstram, por um lado, um comportamento que mistura submissão nominal à WIC, na forma de homenagens e promessas de ajuda militar futura, bem como atração pelas mercadorias de troca europeias, na forma específica de panos de algodão e, por outro lado, rechaçam as tentativas, de van Ham, de subordiná-los a uma ordem de trabalho colonial e mostram uma certa ‘arrogância’ em afirmar seu estilo de vida tradicional, enfatizando que “as terras lhe pertencem”. Esse comportamento aparentemente pouco coerente é, na verdade, facilmente explicável a partir da cultura tradicional indígena. É importante salientar que a cultura tradicional dos índios Tupi (bem como de várias outras populações indígenas da América do Sul) era, amplamente, receptiva a novos itens de cultura material, e mesmo à incorporação de ‘forasteiros’ na comunidade local.

Essa abertura, entretanto, era complementada por uma forte tendência refratária a qualquer mudança significativa no modo de vida tradicional da comunidade. Na costa do Brasil, durante todo o século XVI, por exemplo, vemos grupos indígenas ansiosos em participar da economia de escambo que se

¹⁵¹ *Ibidem.* p. 271-272.

desenvolve ao redor da troca de mercadorias europeias por pau-brasil, animais exóticos e coisas do gênero, bem como a ‘adoção’ de europeus que se deixaram incorporar na vida comunitária da tribo como indivíduos ou em pequenos grupos. Homens como João Ramalho em São Vicente ou Diogo Álvarez “Caramuru” na Bahia.

Essa mesma recepção calorosa, entretanto, rapidamente converte-se em graves conflitos, quando a presença europeia se expande e se torna mais predatória, passando a atingir o modo de vida tradicional indígena. John Hemming resume claramente esse ciclo dessa maneira:

Each tribe had to decide how to deal with these strangers of unknown identity or intentions. Most went through the same cycle of reactions: initial welcome and delight at the new tools that revolutionized tribal labour; growing disillusion as the strangers became more brutal and insulting, as they violated all accepted codes of conduct and as the labour they demanded came to outweigh the attraction of their trade goods; awareness that the strangers were invaders, intent on conquering the tribes’ lands and enslaving its people; resort to arms to throw the invaders back to the ocean.¹⁵²

As atitudes dos Potiguara do Ceará em relação aos soldados da WIC fica mais clara quando a analisamos desse ponto de vista. Irritados com os portugueses, mas não preparados para abandonar completamente o contato com a sociedade colonial, eles chamam a Companhia para o Ceará, lhe prestam homenagens e demonstram sinais de amizade, ao mesmo tempo em que tomam medidas para resguardar seu modo de vida. Resta-nos perguntar o que, de fato, os atraía nesse contato com a sociedade colonial.

John Hemming argumenta que ferramentas de metal, particularmente machados e facas, bem como álcool, armas de fogo, anzóis, agulhas, roupas, espelhos, contas de vidro e outros objetos decorativos, exerciam uma fascinação mortal sobre as populações indígenas. É certo que, quase sempre, os povos indígenas do Brasil não estavam preocupados em acumular riqueza e só aceitavam trabalhar por escambo até certo ponto e também que diversos povos, após terem experimentado o contato com a sociedade colonial, tivessem migrado para regiões cada vez mais inacessíveis, procurando isolar-se totalmente dos ‘homens brancos’, mas o argumento de Hemming não deixa de ser contundente. O desejo indígena por

¹⁵² Hemming, John. **Red Gold: The conquest of the Brazilian Indians**. Londres: Pan Macmillan, 2004. p. 93.

mercadorias de troca europeias parece ter se concentrado, basicamente, em ferramentas de metal, de óbvia utilidade nas suas atividades tradicionais de caça, pesca e agricultura, bem como no álcool e em objetos ornamentais, embora não fosse incomum, os índios exigirem presentes, como roupas ornamentadas, espadas e lanças, certamente numa tentativa de emular os símbolos de status europeus.

Nas fontes referentes ao Ceará, no período, detectamos sinais dessa atração indígena por determinadas mercadorias europeias. Além dos pedidos de van Ham por pano, para pagar os índios,¹⁵³ vemos Gedeon Morris de Jonge pedir que lhe fosse enviada “uma dúzia de lanças para presenteá-las aos sargentos das aldeias, afim de que eles possam manter maior autoridade entre os seus”,¹⁵⁴ e Mathias Beck, como veremos no próximo capítulo, presenteava frequentemente os índios, alguns deles de modo até mesmo extravagante. Como ressaltamos anteriormente, a aceitação, ou mesmo a exigência dessas mercadorias, não implicava num desejo indígena de abandonar seu modo de vida tradicional e adotar modos europeus, do mesmo modo que grupos indígenas dos dias atuais demonstram certa predileção por armas de fogo, barcos a motor e televisores, sem, no entanto, abandonar o modo de vida tradicional da caça e pesca e da vida coletiva na aldeia.

A maneira como os índios lidavam com o trabalho e com os bens de troca era, aliás, um dos motes recorrentes das descrições dos povos indígenas, escritas por vários cronistas e oficiais de governo, ao longo do período colonial. Um exemplo bastante significativo desse tipo de descrição foi deixado pelo Conselheiro Andriaen van der Dussen, num relatório escrito em 1640:

Não se mostram interessados em reunir riquezas ou outros bens e por isso não trabalham nem para si próprio nem para outrem, a fim de ganhar algum dinheiro, a não ser para ter o que beber e para adquirir um pouco de pano para fazer camisas para as mulheres; os homens usam roupa de algodão sobre a pele, geralmente sem camisa. Dinheiro de nada valeria para eles, se não fosse possível adquirir com ele aguardente e vinho de Espanha; somente o pano de algodão, mas, sobretudo a bebida, os faz trabalhar. Por outra coisa não trabalhariam, mas fazem-no pelo pano de algodão. Vão

¹⁵³ “Carta do tenente Hendrick van Ham ao Conselho Supremo do Recife, datada de 19 de abril de 1638” traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 271-272.

¹⁵⁴ “Carta de Gedeon Morris de Jonge para o Conselho Supremo do Recife, data de 4 de agosto de 1641” traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 284

para o trabalho como forçados e de má-vontade, mas com aguardente consegue-se tudo deles.¹⁵⁵

Finalmente, foi também sob o período em que o tenente van Ham esteve no comando da guarnição da WIC que aconteceu outro fato interessante e significativo tanto do “afrouxamento” do decreto de liberdade indígena no Brasil quanto da aceitação de certos interesses indígenas nas condições do Ceará de então. Em 1639, uma expedição composta por cerca de 250 índios tupis, 150 índios tapuias e 15 soldados da WIC saiu do Ceará em direção ao interior da capitania com o objetivo de travar guerra contra outra tribo indígena, inimiga dos Potiguara do Ceará. O cientista Georg Marcgraf, um dos colaboradores de Maurício de Nassau no Brasil, teria se incorporado a essa expedição, da qual sobreviveu um pequeno relato.¹⁵⁶ O resultado da expedição foi a captura de alguns jovens e crianças da tribo derrotada, em número não especificado. Argumentando que os cativos corriam risco de serem mortos e sacrificados por seus captores indígenas, o tenente van Ham os teria comprado em nome da Companhia, de onde foram levados para Recife e vendidos a Mathias Beck, Hugo Graswinckel, o próprio Hendrick van Ham, o conselheiro Dirck van der Burgh (membro do Conselho Supremo) e ao almirante Lichthardt, eufemisticamente para servirem de “pajens”.¹⁵⁷

Após a conquista do Maranhão, a Companhia chegaria mesmo a liberar a compra dos chamados “índios de corda”, ficando eles obrigados a sete anos de trabalhos forçados, em troca da liberdade.¹⁵⁸ O Conselho dos XIX, entretanto, rapidamente voltou atrás nessa decisão e proclamou novamente a ilegalidade absoluta da escravidão indígena. O episódio não deixa de ser notável por demonstrar as pressões que existiam para que a Companhia tolerasse a escravidão indígena nas regiões periféricas e também por mostrar como os neerlandeses no Ceará, eventualmente, se viram envolvidos nas guerras tribais dos Potiguara, participando, com eles, das expedições de guerra e trocando prisioneiros por

¹⁵⁵ “Relatório sobre o Estado das Capitânicas conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Andriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira**. Recife: CEPE, 2004. p. 183.

¹⁵⁶ Para maiores detalhes sobre a expedição, ver: VAN DEN BOOGAART, Ernst; BRIENEN, Rebecca Parker. *Informações do Ceará de George Marcgraf (junho-agosto de 1639)*. Vol. I. In: FERRÃO, Cristina; SOARES, João Paulo Monteiro (orgs.). **Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: Index/Petrobras, 2002.

¹⁵⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro: TopBooks Universidade Editora, 2001. p. 216.

¹⁵⁸ *Ibidem*. p. 216-217.

mercadorias. Isso ia contra a política da WIC, que era a de tentar evitar as guerras tribais e arregimentar todos os grupos indígenas em uma espécie de aliança pan-indígena e antilusitana. O fato de que soldados brancos da WIC participaram dessa expedição demonstra uma acomodação à realidade local e aos desejos dos Potiguara do Ceará.

Esse estado de coisas perdurou até a chegada, ao Ceará, de Gedeon Morris de Jonge, em finais de 1640, quando assumiu o cargo de *Commandeur* no lugar do tenente van Ham. Sua chegada ao Ceará é acompanhada por um frenesi de atividades, destoando radicalmente do período anterior. A aclamação de Dom João IV como Rei de Portugal e a chegada dessa notícia ao Brasil, por volta da mesma época, provavelmente contribuíram com esse maior nível de atividade. Enquanto que a primeira ocupação do Ceará, como vimos no capítulo anterior, ocorrera em um momento em que a WIC tinha forças dispersas em ataques à Bahia e a África e estava mobilizada em pé de guerra, a situação, em 1640, era outra. Havia a expectativa de que a aclamação do novo rei de Portugal fosse trazer a paz entre o Brasil Holandês e o Brasil Português e que as energias da Companhia poderiam se voltar para as atividades produtivas e comerciais, ao invés da preocupação constante com a guerra que havia imperado até o momento.

No caso específico do Ceará, as atenções de Gedeon Morris se concentraram, principalmente, num projeto de exploração de sal em grande escala na região, com o uso de trabalhadores indígenas. Esse empreendimento constitui a tentativa mais importante, durante todo o período de permanência de tropas neerlandesas no Ceará, de apropriar-se do trabalho indígena em um empreendimento voltado para o mercado, uma tentativa clara de inserir o Ceará nos circuitos do comércio Atlântico.

Já em 14 de fevereiro de 1641, com menos de três meses que se encontrava na capitania, Gedeon Morris de Jonge envia uma carta ao Supremo Conselho onde expunha o trabalho que realizara até então, principalmente no que se refere às salinas. Ele dá conta de três salinas encontradas, que ele chama de *Iwipanim*, *Meiritupe* e *Wararocury*.¹⁵⁹ Comparando esses nomes com a cartografia da época foi possível identificar esses locais como sendo rios do litoral do atual

¹⁵⁹ “Carta de Gedeon Morris de Jonge para o Conselho Supremo do Recife, data de 14 de fevereiro de 1641” traduzida por: PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 275-279.

Estado do Rio Grande do Norte, localizados desde o atual município de Areia Branca, na divisa com o Ceará, até o rio Açu.¹⁶⁰ Ele refere-se, também, à salina do *Comenni* (Camocim), que começa a explorar mais tarde. Essas regiões já eram conhecidas como boas produtoras de sal pelos portugueses, como se atesta na cartografia e nos documentos da época, mas não parecem ter sido grandemente exploradas. Isso se deve ao fato de Portugal ser um dos grandes produtores de sal da Europa, especialmente na região de Setúbal. Não interessava à Coroa, portanto, explorar esse produto no Brasil. Pelo contrário, em 1631 a Coroa institui o estanco e monopólio sobre o comércio de sal no Brasil, em partes com o propósito de gerar rendimentos para a guerra contra a WIC.¹⁶¹ As Províncias Unidas, por outro lado, eram tradicionalmente um país importador de sal e a possibilidade de adquirir regiões produtoras de sal na América deve ter sido atraente para os neerlandeses, como o próprio Gedeon explica em sua carta:

[...] da minha resolução de ir observar a situação das salinas do rio *Iwipanim* [*sic*] e de outros lugares.

Isso fiz com toda diligência, e Deus seja louvado por as ter achado tais que admira-me já não se houvesse feito maiores diligências para examiná-las, porquanto é de V. Ex. e VV. SS. bem conhecida a importância da navegação do sal, negócio este que em sumo grau interessa à pátria e à Companhia, sendo para desejar que os navios de Pernambuco, que devem seguir vazios para as Índias Ocidentais e para a França afim de receberem carregamento de sal, vindo aqui, o pudessem tomar.

A Companhia ganharia milhares no afretamento de navios, e além disso que grande proveito não tiraria dali?

Que grande dano não causaria aos nossos generaes inimigos, se o sal deles (pois o sal é uma das principais minas de Espanha e de Portugal) não tivesse mais consumo, e os nossos navios evitassem os milhares de perigos provenientes dos Turcos a que se expõem para buscá-lo?¹⁶²

Podemos, através desse trecho da carta, compreender melhor as tentativas feitas pelos neerlandeses, especialmente por Gedeon Morris de Jonge e por Elbert Smient (do Rio Grande), de introduzir a exploração salineira em grande

¹⁶⁰ Para uma discussão aprofundada da questão do nome e localização dessas salinas, ver: CASCUDO, Luís da Câmara. *Informação geográfica do Ceará Holandês*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo LV, p. 68-80, 1941. Discordamos em alguns detalhes sobre a localização precisa de algumas salinas, mas o trabalho de Cascudo é ainda uma referência. Falta espaço aqui para uma exposição aprofundada dessas divergências, que são, de qualquer maneira, muito pequenas.

¹⁶¹ ELLIS, Myriam. **O monopólio do sal no Estado do Brasil (1631-1801)**. São Paulo: Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1956. p. 27-28.

¹⁶² "Carta de Gedeon Morris de Jonge para o Conselho Supremo do Recife, data de 14 de fevereiro de 1641" traduzida por: PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 274-275.

escala no Brasil. Se esse projeto fosse bem-sucedido, traria grandes rendas para o cofre da Companhia, com as taxas de frete, além de tornar as Províncias Unidas autossuficientes na produção de sal e afetar, negativamente, a Espanha e Portugal através da competição com o sal que eles produziam. É importante lembrar que, na época, o sal era uma mercadoria valiosa e que as Províncias Unidas, em particular, dependiam da importação do sal em grandes quantidades como insumo importante na indústria pesqueira, indústria essa que era de grande importância econômica no País, e que a guerra com a Coroa ibérica havia dificultado o acesso a esse sal, que era buscado agora em locais tão distantes quanto o Mediterrâneo e mesmo no Caribe.¹⁶³ Outro trecho da mesma carta dá uma ideia da escala com que Gedeon Morris pretendia operar. Esse trecho refere-se à salina do rio Upanema (ou Ipanema), a qual ele dedicou seus maiores esforços:

[...] e encontrei uma ótima salina com a extensão de quase uma légua (que percorri caminhando sobre o sal), e tendo de largura seguramente a oitava parte de uma légua. Em alguns lugares o sal tem a espessura de um, dois ou três dedos e no circuito de um quarto de légua a grossura de uma mão; pelo que suponho que 50 navios não poderão carregar o sal que vi nessa salina; e o que mais é, esse sal é tão belo que excede o de Setúbal. [...]

Descoberta essa excelente salina, segui para o rio, a fim de ver quanto dele dista, e verifiquei que dista apenas uma meia hora de marcha, e que com poucas despesas poder-se-ia fazer um canal até a salina, porquanto em razão de ser a terra baixa, toda a maré viva cobre, com um dois pés d'água a planície, que fica entre a salina e o rio.

Tendo assim achado a dita salina, parti imediatamente para a foz do rio a fim de sondá-lo, e não só o sondei, como assinalei com pequenas balizas, de sorte que, com o favor de Deus e uma maré viva, eu ousaria meter pela barra um navio que não demandasse menos de 15 pés d'água. E no rio há água bastante para subir por ele até légua e meia da salina, onde o navio receberia a carga em poucos dias com o auxílio de uma galeota ou barco (que demandasse somente dez pés d'água) e do seu bote.

[...]; e para mais propriamente informar vossas nobrezas sobre o que puderam fazer fundamento, abalanzo-me a dizer, com o favor de Deus, que um navio poderá carregar em 14 dias, uma vez que V. Ex e VV. SS. mantenham aqui constantemente uma galeota com dez homens experientes e despendam 200 florins no carregamento de cada navio com o pagamento dos índios, que se empregarem no transporte do sal da salina para a galeota.

Para maior segurança verifiquei, que um índio pode em uma dia levar cinco alqueires de sal da salina para a galeota; portanto cem índios podem em um dia pôr a bordo 500 alqueires de sal; o que corresponde, segundo suponho, a 10 lastros, e por aí V. Ex. e VV. SS. podem calcular em quão poucos dias um navio carregará na referida salina.

¹⁶³ Para uma discussão sobre a indústria pesqueira neerlandesa, ver: ISRAEL, Jonathan. **The Dutch Republic: Its rise, greatness, and fall - 1477-1806** (Oxford History of Early Modern Europe). New York: Oxford University Press, 1998. p. 259 e 623. Ver também: UNGER, Richard W. *Dutch herring, technology, and international trade in the Seventeenth Century*. **The Journal of Economic History**, New York: Cambridge University Press, v. 40, n. 2, p. 253-280, jun. 1980

Exposta assim a situação e as boas qualidades do rio Ywypanim, devo também fazer conhecido de V. Ex e VV. SS. o que o mesmo rio tem de mau. O seu defeito não de passa de um único, a saber: não há nas cercanias do rio e até a distância de quatro ou cinco léguas água doce; pelo que é necessário manter aí um bote grande somente, e para prover d'água as pessoas que trabalharem no sal.¹⁶⁴

Os trechos recolhidos acima representam o plano mais concreto e detalhado para o trabalho indígena nas salinas. A personalidade metódica e detalhista de Gedeon Morris de Jonge não deixava o menor detalhe em branco. Através dessa fonte, portanto, podemos ter uma ideia bem detalhada do tipo de trabalho que se esperava da população indígena. Em primeiro lugar, ele faz cálculos para 100 índios trabalhando, o que corresponde, grosso modo, à força de trabalho de um engenho de médio porte. Visto que a água do rio era salobra e não havia comida nas imediações, Gedeon Morris também planejava usar mais índios na coleta e transporte de água para o local, bem como na pesca e caça. Farinha e outros gêneros também teriam que ser trazidos ou dos armazéns da WIC em Recife ou cultivados no Ceará. Quanto ao trabalho em si, um alqueire equivale a cerca de 13 litros e cinco alqueires compõem, aproximadamente, 65 litros de sal. Dado um peso de pouco mais de dois quilos por litro de sal, isso equivaleria a mover cerca de 130 a 140 quilos de sal por dia, por pessoa. A distância entre a salina e o rio era dada como um percurso de meia hora, ou seja, uma hora de ida e volta, ou pouco mais. Estimamos, portanto, que cada índio teria que fazer esse percurso cerca de quatro ou cinco vezes por dia, em terreno árido, sob sol intenso e com pouca água. O trabalho em salinas até hoje é considerado perigoso, causando cegueira precoce, bolhas e outros problemas de pele, bem como desidratação. As condições de trabalho na primeira metade do século XVII eram, com certeza, piores. O pagamento para os 100 índios, por um trabalho de vários dias, seria cerca de 200 florins em mercadorias.

Em carta datada de 4 de agosto de 1641¹⁶⁵, Gedeon afirmava já ter recebido o barco *Schevelling*, junto com parte dos mantimentos que havia pedido.

¹⁶⁴ “Carta de Gedeon Morris de Jonge para o Conselho Supremo do Recife, data de 14 de fevereiro de 1641” traduzida por: PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 276-278.

¹⁶⁵ “Carta de Gedeon Morris de Jonge para o Conselho Supremo do Recife, data de 4 de agosto de 1641” traduzida por: PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 282-284.

Dizia também que planejava, muito em breve, no verão de 1641, levar 150 índios do Ceará para Upanema e lá começar a colocar o sal a seco. A mesma carta, entretanto, apresenta diversos problemas que ele vinha enfrentando. O primeiro deles foi o aparecimento, em finais de julho de 1641, de Andries Oloffs no Ceará. Oloffs havia peticionado ao Conselho Supremo que lhe fornecesse uma carta de autorização para que ele montasse uma nova aldeia de índios (tupis) no Rio Grande, que deveria ser composta de índios que estavam no Ceará e de lá seriam levados ao Rio Grande:

Andries Oloffs diz, que há no Ceará uma inumerável multidão de índios, que se acham divididos em várias aldeias. O seu grande número é para eles uma causa de incômodos, ao passo que poucos existem no Rio Grande e por isso os daí pequena resistência podem opor às invasões do inimigo. O suplicante oferece-se para levantar uma aldeia no Rio Grande, onde há muitas arruinadas e abandonadas. [...] Além disso muitos dos índios que no Ceará habitam, iriam de bom grado para o Rio Grande; o que redundaria em proveito da Companhia, pois em ocasiões de aperto e de guerra é necessário ir procurar os índios com grandes despesas até o Ceará, ao passo que no Rio Grande estariam à mão; pelo que pede ser nomeado capitão da pretendida aldeia.¹⁶⁶

A isso, muito se opôs o *Commandeur* Gedeon Morris de Jonge:

[...] Assim, pois, se é intenção de vossas nobrezas tirar daqui alguns índios, queiram enviar-me ordem a tal respeito, mas V. Ex. e VV. SS considerem, que isto concorrerá grandemente para prejudicar e embaraçar o meu plano, porquanto neste verão pretendo seguir com 150 índios para o rio Iwipanema afim de por o sal a seco. O auxílio desses índios nos é muito necessário, e devo também deixar ficar gente aqui para fazer as plantações, de modo que por falta de víveres não venhamos a sofrer penúria.
 [...] Confio que não me retirarão nenhum índio, e pelo contrário, para o andamento do negócio das salinas, me restituirão os indivíduos que foram levados desta capitania pelos portugueses e pelo *commandeur* Ham.
 [...] pois que podem os índios fazer no Rio Grande que aqui não possa ser feito?
 Tem eles ali sal? Eu tenho aqui ainda mais.
 Tem ali um engenho?
 Eu espero dentro de três anos e com o auxílio de meus amigos, ter um outro; para esse fim já plantei mais de três tarefas de cana, e agora fiz vir um barco e bote com canas de meu irmão.
 Plantam eles fumo? Nós também.
 Tem pau-brasil? Nós temos pau-violeta, o único conhecido, mas espero com o auxílio de Deus fazer outros conhecidos.
 [...] Observo ter sido a exposição do *commandeur* Ham, que fez crer a V. Ex. e VV. SS. Haver aqui alguns índios que pedia para serem transportados; mas a verdade está tão longe disto que a metade dos índios

¹⁶⁶ *Dagelijkshe Notulen* (Notas Diárias) do Conselho Supremo do Recife, datada de 4 de março de 1641, traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 281.

levados por ele à força voltaram para aqui antes de chegarem ao meio do caminho.

Pesou ao *commandeur* Ham não ter podido arrastar consigo toda a capitania, e de memória junta podem V. Ex. e VV. SS. ver se ele tratou sinceramente com vossas nobrezas.¹⁶⁷

No complicado jogo de interesses entre os administradores da WIC, ele procurava defender o seu espaço administrativo contra os “avanços” das autoridades do Rio Grande, especialmente no item que mais interessava: o uso da mão-de-obra indígena. Esse trecho deixa perfeitamente claro que a condição *sine qua non* para que todas as atividades planejadas pudessem ser levadas a cabo era a presença de trabalhadores indígenas.

Outras dificuldades surgiram. Em 1641 e 1642 uma grande peste de “bexigas” (varíola) afetou o Brasil, matando grande número de escravos e índios. No Ceará, a população indígena foi fortemente afetada e os poucos índios sobreviventes que deveriam trabalhar na salina, aparentemente fugiram para os matos, com medo da doença. Durante boa parte de 1641, Gedeon Morris de Jonge também se encontrou ausente da Capitania, tendo sido enviado ao Maranhão como comandante dos índios engajados na expedição enviada para tomar aquela praça. É bastante provável que o ano de 1642 tenha visto alguns embarques de sal, próximo ao final do ano (na estação seca), mas não encontramos registro disso. Em janeiro de 1643 Gedeon Morris de Jonge aparece de novo nas fontes, tendo sido, novamente, enviado ao Maranhão, juntamente com um grande grupo de índios do Ceará, dessa vez para combater a insurgência dos moradores portugueses.

Assim, os ambiciosos planos do *commandeur* Gedeon Morris de Jonge nunca chegam a ser, de fato, levados a cabo, esbarrando na peste que ataca os índios, nos conflitos de jurisdição, na falta de material e, principalmente, nas expedições militares ao Maranhão, da qual falaremos logo adiante. Diferentemente do período em que a capitania esteve sobre o comando do tenente Hendrick van Ham, Gedeon Morris de Jonge tentou, de maneira muito mais enfática, trazer os índios para o trabalho. Embora sua linguagem indique que ele planejava pagar os índios pelo seu trabalho, é difícil saber, com clareza, o grau de aceitação desse tipo de trabalho, pelos índios. É possível que Gedeon

¹⁶⁷ “Carta de Gedeon Morris de Jonge para o Conselho Supremo do Recife, data de 4 de agosto de 1641” traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 283-284.

Morris tenha, de fato, convencido os índios a fazerem esse tipo de trabalho de maneira espontânea. Ao que tudo indica, ele era dotado de uma personalidade dinâmica e carismática, e não se pode negar que ele tivesse grande experiência no trato com os índios. O trabalho esporádico, sazonal, mesmo que muito pesado, como era o caso das salinas e do corte de madeira, era mais próximo do padrão de trabalho das sociedades indígenas tradicionais do que o trabalho monótono e repetitivo dos engenhos e canaviais, sendo, conseqüentemente, mais aceitável para esses índios. Parece-nos, entretanto, que se os planos de Gedeon Morris tivessem sido levados a cabo de maneira mais consistente, nos anos seguintes, certamente esbarrariam na resistência indígena a submeter-se a esse tipo de atividade por longos períodos.

A morte de Gedeon Morris de Jonge na revolta indígena de 1644 encerra as tentativas da WIC de utilizar-se de trabalhadores indígenas no Ceará. Após o retorno da Companhia ao Ceará, em 1649, sob o comando de Mathias Beck, os índios não são mais recrutados como trabalhadores. A respeito da política indigenista de Beck e da Companhia nesse período, trataremos mais à frente, no próximo capítulo.

3.2 Os Índios como soldados

Como vimos no tópico acima, os índios tiveram uma participação significativa em certos setores da economia do Brasil Holandês, mas é indiscutível que o envolvimento principal dos povos indígenas com a sociedade colonial, no período de ocupação neerlandesa do Brasil, se deu na área militar. Como guerreiros, soldados, batedores e guias, os índios do Brasil desempenharam um papel fundamental na condução das operações de guerra, tanto do lado lusitano, quanto neerlandês.

O primeiro comandante geral das forças terrestres da WIC no Brasil, o coronel Waerdenburch, logo teve a oportunidade de experimentar a perícia indígena na guerra, após ter desembarcado no Brasil com seus homens, enfrentando ataques e emboscadas indígenas, ao redor de Olinda e Recife, durante as operações militares de conquista dessas praças fortes. Numa carta datada de 23 de julho de 1630, ele se expressa dessa maneira a respeito dos índios: “os brasileiros não são cordeirinhos como os pintam certas histórias das Índias Ocidentais que li; são antes soldados valentes, prontos e audaciosos, como têm mostrado”.¹⁶⁸ Essa avaliação do coronel Waerdenburch meramente ecoa uma série de outros relatos do século XVI e princípios do século XVII, que narram a predileção indígena pela guerra, sua bravura e perícia, relatos já citados no capítulo anterior.

Essa fascinação dos cronistas coloniais com a ferocidade indígena, com a violência e sanguinolência da guerra tribal e com a aparente falta de motivos claros para esses conflitos apenas esconde uma incapacidade de compreender a guerra indígena dentro dos parâmetros da cultura indígena tradicional. Em seu livro dedicado ao papel da guerra na sociedade Tupinambá, Florestan Fernandes diz o seguinte:

Ao escolher a guerra como objeto de estudos pessoais, não o fiz porque estivesse convicto de que a guerra fosse o principal centro de interesses dos Tupinambá ou alimentasse alguma pretensão de explicar por seu intermédio as condições de existência social daqueles indígenas. Ao contrário, sabia perfeitamente de antemão que a guerra se subordinava ao

¹⁶⁸ Carta de Wardeenburch ao Conselho dos XIX, datada de 23 de julho de 1630. Apud MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro: TopBooks Universidade Editora, 2001. p. 210, nota 9.

sistema mágico-religioso tribal, e que ela tinha importância na vida social dos Tupinambá precisamente por causa dessa circunstância.¹⁶⁹

Assim, é importante lembrar que, quando falamos do papel da guerra na sociedade indígena, tenhamos em conta que a guerra, embora fosse um aspecto importantíssimo de sua cultura, não ocorria num vácuo nem era sem razão. Também não se pode dizer que os Tupi viviam para a guerra. O que se pode dizer é que a guerra e as atividades guerreiras estavam, sim, intimamente ligadas à religião, às crenças e à cultura indígena e que, em geral, os grupos indígenas encontrados no litoral do Brasil nos primeiros dois séculos de colonização não eram “pacíficos”, e, sim, tribos guerreiras, dotadas de uma forte tradição marcial. Não pretendemos, neste trabalho, repetir a dicotomia presente em muitas das fontes que lidam com colonização da América portuguesa, isto é, classificando os índios ora como bravios e selvagens, ora como pacíficos ao projeto colonizador, como “índios mansos”. O que nos interessa aqui é entender como os índios participaram do conflito entre a WIC e a Coroa portuguesa no Brasil, mais especificamente no Ceará, levando em conta sua cultura tradicional, bem como as pressões às quais eles se viram submetidos por conta da situação de guerra entre essas metrópoles que imperava.

Para entender a participação indígena na guerra luso-holandesa pelo controle do Brasil, é interessante retornar ao papel tradicional da guerra na sociedade Tupi; os métodos e objetivos dessa guerra. Aqui, retomamos o texto de Florestan Fernandes. Na sua obra *A função social da guerra na sociedade tupinambá*¹⁷⁰, especialmente no Livro Primeiro, ele estuda, amplamente, diversas questões a respeito da guerra indígena, desde o armamento, a organização dos bandos guerreiros e as táticas empregadas, até questões como os presságios e augúrios que precediam as batalhas e a alimentação usada pelos guerreiros. Embora não caiba, aqui, fazer uma análise dessa profundidade, iremos, a partir dessa obra, bem como de outras anteriormente citadas e das fontes primárias, fazer uma breve descrição dos métodos tradicionais de guerra Tupi.

Em primeiro lugar, é preciso entender os objetivos da guerra tribal. Como já dissemos, os cronistas quinhentistas e seiscentistas, de modo geral,

¹⁶⁹ FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970. p 13.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

tinham dificuldade em entender os objetivos da guerra indígena.¹⁷¹ O fato de que os conflitos indígenas não envolviam a captura de escravos para o trabalho ou de bens materiais os confundia, e eles, invariavelmente, aceitavam, sem maiores questionamentos, as explicações que os próprios índios davam para as suas guerras, ou seja, de que elas eram motivadas unicamente pelo desejo de vingança. Essa incapacidade de entender os objetivos da guerra tribal era intensificada por uma opinião corrente entre os cronistas da época, de que a terra no Brasil era quase que infinitamente fértil e que não havia razões para que uma tribo enfrentasse outra por motivo de posse da terra. Os próprios índios ajudavam a perpetuar essa visão, ao subordinar a guerra à captura de escravos para os rituais antropofágicos de vingança dentro de seu próprio sistema cultural. Um trecho da obra de Jean de Léry, já citado, mas que vale a pena repetir, é a síntese mais concisa da maneira que os cronistas quinhentistas e seiscentistas viam a guerra indígena:

Os selvagens se guerreiam não para conquistar países e terras uns aos outros, porquanto sobejam terras para todos; não pretendem tampouco enriquecer-se com os despojos dos vencidos ou o resgate dos prisioneiros. Nada disso os move. Confessam eles próprios serem impelidos por outro motivo: o de vingar pais e amigos presos e comidos, no passado.¹⁷²

Florestan Fernandes, por outro lado, argumenta que a guerra indígena estava firmemente ancorada na competição por recursos escassos do meio ambiente, principalmente território apropriado para a prática das atividades tradicionais de caça, pesca, coleta e agricultura.¹⁷³ Esse objetivo primário da guerra: a conquista e manutenção de áreas que sustentassem as necessidades de alimento da tribo, entretanto, era encoberto por uma tradição cultural que ressimbolizava esses conflitos, em termos de vinganças por ofensas passadas, que precisavam ser consumadas através dos rituais de sacrifício antropofágicos.

Quanto aos métodos da guerra em si, os Tupi-guarani adotavam práticas bastante homogêneas. As armas principais eram o arco e flecha e o tacape, uma pesada clava de madeira. O arco era, de longe, a arma principal e, apesar de os

¹⁷¹ Ver, a respeito desses cronistas e de suas opiniões a respeito da guerra indígena, o capítulo anterior deste trabalho, páginas 24 a 28.

¹⁷² LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 183.

¹⁷³ FERNANDES, Florestan. **A Função social da guerra na sociedade Tupinambá**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970. p. 43-66

Tupi não utilizarem veneno nas pontas das flechas, como certas tribos amazônicas, sua pontaria e a potência das flechas não deixavam de ser temidas pelos europeus. O tacape, embora primariamente uma arma ritual para o sacrifício dos prisioneiros, era também utilizada nos combates à curta distância, com bastante eficiência. O peso e a potência com que os índios brandiam a arma causavam ferimentos terríveis, como: membros completamente esmagados e cabeças rachadas com um único golpe. Os índios também eram tidos como excelentes lutadores corporais.¹⁷⁴

Embora houvesse batalhas campais, inclusive relatos de conflitos envolvendo três ou quatro mil homens de cada lado, esse tipo de embate não parece ter sido o mais comum. De modo geral, o objetivo dos bandos guerreiros Tupi era atacar as aldeias inimigas de surpresa, no meio da noite ou, mais comumente, ao raiar do dia, com o objetivo de matar e capturar o maior número possível de inimigos. Esses ataques dependiam, grandemente, da surpresa e do choque para desmoralizar os defensores. Como dito acima, entretanto, os Tupi eram familiarizados com batalhas campais e também com cercos primitivos. Algumas aldeias, especialmente em regiões muito conflituosas, eram cercadas por paliçadas de madeira e cipó e os índios tinham experiência em atacar e defender esse tipo de fortificação primitiva. Os bandos guerreiros que participavam desses ataques podiam cobrir distâncias prodigiosas, por terra e também por água, utilizando-se de canoas. Longas marchas eram possíveis porque os índios caçavam e pescavam grande parte do alimento que necessitavam, ao longo do caminho, levando apenas uma certa quantidade de “farinha de guerra”, um tipo de farinha de mandioca seca que era altamente durável e podia ser preparada com muita antecedência e estocada para esse tipo de expedição e que demorava muito a estragar, mesmo nas condições úmidas das matas do Brasil.

A guerra era a província dos homens adultos do grupo, os *avá*¹⁷⁵ e *tuxaua*¹⁷⁶ da tribo. Ficavam excluídas as mulheres e os *curumínguassú*¹⁷⁷, estes participando como auxiliares nas expedições militares, responsáveis por remar as

¹⁷⁴ *Ibidem.* p. 24-39.

¹⁷⁵ *Avá, abá e aba* são variações da palavra Tupi que designa “homem”, nesse caso, homem adulto.

¹⁷⁶ *Tuxaua, Tujuaé, Tubicháua, Morubixaba* entre outros termos, designam os homens de grande valor, os chefes, os “principais” da tribo. Termo geralmente concedido a homens mais velhos, aqueles que têm direito de falar nas reuniões na casa dos homens.

¹⁷⁷ *Curumínguassú* é a palavra que designa moço, rapaz, homem jovem. De *curumin*, criança, e *guassú*, grande.

canoas, carregar a “farinha de guerra” e providenciar caça e pesca para alimentar os guerreiros da expedição. Os *caraibas* e *pajés* das tribos também tinham grande importância dentro dos bandos guerreiros, visto que todo o tipo de sonhos, presságios e augúrios eram levados em conta na tomada das decisões a respeito da condução das expedições militares.

O comando desses bandos de guerreiros indígenas recaía sobre um “Principal”, um líder tribal que detinha prestígio suficiente para mobilizar o bando em torno de si. O papel do líder, entretanto, estava mais ligado à mobilização dos guerreiros, à escolha do alvo e à rota de marcha do que propriamente ao combate. Durante a luta em si, os índios lutavam como indivíduos isolados, não dispoñdo de muitas táticas de combate ou mecanismos de comando.

Muitas das características do método tradicional de guerra indígena refletiam soluções práticas para os obstáculos que o meio ambiente do Brasil da época impunha. A ausência de estradas, as longas distâncias, a grande quantidade de rios e riachos, as densas matas e outros fatores tornavam a movimentação e provisão de bandos armados bastante complicadas. As imensas distâncias e a densidade das matas facilitavam a fuga e o esconderijo dos inimigos e também promoviam as táticas de emboscada. Esse sistema de guerra tradicional indígena, em contato com o armamento, a organização e os métodos de guerra europeus, daria origem àquilo que se tem chamado de “guerra brasílica”.

Esse termo, que tem origem na documentação da época, foi definido e desenvolvido como conceito por Evaldo Cabral de Mello.¹⁷⁸ Segundo este autor, o termo “guerra brasílica”, também conhecido como “guerra do mato” e “guerra volante”, constitui uma adaptação da “arte militar” europeia às condições ecológicas e sociais específicas do Brasil, incorporando à tradição militar europeia, aspectos das técnicas indígenas de guerra. Evaldo Cabral, em sua obra, lida principalmente com o uso da “guerra brasílica” pelos soldados reinóis e pelos colonos luso-brasileiros, no conflito com a WIC, mas o termo também tem sido usado, de forma mais ampla, para designar o bandeirantismo paulista¹⁷⁹ e outras formas de adaptação da técnica militar europeia, no Brasil. Puntoni também ressalta que essa

¹⁷⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630/1654**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975. Capítulo VII.

¹⁷⁹ PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec, 2002. Capítulo 5.

“guerra brasílica” estava irremediavelmente ligada à presença do elemento indígena.¹⁸⁰ A “guerra brasílica”, na sua visão, era dependente de carregadores, remadores e guerreiros indígenas, acostumados às longas expedições e às condições ecológicas, capazes de fornecer alimentos para si e para o restante da expedição, através da caça e da pesca.

A importância da participação indígena na guerra luso-holandesa é bastante atestada, tanto na documentação da época quanto na bibliografia. A obra de Frei Manoel Calado, em particular, chama atenção para a participação indígena na guerra:

Tanto que os índios da terra Pitiguares, chamados ordinariamente caboclos, e os Tapuias, todos grandes inimigos de sangue português, viram as duas fortalezas do Arraial, e de Nazaré, rendidas, e que o General Matias de Albuquerque, e seu irmão Duarte de Albuquerque Coelho se havia retirado para as Alagoas, aonde estavam com o Conde de Banholo, esquecidos que haviam sido criados entre nós, e aos peitos da Santa Madre Igreja, com os quais os religiosos da Companhia São Bento, de São Francisco, e do Carmo, haviam trabalhado tantos anos em os doutrinar na Santa Fé Católica, vivendo eles de antes como brutos animais, e selvagens das brenhas, e havendo-os os portugueses conservado com tanto amor em suas aldeias, livrando-os de serem cativos, merecendo eles serem mais que cativos por suas grandes maldades; e logo ao ponto se foram meter com os holandeses e se ofereceram a lhe dar toda a Capitania de Pernambuco conquistada, e tão sujeita que não houvesse jamais português que ousasse a levantar os olhos, **e logo começaram a sair com os holandeses em tropas, ensinando-lhes os caminhos que eles não sabiam, e esquadrihados os matos, por entre os quais muitos moradores estavam escondidos com suas famílias**, e ali os matavam, e roubavam, não perdoando as mulheres, nem a meninos, e fazendo com toda a casta de mulheres, assim eles, como os flamengos outros desaforos, que não é lícito por honestidade, e por não ofender os ouvidos fiéis, que sejam escritos.

Começaram os moradores a cobrar tanto medo aos índios Caboclos, que mais os temiam que aos próprios holandeses, porque como eram criados nos matos não lhes ficava canto que não resolvessem, e bastava dizer qualquer deles aos holandeses: este acompanhou a Matias de Albuquerque, ou falou com seus soldados, para logo o mandarem matar, o que eles executavam como cruéis, e carniceiros algozes; e bem se deixar ver claramente a raiz desta má progênie em sua língua, na qual não tem L, nem R, nem F, no que apregoam, que é gente que não tem Lei, nem Rei, nem Fé, e **dali por diante sempre acompanharam aos holandeses e brigam contra nós a ferro, fogo e sangue**, e deram tanto ânimo, e brio aos holandeses, que os facilitaram a descobrir a má intenção que tinham contra nós, e a começaram a usar de crueldade, e tirania com os moradores, que até então por não se atreverem tinham encoberta com bem mágoa de seus corações. Começaram os holandeses a entrar por terra a dentro com este favor, e chegavam as casas dos moradores e em suspeitando teriam dinheiro, ou jóias de ouro, ou prata de mãos à boca lhe levantavam falsos testemunhos, e os acusavam de traidores, e lhes davam cruéis tormentos, metendo-lhes os pés em azeite, e breu fervendo, e a

¹⁸⁰ *Ibidem*. p. 188-189.

outros enforcando-os pelos braços, ou pelos pés, e a outros metendo-lhes os dedos nos fechos das clavinhas, até que obrigados dos tormentos davam o que tinham, e prometiam o que não tinham; e a muitos dos moradores enforcaram, degolaram, e arcabuzaram sem outra causa mais de os roubarem; **assim que os malvados, e ingratos índios Pitiguares, e Tapuias foram a causa, e o principal instrumento de os holandeses se apoderarem de toda a Capitania de Pernambuco, e de a conservarem tanto tempo.**¹⁸¹

John Hemming diz o seguinte, da participação indígena na guerra:

This was a white man's war, between two European powers struggling for possession of a rich colony. It is sometimes known as the Sugar War. It was fought with guns and warships, and took place amid coastal sugar plantations, forts and towns where there were few Indians left. Although the outcome of the war was of little consequence to the Indians, the tribes of the north-east were inevitably drawn into the fighting. Their skills as warriors and woodsmen were valued by both sides.¹⁸²

Esses trechos nos revelam que, muito embora a população indígena da capitania de Pernambuco e regiões adjacentes, em 1630, estivesse diminuída a apenas uma fração do que havia sido em princípios do século XVI e que os índios formavam apenas uma parcela menor do total de combatentes nas forças luso-brasileiras e neerlandesas, eles tinham uma importância desproporcional aos seus números na condução das operações militares. Isso era especialmente válido para o lado neerlandês, cujos soldados e marinheiros não tinham qualquer familiaridade com o terreno, o clima e a ecologia do Brasil, nem com os métodos da “guerra brasílica”. O trecho do Frei Manoel Calado deixa bem claro que o conhecimento que os índios tinham das matas e dos caminhos do Brasil e sua perícia como batedores e guerreiros foram importantes para que as forças da Companhia, no Brasil, pudessem sair do cerco inicial, ao que se viram submetidas, em Recife e Olinda, em 1630-1632 e, posteriormente, a impor sua autoridade na zona rural conquistada.

Os índios do Ceará estiveram envolvidos nesse conflito praticamente desde o seu início. Em 1631, Martim Soares Moreno se deslocou com um contingente de índios do Ceará e uns poucos soldados do Forte de São Sebastião para Pernambuco, onde se juntou às forças comandadas por Matias de

¹⁸¹ CALADO, Frei Manoel. **O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade**. Recife: CEPE, 2004. p. 66-67. Os grifos são nossos.

¹⁸² HEMMING, John. **Red Gold: The conquest of the Brazilian Indians**. Londres: Pan Macmillan, 2004. p. 291

Albuquerque, baseadas no Arraial do Bom Jesus.¹⁸³ Ali, segundo o autor das *Memórias diárias da guerra do Brasil*, os indígenas cearenses provaram ser um trunfo importante:

Em 29 foi o capitão Martim Soares encarregado de, com a gente de seu quartel, e particularmente com os Índios que trouxe do Ceará, a acometer um dos quatro redutos que o inimigo havia feito na ilha de Santo Antônio. Passou Martim Soares, e investiu com tanta bizzarria, que entrando-o degolou 12, e trouxe prisioneiro o sargento que o guardava com mais 40 homens; os outros o desampararam, aterrorizados de ver os índios, cujo aspecto nos primeiros anos lhes era terrível: e estes do Ceará, por menos domesticados e tratáveis, mais serviam para esse efeito que para outro qualquer.¹⁸⁴

Não sabemos o que aconteceu com esses índios que Martim Soares Moreno levou do Ceará para lutar em Pernambuco. É possível que os mesmos tenham sido incorporados às tropas dos campanhistas, ou mesmo ao terço de índios comandado por Felipe Camarão, mas é factível que, pelo menos parte deles tenha, eventualmente, voltado ao Ceará. Podemos notar, também, que os índios do Ceará são diferenciados dos outros índios combatendo ao lado dos portugueses, tidos como “menos domesticados e tratáveis”. Isso se deve, certamente, ao fato de que os índios do Ceará não eram aldeados na época, devendo ter mantido mais aspectos de sua cultura tradicional, até aquela data, do que os índios que se encontravam aldeados.

Embora Martim Soares Moreno tenha levado esses índios para combater em Pernambuco, essa participação foi bastante modesta. Somente a partir de 1637 é que os índios do Ceará passam a se envolver, mais significativamente, na chamada Guerra do Brasil. Como vimos no capítulo anterior, foram os índios que enviaram um grupo até Recife, para pleitear ajuda da WIC na conquista do Forte de São Sebastião. Quando a tropa, sob o comando do Major Gartsman, aportou na baía do Mucuripe, começou uma nova fase de envolvimento dos grupos indígenas do Ceará com a guerra entre neerlandeses e portugueses, envolvimento esse que provou ser desastroso para esses índios.

A primeira colaboração entre guerreiros indígenas do Ceará e soldados da WIC se deu justamente na conquista do Forte de São Sebastião, ocasião em que cerca de 300 guerreiros indígenas, juntamente com uma tropa de 125 soldados da

¹⁸³ COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias diárias da guerra do Brasil**. São Paulo: Editora Beca, 2003.

¹⁸⁴ *Ibidem*.

Companhia, atacaram a pequena guarnição portuguesa do forte, composta de apenas 33 homens. Essa colaboração inicial foi bem sucedida: o Forte de São Sebastião foi rapidamente conquistado, sem perda de vidas para os neerlandeses e os índios atacantes. Entretanto, como foi relatado no capítulo anterior, esse episódio não ocorreu sem algum conflito. Rendido o forte, os índios queriam matar todos os soldados portugueses ainda vivos, o que não foi permitido pelo Major Gartsman que, segundo suas próprias palavras, teve que “usar a força” para impedir os índios de massacrar seus prisioneiros.¹⁸⁵ Esse episódio é característico do tipo de relação que se desenvolveu entre indígenas e a WIC, no Ceará, no âmbito militar: cooperação contra os inimigos em comum, mas marcada por sérias divergências.

Até onde foi possível averiguar, os primeiros alvos dessa nova aliança entre indígenas do Ceará e soldados neerlandeses, entretanto, não foram os portugueses. Durante todo o período em que o comando das forças da WIC no Ceará foi exercido pelo tenente Hendrick van Ham, só temos notícia de uma expedição militar realizada, mas o alvo dessa expedição foi uma tribo indígena do sertão, inimiga dos Potiguara. Um pequeno relato manuscrito dessa expedição, aparentemente composto por Georg Marcgraf, foi encontrado, recentemente, pelos historiadores Ernst van den Boogart e Rebecca Parker Brienem e publicado em versão comentada pelos dois.¹⁸⁶ O relato é bastante esparso, mas descreve uma expedição composta de “250 brasileiros, 150 tapuias e 15 brancos para fazer guerra contra os tapuias selvagens”¹⁸⁷ e que percorreu distâncias bastante significativas pelo interior do Ceará. Brienem e van den Boogaart acreditam que a viagem de Marcgraf tratava-se de uma expedição escravista destinada a abastecer os mercados de Recife com escravos. Essa conclusão apoia-se no fato de que, após o fim dos combates com a tribo inimiga, um certo número de crianças e jovens foi capturado e vendido ao tenente Hendrick van Ham no Ceará, que os comprou em nome da WIC e que, depois, os vendeu como “servos” ou “pajens” para alguns homens proeminentes de Recife, como mostramos no tópico anterior.¹⁸⁸

¹⁸⁵ “Carta do Conselho Supremo ao Conselho dos XIX, datada de 13 de janeiro de 1638”. Traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 264-265.

¹⁸⁶ VAN DEN BOOGAART, Ernst; BRIENEM, Rebecca Parker. *Informações do Ceará de George Marcgraf (junho-agosto de 1639)*. Vol. I. In: FERRÃO, Cristina; SOARES, João Paulo Monteiro (orgs.). **Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: Index/Petrobras, 2002.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 9.

¹⁸⁸ Sobre a captura e venda desses índios, ver a página 78 deste trabalho, acima.

O relato de Marcgraf tem a forma de um diário de campo de cientista, preocupando-se, prioritariamente, com as distâncias percorridas, a fauna e a flora encontradas, as condições do tempo, a toponímia dos lugares e coisas semelhantes, sendo escasso em informações sobre o comando da expedição e seus objetivos. O que se sabe é que a expedição era composta, majoritariamente, por forças indígenas, na proporção de cerca de 400 índios para apenas 15 soldados brancos da WIC. Sabemos, também, que os índios participaram de um ritual tradicional de guerra, antes de embrenharem-se da expedição; ritual esse liderado por um “pajé”. Em quase todos os sentidos, a expedição relatada por Marcgraf segue os padrões tradicionais das expedições de guerra Tupi. A reunião dos guerreiros, a preparação da farinha de guerra, os rituais para invocar os bons augúrios, os métodos de caça, pesca e coleta de água para beber, os caminhos percorridos e mesmo o tipo de ataque realizado, ao amanhecer, são todos condizentes com a tradição de guerra Tupi que descrevemos acima. Nossa opinião segue uma hipótese semelhante à de Brienen e van den Boogaart, mas com uma pequena ressalva: a leitura ampla dos outros documentos relacionados à presença neerlandesa no Ceará, nos fez chegar à conclusão de que a expedição em questão parece ter sido motivada prioritariamente pelos próprios indígenas, que tinham algum tipo de inimizade com a tribo que acabou sendo atacada.¹⁸⁹ A participação dos soldados da WIC, entretanto, parece ter sido ocasionada justamente pela possibilidade de captura de escravos. Acreditamos que, nesse caso, houve uma confluência de interesses temporária entre os indígenas locais e o tenente van Ham, na qual uma expedição tradicional de guerra indígena foi complementada por alguns soldados brancos, interessados na captura de escravos.

Essa primeira colaboração entre soldados da WIC e guerreiros indígenas do Ceará, entretanto, constitui um episódio bastante modesto, se comparado com a participação indígena na conquista do Maranhão, pelas forças da WIC e, posteriormente, sua participação na tentativa de suprimir uma revolta da população

¹⁸⁹ A conclusão adotada por Brienen e van den Boogaart, de que o *coammandeur* van Ham teria conseguido mobilizar quatrocentos guerreiros indígenas para marchar centenas de quilômetros pelo sertão com o objetivo de capturar umas poucas crianças como escravas destoa de toda a documentação citada ao longo desse trabalho, na qual os índios do Ceará repetidamente recusam-se a trabalhar de graça para os enviados da Companhia. Os documentos em questão estão amplamente citados ao longo desse trabalho, podendo ser consultados no guia de fontes em anexo. A carta de Hendrick van Ham datada de 19 de abril de 1638, principalmente, nos leva a duvidar da capacidade do *commandeur* van Ham de mobilizar os índios da maneira que Brienen e van den Boogart argumentam.

luso-brasileira contra o domínio da Companhia naquela região. Esse é, certamente, o episódio mais importante, do ponto de vista das relações entre indígenas e oficiais da Companhia no Ceará.

Embora a WIC tenha tentado, como vimos anteriormente, aproveitar-se do potencial econômico da força de trabalho indígena no Ceará, esses esforços foram inconsistentes e permeados de dificuldades devido à falta de materiais, meios de transporte, devido à apatia burocrática por parte das autoridades em Recife e, também, a pura e simples resistência indígena a certas formas de trabalho.

É, portanto, no âmbito da cooperação (e conflitos) no campo estratégico e militar que devemos procurar o principal eixo das relações entre indígenas e a WIC no Ceará, e o episódio da conquista e ocupação do Maranhão é, certamente, o mais importante evento nessa história, tanto pela sua escala, quanto por suas consequências.

As condições que levaram à conquista do Maranhão, pela WIC, são bastante interessantes e merecem ser analisadas antes de nos debruçarmos sobre a participação de indígenas na empreitada. Em 1637, a WIC, finalmente, alcançou um objetivo estratégico de longo prazo ao apossar-se do Ceará e do porto de Penedo, na foz do rio São Francisco. Essas duas conquistas asseguraram o flanco norte e sul da capitania de Pernambuco.¹⁹⁰

É importante lembrar que, muito embora o território englobado por esses dois pontos fosse dividido em cinco capitanias (Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará), a região era, amplamente, tida como sendo dependente da capitania de Pernambuco, situação que seria, mais tarde, oficializada pela Coroa portuguesa após a derrota da WIC, tornando essas capitanias subordinadas a Pernambuco.

A tentativa malograda de tomar a cidade de Salvador, em 1638, pôs fim a quaisquer planos de expandir o Brasil Holandês naquela direção, no futuro próximo. As notícias da aclamação de D. João de Bragança como Rei de Portugal em 1640 ocasionaram mudanças bruscas nos planos da WIC. Antecipando-se a um acordo de paz que, certamente, seria assinado, em breve, entre as Províncias Unidas e Portugal, o Conselho dos XIX emitiu ordem ao Conselho Supremo em Recife para que

¹⁹⁰ WÄTJEN, Hermann. **O Domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 (Bibli. Pedagógica Brasileira. Serie 5ª. Brasileira; v. 125). p. 147-157.

expandisse as fronteiras do Brasil Holandês, o máximo possível, antes que o tratado de paz fosse assinado, sugerindo, novamente, um ataque a Salvador. O Conde Maurício de Nassau e os outros Conselheiros, entretanto, ignoraram essa ordem que sabiam ser impossível de cumprir com os efetivos que possuíam e, ao invés, escolheram outros dois alvos, também muito valiosos do ponto de vista estratégico.

Primeiramente, uma esquadra foi despachada para Angola, sob o comando do Almirante Jol, apoderando-se de São Paulo de Luanda e, conseqüentemente, do principal mercado de escravos do continente africano. Uma segunda esquadra, sob o comando do Lichthardt e Koin, partiu para conquistar o Estado do Maranhão, em 1641.¹⁹¹

A conquista do Maranhão, ao que tudo indica, foi motivada, em grande parte, pelos relatórios de Gedeon Morris de Jonge e Johan Maxwell, apresentados à Câmara da Zelândia e, posteriormente, ao Conselho dos XIX da WIC. Os dois haviam sido capturados nas incursões militares portuguesas, organizadas em São Luís, nas décadas de 1610 e 1620 e que haviam desbaratado as tentativas de colonização francesa, inglesa e neerlandesa, na costa amazônica.¹⁹²

Ambos ficaram presos, por cerca de oito anos, no Estado do Maranhão, tendo, nesse período, adquirido extensas informações sobre a costa leste-oeste do Brasil. Graças aos relatórios de Gedeon Morris de Jonge, apresentados em outubro de 1637 e novamente em fevereiro de 1640, dessa segunda vez em parceria com Maxwell, é que a Companhia parece ter tomado a decisão de invadir essa região, apresentada nos relatórios como rica em açúcar, algodão, madeira de tinturaria e outros bens, bem como esparsamente povoada por portugueses e mal defendida. Um dos principais atrativos da região, também segundo os relatórios, era a imensa quantidade de índios que poderiam ser aproveitados como força de trabalho.¹⁹³

¹⁹¹ *Ibidem.* p. 184-192.

¹⁹² Sobre as tentativas de colonização da costa amazônica por parte de ingleses, franceses e neerlandeses e as expedições portuguesas para expulsá-los da região, pode-se consultar: MEIRELES, Mário Martins. **Holandeses no Maranhão (1641-1644)**. São Luís: PPPG, Ed. Universidade Federal do Maranhão, 1991. p. 25-30.

¹⁹³ “Breve descrição apresentada aos Diretores da outorgada Companhia das Índias Ocidentais, delegados à Assembléia dos Dezenove, sobre os lugares situados no Brasil setentrional denominados Maranhão, Ceará, Cametá, Grão-Pará e outros rios compreendidos na bacia do famoso rio do Amazonas, onde os portugueses tem assento, com toda a disposição e circunstâncias respectivas, como deixei no último de novembro de 1636.” Traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 238-250.

Logo após apresentar esse segundo relatório, Gedeon Morris de Jonge foi apontado como *Commandeur* do Ceará e, quando chegou o momento de efetuar a conquista daquela região, foi natural que o Conselho Supremo em Recife decidisse por enviar Gedeon Morris de Jonge para participar da expedição planejada.

As instruções passadas para os comandantes da expedição contra o Maranhão são claras quanto ao papel que Gedeon Morris deveria desempenhar:

Art. 9º. Na execução do que fica dito ouvirão particularmente o parecer do *commandeur* do Ceará, Gedeon Morris, que, tendo freqüentado durante muito tempo todas essas regiões, é nelas muito versado, e como conhece a língua dos índios, à força mantidos na escravidão dos Portugueses, os moverá a vir em nossa assistência. E para ainda mais predispo-lo a isto, conferimos-lhe o comando de todos os índios por um ato expresso, e se lhe dará assento no conselho ao lado dos capitães.

Art. 28º. Como o *commandeur* Gedeon Morris conhece a situação do Maranhão e dos lugares vizinhos, mandamos, que ele lá fique até ordem nossa ulterior para assistir o Sr. Diretor com os seus conselhos e pareceres, e terá o comando dos índios, mas os índios que forem levados do Ceará serão enviados para as suas aldeias.¹⁹⁴

Nesse documento, o Conselho Supremo deixa bem clara a importância de Gedeon Morris de Jonge, tanto por seu conhecimento empírico da região, a “situação do Maranhão e dos lugares vizinhos”, bem como por sua habilidade como tradutor de línguas indígenas, comandante de guerreiros indígenas e “mediador” junto aos índios, capaz de atrair os índios do Maranhão para o lado da WIC. Entretanto, a alta opinião que o Conselho Supremo tinha de Gedeon Morris de Jonge não foi totalmente correspondida pelos oficiais comandantes da expedição, o almirante Lichthardt, o coronel Koin e o conselheiro Bas, como podemos ver nesse trecho da carta que eles enviam do Maranhão para Recife, avisando do sucesso da conquista:

A tarde de 5 (de Novembro) a galeota *Amsterdam* veio do Ceará ter conosco, trazendo Gedeon Morris, *commandeur* dos índios. Chegando à fala, dissera que, havia muito, tínhamos passado o Ceará e que estávamos seguramente a 30 léguas a oeste desse lugar. Morris, vindo a bordo, declarou depois de algumas observações, que não podia fornecer o número determinado de índios, tanto por causa das bexigas que os assolavam, como porque as suas salinas, então bonitas, segundo a sua expressão, tinham necessidade de muitos índios e até de 150, e não podiam dispensar

¹⁹⁴ “Instruções dada a 28 de outubro de 1641 ao almirante Jan Corneliszoon, ao coronel Hans van Koin e ao conselheiro político Pieter Jansen Baz sobre a conquista dos Maranhão” traduzidas por: PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 285.

sem prejuízo da Companhia; entretanto trazia 70 e mais alguns Tapuias e Tupis (*Brasilianen*) obtidos em caminho de uma aldeia que fica perto de Comestry (Camocim). Assim Morris nos trouxe, quando muito, 80 homens, número muito inferior ao que fora fixado.

Sobre a situação do Maranhão, o melhor modo de entrar no canal e penetrar no rio, os baixios e as profundezas e o melhor lugar para o desembarque da tropa, pouca ou nenhuma informação Morris podia dar, pois ele mesmo nunca aí estivera; alguma coisa sabia por ouvir dizer, mas não fazia nisso fundamento, de sorte que nós não podíamos absolutamente confiar em tais informações.

Trouxeram de Comestry (Camocim) um capitão dos índios chamado Jacob Crynis, que conhecia bem a terra e não ignorava completamente os baixios e os lugares profundos; ele, porém, não quis tomar sobre si o encargo de servir de piloto para meter os navios no rio do Maranhão, incumbindo-se somente de prosseguir na viagem, depois de entrarmos, e de indicar os lugares profundos e levar os navios diante do forte. Faltava-nos, pois um piloto.¹⁹⁵

Algumas informações interessantes aparecem nesse trecho de carta. Em primeiro lugar, há a confusa informação de que Gedeon Morris nunca esteve em São Luís, o que contrasta com todas as informações que temos a respeito de sua vida. Ele, certamente, esteve preso durante oito anos em algum lugar do Estado do Maranhão e, no relatório que apresenta ao Conselho dos XIX pleiteando a conquista da costa leste-oeste, ele dá uma descrição bastante detalhada da cidade, nos levando a crer que ele, de fato, a conhecia.

Por último, e mais significativamente, temos a informação sobre a participação dos índios do Ceará na expedição. Em primeiro lugar, é importante notar a dificuldade que Gedeon Morris de Jonge tem que conciliar o aproveitamento dos índios como trabalhadores nas salinas e seu recrutamento para as expedições militares da WIC. Nessa ocasião, o *Commandeur* Morris resolveu a questão optando por valorizar a produção salineira, contribuindo com um número bem menor do que o esperado de guerreiros indígenas para a expedição ao Maranhão. Como veremos, esse não será o caso durante a revolta da população luso-brasileira no Maranhão, ocasião na qual a população indígena do Ceará é massivamente engajada nos combates, paralisando, quase que completamente, o trabalho nas salinas. Esse trecho, também, nos permite identificar os locais de recrutamento indígena para os combates. Um pequeno número desses guerreiros parece ter sido recrutado entre

¹⁹⁵ “Carta de Lichthart, van Koin e Bas, dirigida ao Supremo Conselho do Forte de S. Luís do Maranhão em 3 de dezembro de 1641, dando notícia do êxito feliz da expedição” traduzido por José Higinio Duarte Pereira, em: PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 286.

os “Tupi e Tapuia” das aldeias próximas à Camocim, ou seja, na região da Ibiapaba. Isso condiz com as outras informações que possuímos, as quais indicam que os neerlandeses haviam estabelecido contatos amistosos com as tribos do litoral oeste do Ceará (prioritariamente Tremembé) e com os Tabajara da Ibiapaba. O grosso dos guerreiros, entretanto, veio juntamente com Gedeon Morris de Jonge diretamente do “Ceará”, ou seja, das imediações do forte de São Sebastião, o que mostra serem os Potiguara das aldeias vizinhas ao forte.

Na ocasião da conquista de São Luís, não há registro da participação indígena em qualquer combate, visto que as autoridades portuguesas resolveram render a cidade diante do desembarque da tropa neerlandesa.¹⁹⁶ A participação indígena nas forças de ocupação, por outro lado, parece ter sido extremamente importante. Segundo Mário Martins Meireles, o almirante Lichthardt partiu de São Luís em 31 de dezembro de 1641, levando consigo o grosso da tropa que rendera a cidade, deixando para trás uma força de ocupação composta por cerca de 600 homens e quatro navios.¹⁹⁷ Em carta datada de abril de 1642, Gedeon Morris de Jonge envia ao Conselho Supremo, em Recife, a informação de que fizera uma contagem dos índios e chegara ao número de “2.300 e tantos indivíduos, conquanto um grande número deles tenha morrido depois que aqui chegamos.”¹⁹⁸ Esse número de índios com certeza incluía uma grande proporção de índios nativos do Maranhão, além daqueles levados pela expedição. Comparando-se essa cifra com o número de soldados da guarnição ou mesmo com a população total de São Luís, temos uma ideia da importância dessa população indígena.

O valor das forças indígenas para a força de ocupação, entretanto, ficou clara quando da eclosão da revolta dos habitantes luso-brasileiros, em 30 de setembro de 1642. Naquela noite, um pequeno bando de moradores, sob o comando de Antônio Muniz Barreiros Filho, Antônio Teixeira de Melo e Paulo Soares de Avelar, atacou os cinco engenhos do Itapicuru, um de cada vez, massacrando a guarnição neerlandesa de cada um, antes de aproximarem-se do forte do Calvário, que atacaram de surpresa durante o raiar do dia e tomaram de assalto.

¹⁹⁶ MEIRELES, Mário Martins. **Holandeses no Maranhão (1641-1644)**. São Luís: PPPG, Ed. Universidade Federal do Maranhão, 1991. p. 83-84

¹⁹⁷ *Ibidem*. p. 85-86.

¹⁹⁸ “Carta de Gedeon Morris de Jonge para o Conselho Supremo do Recife, data de 7 de abril de 1642” traduzida por: PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 294.

Nesses ataques, os moradores luso-brasileiros mataram ou capturaram quase a metade da tropa de 600 soldados da WIC no Maranhão, ou seja, um total de 300 homens nos engenhos e no forte. Passaram, então, para a Ilha de São Luís propriamente dita, onde enfrentaram e derrotaram um novo contingente neerlandês, de cerca de 40 homens. Até onde se sabe, esse incrível sucesso por parte dos insurretos, que consistiu na tomada de cinco engenhos e um forte, bem como na morte ou captura de cerca de 340 soldados da WIC, foi executado por apenas 50 ou 60 ‘brancos’, acompanhados por cerca de 80 índios aliados, sob o comando dos Principais Joacaba Mitagai e Henrique de Albuquerque.¹⁹⁹

A partir de então, começou uma guerra de sítio, na qual as forças da WIC se viram cercadas, na cidade de São Luís, pelas forças dos moradores luso-brasileiros. Um aviso sobre a revolta foi enviado para o Conselho Supremo, como podemos ver nesse trecho do livro de Barléus:

Neste meio-tempo, notícias de acontecimentos adversos vieram inquietar o governo de Pernambuco, mostrando a pouca firmeza da tranqüilidade alcançada. Tinha-se informado com certeza que o Maranhão sacudira o nosso jugo; que portugueses e brasileiros, mancomunados para tamanho crime, tinham trucidado, com abominável ousadia, os soldados holandeses, que nada esperavam, e, ocupando o forte do Calvário às margens do Itapicuru, sitiavam a cidade de São Luís, onde praticavam todas as violências da guerra; que os sitiados necessitavam de socorro imediato, porque, vencida a cidade, periclitaria a província. Os governadores de Pernambuco, que tudo vêem e arrostam, logo mandaram para lá, com trezentos soldados e duzentos índios conscritos no Ceará, o tenente-coronel Hinderson, para que, subjugados os cabeças da rebelião, restabelecesse ele a ordem e fizesse voltar o amor da obediência.²⁰⁰

O envio dessa tropa, que partiu de Recife em 31 de dezembro de 1642 e chegou a São Luís em 15 de janeiro de 1643, após fazer parada no Ceará, marca o ponto de maior participação dos indígenas do Ceará nas atividades da Companhia. Retomando aquilo que foi exposto no primeiro capítulo, a respeito das condições em que se deu a vinda da WIC ao Ceará em 1637, vemos que esse tipo de recrutamento estava implícito na política indigenista da WIC para o Ceará. O dispêndio de dinheiro

¹⁹⁹ As informações sobre a revolta no Maranhão, inclusive o nome e a quantidade dos índios envolvidos, foram retiradas de: MEIRELES, Mário Martins. **Holandeses no Maranhão (1641-1644)**. São Luís: PPPG, Ed. Universidade Federal do Maranhão, 1991. p. 108-117.

²⁰⁰ BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-general de cavalaria das Províncias Unidas sob o Príncipe de Orange**. Tradução e notas de Cláudio Brandão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p. 276-277.

com a conquista do forte de São Sebastião e, posteriormente, com o pagamento da guarnição que passou a ocupar esse forte, só se justificava, nos olhos da Companhia, por garantir o acesso direto aos grupos indígenas do Ceará. Durante o período em que Gedeon Morris de Jonge esteve no comando do forte, a Companhia passou a explorar essa relação de maneira mais sistemática, como já vimos, nas salinas e nos outros empreendimentos planejados e até mesmo no reabastecimento populacional das aldeias do Rio Grande. Mas foi somente no episódio da revolta luso-brasileira no Maranhão que a WIC mobilizou, completamente, seus aliados indígenas no Ceará para uma campanha militar. O homem colocado no comando dessas forças foi Gedeon Morris de Jonge. Enviado ao Maranhão, em começos de 1643, na qualidade de comandante de todas as forças indígenas aliadas da WIC no Maranhão, incluindo-se, aí, os 200 guerreiros indígenas do Ceará que o acompanhavam, ele não tardou a entrar em ação, como vemos nesta carta datada de 18 de janeiro de 1643:

[...] Servem estas poucas linhas para comunicar a V. Ex e VV. SS. que, dois dias depois de chegarmos ao Maranhão, fizemos uma sortida contra o inimigo com 420 brancos e cerca de 160 índios. Vinte arcabuzeiros e 12 índios, sob o mando do alferes do capitão Sanderlans, formavam a guarda avançada, que eu seguia a certa distância. O capitão Wiltschut me auxiliaria com 400 mosqueteiros.

No primeiro cometimento entrei nas trincheiras do inimigo e lhe tomei uma casa forte, que nos fazia muito dano, matando 8 portugueses e alguns índios. Isto feito, avancei com os índios até a obra próxima, onde o inimigo tinha o melhor de suas forças. Os índios e brancos que eu tinha comigo deram tão furiosamente sobre a obra que muitos chegaram até acima dela, com o que os portugueses já começavam a retirar-se.

O capitão Wiltschut, que me auxiliaria com 400 mosqueteiros, avançou e chegou tão perto da dita obra que a alcançaria, atirando-lhe o caximbo; e aí esteve em batalha, avançando ou retirando-se até que tivemos cerca de 100 homens entre feridos e mortos.

Como eu fui gravemente ferido e o foram quase todos os meus oficiais, começaram os índios a retirar-se de junto da obra, pois viram que os mosqueteiros não atacavam.

O inimigo está fortemente entrincheirado em todos os lugares; os brancos são pouco mais ou menos tão fortes quanto nós, e têm muitos índios do Grão-Pará.

Quisera eu ter ainda 200 índios de Pernambuco; com o auxílio de 400 brancos faria o inimigo abandonar apressadamente as suas posições.²⁰¹

Poucos dias depois, ele manda uma segunda carta, relatando um novo combate com as forças luso-brasileiras:

²⁰¹ “Carta de Gedeon Morris de Jonge para o Conselho Supremo do Recife, datada de 18 de janeiro de 1643” Traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 305-306.

[...] Era insuportável aos rebeldes estarem ao alcance de nossa artilharia, e na noite de 24 retiraram-se para fora dos limites da cidade, abandonando as suas obras. Sendo de presumir que eles se retirassem com todas as suas forças para Tapicurú, assentamos mandar o capitão Jacob com 100 índios verificar ao certo para onde o inimigo tinha ido.

O capitão Jacob internou-se cerca de duas léguas e chegando ao mesmo lugar onde o capitão Sanderlans fora batido, deparou com o inimigo fortemente emboscado.

Ou por descuido ou por obstinação, o capitão não observou a ordem e encargo que eu lhe dera, pois lhe foi positivamente recomendado que fizesse seguir duas guardas avançadas diante de sua batalha na distancia de um quarto de légua, cada guarda composta de seis índios, indo uma a direita e outra a esquerda do caminho através do mato, sem se aproximarem do caminhão um tiro de mosquete, e que assim seguissem diante da batalha para descobrirem todas as emboscadas; mas ele apenas pôs uma guarda avançada, e esta seguia pelo caminho e tão perto que podia ser vista da batalha.

Deste modo marcharam, até que caíram completamente na emboscada do inimigo. Este cortou aos nossos o passo pela retaguarda e então deu bravamente sobre os nossos de todos os lados.²⁰²

Essas descrições mostram, claramente, a extensão da participação indígena nos combates no Maranhão, tanto do lado da WIC como dos luso-brasileiros. A grande porcentagem de indígenas nas forças combatentes de ambos os lados destoava do padrão que se havia estabelecido nos combates entre a WIC e os portugueses nos outros pontos do Brasil, onde os soldados de origem européia, negra e mestiça preponderavam. É útil também analisar de que modo essas tropas indígenas participaram dos combates. No segundo caso, nos deparamos com os índios desempenhando aquela que era a sua principal função dentro da organização militar da época, ou seja, como batedores e guarda avançada. Vemos também, aqui, um caso clássico de “guerra brasílica” utilizada pelo contingente luso-brasileiro na forma de uma bem planejada emboscada. Nessa ocasião, o talento dos índios como batedores foi mal-aproveitado por seu comandante europeu, resultando na derrota de sua tropa formada por índios. Por outro lado, na batalha descrita na primeira carta, vemos os índios participarem como uma espécie de tropa de assalto, atacando trincheiras e fortificações inimigas. A carta dá a entender que o ataque principal foi, de fato, desferido por essas tropas indígenas, sendo apenas “auxiliadas” pelos 400 mosqueteiros do capitão Wiltschut.

A campanha contra os moradores luso-brasileiros, entretanto, rapidamente se torna um desastre para a Companhia. Além das estrondosas

²⁰² Carta de Gedeon Morris de Jonge para o Conselho Supremo do Recife, datada de 29 de janeiro de 1643” Traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 306.

derrotas sofridas durante os primeiros dias da insurreição, a força de socorro enviada juntamente com Gedeon Morris de Jonge falhou na tarefa de quebrar o sítio de São Luís e obter uma vitória decisiva sobre os moradores. Os luso-brasileiros continuam a derrotar, decisivamente, as excursões das tropas neerlandesas através de emboscadas e armadilhas. O estado de sítio torna o abastecimento das tropas da Companhia muito complicado. Faltam alimentos, água fresca, munição e roupas. A situação era ainda mais complicada devido a um problema crônico de corrupção e incompetência por parte dos funcionários encarregados do governo e de parte dos oficiais da tropa. O próprio Gedeon Morris, na mesma carta, datada de 29 de janeiro de 1643, expõe o problema:

Como V. EX e VV.SS. me recomendaram, que eu indagasse donde resultou a aversão contra os nossos, sou em consciência obrigado a revelar a verdade. A origem de todo mal é somente a cobiça da inconstância riqueza. Por cobiça tem sido de tal modo vexados e constrangidos os pobres índios, homens e mulheres, a trabalhar para os Portugueses (e isto sem o devido pagamento), que os índios, em vez de receber de nós alívio, ficaram sujeitos a maior cativoiro.

Por cobiça o capitão Schade extorquiu 80 arrobas de açúcar ao padre Barreto, porque um seu escravo comprara o facão de um soldado. Por cobiça fizeram extorsões a outros moradores (extorquiram a um 40 arroba e a outro ainda mais), por terem em suas casas a peça de uma lança, visto como no edital não se fez menção de lanças.

Por cobiça deixaram armas nas mãos dos senhores de engenho.²⁰³

Os 24 anos de permanência da Companhia das Índias Ocidentais Holandesa no Brasil foram marcados por inumeráveis acusações de corrupção e incompetência. Essas acusações partiram de pessoas nas mais diferentes posições, de frades portugueses, como Frei Manoel Calado, até o autor anônimo do panfleto intitulado *Brasilsche Gelt-Sack* (Saco de ouro do Brasil), passando por Pierre Moreau, secretário pessoal de Michel van Goch, membro do Supremo Conselho em Recife. As acusações de incompetência e corrupção iam de cima abaixo na hierarquia do governo civil e militar. As baixas patentes e funcionários da baixa administração eram particularmente odiados pelos moradores luso-brasileiros, especialmente os escoltetos, bem como os administradores das vilas indígenas. Membros da alta administração, incluindo o Conde Maurício de Nassau, foram acusados de aceitar todo tipo de propinas. Os oficiais do exército tinham fama de fraudar seus próprios soldados e manter a disciplina no exército apenas

²⁰³ *Ibidem.* p. 307-308.

via penas brutais. O que chama à atenção é que, mesmo nesse ambiente de corrupção e desmandos, a administração da WIC no Maranhão era tida como excepcionalmente ruim.

A administração da WIC no Maranhão era intolerável para os habitantes luso-brasileiros. Assim que o governador Bento Maciel Parente rendeu-se, as forças da Companhia tomaram posse de todas as fortalezas e pontos fortes do Maranhão e renderam todos os soldados presentes naquela capitania. Não apenas isso, a WIC embarcou todos os soldados portugueses capturados, bem como vários homens jovens e os mandou como prisioneiros para o Caribe e para a Europa, livrando-se, assim, daqueles homens que, mais prontamente, poderiam pegar em armas para contestar seu domínio. Mesmo assim, em apenas nove meses, eles viram-se frente a frente com uma revolta dos moradores. As fontes indicam claramente que a causa dessa revolta foram os desmandos e extorsões perpetrados por funcionários e soldados da WIC no Maranhão, alguns dos quais relatados por Gedeon Morris de Jonge na carta acima. Aquilo que só podemos chamar de incompetência das forças militares da WIC no Maranhão também deve ser ressaltada. Por mais que as forças luso-brasileiras tenham sabido aproveitar-se das técnicas da “guerra brásilica”, as derrotas sucessivas e desastrosas, sofridas pela Companhia ali, mesmo quando possuindo vantagem numérica, só podem ser explicadas pela incompetência dos soldados e oficiais da WIC no Maranhão. O próprio episódio do começo da revolta dos moradores é significativo: cerca de 150 moradores e índios conseguiram, em uma noite, capturar cinco engenhos e um forte, guarnecidos por um total de 300 soldados profissionais, quase sem baixas.

Para os propósitos deste trabalho, entretanto, nos interessa, principalmente, saber qual era a situação dos guerreiros indígenas, especialmente os do Ceará, no Maranhão. Diversos trechos das cartas de Gedeon Morris de Jonge, escritas no Maranhão, dão pistas para uma compreensão mais aprofundada da situação desses índios:

Os índios pedem insistentemente que lhes sejam dadas armas brancas ou deilharga, que aqui não há. V Ex. e VV.SS. queiram enviar na primeira oportunidade 160 *pedarmes*.²⁰⁴

Quanto ao pau-violeta, fal-o-ei cortar quanto antes, pois tenciono partir na primeira oportunidade com a metade dos índios para o Ceará, afim de providenciar sobre todos. **Desde 8 de Janeiro nos temos servido aqui no**

²⁰⁴ *Ibidem*. p. 308. Os grifos são nossos.

Maranhão de quase todos os índios do Ceará e eles pedem insistentemente para irem ter com suas mulheres e meninos, e que se lhes paguem os serviços prestados; o que em parte tenho feito; mas como o armazém está apenas provido de cassave (farinha de mandioca) corrompido, queiram vossas nobrezas enviar sem falta, no primeiro ensejo, o resto do pagamento, de acordo com a memoriazinha junta, afim de que eu possa, em obediência às ordens de vossas nobrezas, continuar a tê-los dedicados para conosco e animar e atrair os estranhos, com verem que tratamos com eles de boa fé, pagando os que nos servem, como se fazia antes de vir eu para aqui os índios.

A causa (dessa impontualidade) é que o estado do nosso armazém não permitia que eles recebessem a devida ração, de sorte que às mais das vezes tive que alimentá-los com boas palavras, e não obstante eles tem prestado aqui muitos serviços à Companhia. Desde 1 de abril, têm feito seguramente 710 alqueires de farinha, além de fazerem (pela falta já apontada) o seu próprio serviço e ração.

[...]

Mandamos aqui, há três meses, o *commandeur* Johannes Maxwell em um barco com dez brancos, dez índios do Ceará e cerca de trinta do Maranhão, para pescar e apanhar vacas marinhas na ilha de São João, sita coisa de 18 léguas a oeste do Maranhão. Como sabemos, que **Maxwell seguiu com o barco e os índios para a ilha de São Cristovão ou Barbados, onde provavelmente venderá os índios como escravos,** queiram vossas nobrezas escrever-lhe pelos primeiros navios que saírem, ordenando que sejam os índios devolvidos, pois os amigos muito lamentam, e pode isto dar causa de maiores desgostos entre eles.

[...]

Queiram também comunicar-nos quando deixarão partir os restantes índios do Ceará, que ficam aqui em serviço, pois eles desejam muito ir ter com suas mulheres e meninos, e nós mal os podemos dispensar.

A 15 o Sr. Bas e o *commandeur* me comunicaram que os índios não podiam receber ração do armazém, de sorte que devem fazer farinha para eles mesmos e fornecer alimento para toda a guarnição e para si.

Queiram vossas nobrezas considerar os fracos meios que disponho para animá-los!"²⁰⁵

Estas fontes nos indicam que a situação dos índios a serviço da WIC no Maranhão era extremamente precária. Certamente, parte do problema se devia à situação geral de penúria no Maranhão, em virtude da revolta dos moradores luso-brasileiros, mas Gedeon Morris também esclarece que grande parte das dificuldades enfrentadas por esses índios vinha do péssimo tratamento dado a eles pelos oficiais da Companhia.

A primeira reclamação, exposta ainda em janeiro de 1643, é a de falta de armas para que os índios pudessem combater eficazmente. É certo que esses índios tinham arcos e flechas em seu poder, mas a falta de armas de fogo (deilharga, no jargão da época) e armas brancas tornava-os altamente vulneráveis ao tipo de

²⁰⁵ "Carta de Gedeon Morris de Jonge dirigida ao Supremo Conselho, sem data" traduzida por: PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p.311-315. Os grifos são nossos.

combate que se travava no Maranhão, naquele momento. Os relatos de combates descritos nas fontes acima, por exemplo, demonstram que estes aconteciam ao longo de trincheiras e fortificações, com o uso de artilharia, bem como em emboscadas de curta distância, onde as espingardas, espadas e lanças europeias eram muito mais eficazes que o arco e o tacape.

Um segundo aspecto da situação indígena diz respeito ao desejo deles de retornar às suas famílias no Ceará. Os índios parecem ter sido muito insistentes nesse ponto, pois Gedeon Morris de Jonge alude a esse problema diversas vezes ao longo de suas cartas. As fontes indicam que ele tinha interesse em retornar com os índios ao Ceará, onde tinha planos de continuar aproveitando-os como trabalhadores no corte de madeira, plantação de roças e nas salinas, mas nos parece que havia uma genuína pressão por parte dos índios do Ceará que foram levados ao Maranhão para voltar a suas aldeias.

A segunda carta citada acima, onde essas reclamações aparecem, não está datada, mas tudo indica que ela foi escrita em julho de 1643. Naquela ocasião, os 200 índios levados do Ceará para o Maranhão estavam a cerca de seis meses longe de suas comunidades. Há de se notar também a insistência desses índios no pagamento de seus serviços, algo que também havíamos chamado à atenção para a sua participação no trabalho das salinas e no cultivo das roças.

Mais séria era a questão da alimentação dos índios. A situação do armazém da Companhia no Maranhão, responsável por prover a alimentação das tropas e dos funcionários encarregados pela ocupação da cidade, era extremamente precária. A revolta dos moradores luso-brasileiros havia destruído praticamente toda a infraestrutura da capitania, incluindo todos os engenhos do Itapicurú. A maior parte da população havia fugido para Cameté ou para o Grão-Pará e os escravos haviam fugido, sido mortos ou vendidos. Boa parte da população que restou estava confinada, juntamente com a guarnição da WIC, à cidade de São Luís, espremidos pelo sítio das forças rebeldes.

Nessa situação, a produção de alimentos na capitania foi seriamente afetada. Devido a isso, a guarnição da Companhia era dependente do envio de mantimentos e munição de Recife. A situação de abastecimento de Recife, entretanto, era também precária e os socorros enviados ao Maranhão eram insuficientes e pouco regulares. Havia, portanto, uma falta crônica de alimentos no Maranhão e uma situação de carestia generalizada. A solução encontrada pelos

oficiais da Companhia no Maranhão, na figura do *Commandeur* Wiltschut e do Diretor Bas, era simples e, ao mesmo tempo, desumana para com os índios. Os índios simplesmente foram excluídos das provisões do armazém da Companhia, devendo arrumar seu próprio alimento de qualquer maneira possível. Como se isso não bastasse, eles foram encarregados de cultivar as roças de mandioca que existiam ao redor de São Luís, praticamente a única fonte de alimentos local, não só para eles mesmos, como também para abastecer o armazém.

Esse tipo de comportamento por parte dos oficiais da Companhia demonstra que, apesar da política oficial de liberdade irrestrita para a população indígena do Brasil, apregoada pela WIC, a realidade era marcadamente diferente. Os índios no Brasil Holandês nunca deixaram de ser tratados de forma semelhante a cidadãos de segunda classe, sob uma espécie de custódia do governo.

É certo que o Brasil Holandês não experimentou os mesmos massacres e escravização indígenas perpetrados pelos portugueses, e que várias pessoas ligadas à administração da WIC no Brasil demonstraram certa empatia com a população indígena, ou ao menos uma vontade mais clara de compreender a cultura indígena, mas isso não significa que os índios no Brasil Holandês não eram, constantemente, coagidos a trabalhar, ou recrutados para combates onde eles muitas vezes sofriam desproporcionalmente.

O exemplo mais sério de abuso, por parte de oficiais da WIC, é o caso da venda de índios brasileiros nas Antilhas, por Johan Maxwell. Encarregado de um barco que deveria pescar nos arredores do Maranhão, Johan Maxwell leva o barco e sua tripulação indígena, composta de 10 índios do Ceará e 30 índios do Maranhão, para a ilha de Saint Kitts (São Cristóvão), no Caribe, onde ele procede com a venda desses índios como escravos. Esses mesmos índios haviam sido recrutados como aliados da Companhia e eles tinham combatido lado a lado com os soldados da WIC contra as forças luso-brasileiras. De algum modo, as ações de Johan Maxwell se tornaram conhecidas no Maranhão, inclusive pelos índios, o que fez com que Gedeon Morris de Jonge alertasse que a situação poderia “dar causa de maiores desgostos entre eles”.

Isto nos leva a acreditar que as ações de Johan Maxwell foram tomadas tendo a ganância como motivação. Como ex-prisioneiro dos portugueses no Maranhão, ele também pode ter temido pela própria vida, visto que era possível que ele fosse executado, caso as forças da Companhia fossem obrigadas a se render.

Os 10 tripulantes brancos da embarcação, soldados da WIC, provavelmente também foram levados a participar no ato por razões financeiras e para escapar das condições no Maranhão. Casos de deserção entre as forças da WIC eram comuns, em parte devido à natureza multinacional e mercenária dos soldados, sendo um número significativo deles composto por franceses, ingleses, escoceses e nórdicos em geral (suecos, alemães, etc). Estes tinham pouca lealdade para com a Companhia ou mesmo em relação às Províncias Unidas. Alguns dos soldados franceses eram, inclusive, católicos. Os soldados da WIC também eram notoriamente mal pagos e há muitos relatos de péssimas condições de alojamento e punições brutais por parte dos oficiais. A venda de quarenta escravos no Caribe certamente levantaria uma substancial quantia em dinheiro para esses homens. Quaisquer que sejam os motivos, a ação de Johan Maxwell se tornaria um dos casos mais conhecidos de escravidão aberta, praticada contra índios do Brasil por parte da Companhia, juntamente com o caso já descrito dos “pajens” capturados no Ceará. O caso acabou ganhando certa notoriedade na época, visto que a Companhia tentou libertar esses índios em Saint Kitts e devolvê-los para sua terra natal, como veremos mais à frente.

A participação dos índios do Ceará na conquista e na supressão da revolta dos moradores no Maranhão demonstrou um crescente rompimento das boas relações entre os índios e a WIC, devido, sobretudo, ao impacto das sucessivas derrotas e dos problemas decorrentes do cerco de São Luís. Parte do problema derivava pura e simplesmente da série de derrotas sofridas frente aos revoltosos luso-brasileiros, algumas delas notoriamente desastrosas em termos de baixas. O moral da tropa, incluindo-se aí os índios, era baixíssimo. Grande parte do problema, entretanto, era causada pelas atitudes dos oficiais e funcionários da WIC no Maranhão. O tipo de desmando e incompetência demonstrado pelos oficiais da Companhia no Maranhão, homens como o *commandeur* Wiltschut, o capitão Schade e o conselheiro Bas, são um claro exemplo daquilo que discutimos anteriormente, sobre o “afrouxamento” da legislação indigenista da Companhia nos espaços mais remotos do Brasil Holandês. O ressentimento criado por essa situação entre os índios que serviam no Maranhão transformar-se-ia no estopim para a revolta indígena no Ceará, em princípios de 1644.

A situação que os índios aliados da WIC passaram, no Maranhão, estava totalmente fora dos padrões tradicionais do que caracterizava uma “aliança” para

esses índios. O modo como eles foram tratados pelos oficiais da Companhia, as várias derrotas em combate e o longo período em que foram forçados a manter-se longe de suas famílias e comunidades, lutando em nome da WIC, todos esses fatores contribuíram para o rompimento da aliança entre a Companhia e seus aliados indígenas do Ceará.

4 “ELES NÃO TEM OUTRO FITO E INTUITO DO QUE VIVER EM LIBERDADE, NÃO SERVILMENTE” – CRISE NA RELAÇÃO ENTRE ÍNDIOS E NEERLANDESES NO CEARÁ

4.1 “Desinteligência e inimizade deles contra a nossa Nação” – A revolta indígena de 1644.

Em finais de 1643, a situação da Companhia das Índias Ocidentais Holandesa no Maranhão era desesperadora. Desde a eclosão da revolta dos moradores luso-brasileiros, em setembro de 1642, que as forças da Companhia vinham sofrendo uma série de derrotas, algumas delas humilhantes, frente aos rebeldes. Durante parte significativa desse período de pouco mais de um ano, as tropas da WIC ficaram cercadas dentro de São Luís, incapazes de abandonar as fortificações da cidade sem serem emboscados. O último combate aberto aconteceu em 10 de agosto de 1643, quando um grupo de 80 soldados e 150 índios foi emboscado e massacrado pelos rebeldes luso-brasileiros. Os únicos sobreviventes que voltaram a São Luís, 10 soldados franceses, foram acusados de traição e enforcados.²⁰⁶

O alto comando da WIC no Maranhão também começou a debandar, arranando diversos pretextos para escapar de São Luís. O *Directeur* Bas, encarregado do governo da capitania conquistada, partiu de São Luís em 20 de julho de 1643, abandonando o governo da capitania e o comando de uma tropa de cerca de 500 soldados para o capitão Wiltschut e para Gedeon Morris de Jonge, um homem que era empregado da companhia a menos de quatro anos e que recebia vencimento de tenente. Em carta datada de 18 de dezembro de 1643, endereçada ao Supremo Conselho do Recife, Wiltschut narra que Gedeon Morris de Jonge também havia se retirado do Maranhão.²⁰⁷

Foi em meio a esse clima de derrotas, carestia e abandono por parte dos altos oficiais, que foram enviados, do Maranhão, dois pequenos iates em direção a Recife, com o objetivo de informar o Supremo Conselho sobre a situação no local e trazer reforços para São Luís. Esses iates chamavam-se *Hasewint* e *Brack* e, como

²⁰⁶ MEIRELES, Mário Martins. **Holandeses no Maranhão (1641-1644)**. São Luís: PPPG, Ed. Universidade Federal do Maranhão, 1991. p. 135-136.

²⁰⁷ PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 315-316.

era o costume de todas as embarcações que seguiam nessa rota, os dois pararam no Ceará para abastecer-se de água e mantimentos antes de continuar a viagem para o Recife. Uma das principais funções do forte de São Sebastião no Rio Ceará e do fortim construído em Camocim era, justamente, a de oferecer abrigo e servir como ponto de parada e reabastecimento para os barcos e navios que percorriam esse trajeto entre Recife e o Maranhão. Naquela ocasião, entretanto, ao invés de encontrarem um porto seguro para reabastecer-se, os navios foram atacados.

No dia 29 de fevereiro de 1644 (o ano era bissexto), o *Hasewint* chegou a Recife, portando más notícias. Esse barco havia ancorado a cerca de três léguas ao norte do forte do Rio Ceará, em busca de suprimentos. Devemos supor que o ponto de parada do *Hasewint* fosse a baía de Camocim ou a enseada em Jericoacara, os únicos locais que ofereciam boa ancoragem à noroeste do Rio Ceará. Constatamos, através das cartas de Gedeon Morris de Jonge, que os neerlandeses haviam se estabelecido de maneira semipermanente na região de Camocim,²⁰⁸ portanto não seria de se espantar que o capitão do *Hasewint* ali parasse. A tripulação do *Hasewint* foi inexplicavelmente atacada quando estava em terra, embora só se registre a morte de seu capitão. Inicialmente, o Conselho Supremo não tinha certeza do que estava acontecendo. A tripulação do *Hasewint* informara apenas que havia sido atacada por índios a cerca de três léguas ao norte do Ceará. Em reunião no dia 8 de março de 1644, o Conselho cogitava a possibilidade de reequipar o *Hasewint* e usá-lo para enviar comida e suprimentos para o Maranhão, bem como levar alguns índios de Recife para serem deixados no Ceará com o propósito de inquirir sobre o ataque ao barco e, se possível, acalmar os ânimos dos índios que o haviam atacado.²⁰⁹

Já no dia seguinte, em 9 de março, o Conselho deliberava sobre uma carta enviada pelo *Commandeur* do Rio Grande, informando que alguns “tapuias” estiveram na capitania e informaram que os índios do Ceará haviam se revoltado e

²⁰⁸ “Carta de Gedeon Morris de Jonge para o Conselho Supremo do Recife, datada de 4 de agosto de 1641” Traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 284.

²⁰⁹ *Dagelijkshe Notulen* (Notas Diárias) do Conselho Supremo do Recife, datada de 8 de março de 1644, traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 316.

trucidado a guarnição do forte de São Sebastião.²¹⁰ No dia 20 de março de 1644, era a vez do *Brack* chegar a Recife, dessa vez trazendo informações mais detalhadas sobre a situação do Ceará.

De passagem pelo Ceará, o *Brack*, comandado pelo Capitão Lubbert Dircks, ancorou nas proximidades do forte de São Sebastião (provavelmente na enseada do Mucuripe). Um pequeno grupo de soldados comandados pelo Capitão Ghim desembarcou. Desse grupo, faziam parte os tenentes Kockgien e Gras, o alferes Pyron e outros oito soldados. Assim que alcançaram a praia, começaram a caminhar na direção do forte, mas foram emboscados por índios no meio do caminho. Dos doze homens, apenas três sobreviveram. O capitão, os tenentes e o alferes morreram nas mãos dos índios.



Sem saber o que se passava em terra, o restante da tripulação e passageiros do *Brack* continuava esperando pelo retorno de seus companheiros. Deles se aproximaram alguns índios em pequenas embarcações, oferecendo-se para trocar papagaios e refrescos (água e comida) com os tripulantes. Ao invés de

²¹⁰ *Dagelijkshe Notulen* (Notas Diárias) do Conselho Supremo do Recife, datada de 9 de março de 1644", traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 316.

conduzir os negócios pacíficos que propunham, os índios acabaram abordando a embarcação e mataram quatro marinheiros antes de fugirem de volta para suas canoas, incluindo, aí, o capitão do barco, Lubbert Dircks. Do lado dos índios, sabemos apenas que deixaram dois mortos para trás no *Brack*. Mediante a leitura da documentação não conseguimos constatar se morreram índios no combate em terra.

As fontes nos dizem, entretanto, que os três sobreviventes que escaparam da emboscada nadaram até o *Brack*. Como o *Brack* era um barco pequeno, é de se supor que a tripulação estivesse bastante reduzida após tantas mortes. Mesmo com a tripulação desfalcada e com a perda dos oficiais (incluindo o capitão do barco), o *Brack* conseguiu chegar a salvo a Recife no dia 20 de março.²¹¹ Com a chegada do *Brack* a Recife, a extensão do problema no Ceará tornou-se perfeitamente clara para os membros do Conselho Supremo.

Embora a perda da guarnição do Ceará não representasse, em termos estratégicos, um grande problema, as implicações do que acontecera ali eram monumentais. Em primeiro lugar, representavam o primeiro ataque de indígenas contra a WIC no Brasil. Até aquele momento, a Companhia havia sido capaz de granjear a aliança dos vários povos indígenas nas regiões em que se estabelecera ou, pelo menos, apaziguar e direcionar o ânimo das tribos mais “bárbaras” do sertão do Rio Grande, especialmente o povo de Janduí.

O ataque indígena contra a guarnição do Ceará representava um precedente perigoso para as futuras relações entre os povos indígenas do Brasil e a WIC. Diferentemente das forças luso-brasileiras, razoavelmente acostumadas a embrenhar-se nos matos, preparar tocaias e combater nas matas do Brasil, via de regra, as tropas da Companhia eram totalmente dependentes de seus aliados indígenas quando marchavam para fora do alcance dos canhões de suas fortalezas ou da cobertura marítimo-fluvial de seus navios. Perder o apoio dos índios e, pior ainda, ter que enfrentar ataques e emboscadas indígenas seria extremamente prejudicial para a viabilidade militar das forças da WIC nas capitânicas do Norte do Brasil.

²¹¹ A reconstituição desse evento foi feita a partir da Ata do Conselho Supremo (*Notulen*) de 20 de março de 1644 e da carta enviada pelo Supremo Conselho ao Conselho dos XIX em 5 de abril de 1644. A documentação encontra-se disponível em: PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 317-318.

O ataque dos índios do Ceará contra o forte de São Sebastião também representa um caso praticamente inédito de ataque bem-sucedido de uma força indígena contra uma fortificação guarnecida por tropas europeias. Como contraponto, podemos citar um ataque desfechado contra o forte do Cabedelo, na Paraíba, em 1597. Naquela ocasião, 350 soldados e marinheiros franceses desembarcaram de uma frota de treze navios e, apoiados por um grande número de índios, atacaram esse forte que, na ocasião, contava com apenas 21 soldados e 5 peças de artilharia na guarnição. Incrivelmente, o ataque foi repellido e o forte manteve-se intacto.²¹² Durante toda a guerra entre luso-brasileiros e as forças da WIC no Brasil, poucos fortes chegaram a ser tomados em combate. Em geral, eles eram rendidos pela fome, subornados ou abandonados quando tornavam-se estrategicamente irrelevantes. O ponto que queremos enfatizar é que os fortes de marinha no Brasil eram, efetivamente, muito difíceis de serem tomados. Era raro isso acontecer, mesmo quando atacados por forças europeias que dispunham de armas de fogo, artilharia e técnicas de engenharia. Até o presente momento, em nossas pesquisas, não nos deparamos com nenhum outro exemplo de fortificação europeia que tenha sido atacada, de modo bem-sucedido, por forças puramente indígenas.

Nas guerras contra as tribos indígenas do sertão nordestino, travadas na segunda metade do século XVII e comumente conhecidas como “guerra dos bárbaros”, as tropas portuguesas e os bandeirantes fizeram uso da construção de “casas-fortes” (estruturas bem mais simples do que os fortes de marinha), de maneira eficaz contra os índios.²¹³ Por mais que o forte de São Sebastião fosse pequeno e precário para os padrões da construção militar da época, ele não deixava de possuir muros de alvenaria, artilharia (embora pouca e de pequeno calibre) e duas torres, em quinas opostas, de onde se podia atirar. É realmente notável que os índios do Ceará tenham sido capazes de matar a guarnição desse forte. A maneira como eles conseguiram isso será discutida mais à frente.

O Conselho Supremo reconheceu a gravidade da situação e começou a agir imediatamente. Antes ainda da chegada do *Brack* a Recife, o *Commandeur* do Rio Grande já se preocupava com os índios em sua própria capitania. O mesmo

²¹² GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares**: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630. Bauru: Edusc, 2007. p.131.

²¹³ As obras de referência nesse caso são: PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2002. Ver também: PIRES, Maria Idalina da Cruz. **A Guerra dos Bárbaros**: resistência e conflitos no Nordeste colonial. 2. ed. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

grupo de “tapuias” que o havia alertado da revolta dos índios do Ceará começou a agir de modo suspeito:

Como esses mesmos Tapuias levaram dali uma grande quantidade de canas para flechas, sob o pretexto que com elas pretendiam fazer guerra a uma outra nação de Tapuias, os nossos no Rio Grande receavam que o intento fosse contra eles, e tendo muito pouca defesa em consequência do afastamento de suas habitações, pedia que fosses postas guarnições em Mapabú (Mipibú), sito no meio da capitania, **alguns soldados para manter em respeito e incutir medo aos índios da mesma capitania.**

Resolveu-se, deferindo esse pedido, mandar por da guarnição em Mapabú 25 soldados sob um bom chefe para assistir aos moradores contra todo o atentado.²¹⁴

É interessante notar a linguagem usada pelos membros do Conselho nesse caso, onde eles falam em “manter em respeito e incutir medo” nos índios. O temor em relação à ameaça indígena é também bastante visível. O simples fato de os índios recolherem material para fazer flechas foi interpretado como uma possível preparação de ataque aos moradores de Mipibú, dispersos e longe da guarnição do Forte Ceulen (antigo Forte dos Reis Magos), no Rio Grande. A chegada do *Brack* a Recife e a confirmação dos acontecimentos no Ceará leva novamente o Conselho Supremo a reunir-se para deliberar sobre esta questão:

Como de todas as circunstâncias (conhecidas) não podemos outra coisa inferir senão que a desinteligência e a inimizade dos índios do Ceará e costas adjacentes contra a nossa nação originaram-se do mau tratamento que lhes dera, e sobretudo de não terem sido devidamente pagos dos seus serviços no trabalho das salinas de Marituba e do carregamento dos barcos nas salinas e em outras partes, conquanto tivéssemos enviado de quando em quando para esse fim panos e outras mercadorias, bem como recomendado que mantivesse os índios em boas disposições, tratando-os cortesmente e pagando-lhes os serviços, resolvemos remeter para o Maranhão 4.000 varas de pano de Osenburg, com que sejam plenamente pagos e satisfeitos os índios do Ceará, que estão de guarnição no Maranhão, e que, se pedirem para partir daí, sejam todos licenciados a ver si por este meio podem mover à paz os ânimos irritados dos seus amigos e compatriotas, e de novo aquietar toda a nação, porquanto pouco se pode fazer empregando a força contra uma nação tão selvagem e em tão ampla região.²¹⁵

²¹⁴ *Dagelijkshe Notulen* (Notas Diárias) do Conselho Supremo do Recife, datada de 9 de março de 1644, traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandez no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 316-317. Os grifos são nossos.

²¹⁵ *Dagelijkshe Notulen* (Notas Diárias) do Conselho Supremo do Recife, datada de 21 de março de 1644, traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandez no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 317-318.

Esse único parágrafo, escrito nas Atas Diárias do Conselho Supremo, está cheio de informações importantes sobre a relação entre a WIC e os grupos indígenas, no Brasil. Ele representa a reação inicial do Conselho Supremo às notícias que acabavam de chegar, tendo sido escrito no dia seguinte à chegada do *Brack* a Recife. Após uma análise mais detida desse texto, podemos acompanhar a reação do Conselho Supremo frente ao que ocorrera no Ceará, bem como perceber algumas tendências gerais a respeito da relação entre a WIC e os indígenas no Brasil.

Os membros do Conselho começam o trecho expondo os motivos que levaram os índios a matarem a guarnição do Ceará. Naquele momento, eles colocam a culpa da revolta no “mau tratamento” e na falta de pagamento pelos seus “serviços no trabalho das salinas de Marituba e do carregamento dos barcos nas salinas e em outras partes”. Isso teria acontecido apesar de o Conselho afirmar que enviara “de quando em quando panos e outras mercadorias” para o pagamento dos índios. Há, aqui, uma acusação implícita, por parte dos membros do Conselho Supremo, contra as autoridades locais do Maranhão e do Ceará, acusação essa que se torna explícita com o passar do tempo, como veremos mais à frente.

Ora, se o Conselho enviara o material necessário para o pagamento e, ao mesmo tempo, tinha “recomendado que mantivesse os índios em boas disposições, tratando-os cortesmente e pagando-lhes os serviços”, estava implícito que qualquer “mau tratamento” e falta de pagamento aos índios era culpa dos funcionários locais, que não implementaram as diretrizes do Conselho. Mesmo no curto período de tempo entre a chegada das primeiras informações da revolta dos índios do Ceará (em 8 de março), e a chegada do *Brack* (em 20 de março) e a reunião do Conselho, no dia seguinte, já se esboça, nessa Ata, um princípio de tentativa, por parte do Conselho, de isentar-se de qualquer responsabilidade na questão, jogando a culpa nos funcionários subordinados no Maranhão e Ceará.

A tentativa do Conselho Supremo de afastar-se da responsabilidade pelos problemas ocorridos no Maranhão, em relação aos índios, entretanto, é prejudicada pelo trecho que vem logo a seguir, na Ata. Em virtude da revolta, o Conselho resolveu mandar “4.000 varas de pano de Osenburg, com que sejam plenamente pagos e satisfeitos os índios do Ceará”, bem como concedeu licença para todos os índios do Ceará, que ainda se encontravam no Maranhão, para que retornassem para a capitania quando bem entendessem. Muito embora Gedeon Morris de Jonge houvesse reclamado, veementemente, sobre a questão de falta de pagamento e o

longo período de serviço dos índios do Ceará no Maranhão, o Conselho Supremo só decidiu por enviar o pagamento e liberar os índios para voltar ao Ceará **após** a revolta. Até aquele momento, o Conselho de segurança havia ignorado os diversos apelos de Gedeon Morris de Jonge no sentido de resolver os problemas relativos às condições em que se encontravam os índios, no Maranhão. Percebe-se, portanto, uma atitude contraditória, por parte do Conselho, quando decide enviar o pagamento dos índios e liberá-los do serviço militar no Maranhão, tendo em vista as tentativas anteriores de isentar-se da responsabilidade pelo que acontecera no Maranhão.

A atitude do Conselho também revela, também, que a questão do tratamento dos índios no Maranhão havia sido ignorada até aquela data. As atitudes tomadas pelo Conselho, em março de 1644, são as mesmas que, vários meses antes, haviam sido requisitadas por Gedeon Morris de Jonge. Acreditamos que se essas decisões tivessem sido tomadas, naquela ocasião, a revolta de 1644 provavelmente não teria ocorrido. A inércia burocrática e a corrupção rampante no sistema de governo da WIC, somadas à distância e à dificuldade de comunicação entre Recife e o Maranhão foram, em grande parte, responsáveis pela incapacidade da WIC de lidar com os problemas no Maranhão, antes que a situação saísse do seu controle.

O que o Conselho Supremo não sabia era que, naquele momento, qualquer medida que fosse tomada para remediar a situação no Maranhão estava irremediavelmente atrasada. Mesmo antes da chegada do *Hasewint* a Recife, em 8 de março de 1644, o Maranhão havia sido abandonado pelas forças da WIC. Os soldados da WIC saquearam a cidade pela última vez, embarcaram todos os mantimentos e armas que puderam em três ou quatro embarcações e sabotaram os canhões que não puderam levar. Logo em seguida, levantaram vela e partiram de São Luís, para nunca mais voltarem. Isto se deu no dia 28 de fevereiro de 1644.²¹⁶ Todo o fluxo de reuniões e decisões tomadas pelo Conselho Supremo em Recife, era, portanto, irrelevante naquele momento. Isto é, os planos de enviar mantimentos para a guarnição, pagamento para os índios e a licença para eles saírem do Maranhão eram simplesmente impossíveis de serem executados. Os acontecimentos haviam se adiantado e pegaram os membros do Conselho Supremo de surpresa. Naqueles dias finais de março e começo de abril de 1644, entretanto, o

²¹⁶ MEIRELES, Mário Martins. **Holandeses no Maranhão (1641-1644)**. São Luís: PPPG, Ed. Universidade Federal do Maranhão, 1991. p. 136.

Conselho ainda não sabia disso, e é interessante continuar estudando a sua reação às notícias do Maranhão e do Ceará.

Uma das reações que **não** estava, sequer, sendo cogitada nos chama à atenção: o Conselho Supremo, categoricamente, afirma não ter planos para uma retaliação armada contra os indígenas do Ceará. Uma visão mais superficial da situação nos levaria a crer que a reação natural de qualquer metrópole europeia a um ataque indígena dessa magnitude, que havia sido bem-sucedido em destruir completamente a guarnição de um forte, seria a de retaliar com brutalidade, especialmente se levarmos em conta que os índios que participaram do ataque eram, até então, considerados aliados, o que introduz um elemento de traição, na ótica do colonizador. Esta, certamente, foi uma das atitudes predominantes na história da colonização lusa do Brasil, onde ataques indígenas contra assentamentos ou propriedades nas fronteiras eram tomados, invariavelmente, como razões legítimas para a declaração das “guerras justas” e a destruição e/ou escravização do povo indígena em questão. O fato dessa possibilidade nem sequer ter sido cogitada pelo Conselho Supremo é mais uma pista que nos permite enxergar a dinâmica das relações entre a Companhia e os índios no Brasil. As palavras dos membros do Conselho são bem específicas nesse ponto e deixam claro que o Conselho tinha plena consciência da situação delicada em que se encontravam, ao declarar “pouco se pode fazer empregando a força contra uma nação tão selvagem e em tão ampla região”.²¹⁷

O que temos aqui é uma admissão da WIC de sua própria incapacidade de conduzir qualquer forma de ofensiva contra os índios do Ceará, da impossibilidade de coagi-los pela força. Quando analisamos a posição da Companhia no Brasil, não é difícil encontrar evidências que corroboram a avaliação do Conselho Supremo. Mesmo em 1644, ou seja, antes do estouro da revolta dos moradores luso-brasileiros em 1645 que confinou, definitivamente, as forças da Companhia dentro das cidades e praças-fortes da marinha, a capacidade das forças militares da Companhia de operarem no “sertão”²¹⁸ do Brasil sempre fora limitada. Essa capacidade estava, basicamente, atrelada à presença de forças indígenas que

²¹⁷ *Dagelijkshe Notulen* (Notas Diárias) do Conselho Supremo do Recife, datada de 21 de março de 1644, traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 317-318.

²¹⁸ Usamos a palavra “sertão” aqui no contexto seiscentista da palavra, ou seja, referindo-se à qualquer área interiorana, afastada da região da marinha.

lutavam ao lado dos contingentes europeus da WIC. No entanto, diferentemente das forças luso-brasileiras, a WIC nunca chegou a desenvolver uma “infantaria da terra” - para usar a expressão da época - capaz de operar, de maneira eficaz, no ambiente socioecológico do Brasil seiscentista.²¹⁹

Embora essas considerações, de caráter estritamente militar, fossem, certamente, as mais importantes no processo decisório do Conselho Supremo, havia, também, considerações que podemos chamar de “diplomáticas”. Como vimos no segundo capítulo, existia uma série de motivos para que a WIC desejasse atrair e manter o maior número possível de indígenas para uma situação de “amizade”. Considerações de caráter ideológico e econômico, além do militar, eram importantes. Como enfatizamos acima, até aquele momento, no começo de 1644, a WIC havia conseguido evitar enfrentamentos com qualquer grupo indígena no Brasil, com a óbvia exceção dos índios que já eram aliados dos luso-brasileiros. Essa capacidade da WIC de arregimentar e manter a lealdade de grupos indígenas das capitanias do norte do Brasil foi instrumental para a conquista e manutenção do território do Brasil Holandês. A revolta dos índios do Ceará afigurava-se, nesse contexto, como uma séria ameaça à continuidade desse conjunto de alianças. Do ponto de vista dos governantes do Brasil Holandês, era preciso evitar que essa revolta se espalhasse. Nas condições existentes, a diplomacia era, basicamente, a única opção que a WIC podia recorrer. Além de não possuir meios militares eficazes com os quais pudesse empreender uma expedição punitiva contra os índios do Ceará, esse tipo de ação tinha o potencial de comprometer as relações entre a WIC e os outros índios aliados, notadamente os índios Potiguara de Pernambuco e da Paraíba que representavam o núcleo dos aliados indígenas da WIC, os quais eram parentes próximos dos Potiguara do Ceará.

A impossibilidade da WIC de contemplar uma solução militar, punitiva, contra os índios do Ceará não impediu o Conselho Supremo de dar vazão à sua

²¹⁹ Ao falarmos de “ambiente sócio-ecológico”, nos remetemos ao trabalho de Evaldo Cabral de Mello, onde o mesmo analisa o fenômeno da criação da arte da “guerra brasilica” por parte das forças luso-brasileiras como não sendo meramente uma adaptação às condições ecológicas e geográficas do Brasil, tais como a vegetação, o clima, a quantidade de rios, as distâncias e a falta de estradas, mas também à incorporação e adaptação de técnicas militares europeias e indígenas em um conjunto coeso, proporcionando à “infantaria da terra” um patrimônio cultural e uma doutrina militar que os havia permitido conquistar a terra ao longo do século XVI e que era, naquele momento, direcionado para a guerra contra o invasor neerlandês. A discussão encontra-se em: MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2ª Edição revista e aumentada, 1998. Especialmente no Capítulo 7.

frustração com a situação. Já no trecho das Notas Diárias, citado acima, enxergamos os princípios desse processo, quando os conselheiros chamam os índios do Ceará de “uma nação tão selvagem e em tão ampla região”. Esse processo culminaria em uma carta do Conselho Supremo, enviada ao Conselho dos XIX nas Províncias Unidas, datada de 5 de abril de 1644, que é a seguinte:

Como nenhum proveito podemos tirar, fazendo guerra a uma nação tão selvagem, que se recolhe imediatamente aos matos, resolvemos escrever ao *commandeur* Wiltshut, recomenda-lhe que pagasse plenamente com pano de Osenburg, que lhe remetemos, os índios do Ceará então em guarnição no Maranhão, pelos seus serviços, e que se eles pedissem, os deixasse partir daí satisfeitos e ir ter com os seus amigos a ver se por esse meio se pode obter, que essa nação volte à paz à reconciliação.

A propósito deste caso dos índios do Ceará, não podemos deixar de advertir VV.SS. acerca dos índios desta capitania (os quais são da mesma natureza e condição), que pouca confiança se pode depositar em suas disposições para com este Estado, porque de ordinário eles não tem outro fito e intuito senão viver em liberdade, não servilmente, isto é, podendo levar uma vida ociosa e indolente, consumindo o resto de suas roças ou trabalho em aguardente, sem por isso serem castigados. Quem nisto mais gosto lhes dá, pode fazê-los partidários seus.

Pouca inclinação tem a que separem deles os filhos e os mandem à escola, segundo propôs a assembléa sinodal, para ensinar-lhes a religião cristã e artes e ofícios; e para não terem aversão a este Estado, é melhor deixá-los ficar no mesmo teor (de vida) e mandar que os ministros e os enfermeiros [uma tradução melhor seria consolador dos doentes, um cargo religioso leigo, similar ao de diácono da Igreja Católica] empreguem os seus esforços nas aldeia para o fim de instruí-los na religião e na vida civil, tanto quanto for isto possível.²²⁰

Essa carta marca um ponto de inflexão crucial na relação entre a WIC e a população indígena das capitanias do Norte. Encontramos, aqui, o entrelaçamento de dois processos cruciais para essa relação. Ambos representam a culminação de uma série de acontecimentos anteriores, que vieram à tona em finais de 1643 e começo de 1644, alterando significativamente os parâmetros da dinâmica indígena-europeia no Brasil Holandês.

O primeiro desses processos era o da catequese indígena dentro dos cânones da Igreja Reformada das Províncias Unidas, devendo essa questão da catequese ser entendida como o reflexo de um conjunto, ainda mais amplo, de questões relativas à assimilação dos índios à cultura neerlandesa. A catequese

²²⁰ “Carta do Supremo Conselho aos Diretores, datada de 5 de abril de 1644” traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 318-319. Os grifos são nossos.

indígena por parte dos predicantes da Igreja Reformada, assim como de seus congêneres jesuítas no passado, havia sido bem-sucedida no começo, mas logo perdera impulso frente à “apatia” indígena em abandonar sua própria cultura e meio de vida. Uma solução contemplada a partir de 1642 foi a de separar as crianças indígenas dos pais e educá-las em uma espécie de reformatório, onde elas seriam proibidas de falar português ou sua própria língua nativa, sendo obrigadas a comunicar-se, exclusivamente, em holandês, e onde aprenderiam ofícios manuais, além da catequese.²²¹

O segundo processo consiste na evolução dos parâmetros da “aliança” entre a WIC e os índios do Brasil, especificamente, a crescente demanda para que os índios contribuíssem, cada vez mais, com as necessidades militares e econômicas da Companhia no Brasil, como narramos no capítulo anterior.

Ambos os processos, como dissemos, atingiram um ponto de ebulição em finais de 1643 e início de 1644. Uma tentativa por parte do Conselho Supremo de implementar o projeto do Sínodo Reformado, em fins de 1643, esbarrou na veemente recusa dos índios de entregar suas crianças para serem levadas às escolas planejadas. A revolta dos índios do Ceará marcou um ponto decisivo na questão da crescente exploração da população indígena na economia e nas operações militares da WIC, algo que o Conselho Supremo reconhecia nessa carta.

É bastante significativo que, na mesma carta, o Conselho Supremo debata as duas questões em conjunto. O texto da carta deixa claro que os membros do Conselho enxergavam ligações entre as duas questões. Ao primeiro olhar, entretanto, essa ligação não é evidente. O projeto catequético protestante era direcionado, prioritariamente, aos índios das capitanias de Pernambuco e Paraíba, locais em que as aldeias indígenas encontravam-se, há mais tempo, submetidas à supervisão das autoridades da Companhia e assistidas por predicantes. Até aquele momento, o Ceará não havia recebido um só predicante e não havia planos de construir nenhuma das planejadas escolas para as crianças indígenas ali.

Por outro lado, a revolta dos índios do Ceará pode ser encarada, num primeiro olhar, como um acontecimento puramente local, ocasionado pela tirania dos funcionários da WIC responsáveis pela capitania. É fato que ela não foi seguida por

²²¹ Para a questão da catequese protestante dos índios do Brasil durante o Brasil Holandês, ver: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro: TopBooks Universidade Editora, 2001. Capítulo 4.

um levante generalizado da população indígena do Brasil Holandês contra a Companhia. Um olhar mais aprofundado, entretanto, nos leva a entender a posição do Conselho Supremo em ligar esses dois eventos. É muito significativa a linguagem usada pelos membros do Conselho, como ressaltamos na carta através dos grifos. Ela reflete um estereótipo indígena muito comum, encontrado na escrita dos cronistas portugueses do século XVI e começo do século XVII, ou seja, a visão do índio como indolente, preguiçoso, beberrão, inconstante e incapaz de assimilar os valores europeus. Nessa visão, tanto a recusa dos índios em separar-se de seus filhos, quanto a revolta são sintomas de um mesmo problema, ou seja, das supostas falhas de caráter do índio, da sua inconstância e da sua falta de vontade de aprender os “modos civilizados”.

José Antônio Gonsalves de Mello se referiu dessa maneira a esta carta do Supremo Conselho: “Era a confissão da derrota: os holandeses abandonavam a obra de catequese”.²²² Indo mais além, é nossa opinião que a carta do Conselho Supremo não significa apenas o abandono do projeto catequético, mas, sim, de grande parte da política indigenista da WIC. Como refletimos no primeiro capítulo deste trabalho, o projeto indigenista da WIC estava calcado em uma visão do índio que era inteiramente irrealista, derivada mais da literatura, filosofia e teologia europeias do que da cultura e da sociedade indígena. O fato é que, até princípios do século XVII, os neerlandeses não tinham quase nenhuma experiência prática de contato com os povos indígenas do Brasil. Os acontecimentos de 1643-1644 eram a prova concreta de que a política de formação de uma aliança pan-indígena voltada contra os portugueses e a assimilação pacífica dos índios à sociedade colonial neerlandesa, na condição de trabalhadores livres, era essencialmente irrealizável. Os 14 anos de experiência no Brasil, desde 1630, haviam transformado a visão que os governantes do Brasil Holandês tinham da população indígena. Uma visão calcada no mito do bom selvagem e da inocência indígena, na crença de que os índios estavam prontos para aceitar a civilização europeia, foi substituída por outra, dessa vez baseada em uma série de preconceitos acerca da inconstância, preguiça e perfídia indígena.

É interessante notar que a experiência dos neerlandeses no Brasil, no que diz respeito à sua relação com os índios, segue um trajeto muito semelhante

²²² MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro: TopBooks Universidade Editora, 2001. p. 233.

àquele experimentado, cerca de um século antes, pelos primeiros colonizadores lusos. Nóbrega e os primeiros jesuítas também passaram por uma fase de empolgação com os progressos feitos na catequese dos índios, mas decepcionaram-se, mais tarde, à medida que os índios continuavam a seguir seu modo tradicional de vida. Do mesmo modo, em muitas ocasiões, os primeiros contatos entre colonizadores e índios foram pacíficos, com os índios ajudando a estabelecer vários dos primeiros assentamentos portugueses no Brasil, para, em seguida, passarem à condição de inimigos na mesma proporção que as demandas da empresa colonial por mão-de-obra cresciam.

Embora a situação do Brasil Holandês não seja diretamente comparável com a dos portugueses do século XVI por diversas razões, entre elas: a maior presença da mão-de-obra africana no Brasil Holandês, uma população indígena já bastante reduzida após um século de contato e a situação de guerra quase permanente entre a WIC e a Coroa portuguesa, ainda assim, é possível identificar desenvolvimentos semelhantes.

Enfim, o argumento que estamos trabalhando neste capítulo é de que a revolta dos índios do Ceará, em princípios de 1644, deve ser encarada dentro de uma perspectiva mais ampla da relação entre a WIC e os grupos indígenas das capitanias ocupadas. A revolta teve sérias repercussões no restante do Brasil Holandês, bem como no Maranhão. Demonstramos que a liderança da WIC, na época, também compreendia a revolta como parte de um problema maior na relação entre a Companhia e os índios. Na carta que citamos anteriormente, os membros do Conselho fazem uma clara conexão entre os índios do Ceará, que destruíram a guarnição do forte de São Sebastião, e os outros índios do Brasil, a quem eles identificam como sendo “da mesma natureza e condição” dos do Ceará.

Por outro lado, se sabemos a respeito das consequências da revolta e do impacto que ela teve nos governantes do Brasil Holandês, temos poucas informações concretas sobre as causas que levaram os índios a matar a guarnição do forte de São Sebastião, ou mesmo sobre que grupo de índios teria conduzido o ataque. Neste quesito, a pouca bibliografia existente sobre o assunto é esparsa e confusa. A maioria dos autores apenas relata o fato e especula sobre as possíveis causas da revolta. Os exemplos mais relevantes dessa corrente são Wätjen e José Antônio Gonsalves de Mello, e, para a historiografia regional, José Aurélio Câmara.

Hermann Wätjen diz apenas o seguinte: “Já notícias alarmantes haviam chegado do Ceará, que também lá arrebentara a Revolução havendo sido assassinado Gedion Morris, juntamente com os seus, em Fortaleza.”²²³

A única referência que José Antônio Gonsalves de Mello faz ao incidente é a seguinte:

Parece que o propósito de separação dos curumins dos respectivos pais, por parte do governo holandês, foi a gota d’água que fez transbordar a paciência e a resignação dos índios aos maus-tratos e à exploração dos flamengos com relação a eles. Os do Ceará trucidaram (fevereiro de 1644) vários holandeses, entre os quais Gedeon Morris de Jonge.²²⁴

José Aurélio Câmara, por sua vez, pouco acrescenta aos autores acima, ao dizer:

O tratamento desumano imposto aos índios, as perseguições, a exploração excessiva no trabalho, a falta de pagamento, contrariamente à avisada política de apaziguamento preconizada pela direção holandesa no Recife, acabaram por indispor os indígenas contra os seus aliados de ontem. Em princípios de 1644 assaltaram eles a guarnição flamenga no Ceará, massacraram-na e, pelo saque e pelo incêndio, destruíram o que representava a presença holandesa na capitania. Gedeon Morris de Jonge foi morto pelos índios que com tanta eficiência chefiara e em quem depositava tanta esperança. Suas cinzas centenárias jazem dispersas na Barra do Ceará, talvez diluídas no lodo das salinas de que ele foi o pioneiro entusiasta e o desafortunado explorador.²²⁵

Todos os autores acima citam, exclusivamente, a mesma documentação que usamos para formular este capítulo até o momento, ou seja, as entradas nas Notas Diárias e a carta do Supremo Conselho para o Conselho dos XIX. Durante nossas pesquisas, entretanto, nos deparamos com um novo conjunto de informações sobre a revolta, apresentadas por alguns autores, e que adicionam informações não encontradas em nenhuma documentação de origem neerlandesa. Um desses autores é Mário Martins, quando fala da retirada definitiva das tropas da WIC do Maranhão:

Segundo os cronistas, seriam ainda os holandeses uns 500; e em sua companhia levaram uns 80 indígenas, dos que haviam trazido do Ceará [...]

²²³ WÄTJEN, Hermann. **O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 (Bibli. Pedagógica Brasileira. Serie 5ª. Brasileira; v. 125). p. 219.

²²⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro: TopBooks Universidade Editora, 2001. p. 233.

²²⁵ CÂMARA, José Aurélio. *Aspectos do domínio holandês no Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo LXX, p. 5-36, 1956. p. 18.

Aqueles oitenta selvagens, no entanto, ao passarem por Camocim, foram abandonados em terra. E eles, em represália, atacaram e arrasaram um pequeno reduto que os batavos ali mantinham e, a seguir, marcharam com o mesmo ímpeto e espírito de vingança, contra o forte de Schonemberg, luta esta em que morreria aquele Capitão Gedeon Morris de Jonge, seu comandante.²²⁶

O autor, entretanto, não cita, expressamente, em que “cronistas” ele obteve essas informações e há, também, um erro factual no texto, quando ele diz que os índios atacaram o “forte de Shonemberg”. Ele, provavelmente, refere-se, aqui, ao forte de Schoonemborch, construído por Matias Beck, em 1649 e, portanto, inexistente na época da revolta indígena de 1644. O relato de que oitenta índios teriam sido deixados nas praias de Camocim pela armada que levava as tropas da Companhia recém-evacuadas do Maranhão e que seriam esses os índios responsáveis pelo ataque às guarnições neerlandesas de Camocim e do Ceará, entretanto, aparece, ocasionalmente, na literatura sobre o período. A especificidade da descrição também leva a crer que esse relato tenha origem em alguma fonte de origem não neerlandesa, visto que, na documentação existente da WIC, essas especificidades não aparecem. Tal documento, de fato, existe, na forma da crônica de Dom Luiz de Menezes, Conde de Ericeira, intitulada *História de Portugal Restaurado*:

Quando os Holandeses deraõ principio a esta guerra, leváraõ para o Maranhão muito Indios das partes donde naquelas costas tinhaõ Fortalezas: entre estes foraõ os de Ceará, e Camozins. Retiraraõse do Maranhão, e foraõ lançados no Comozins, que dista 70 leguas os Indios que escapáraõ da guerra, sem lhes dárem os Holandeses alguma satisfação. Escandalizádos do mão trato com que os despediraõ, se juntáraõ com outros da mesma nação, e avançáraõ hum reducto que os Holandeses guarneciaõ naquelle sitio, e colhendo-os sem prevenção, os degoláraõ a todos. O mesmo fizeraõ em outro reducto, dez leguas adiante, e animados destes sucessos se resolvéraõ a investir a Fortaleza do Ceará, que distanciava cem leguas deste sitio. Tomada esta determinação, marcháraõ com grande silencio, e chegando à Fortaleza sem seren sentidos, se emboscáraõ em hum mato visinho, aguardando a que se abrisse a porta. Os Holandeses pela sua segurança passada não temendo o damno presente, tanto que amanheceo, aberta a porta, sairão da Fortaleza quase todos a negociar, como costumavaõ as utilidades da campanha. Não agaurdáraõ mais tempo os Indios, avançáraõ com grande valor, ganharaõ a porta, e a Fortaleza, degolaraõ alguns Holandeses que acharaõ dentro nella, os que estavaõ fóra se renderaõ; e avisáraõ logo ao Maranhão a Antonio Teixeira, que mandasse occupar aquellas Fortificaçoens que haviaõ ganhado, o que elle logo executou mandando prisidialas.²²⁷

²²⁶ MEIRELES, Mário Martins. **Holandeses no Maranhão (1641-1644)**. São Luís: PPPG, Ed. Universidade Federal do Maranhão, 1991. p. 136-137.

²²⁷ D. Luiz de Menezes (Conde de Ericeira), *História de Portugal Restaurado*. Lisboa, Officina de Domingos Rodrigues, MDCCLI, tomo I, parte I, livro VII, p.38-39. Apud: OLIVEIRA, André Frota de. **A Fortificação holandesa do Camocim**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 1995. p. 102.

Essa narrativa do Conde de Ericeira é repetida quase que textualmente, por Bernardo Pereira Berredo, nos seus *Annaes Histórios do Estado do Maranhão*.²²⁸ E serviu de base para obras como a de Robert Southey,²²⁹ entre outros. Nosso primeiro contato com ela se deu através da obra de André Frota de Oliveira,²³⁰ na qual o autor faz uma interessante análise dessa fonte, como veremos logo adiante.

O texto do Conde de Ericeira é bastante interessante, nos trazendo diversas informações valiosas. É preciso, entretanto, ressaltar que o autor nunca esteve no Brasil e que, em 1644, ele tinha apenas 12 anos de idade. É óbvio, portanto, que o relato deve ser tratado como uma obra de cunho historiográfico, como seu título aponta. O autor, militar português e envolvido na alta administração do Reino, deve ter tido acesso à documentação em que baseou seu relato, muito provavelmente documentação administrativa oriunda do Estado do Maranhão, mas não devemos, de maneira alguma, tratar o trecho acima como sendo o relato de um participante dos acontecimentos.

Feitas essas ressalvas, podemos analisar as informações contidas no trecho citado acima. Em primeiro lugar, podemos atestar a existência de três pequenas guarnições neerlandesas no Ceará. A maior delas, obviamente, era a do Forte de São Sebastião, próximo ao rio Ceará. O autor menciona também a existência de um reduto em Camocim e de outro, a cerca de dez léguas de distância desse último lugar. Tudo indica que esse segundo fortim estava localizado em algum local nas proximidades de Jericoacara. Essas informações são compatíveis com as informações que possuímos do período em que Gedeon Morris de Jonge esteve no Ceará, tendo sido ele o responsável pelo estabelecimento desses redutos que, certamente, não passavam de simples casas fortificadas.

Um segundo ponto de interesse é a descrição que Ericeira faz dos índios responsáveis pelo ataque. Embora ele não nos dê muitas pistas sobre sua identidade, dizendo apenas que procediam do Ceará e de Camocim, há um detalhe

²²⁸ BERREDO E CASTRO, Bernardo Pereira. **Annaes Histórios do Estado do Maranhão**. Lisboa, Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1749. Texto da 3ª Edição: Florença, Typographia Barbèra, 1905, volume II, p. 70. Disponível em: < <http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/acervo/digitalizado/pdf/0070.zip> >. Acessado em: 20 ago. 2010.

²²⁹ SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. 4ª Edição brasileira, 3 vols. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1977.

²³⁰ OLIVEIRA, André Frota de. **A Fortificação holandesa do Camocim**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 1995.

importante no relato, o de que os índios responsáveis pelo ataque não seriam apenas aqueles oitenta indivíduos vindos do Maranhão e largados pela armada da WIC nas praias de Camocim, mas que eles tiveram ajuda dos seus parentes que haviam ficado no Ceará.

Por fim, há a questão do método de ataque utilizado para matar a guarnição, descrito em detalhes. Segundo o autor, os índios teriam marchado até a proximidade do forte, durante a noite, se escondido na mata próxima e esperado que a guarnição abrisse as portas do forte, pela manhã, e saíssem para conduzir suas atividades diárias, quando, então, os índios tomaram de assalto a porta da fortificação e mataram a guarnição, antes que os soldados que haviam saído tivessem tempo de organizar qualquer resistência. Deve-se ressaltar que o método de ataque, acima descrito, é um exemplo clássico das técnicas de combate Tupi, usadas para assaltar as aldeias inimigas. A organização do bando guerreiro, a marcha rápida através de grandes distâncias, a aproximação durante a noite, o ataque ao raiar do dia e a velocidade do assalto, destinada a causar confusão e impedir a organização dos defensores, todas essas técnicas estão em conformidade com aquilo que discutimos sobre os métodos de guerra Tupi tradicionais, no capítulo anterior.

Chama a atenção o caráter de despreparação da guarnição neerlandesa do forte, fato enfatizado, também, pelo Conde de Ericeira, através da linguagem que usa para narrar o acontecido. Se o ataque aconteceu da maneira descrita, a guarnição do forte foi extremamente negligente com a segurança, deixando o portão do forte aberto, saindo do perímetro do mesmo em grandes números e deixando matas crescerem ao alcance do campo de visão do forte, o que fornecia a oportunidade a um inimigo de se esgueirar até as proximidades da muralha e tomá-lo de assalto, como de fato os índios o fizeram. Essa falta de cuidado devia-se, provavelmente, a uma mistura de despreparo profissional dos soldados e/ou seus oficiais e por conta de os mesmos confiarem implicitamente nos índios que os cercavam.

Muito embora o relato do Conde de Ericeira seja bastante interessante, e pareça superficialmente factível, há um sério problema com ele, no que se refere à cronologia. A documentação existente é unânime em afirmar que a retirada das forças da WIC do Maranhão se deu no dia 28 de fevereiro de 1644. O *Hasewint*, entretanto, chegou a Recife no dia seguinte, 29 de fevereiro, vários dias depois de

ter sido atacado pelos índios, na costa do Ceará. O *Brack* chegou a Recife no dia 8 de março do mesmo ano, também vários dias após ter sido atacado no Ceará. Nenhum desses navios fazia parte da pequena frota utilizada para retirar os soldados da WIC do Maranhão, tendo, ambos, saído daquela praça antes da retirada final. Levando-se em conta que a viagem na costa leste-oeste, do Maranhão para o Ceará e dali para o Recife, era uma viagem notoriamente difícil para barcos a vela e que era comum os mesmos demorarem vários dias, e mesmo semanas, nesse trajeto, parece simplesmente impossível que a sequência de eventos, narrada por Ericeira, tenha acontecido daquela maneira. Se a rebelião dos índios do Ceará tivesse começado apenas após a retirada das forças da WIC do Maranhão, em 28 de fevereiro ou, mais acertadamente, alguns dias depois daquela data, a partir do dia em que a armada teria largado os oitenta indígenas no Camocim, teria sido simplesmente impossível que o *Hasewint* e o *Brack* tivessem encontrado o forte do Ceará arrasado, a guarnição morta e os índios já hostis.

André Frota de Oliveira, inclusive, ao proceder à análise da documentação existente, comparando as datas da retirada das forças da WIC no Maranhão e da chegada desses dois barcos a Recife, nota essa mesma inconsistência. A solução adotada por esse estudioso consiste em afirmar que o massacre dos soldados do forte do Ceará teria acontecido em janeiro, motivado pelos maus tratos e pela falta de pagamento, por parte da Companhia, aos índios, mas que o ataque aos redutos de Camocim e Jericoacara teria acontecido da maneira descrita por Ericeira, após o desembarque dos oitenta índios trazidos do Maranhão. Particularmente, a solução adotada por André Frota de Oliveira nos parece forçada e pouco provável, mas não existe qualquer documento que corrobore ou desabone o relato de Ericeira como um todo e partes dele são, certamente, muito plausíveis. Em virtude da inexistência ou, pelo menos desconhecimento, de outros documentos que nos permitam proceder a uma crítica da documentação existente e do relato de Ericeira, em particular, a questão simplesmente não pode ser solucionada.

A ausência de documentação, entretanto, não nos impede de fazer certas conjecturas sobre os acontecimentos. Mesmo que meramente especulativas, essas conjecturas são baseadas numa análise ampla da documentação referente à ocupação neerlandesa do Ceará e, acreditamos, não deixam de ser válidas, do ponto de vista do devir historiográfico. Uma questão, em particular, nos interessa: a

identidade dos índios responsáveis pelo ataque. Esse ponto não foi abordado de maneira profunda por nenhuma das fontes, crônicas ou pelos historiadores e estudiosos pesquisados. Há um consenso de que os índios responsáveis pelo ataque seriam os mesmos que, até aquele momento, estavam aliados aos neerlandeses, mas os mesmos são tratados de forma muito genérica.

Embora não saibamos até que ponto o relato do Conde de Ericeira é confiável, pelas razões explicadas acima, a narrativa que ele faz do ataque ao forte do Ceará é altamente plausível. De fato, a única maneira imaginável, pela qual um grupo de guerreiros indígenas tenha conseguido tomar um forte guarnecido por tropas europeias e matar todos os soldados, é alguma forma de ataque surpresa ou via algum subterfúgio que os permitisse entrar no forte antes de desferir o ataque. Isso, em si, não elimina a possibilidade de que algum grupo indígena hostil aos neerlandeses pudesse realizar o feito, assumindo que a guarnição lhes desse a oportunidade, através do desleixo da segurança, como parece ter sido o caso com a guarnição do forte do Ceará. Devemos lembrar, entretanto, que o forte era cercado por duas ou três populosas aldeias de Potiguara aliadas da Companhia. Parece-nos simplesmente impossível que algum grupo indígena hostil pudesse se aproximar o suficiente do forte para desferir tal ataque, sem serem vistos pelos índios das aldeias. Ora, esse fato leva à conclusão de que os Potiguara ou desferiram o ataque eles mesmos ou foram cúmplices na execução do plano. Isso concorda com as outras informações que as fontes nos dizem, visto elas serem unânimes em afirmar que foram os índios aliados da WIC que perpetraram o ataque.

Quanto aos redutos do Camocim e Jericoacara, os aliados indígenas da WIC na região eram os Tabajara da Ibiapaba e os Tremembé que se espalhavam pelo litoral oeste do Ceará. Se levarmos em conta a descrição de Ericeira, teriam sido eles os originais instigadores da revolta bem como os que realizaram os ataques aos fortes, embora certamente com colaboração dos Potiguara. Matias Beck, em 1649, entrevistou um ancião Potiguara de nome Francisco Aragiba, que lhe informou que um grupo de índios participantes do ataque ao forte em 1644 havia se refugiado na Ibiapaba e em Camocim, o que daria certa credibilidade a essa possibilidade.²³¹

²³¹ BECK, Matias. *Diário de Matias Beck*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967. p. 246.

Este conjunto de informações nos leva a crer que os responsáveis pelo ataque foram um grupo de índios que, até aquele momento, eram aliados da WIC. Nesse grupo, provavelmente existiam tanto Potiguara quanto Tremembé e Tabajara. Por outro lado, há alguns indícios de que nem todos os índios tenham participado do ataque, embora eles tenham colaborado com a revolta ao terem, essencialmente, deixado a guarnição ser atacada sem dar aviso ou prestar qualquer auxílio. Os ataques aos barcos *Hasewint* e *Brack* também apontam para uma participação extensiva dos Potiguara das aldeias ao redor do forte do Ceará. Até que ponto o grupo de índios, responsável pelo ataque, incluía os guerreiros que haviam sido levados para o Maranhão é uma incógnita. Que a situação dos índios levados para combater no Maranhão contribuiu para a revolta, não há dúvidas, mas a participação direta dos últimos guerreiros indígenas, mantidos no Maranhão, é um ponto impossível de ser esclarecido, em virtude dos conflitos entre a cronologia estabelecida pelos documentos da WIC e o relato do Conde de Ericeira.

É possível que Gedeon Morris de Jonge tenha levado os índios do Ceará consigo de volta à capitania, quando partiu, em finais de 1643 ou janeiro de 1644, o que tornaria possível o episódio do abandono dos índios no Camocim e a sua consequente revolta, embora em data anterior à apresentada por Ericeira. Não há, entretanto, nenhuma fonte que justifique essa interpretação, não passando ela de uma especulação que explicaria a aparente incompatibilidade entre o relato de Ericeira e a documentação da WIC.

Independente de como, exatamente, tenha ocorrido a rebelião indígena e o massacre da guarnição neerlandesa do Ceará, fica bastante claro o que a revolta significou para as relações entre a WIC e os índios no Ceará e em todo o restante do Brasil Holandês. A revolta representa uma virada decisiva na política indigenista da WIC. Ao lado de outros acontecimentos da mesma época, como a crise a respeito da catequese das crianças indígenas, a revolta serviu como demonstração da crescente disparidade entre os ideais da política indigenista da Companhia e a realidade da convivência com a população indígena na fronteira colonial e as pressões que se impunham sobre essa relação. O linguajar adotado pelos administradores da Companhia no Brasil a respeito dos índios muda significativamente, adotando um tom muito mais pessimista e “pragmático” a respeito das possibilidades da incorporação da população indígena ao projeto colonial da WIC. Do lado dos índios, a revolta constitui-se no primeiro grande gesto de

abandono da aliança formada entre um grupo significativo da população indígena de origem Tupi das chamadas capitanias do Norte com a WIC, uma aliança que, em grande parte, estava calcada no ódio mútuo aos colonos luso-brasileiros.

O começo da revolta dos moradores luso-brasileiros do Brasil Holandês encabeçada por João Fernandes Vieira, em 1645, entretanto, serviu para suprimir essas crescentes divergências entre os índios e a WIC. Frente ao ressurgimento do seu inimigo em comum, índios e neerlandeses, em grande parte, esqueceram essas crescentes divergências.

4.2 Matias Beck e a retomada das relações entre indígenas e neerlandeses

Ao contrário dos acontecimentos tratados até o momento, o episódio da segunda ocupação do Ceará, por forças da WIC, entre 1649 e 1654, sob o comando de Matias Beck, já foi amplamente estudada pela historiografia cearense regional, especialmente pelos membros do Instituto Histórico do Ceará.²³² O fato de que Matias Beck foi o responsável pela construção do forte Schoonemborch no local atualmente ocupado pelo quartel da 10ª Região Militar, ao invés de reocupar o antigo forte de São Sebastião, nas margens do rio Ceará, fez dele uma figura célebre nos debates da historiografia local de finais do século XIX e início do século XX. A querela intelectual que se formou ao redor da questão da “paternidade” da capital cearense fez com que Matias Beck entrasse, definitivamente, na historiografia regional do Ceará, aparecendo, inclusive, como personagem ilustre em materiais didáticos do ensino fundamental e médio, do Ceará.²³³

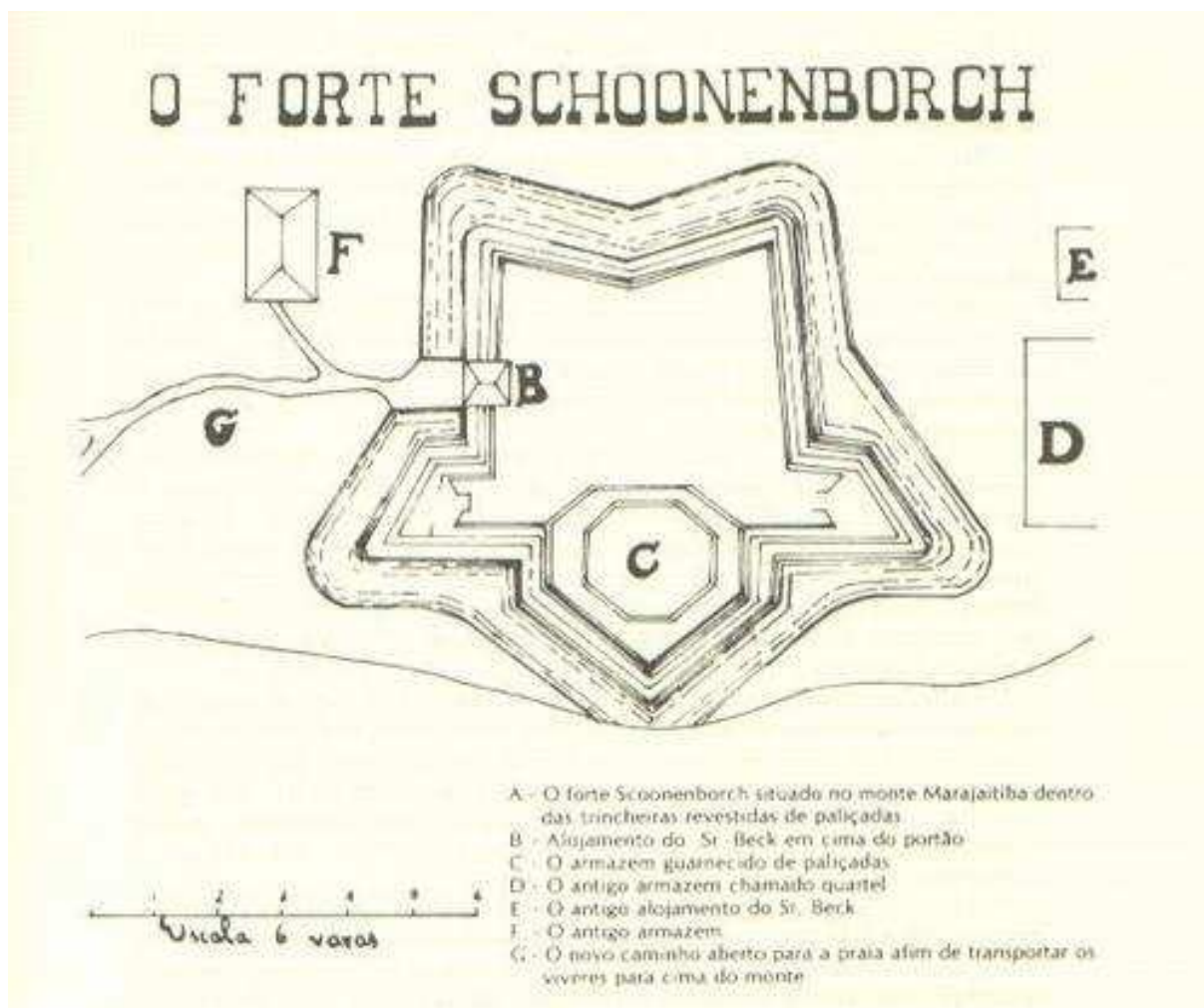
É importante ressaltar que a figura de Matias Beck tornou-se, na historiografia cearense, quase que sinônima da ocupação neerlandesa do Ceará. Além dessa discussão a respeito da fundação da cidade de Fortaleza, Matias Beck também é conhecido na historiografia local por conta de seu diário, que escreveu entre março e setembro de 1649. Esse documento constitui uma das mais interessantes fontes relativas ao Ceará do século XVII e, como tal, foi bastante estudado.

Entretanto, a historiografia local a respeito de Beck, embora considerável, tende a se concentrar, quase que exclusivamente, no seu papel na construção do forte de Schoonemborch e no esforço realizado por ele e por seus homens para encontrar minas de prata no Ceará. Nosso interesse sob a expedição de Beck, por outro lado, está concentrado na sua relação com os índios locais. Iremos, portanto, nos concentrar no aspecto que nos interessa aqui. Para um tratamento mais geral a

²³² Um trabalho que analisa em profundidade a historiografia do Instituto Histórico do Ceará e seu papel no desenvolvimento da historiografia cearense pode ser encontrado em: OLIVEIRA, Almir Lear. **O Instituto do Ceará**. PUC-SP, Doutorado em História, 2001.

²³³ Grande parte da discussão em torno de Beck se deu por meio da imprensa, além de alguns livros e artigos publicados nas Revistas do Instituto do Ceará. Não é nosso foco, neste trabalho, traçar a evolução da historiografia cearense a respeito de Beck e do Ceará Holandês. Uma análise mais detalhada sobre a querela envolvendo Matias Beck como fundador de Fortaleza pode ser encontrada em: FURTADO FILHO, João Ernani. **Soares Moreno e Matias Beck – Inventário de Uma Polêmica**. Fortaleza: Coleção Outras Histórias – Museu do Ceará, 2000. Consultar essa obra para uma bibliografia mais completa sobre o tema.

respeito da expedição de Matias Beck, consultar as obras de Raimundo Girão,²³⁴ José Aurélio Câmara²³⁵ e Rita Kromen.²³⁶



A expedição de Beck ao Ceará esteve intimamente ligada à situação crítica da WIC, após o começo da revolta dos moradores luso-brasileiros, em 1645 e, especialmente, após as Batalhas dos Guararapes, em 1648 e início de 1649. Essas derrotas fizeram com que as forças da Companhia ficassem confinadas ao Recife e a algumas praças-fortes do litoral brasileiro, quase sem acesso às regiões

²³⁴ GIRÃO, Raimundo. **Matias Beck fundador de Fortaleza**. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1961. Ver também

²³⁵ CÂMARA, José Aurélio. *Aspectos do domínio holandês no Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo LXX, p. 5-36, 1956. Ver também: CÂMARA, José Aurélio. *Introdução, notas e comentários ao Diário de Matias Beck*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967.

²³⁶ KROMMEN, Rita. **Matias Beck e a Cia. das Índias Ocidentais**. Fortaleza: Casa José de Alencar Programa Editorial, 1997.

produtoras de açúcar e pau-brasil. Essa situação fez com que a já precária receita da WIC no Brasil despencasse consideravelmente. Entre 1648 e 1654, praticamente os únicos rendimentos obtidos pela WIC no Brasil derivavam do curso de navios portugueses capturados em alto mar. O preço das ações da WIC negociadas em Amsterdã despencou a níveis nunca antes vistos e a Companhia passou a ser totalmente dependente dos subsídios e empréstimos dos Estados Gerais para sua continuada existência.

A expedição de Matias Beck foi uma das últimas tentativas da WIC de encontrar alguma fonte de rendimentos no Brasil, que pudesse financiar a existência da Companhia. A descoberta de minas de metais preciosos seria uma das poucas maneiras de salvar a Companhia da falência absoluta. É nesse contexto que se insere a expedição de Matias Beck. Desde meados do século XVI, existia no Brasil uma forte crença de que existiam ricas minas de prata no interior do Ceará, rumores que persistiram no século XVII. A administração da WIC no Brasil parecia ter dado como certa a existência dessas minas, faltando apenas identificar o local delas de forma precisa. Assim, o Ceará apresentava-se como a melhor oportunidade que a WIC tinha de encontrar metais preciosos dentro de seu território.

No que interessa ao nosso trabalho, isto é, a relação entre os neerlandeses e os índios, entre 1649 e 1654, este período é dotado de uma interessante peculiaridade. O primeiro período de ocupação, entre 1637 e 1644, pode ser estudado através de um número pequeno, mas considerável de fontes; a maioria delas de origem administrativa. Há, também, uma grande integração entre o que acontecia no Ceará e no resto do Brasil Holandês, o que tornou possível a incorporação de uma série de outras fontes, especialmente as que dizem respeito ao Maranhão e ao Rio Grande, ao acervo documental utilizado neste trabalho.

A situação, durante o período de 1649 a 1654, é bastante diferente. Em primeiro lugar, o Ceará passou a ficar praticamente isolado do restante do Brasil. Em segundo, a documentação de caráter administrativo, que seria de se esperar, simplesmente não existe ou não está acessível para a maior parte do período. Por outro lado, contamos com alguns poucos documentos muito interessantes para esse período; documentos de natureza não-administrativa que oferecem oportunidades para análise das questões aqui tratadas sob outro ponto de vista. Esses documentos são o diário que Matias Beck escreveu durante os primeiros meses da ocupação do

Ceará, em 1649²³⁷ e uma carta dele, endereçada para os Estados Gerais e escrita de Barbados, em 1654.²³⁸ Destacamos, também, as representações de Antônio Paraupaba, apresentadas nas Províncias Unidas nos anos de 1654 e 1656,²³⁹ e a Relação da Ibiapaba, escrita pelo padre Antônio Vieira.²⁴⁰ O Diário de Matias Beck, como foi dito, discorre apenas sobre os primeiros meses da ocupação, enquanto os outros documentos referem-se, principalmente, ao fim do Brasil Holandês, em 1654.

Em virtude dessa peculiaridade, iremos nos concentrar basicamente no primeiro documento, neste tópico, e examinar os outros no tópico seguinte.

Não se sabe exatamente qual era o propósito de Matias Beck em escrever seu diário, como este foi parar nos arquivos da WIC ou porque ele se estende por apenas alguns meses. Esse notável documento, entretanto, é uma fonte extremamente importante em qualquer estudo sobre a história indígena do Ceará no século XVII por uma série de razões. Talvez a mais importante delas seja a de que Matias Beck registra aquilo que poderíamos chamar de um certo cotidiano do relacionamento entre a população indígena cearense e os europeus no Ceará do século XVII. No seu texto, Beck descreve diversos índios pelo nome, idade e posição social, bem como narra vários diálogos que teve com os principais chefes indígenas, rumores que ouviu deles ou sobre eles. É, principalmente, graças a esse documento que é possível individualizar alguns dos índios, especialmente os chefes, tornando possível, até certo ponto, romper a homogeneização da população indígena, que a maioria das fontes nos obriga a adotar.

Ao partir de Recife, em 20 de março de 1649, a expedição comandada por Matias Beck compunha-se de 298 pessoas divididas em três iates e dois barcos menores. Levavam consigo material de construção, equipamento de mineração, armas e munição e 10 “peças”, ou seja, escravos africanos. daquelas 298 pessoas, 61 indivíduos eram índios do Ceará, incluindo, aí, o velho Gaspar Paraupaba, um

²³⁷ BECK, Matias. *Diário de Matias Beck*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967

²³⁸ Carta que, de Barbados, escrevia Mathias Beck em 8 de outubro de 1654. Apud: CÂMARA, José Aurélio. *Aspectos do domínio holandês no Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo LXX, p. 5-36, 1956. p. 28-29.

²³⁹ As representações de Paraupaba podem ser encontradas, traduzidas para o português, em: HULSMAN, Lodewijk. *Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656*. In: **Revista de História**, São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 1950 - . Semestral. ISSN 0034-8309, n. 154, p. 37-70, segundo semestre de 2006. p. 52-53. Os grifos são nossos.

²⁴⁰ VIEIRA, Padre Antônio. **A Missão de Ibiapaba**. Coimbra: Edições Almedina, 2006.

dos índios que havia sido originalmente levado para as Províncias Unidas, em 1625. O chefe desses índios era Francisco Cayaba. Entre os passageiros podia-se encontrar também Thomas Kempins ou Kempes, missionário protestante de origem inglesa e o único predicante a vir ao Ceará durante todo o período de ocupação da capitania, pela WIC. Além desses indivíduos, Matias Beck levava consigo uma considerável quantidade de presentes, na forma de roupas, enfeites, armas e implementos variados, presentes esses que seriam usados para barganhar com a população indígena local. Por fim, e talvez o mais importante, Matias Beck possuía uma carta de perdão, por parte do Conselho Supremo, direcionada aos índios que haviam massacrado Gedeon Morris de Jonge e seus homens, em 1649. Essa carta os isentava, completamente, de qualquer retaliação, desde que renovassem seu juramento de lealdade à WIC.

Como vimos anteriormente, logo nos primeiros dias após o recebimento da notícia do massacre da guarnição do Ceará, o Conselho Supremo havia chegado à conclusão que seria impossível, tanto por motivos práticos quanto políticos, responder ao massacre com uma retaliação militar contra a população indígena responsável. Poucos meses depois, a revolta dos moradores luso-brasileiros do Brasil Holandês, em 1645, tornou imprescindível que a WIC e seus aliados indígenas esquecessem as divergências e mantivessem-se unidos contra o inimigo comum. Um dos objetivos da expedição comandada por Matias Beck era a de retomar a posse do forte do Ceará e reconquistar a aliança com a população indígena local, independentemente do que houvesse ocorrido no passado. A carta de perdão que Beck levava deve, portanto, ser encarada como uma tentativa, por parte do Conselho Supremo, de recomeçar do zero, no que diz respeito ao relacionamento da WIC com os índios de etnia Potiguara, Tremembé e Tabajara, residentes no Ceará. Sem saber de que modo eles seriam recebidos por esses índios, Beck organiza o elaborado ritual de contato que vemos aqui:

Depois de surtos e em presença e com o consenso de todos os oficiais, assim militares como marítimos, **resolvemos mandar à terra, para predispor os naturais a nosso favor, alguns dos índios que vieram conosco e são daqui (*alhier t'hui hooren*), a saber o capitão Francisco Cayaba, a quem dei uma carta de perdão, que me foi entregue pelos Nobres e Poderosos Senhores, para apresentá-la aos seus amigos,** sendo enviado, pelo ministro Kempins, a fim de ler e interpretar a carta, o índio mestre-escola João Gonçalves, que sabe ler, e mais esses quatro índios: o sargento Pedro Nhahangá, cabo Miguel Pindoba, Cristóvão Parunpaba (?) e Gaspar Taschira; **para testemunhar as boas vindas aos**

seus amigos, dei-lhes 4 lbs. de biscoito branco e 4 púcaros de vinho, prometeram regressar, querendo Deus, quando muito amanhã com os principais chefes dos índios destas vizinhanças, dos quais esperamos colher informações sobre o melhor modo de conduzir a missão que motivou esta viagem; [...]

Ao amanhecer do dia 4 divulgamos gente na praia e, presumindo que fossem os índios ontem enviados à terra, mandei a ela os botes do *Synage/* e do *Geele Sonne* e o escrivão dos índios de Pernambuco Daniel Maert, assaz versado na língua brasílica. **Chegando à terra verificaram ser os índios ontem enviados e que os acompanhava um dos principais dos seus, aqui do Siará, chamado Francisco Aragiba, com alguns dos seus sequazes, todos os quais vieram no bote ter comigo a bordo do *Geele Sonne*, onde, com toda possível amabilidade, cortesia e amizade, lhes dei as boas vindas,** e conduzindo à câmara o referido principal, fi-lo interrogar pelo ministro Kempins sobre todas as particularidades e circunstâncias, mui longas para aqui referir, e informei-o, pelo mesmo Kempins, a respeito de nossa vinda e da causa desta, segundo as instruções recebidas dos Nobres e Poderosos Senhores, mostrando a ele tudo boa cara e contentamento, **concedi-lhe uma das cartas de perdão a vista de sua favorável disposição para conosco;** depois de termos bem instruído sobre o que devia fazer e estando enjoado pelo balanço do navio, fi-lo de novo conduzir com o seu séquito no bote, para terra; **ao afastar-se de bordo o honramos com três tiros de canhão.** Segundo o seu dizer ainda três principais dos índios, Amaniju-Pitanga e Caraya, aos quais enviou mensageiros, virão hoje ou amanhã dar-nos as boas vindas. **Na conferência com o principal Francisco Aragiba, entre outras coisas, fiz-lhe ver que trazíamos conosco os seus amigos, os índios do Recife e do Rio Grande, por ordem de seus amos os Nobres e Poderosos Senhores, a fim de irem à terra visitá-los;** pedi-me, em conseqüência, que a todos mandasse desembarcar para que fossem visitar os seus amigos e com eles tranquilamente habitar. **Com todas as precedentes insinuações que, por intermédio do ministro Kempins, lhes fiz em abundância, demonstrei-lhes as nossas boas intenções para com eles, e assegurei-lhes muito especialmente que vínhamos levantar uma considerável fortificação para defendê-los dos portugueses, bem como contra todos aqueles que, a eles ou a nós fizessem algum dano ou gravame, e que também procuraríamos protegê-los contra os assaltos dos tapuias que até agora lhes tinham feito guerra.** Respondeu-me, entre outras coisas, que todos eles estavam muito satisfeitos com a nossa vinda, porquanto esperavam que de futuro não teriam que sofrer mais guerra ou dano dos tapuais que, de quando em vez, tinham vindo matar gente do seu povo e devastar as suas roças e plantações privando-os assim de alimento; mas, que agora, lhes tinham feito saber da nossa vinda e não mais receavam vir acometê-los.²⁴¹

As atitudes tomadas por Matias Beck para restabelecer o contato entre a WIC e os índios do Ceará são significativas por nos deixar entrever algo do que era a 'balança de poder', por assim dizer, estabelecida entre os índios e as forças da WIC no Ceará, do ponto de vista de Beck. As ações dele deixam claro que ele compreendia que os índios tinham uma posição bastante definida e forte, na mesa de negociação. É realmente notável o nível de cuidado e cautela com que Beck age

²⁴¹ BECK, Matias. *Diário de Matias Beck*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967. P. 228-230. Os grifos são nossos.

frente aos seus interlocutores indígenas. Seu primeiro passo consiste em enviar emissários indígenas para estabelecer contato com os índios locais, sem qualquer europeu acompanhando-os, e aproveita-se dessa ocasião para já enviar a carta de perdão do Supremo Conselho, juntamente com um índio letrado para explicá-la. Esses índios também levam comida e, talvez o mais importante, quatro púcaros de vinho como presente.

A seguir, ele traz um pequeno grupo de índios a bordo, chefiados por Francisco Aragiba, um principal Potiguara, a quem ele dirige-se “com toda possível amabilidade, cortesia e amizade”. Após uma primeira conversa com o principal, conversa essa na qual ele estabelece que Aragiba não lhe era hostil, ele volta a conceder a carta de perdão do Supremo Conselho. Quando esse índio volta para terra, ele chega ao ponto de ordenar que três salvas de canhão sejam disparadas em sua homenagem. É importante frisar esse último ponto, porque esse tipo de disparo era reservado para ocasiões em que grandes dignitários embarcavam ou desembarcavam de navios. A extensão desse tipo de cortesia para um líder de aldeia Potiguara do Ceará é notável e atípica, nas fontes pesquisadas. Por fim, durante a conversa, Matias Beck também faz questão de frisar a presença dos indígenas de Recife e Rio Grande que estavam nos barcos e que a Companhia estava permitindo voltar para o Ceará, bem como assegura que a construção do forte planejado serviria para defender a população indígena local contra ataques, tanto dos portugueses quanto de índios hostis.

O contraste entre o tratamento que Matias Beck dá aos índios e os episódios acontecidos no Maranhão e já relatados neste trabalho é visível. Enquanto no Maranhão os índios não tinham acesso aos alimentos do armazém da WIC, não tinham permissão para voltar às suas próprias casas, não recebiam pagamento, e, por fim, chegaram mesmo a ser vendidos como escravos no Caribe, neste outro momento, eles eram recebidos com salvas de canhão e promessas de proteção. Não paravam por aí, entretanto, os zelos de Beck para com os índios. Ao preparar-se para o desembarque de seus homens, ele reuniu os oficiais superiores para lhes dar as seguintes instruções:

[...]; neste intuito dei ao comandante Maes todas as ordens necessárias para que todos fossem transportados à terra na devida forma, e mandei recomendar a todos, sob pena corporal, que não fizessem aos índios, assim homens como mulheres, nem às suas plantações ou roças, o menor dano ou gravame ou desgosto, e assegurar-lhes que aqueles que violassem

semelhante ordem e cometessem qualquer dano ou violência seriam exemplarmente castigados.²⁴²

Por sua vez, a recepção dos índios, no dia seguinte, quando Beck e seus homens desembarcam, é animadora:

Com a maré baixa o mais da gente foi levada à terra, indo eu também com o ministro Kempins, ao chegarmos à praia, os principais dos índios, acompanhados de muitos dos seus, vierem ao nosso encontro dar-nos as boas vindas, dizendo que agradeciam a Deus que fôssemos chegados, pois desde muito nos esperam com grande ansiedade, havendo já resolvido, caso nos demorássemos ainda mais tempo, enviar alguns dos seus a Pernambuco a fim de novamente solicitar aos Nobres e Poderosos Senhores pronto socorro e assistência; entre todos mostrava-se mais particularmente satisfeito um dos seus principais de nome Amaniju-pitanga, o qual tem maior número de gente sob as suas ordens, pelo fato de havermos trazido ou seu irmão Cristóvão Poty e outros índios do Recife e do Rio Grande, assim assegurando-nos da nossa boa disposição e conquistando a aliança e amizade deles para conosco. Folgaram igualmente muito por lhes constar que trazíamos alguma ferramenta e alguns ferreiros, dos quais esperavam ser ajudados na conservação e aumento das suas roças e plantações, das quais me ofereceram para refresco algumas melancias (*water-meloen*); queixaram-se de que, por falta de ferramentas, não havia podido aumentar, como deviam, as suas plantações, contudo tinham-nas em quantidade suficiente para suprir as suas necessidades de farinha; mostraram-se igualmente muito alegres com a vinda do ministro Kempins, porquanto tinham muitas crianças para batizar e adultos para casar, que até agora viviam e habitavam ilegítimamente por falta de ministro para os casar.²⁴³

Não podemos, é claro, saber até que ponto era sincera a afirmação dos índios de que “esperavam com muita ansiedade” a volta dos neerlandeses e que estavam prestes a enviar representantes para Recife para pedir, justamente, isso para a Companhia. Não resta dúvida, entretanto, que a direção das conversas foi rapidamente direcionada para tópicos que eram importantes para os índios: ferramentas, retorno dos parentes e presença de um missionário.

Já discutimos, em um momento anterior deste trabalho, o papel fundamental que o acesso aos bens de troca dos europeus teve nas relações entre indígenas e WIC no Brasil. As mercadorias de troca eram sempre uma das vias mais seguras pelas quais os europeus atraíram os povos indígenas para os fortes e povoados das colônias. Desde que Gedeon Morris de Jonge e seus homens foram mortos, em 1644, os índios do Ceará ficaram parcialmente isolados do contato com europeus. Há indícios de que os portugueses do Maranhão estiveram em contato

²⁴² *Ibidem*, p. 230-231.

²⁴³ *Ibidem*, p. 231-232.

esporádico com esses índios, mas, certamente, não de maneira regular. Essa, talvez, tenha sido a consequência mais visível para os índios, após o massacre de Gedeon Morris de Jonge e seus homens, ou seja, justamente a diminuição ou perda do acesso aos importantes bens de troca dos europeus.

Há, em segundo lugar, a questão dos parentes e amigos do Rio Grande e de Pernambuco. Essa era uma questão importante para os índios e um dos principais motivos que contribuíram para a crescente insatisfação dos índios do Ceará com a WIC no passado havia sido os frequentes deslocamentos de índios para o trabalho ou para a guerra, a serviço da Companhia. Esses deslocamentos serviam para desagregar a unidade da comunidade indígena, principalmente no que tange à dispersão de seus homens em idade de guerra e trabalho. Esse trecho também confirma algo que já discutimos, ou seja, os fortes laços que ligavam os Potiguara do Ceará com os seus parentes do Rio Grande, Paraíba e Pernambuco, o que indica um ativo fluxo de pessoas e informações entre essas capitâneas.

É interessante também notar um aparente laço entre a família 'Amaniju' e a família 'Poty'. *Amanijú*, também grafado como *Amandiju* ou *Amandyú*, quer dizer Algodão em língua tupi. *Poty* quer dizer Camarão. A família Poty parece ter se constituído, entre finais do século XVI e ao longo do século XVII, como a família mais proeminente dos Potiguara das capitâneas de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande, sendo Dom Antônio Felipe Camarão o seu representante mais ilustre. Um ramo da família desempenhou semelhante papel de proeminência entre os Potiguara aliados da WIC, na figura de Pedro Poty. A família dos Algodões, por sua vez, também desempenhou papel semelhante entre os Potiguara do Ceará. Diogo Algodão era o líder da maior aldeia Potiguara do Ceará, durante a primeira ocupação da capitania pela WIC e tudo leva a crer que o índio que Beck identificava como "Amaniju-pitanga" fosse ou o mesmo Diogo Algodão ou um parente próximo dele. Outros índios com o mesmo sobrenome continuaram exercendo o cargo de chefe das aldeias de Parangaba e Paupina, ao longo do século XVII e adentrando no XVIII.²⁴⁴ O tema desse aparente processo de "caciquização", ou concentração de maiores poderes na figura dos chefes de aldeia, que marcou a sociedade tupi em

²⁴⁴ Carlos Studart Filho faz alguns comentários muito interessantes sobre a família Algodão em sua obra: STUDART FILHO, Carlos. *Os aborígenes do Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo LXXVII, p. 153-217, 1963. p. 175-178.

contato com a fronteira colonial merece, entretanto, um estudo mais aprofundado e profícuo.

Por fim, há a questão da presença do predicante Kempins. O escopo deste trabalho não nos permite enveredar na direção de um estudo sobre a história cultural e/ou religiosa destas etnias indígenas com a profundidade necessária. Podemos considerar que, muito embora a população nativa raramente correspondesse à expectativa dos missionários, de abandonar completamente seu modo de vida tradicional e adotar os modos cristãos e “civilizados”, os aspectos mais superficiais do culto cristão eram, rapidamente, incorporados pela população indígena à sua própria cultura. Os padres, missionários e predicantes, por sua vez, também eram tidos como figuras respeitadas entre os índios. Isso se manifesta no trecho onde a presença do predicante Kempins é relatada como bem-vinda pela necessidade que os índios tinham de batizar suas crianças e oficializar diversos casamentos.

Após o desembarque, Beck e seus homens ocupam-se em construir o novo forte, chamado de Schoonemborch, e a procurar as minas de prata que eram o objetivo da expedição. Começaram a assentar-se numa rotina de convivência com os índios, a qual Beck faz diversas referências no seu diário. Como já dissemos antes, o diário de Beck é uma fonte extremamente valiosa para os objetivos deste trabalho, justamente por relatar, detalhadamente, a convivência dele e de seus homens com os índios, mesmo que por apenas alguns meses. Ao lado das preocupações com a construção do forte em si, o tema mais comum do diário são justamente suas conversas com os diversos chefes indígenas. Os trechos do diário que registram as observações de Beck com os indígenas estendem-se por muitas páginas, tornando-se inviável transcrever mais do que pequenos trechos. As questões que poderiam ser avaliadas a partir de uma análise detalhada dessa fonte também escapam ao escopo deste trabalho, mas algumas das mais relevantes para nosso objetivo de compreender a dinâmica das interações entre indígenas e neerlandeses do Ceará como sendo determinadas pelas condições periféricas do Ceará no âmbito da sociedade colonial serão analisadas.

A primeira dessas questões diz respeito às relações entre os próprios índios, as quais Beck, astutamente, observa e registra. Existiam, certamente, as tradicionais inimizades tribais que resultavam em expedições guerreiras contra as aldeias inimigas. Beck registra, por exemplo, um pedido feito por Amaniju-pitanga

para que os neerlandeses ajudassem a combater, ou pelo menos a atrair para uma armadilha, uma tribo de “tapuia” inimigos que vinham atacando sua aldeia. A tribo inimiga em questão é chamada de Anassessassús no diário, o que nos permite identificá-los como sendo Anacés. Na ocasião, Beck recusa-se a colaborar com o plano de Amaniju-pitanga para atrair esses inimigos para um massacre, instigando o chefe indígena a procurar a paz com a tribo inimiga e oferecendo-se para mediar os conflitos, dizendo que, somente após tentar essa via mais diplomática, seria lícito utilizar-se da força.²⁴⁵

As tradicionais rixas entre as tribos, entretanto, não eram os únicos conflitos que Beck registrou. Um conflito mais sutil, embora igualmente interessante, é aquele que Beck detecta entre Francisco Caraya e os dois outros principais, Amaniju-pitanga e Francisco Aragiba. Beck não chega a explicar qual a origem desse conflito, provavelmente porque ele mesmo nunca conseguiu entender, mas é bem claro que há uma inimizade bastante visível entre esses líderes, embora não chegue ao ponto de conflito armado. O fato de que o velho Caraya e seus parentes morem afastados das outras duas aldeias, juntamente com o fato de que ele nunca se junta aos outros dois líderes, bem como a aparente inveja que Amaniju-pitanga sente ao saber que é Caraya que está levando os neerlandeses até o suposto local da mina de Itarema são todos registrados por Beck. Essa é justamente uma das riquezas do diário de Beck. Esse diário é a única fonte conhecida, referente à primeira metade do século XVII, que nos permite enxergar esse tipo de conflito interno dentro de uma tribo no Ceará. Ela nos permite, mesmo que superficialmente, pensar nessa população indígena em termos de aldeias ligadas por laços de comunidade mais ou menos fortes, ou por pequenas rixas, ao invés do constructo homogêneo e, em partes, artificial, chamado “tribo” que, normalmente, somos obrigados a utilizar, por ser nesse nível que os índios são, geralmente, agrupados e categorizados na documentação colonial.

Outro relato de Beck que nos chama à atenção é o nível de atividade dessas aldeias. Em apenas cinco meses, que é todo o período coberto pelo Diário, há um sem-fim de idas e vindas entre as três aldeias Potiguara, o forte, o local onde se está cavando a mina e mesmo entre o forte e a região da Ibiapaba, para onde é

²⁴⁵ BECK, Matias. *Diário de Matias Beck*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967. p. 235-236.

enviado Francisco Aragiba como mensageiro. Beck chega mesmo a sondar a possibilidade de utilizar-se de índios das aldeias como mensageiros regulares entre o Ceará e o Rio Grande, como forma de manter contato entre ele e a Companhia, independentemente da via marítima, o que acaba sendo executado alguns meses depois. Há um constante fluxo de pessoas e mercadorias, especialmente comida e ferramentas, entre esses lugares. Beck troca cartas quase que diárias com o predicante Kempins, estabelecido na aldeia de Amaniju-pitanga, bem como com o tenente Hendrick van Ham (o mesmo que havia sido *Commandeur* no passado) que era responsável pela localização da mina. Essas cartas eram enviadas através de índios, soldados ou escravos negros que percorriam essas distâncias regularmente.

É interessante notar também que, em finais de julho de 1649, quando um grupo de índios se preparava para servir de mensageiros e ir até Recife, começaram a correr rumores entre as aldeias indígenas a respeito das derrotas neerlandesas nas Batalhas dos Guararapes. Isto é, que os neerlandeses não tinham mais coragem de combater os portugueses, que restavam a eles apenas poucas tropas, tendo, a maioria delas, sido morta ou capturada nos Guararapes. Havia, também, rumores que Matias Beck e seus homens tinham vindo ao Ceará porque não podiam mais se manter em Recife.²⁴⁶ Essa avaliação dos índios é, em essência, correta, como veremos na conclusão deste capítulo e, mais uma vez, reforça nosso argumento de que os índios do Ceará, na época, eram muito bem informados sobre o que acontecia nas capitânicas do Norte de um modo geral e eram capazes de interpretar as informações que recebiam de modo bastante acurado.

O papel que as mercadorias de troca e os presentes desempenham nas relações entre Beck e os índios fica muito visível, ao longo do diário. Logo nos primeiros dias em que os neerlandeses estão em terra, a distribuição de presentes aos índios torna-se uma prioridade. Vejamos uma parte da escrita do seu diário com relação a esta questão:

No dia 8 bem cedo pela manhã, mandei o *Vlissingen* com o preposto Hesseel, a receber do *Geele Sonne* e do *Synegael* todos os instrumentos ou ferramentas do trem e tudo o mais do que primeiramente aqui em terra carecemos, bem como o carregamento das mercadorias embaladas para os índios que, em número de 600, estão esperando na praia, em companhia dos seus principais, por uma recompensa ou presente, porquanto, ao chegar, fiz saber aos principais como os Nobres e Poderosos Senhores me haviam entregue alguns presentes para oferecer-lhes em sinal de boa

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 264.

aliança e amizade e pelos quais, conforme tenho podido verificar, eles estão esperando;²⁴⁷

Um aspecto interessante que o diário nos permite visualizar é que os índios, regularmente, exigem “presentes” de Beck em troca de favores ou, simplesmente, os exigem em nome da “amizade”. Beck irrita-se, particularmente, com Amaniju-pitanga que, após receber os melhores presentes, reclama que havia sido prometido a ele coisas melhores, inclusive ordenando que um de seus filhos se apresente com um rico gibão vermelho escarlate, com botões de prata, e dizendo que esperava presentes do mesmo nível. O principal Francisco Caraya também exige que lhe seja dado um vestido, um chapéu, uma camisa, meias, sapatos e uma espada como condição para que ele vá mostrar onde ficava o sítio da mina de prata de Itarema, no que é, prontamente, atendido.²⁴⁸ Mais tarde, devido à incapacidade de Francisco Caraya em apontar o caminho para a mina, o principal Amaniju-pitanga é recrutado para o mesmo serviço e, assim como Caraya, exige que lhe sejam dados presentes antes que ele faça o que é pedido.

Nessa ocasião, Amaniju-pitanga chega mesmo a apresentar por escrito uma lista dos itens que ele e alguns outros principais desejavam, em uma carta escrita em tupi, aparentemente por ele mesmo, e que fora traduzida para o holandês pelo predicante Kempins para que Beck pudesse lê-la. Os itens pedidos são, novamente, roupas e armas: “para cada principal um bom vestido com todo o ornato necessário da cabeça aos pés, um mosquete, uma espada e um tambor grande, bem como alguns machados e facões e um pouco de munição de guerra”.²⁴⁹ Beck responde dizendo que daria a Amaniju-pitanga um jogo de roupas pessoais suas, que incluíam um “gibão de *drap d’or* [um caríssimo tecido bordado com seda e fios de ouro], um vestido de pano fino forrado de veludo e botões de prata, um chapéu de pele de castor com duas penas brancas e um estandarte de tafetá verde acairelado de prata”²⁵⁰, se o mesmo lhe mostrasse a localização da mina. Não podemos deixar de notar que esse trecho nos permite inferir que Amaniju-pitanga devia ser alfabetizado e capaz de ler e escrever, provavelmente em português e na língua-geral, pois ele escreveu nessa última língua para que Kempins traduzisse seu pedido para o holandês.

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 236-237.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 241.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 251.

²⁵⁰ *Ibidem*, p. 251.

Havia um motivo para esses aparentes extravagantes pedidos de roupas, chapéus de pele de castor e casacos bordados com fio de ouro e botões de prata. Era comum que os Principais indígenas, especialmente aqueles cujos povos estavam em contato com a sociedade colonial há mais tempo, tentassem se paramentar com os acessórios que indicavam poder e prestígio na sociedade europeia, especialmente os de natureza militar, tais como bandeiras, estandartes e tambores. Havia mesmo certo número de chefes indígenas que andavam a cavalo para reforçar essa imagem. Dom Antônio Felipe Camarão, Pedro Poty e Antônio Paraupaba também se paramentavam dessa forma. A historiadora Regina Célia Gonçalves cita o caso de Zorobabé, chefe indígena Potiguar da Paraíba, que vendeu escravos capturados por ele e seus guerreiros numa expedição contra os quilombos do Rio Itapucuru, com o objetivo de “comprar uma bandeira de campo, tambor, cavalos e vestidos, com que entrasse triunfante na sua terra²⁵¹”.

No caso específico do Ceará, as trocas de mercadorias não se restringiam apenas a esses artigos de prestígio. Ferramentas metálicas e panos estavam no topo das prioridades indígenas. Durante os primeiros meses em que Beck esteve no Ceará, que são cobertos pelo diário, ele e seus homens precisavam de praticamente todas as pás, enxadas, facões e machados que eles dispunham para a construção do forte, de casas, armazéns e tudo o mais que era necessário para a ocupação da capitania, bem como para fazer reparos nos seus navios e para a expedição mineradora. Assim, praticamente não sobrava o que dar para os índios, embora isso não impedisse que os mesmos o interrogassem, sucessivas vezes, a respeito das ditas ferramentas, o que fica registrado em diversos momentos do diário. Os pedidos indígenas por ferramentas eram insistentes porque esses implementos, especialmente os facões e enxadas usadas nas roças e os anzóis usados na pesca, tornaram-se, rapidamente, quase que necessidades para os índios, após o contato com a sociedade colonial. Os próprios índios argumentavam, como citado num trecho do diário acima, que sem as ferramentas eles não podiam expandir suas lavouras.

Essa situação de semidependência da população indígena, no que diz respeito ao comércio com a sociedade colonial, é um ponto que talvez mereça mais

²⁵¹ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil, 1500-1627*. 7. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. P.288,290. Apud: GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares**: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630. Bauru: Edusc, 2007. p. 125.

estudos, não sendo possível simplificar essa questão, dizendo que a sociedade colonial, meramente, se aproveitava do poder do álcool em viciar os índios, ou que eles eram atraídos para a escravidão com bugigangas e espelhos baratos. A situação nos parece mais complexa do que isso e não podemos desconsiderar o fato de que, muitas vezes, eram os próprios índios que demandavam essas mercadorias, como parece ter sido o caso desses índios do Ceará, muito embora essa mesma proximidade com a sociedade colonial provasse, a longo prazo, ser desastrosa para eles como povo e como cultura.

Outra curiosidade presente no diário diz respeito à presença de negros no Ceará, no período. Além dos dez escravos trazidos por Beck, nos deparamos com certo número de negros sendo mantidos escravos pelos próprios índios, o que é, à primeira vista, inusitado. Beck procura averiguar a procedência desses negros, e pelo menos no caso de dois deles, descobre uma história bastante interessante. Esses dois indivíduos, chamados de João Malemba e Luís da Mota, eram escravos no Rio Grande, respectivamente de um neerlandês e um francês. Aparentemente, o feitor português responsável pelas propriedades desses indivíduos no Rio Grande os havia levado à força a bordo de um barco com o qual pretendia fugir, juntamente com certo número de outros portugueses, do Rio Grande para o Maranhão. Na viagem entre o Rio Grande e o Maranhão, eles atracaram na costa do Ceará, quando, então, os índios nadaram até o barco, cortaram as cordas das âncoras e, quando o mesmo veio encalhar na praia, atacaram e mataram todos os portugueses a bordo, homens e mulheres, e saquearam o navio. Parte do saque eram justamente os dois negros que os índios tomaram como escravos para eles mesmos, fazendo-os trabalhar no cultivo das roças.²⁵² Os negros em questão parecem aterrorizados de viver entre os índios e pedem que Beck os liberte. É interessante que os índios parecem estar dispostos a vendê-los a Beck em troca de panos, ferramentas e aguardente. Visto que esses negros falavam tupi e viviam entre os índios, Beck pede que eles os espionem para ele, em troca de providenciar sua liberdade no futuro.

Esse pedido de Beck, aliás, nos leva àquele que seja, talvez, o aspecto mais interessante do diário, para nossa análise. Durante todo o período coberto pelo diário, Beck mantém uma vigilância atenta sobre os índios. Um exemplo

²⁵² BECK, Matias. *Diário de Matias Beck*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967. p. 242.

dessa vigilância envolve outro escravo negro, dessa vez um escravo pessoal de Beck:

Veio ter comigo o meu negro chamado Domingos, que nasceu aqui no Siará, e avisou-me que passando pelo sítio onde os índios estavam acampados, viu-os reunidos numa grande roda discorrendo sobre a nossa vinda, e que, entre outras coisas, haviam combinado que nos deixariam por em terra todos os nossos bens até ver como os trataríamos e que se não os tratássemos a contento da sua expectativa, aguardariam ocasião para matar-nos todos e apoderarem-se dos nossos bens para entre si dividi-los; sendo este negro um escravo muito fiel e mui versado na língua indígena, ordenei-lhe que não falasse aos índios na sua língua afim de não despertá-lhes suspeitas, porquanto, se todavia de alguns deles era conhecido, poderia de vez em quando, como na ocasião referida, obter boas informações que nos serviriam para pormo-nos de sobreaviso; se bem que seja nosso pensamento ser-lhes fiéis evitar qualquer ocasião de lhes causar a menor ofensa, cumpre-nos, com o misericordioso auxílio de Deus, acautelar-nos de tal modo contra eles que, quando alguma coisa de mal contra nós intentarem, estejamos em condição de frustrar-lhes os planos; neste intuito o comandante Maes tem empregado extraordinária diligência em levantar o nosso forte.²⁵³

Essa não é a única ocasião em que Beck registra suspeitas em relação aos índios, ou precauções tomadas contra possíveis ataques indígenas. O trabalho de construção do Forte Schoonemborch foi realizado em ritmo acelerado, justamente para fornecer um local adequado para a proteção dos soldados da WIC. Enquanto o forte não se encontrava pronto, Beck, em mais de uma ocasião, dá ordens para que seus oficiais se mantenham atentos e preparados para qualquer ataque indígena. Como já foi relatado, ele pede para que seu próprio escravo negro chamado Domingos, bem como dois outros escravos mantidos pelos próprios índios, vigiem os mesmos, aproveitando-se da habilidade desses escravos de compreender a língua geral.

Em vista de tudo isto que foi discutido, será que podemos considerar que a segunda ocupação neerlandesa do Ceará era similar à primeira, no que diz respeito aos seus contatos com os índios? Parece-nos claro que os dois períodos são marcadamente diferentes, especialmente quando comparamos a época em que Gedeon Morris de Jonge era o *Commandeur* do Ceará com o período em que Matias Beck esteve na liderança.

Gedeon Morris de Jonge era, com certeza, um homem com mais experiência no trato com os índios do que Matias Beck. Ele falava a língua geral,

²⁵³ *Ibidem*, p. 235.

havia morado muitos anos no Brasil e tinha experiência tanto em liderar os índios em combate, como fez no Maranhão, quanto em motivá-los ao trabalho nas salinas e em outros empreendimentos. Suas opiniões contraditórias a respeito da escravidão indígena não impedem que reconheçamos, em suas cartas, algo como uma simpatia para com a população indígena e mesmo certa indignação com o modo como a Companhia tratava os índios, especialmente no Maranhão. Matias Beck, por outro lado, não tinha experiência no trato com os índios. Ele era um dos mais antigos colonos neerlandeses no Brasil e uma figura expressiva entre os burgueses de Recife, tendo sido eleito para a Câmara dos Escabinos, bem como apontado como comandante da companhia de milícia dos burgueses de Recife (uma milícia cívica, ao exemplo das companhias de ordenança de Portugal). Ele era um rico dono de escravos e plantações, tanto de açúcar, (embora não fosse dono de engenho) quanto de mandioca. O censo de 1649 aponta que ele tinha 40.000 covas de mandioca plantadas em Itamaracá. Também não temos conhecimento de que ele tenha trabalhado para a WIC antes de sua vinda ao Ceará, sendo, até aquele momento, um colono particular.²⁵⁴ Beck sequer falava a língua geral, sendo forçado a se comunicar com os índios através de intérpretes, especialmente o predicante Kempins.

Por outro lado, não podemos reduzir a política indigenista da WIC no Ceará apenas à personalidade desses dois homens. As diretivas para essa política vinham diretamente do Conselho Supremo em Recife e o mesmo acontecia com o influxo de homens e materiais necessários para implementar essa política. A atitude do Conselho Supremo em relação aos índios do Ceará apresenta uma marcada diferença entre o período em que Gedeon Morris de Jonge era *Commandeur* e a expedição liderada por Matias Beck. O exemplo mais claro disso está na questão do trabalho indígena. Enquanto que sob Hendrick van Ham e Gedeon Morris de Jonge praticamente todo o trabalho executado na capitania era delegado para a população indígena, Matias Beck traz consigo um considerável número de escravos africanos. Este número foi aumentando com a chegada de reforços do Recife. Beck, também, conta com um número de trabalhadores brancos, tais como ferreiros, carpinteiros e

²⁵⁴ As informações sobre Beck podem ser encontradas em: CÂMARA, José Aurélio. *Introdução, notas e comentários ao Diário de Matias Beck*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967. p. 212-213

mineiros. Utilizou-se, ainda, do trabalho dos seus soldados, tanto na construção do forte, como na plantação de mandioca.

O contraste é marcante, especialmente quando destacamos o trecho da carta em que o tenente van Ham afirma que era impossível para seus soldados plantarem a sua própria mandioca porque “nenhuma inteligência têm desse mister”²⁵⁵ e que, portanto, os índios tinham que fazer esse serviço. Embora o diário indique que os índios participavam dessa cultura de mandioca, auxiliavam na criação do gado e na exploração das minas, fica claro que o nível de trabalho indígena utilizado era muito menor e, aparentemente, bem mais voluntário do que havia sido sob o comando de Gedeon Morris. O simples fato de que o grosso do trabalho de escavação nas minas era realizado por escravos negros representa uma mudança radical em relação ao trabalho exclusivamente indígena empregado nas salinas. A questão do trabalho indígena também não foi a única que mudou na política da WIC. Durante toda a expedição de Beck, os índios do Ceará não foram arregimentados para lutar em qualquer lugar. Até onde sabemos, eles tampouco foram pressionados a migrar para qualquer outro lugar, como haviam sido incitados a fazer por Andries Oloffs. A quantidade de mercadorias e presentes enviados pela WIC para os índios na expedição de Matias Beck também parece ter sido muito maior do que o que acontecera antes.

Enfim, a expedição de Beck demonstra que a WIC reavaliou, de maneira significativa, a sua posição frente aos indígenas do Ceará após o massacre de sua guarnição em 1644 e frente à revolta dos moradores luso-brasileiros de Pernambuco, em 1645. Embora a Companhia das Índias Ocidentais Holandesa fosse uma enorme empresa semiestatal, com milhares de homens armados sob seu comando, além de navios, fortes, artilharia e grandes recursos financeiros, a sua situação, no Ceará, era precária e o Conselho Supremo, ao que tudo indica, reconhecia que, nas condições periféricas do Ceará, em 1649, ela não tinha os recursos necessários para impor sua política sobre uma população indígena de alguns milhares de pessoas. Era preciso negociar.

Os índios, por outro lado, naquela situação específica, parecem ter tido consciência da força que tinham e estavam bastante dispostos a ter a WIC como

²⁵⁵ “Carta do tenente Hendrick van Ham ao Conselho Supremo do Recife, datada de 19 de abril de 1638” traduzida e publicada por: PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. p. 271.

vizinha, no forte, disponível para trocar mercadorias valiosas, como ferramentas e roupas de prestígio, por informações sobre as minas de prata ou o trabalho de manter plantações de mandioca e criação de gado. A posição indígena com relação ao recrutamento forçado para expedições militares ou para o trabalho pesado havia ficado muito clara em 1644.

Ironicamente, a própria falta de experiência de Beck, em relação aos índios, pode ter-lhe ajudado a manter um bom relacionamento com eles, bem como sair do Ceará com vida, ao contrário de Gedeon Morris de Jonge. A impressão que temos, ao ler as cartas de Gedeon Morris é a de que ele tinha muita confiança na sua habilidade de lidar com os índios; confiança essa que pode tê-lo impedido de reconhecer a possibilidade de que os índios pudessem se revoltar e, conseqüentemente, de tomar certas precauções que pudessem ter salvado, a si e seus homens, do destino que tiveram. Matias Beck, por outro lado, temia profundamente a possibilidade de os índios o atacarem. Obviamente, a própria morte de Gedeon Morris e seus homens colaboravam para isso. Mas, temos a impressão, ao ler seu diário, que Beck, simplesmente, não estava disposto a baixar a guarda em relação aos índios, isto é, a subestimar sua capacidade. É um reconhecimento tácito de que eles têm a capacidade de causar-lhe grandes danos, e isso o move a se comportar de maneira a não irritá-los. De certa forma, ele tenta e consegue manter boas relações com eles, mas Beck não tem quaisquer ilusões quanto à sua capacidade de coagi-los a fazer qualquer coisa.

4.3 “A Genebra do Brasil” – A queda do Brasil Holandês e o refúgio da Ibiapaba

Em 1655, o Padre Antônio Vieira voltava, pela segunda vez, ao Maranhão, onde pretendia continuar o trabalho missionário junto à população indígena, começado na década anterior. Ali, ele dedica-se a vários empreendimentos missionários, um dos mais famosos sendo o envio de uma missão jesuítica à Serra da Ibiapaba, com o objetivo de estabelecer, ali, um aldeamento, objetivo que é, eventualmente, alcançado, dando origem ao maior aldeamento jesuítico do Brasil. O envio dessa missão, entretanto, não se dá sem problemas, um dos quais é a presença de índios, antigamente aliados à WIC, que haviam se refugiado na serra de Ibiapaba. Em sua obra dedicada ao assunto, intitulada *A missão de Ibiapaba* ou, às vezes, *Relação da Missão da Serra da Ibiapaba*, o jesuíta explica o seu problema, com a sua tradicional eloquência oratória:

Entregou Deus Pernambuco aos Holandeses por aqueles pecados que passam os reinos de umas nações a outras, que são as injustiças. E como grande parte das injustiças do Brasil caíram desde seu princípio sobre os Índios naturais da terra, ordenou a justiça divina que dos mesmos Índios, junto com os Holandeses, se formasse o açoute daquela tão florente república. [...]

Vinte anos teve Deus sobre as costas dos Pernambucanos este rigoroso açoute, porque nos primeiros quatro da guerra estiveram todos os Índios pelos Portugueses, até que no ano de 654 se deu por satisfeita a divina justiça com a milagrosa restituição de todas aquelas fortíssima praças à obediência do felicíssimo rei D. João IV. Entraram os índios rebeldes nas capitulações da entrega com perdão geral de todas as culpas passadas; mas eles, como ignorantes de quão sagrada é a fé pública, temendo que os Portugueses, como tão escandalizados, aplicaram as armas vitoriosas à vingança, que tão merecida tinham, e obrigados de certo rumor falso, de que os brancos iam levando tudo à espada, lançaram-se cega e arrebatadamente aos bosques, com suas mulheres e filhos, onde muitos pereceram à mão dos Tapuias, e os demais se encaminharam às serras de Ibiapaba, como refúgio conhecido e valhacouto seguros dos malfeitores. Com a chegada destes novos hóspedes, ficou Ibiapaba verdadeiramente a Genebra de todos os sertões do Brasil, porque muitos dos índios pernambucanos foram nascidos e criados entre os Holandeses, sem outro exemplo nem conhecimento da verdadeira religião. Os outros militavam debaixo de suas bandeiras com a disciplina de seus regimentos, que pela maior parte são formados da gente mais perdida e corrupta de todas as nações da Europa. No Recife de Pernambuco, que era a corte e empório de toda aquela nova Holanda, havia judeus de Amsterdão, protestantes de Inglaterra, calvinistas de França, luteranos de Alemanha e Suécia, e todas as outras seitas do Norte: e desta Babel de erros particulares se compunha um ateísmo geral e declarado, em que não se conhecia outro Deus mais que o interesse, nem outra lei mais que o apetite; e o tinham aprendido nesta escola do Inferno, é o que os fugitivos de Pernambuco trouxeram e vieram ensinar à serra, onde, por muitos deles saberem ler e trazerem

consigo alguns livros, foram recebidos e venerados dos Tobajaras, como homens letrados e sábios, e criam deles, como de oráculo, quanto lhes queriam meter na cabeça.

Desta maneira, dentro em poucos dias foram uns e outros semelhantes na crença e nos costumes; e no tempo em que Ibiapaba deixava de ser república de Baco (que era poucas horas, por serem as borracheiras contínuas de noite e de dia), eram verdadeiramente aquelas aldeias uma composição infernal, ou mistura abominável de todas as seitas e de todos os vícios, formada de rebeldes, traidores, ladrões, homicidas, adúlteros, judeus, hereges, gentios, ateus, e tudo isto debaixo do nome de cristãos e das obrigações de católicos.²⁵⁶

Esse relato de Vieira, com sua linguagem inflamada e provocante, é uma das principais referências que a historiografia possui para avaliar o impacto que a atividade missionária protestante teve sob a população indígena, durante e após o período de permanência da WIC no Brasil. A questão mais debatida constitui-se em saber até que ponto a pregação dos predicantes reformados teria penetrado na cultura dos índios aliados da WIC. O texto de Vieira, nesse aspecto, levanta polêmica, comparando a presença desses índios na Ibiapaba com a criação de uma nova Genebra nos sertões do Brasil. Essa, entretanto, é uma questão que foge do âmbito de nosso trabalho. Citamos esse trecho do Padre Antônio Vieira porque ele também tem certa importância na historiografia regional cearense, por ser o documento mais conhecido que relata a vinda desse grupo de índios de Pernambuco para a Ibiapaba.

A vinda desses índios para a Ibiapaba configura-se quase como o epílogo da ocupação neerlandesa do nordeste do Brasil. Se a história da ocupação neerlandesa do Brasil fosse dramatizada na forma de uma peça de teatro, as cortinas provavelmente se fechariam após a assinatura das capitulações de Taborda, quando as vitoriosas tropas luso-brasileiras, magnanimamente designadas à época pela alcunha de “Exército da Liberdade Divina”, marcham triunfantes para dentro das fortificações do Recife. Que lugar tem a fuga desses índios, nessa história? No Ceará, entretanto, a debandada indígena alcança a isolada capitania antes mesmo que as notícias da capitulação da WIC. Os acontecimentos se precipitam com a chegada desses índios e, ao mesmo tempo, encerram uma fase da história das relações entre os índios e os europeus, no Ceará do século XVII. Estes fatos nos permitem olhar para trás na busca de algo como uma síntese a

²⁵⁶ VIEIRA, Padre Antônio. **A missão de Ibiapaba**. Coimbra: Edições Almedina, 2006. p. 30-32.

respeito da história dessa relação ao longo da primeira metade do século XVII, no momento mesmo em que chegava ao fim aquela determinada conjuntura.

O sucesso da revolta dos moradores luso-brasileiros, em 1645, fez com que a situação da WIC e de seus aliados indígenas se tornasse desesperadora. A situação era especialmente ruim para os aliados indígenas da WIC. Enquanto os soldados brancos da WIC podiam esperar a misericórdia das tropas luso-brasileiras quando eram capturados em combate, o mesmo não acontecia com os guerreiros indígenas que sofressem tal destino. O longo histórico de conflitos entre os luso-brasileiros e os Potiguara e “tapuia” da Paraíba e do Rio Grande influenciavam, enormemente, a percepção dos moradores luso-brasileiros. Todas as fontes portuguesas do período, de modo unânime, acusam os índios aliados da WIC de serem responsáveis por grandes atos de crueldade e barbarismo contra a população luso-brasileira durante o período de ocupação. Havia uma forte percepção de que, entre todas as opressões que a WIC impunha aos moradores luso-brasileiros, uma das piores eram os ataques “bárbaros” dos índios. Vejamos as fontes.

Em julho de 1645, um grupo de Janduí e Potiguara, sob o comando de Jacob Rabe, massacrou toda a população luso-brasileira, incluindo-se, aí, mulheres e crianças, em Cunhaú, no Rio Grande. No mês seguinte, por sua vez, houve uma batalha em Serinhaém, onde as forças luso-brasileiras cercaram e derrotaram um destacamento da WIC com cerca de 300 soldados brancos e 200 guerreiros indígenas. Os soldados da Companhia foram tomados como prisioneiros, mas, como vingança pelo massacre do Cunhaú, todos os guerreiros indígenas foram mortos e as crianças e mulheres indígenas que os acompanhavam foram escravizadas. As crueldades por ambas as partes continuaram. Antônio Paraupaba e Jacob Rabe cometeram um novo massacre em Uruaúassu, no Rio Grande, alegando vingança contra a morte dos índios em Serinhaém.²⁵⁷

Os índios também sofreram perdas desproporcionais de homens nos combates entre os moradores luso-brasileiros e as forças da WIC. Embora a

²⁵⁷ Os relatos sobre os massacres de Cunhaú e Uruaú e a batalha de Serinhaém podem ser encontradas em várias fontes do período, mas uma boa síntese do que acabamos de descrever, juntamente com referências para as fontes primárias, pode ser encontrado em: HULSMAN, Lodewijk. *Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656*. In: **Revista de História**, São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 1950 -. Semestral. ISSN 0034-8309, n. 154, p. 37-70, segundo semestre de 2006.

população indígena, na época, fosse significativamente menor do que o total da população branca, mestiça e negra das capitanias do Norte, eles contribuíam com uma porcentagem muito maior da sua própria população para a formação das tropas, o que tornava o número de baixas indígenas muito maiores do que o das tropas brancas, proporcionalmente. Também, como foi dito, eles, raramente, recebiam quartel quando capturados, sendo comumente massacrados.

A penúria também se fazia cada vez mais constante no Brasil Holandês e, novamente, as populações indígenas eram afetadas de modo desproporcional. As vitórias da insurgência luso-brasileira confinaram a WIC ao interior de Recife, em Pernambuco. Toda a área produtora de alimentos, açúcar e pau-brasil, na Várzea, distritos vizinhos e em Alagoas ficaram vedadas aos neerlandeses. Em Recife, mesmo as fontes de água pura ficaram sob a posse dos insurretos, forçando a população a beber água salobra. A situação na Paraíba e no Rio Grande, embora menos desesperadora, não era boa. Eventualmente, os moradores portugueses abandonaram essas capitanias e foram juntar-se às tropas de João Fernandes Vieira, em Pernambuco, levando suas fazendas, gados e escravos remanescentes com eles. O abandono dessas capitanias, por seus moradores, privou os neerlandeses de grande parte da produção desses lugares, situação que não melhorou com as constantes incursões predatórias, realizadas por tropas indígenas aliadas aos luso-brasileiros, sob o comando de Dom Antônio Felipe Camarão, excursões nas quais esses índios procuravam capturar todo o gado que encontravam e destruir as roças e outras formas de sustento dos neerlandeses e de seus aliados indígenas. A quantidade de alimentos que chegava a Recife por via marítima era simplesmente insuficiente para alimentar a população da cidade, inchada de refugiados e prisioneiros, e os soldados ao, mesmo tempo. Os preços dos alimentos sofriam intensa inflação e havia penúria generalizada. Uma das maneiras que o Conselho Supremo encontrou de aliviar a situação consistia em livrar-se das “bocas inúteis”, não combatentes, mandando-as para outros lugares. Assim, aquilo que restava da população indígena aliada da WIC, em grande parte apenas mulheres, idosos e crianças, foi mandada para a ilha de Itamaracá, onde passaram a sofrer de uma terrível falta de alimentos que causou enorme mortandade.²⁵⁸

²⁵⁸ A melhor fonte para esse período, do começo da revolta dos moradores luso-brasileiros, é a crônica de: SANTIAGO, Diogo Lopes de. **História da guerra de Pernambuco**. Recife: CEPE,

Essa situação persistiu até 1654, quando foi assinada a Capitulação de Taborda, pela qual o Conselho Supremo rendeu não apenas Recife, mas todas as praças ainda em posse da Companhia no Brasil, bem como todo o material bélico existente nesses lugares. Uma das estipulações do tratado de rendição seria a de que todos os soldados, funcionários da WIC e colonos neerlandeses que quisessem deixar o Brasil receberiam transporte para a Europa. Os índios aliados dos neerlandeses também foram contemplados no acordo, sendo garantido a eles o completo perdão pelos atos praticados durante a guerra. A grande maioria dos índios aliados à WIC, entretanto, não acreditou nessas promessas do exército libertador luso-brasileiro, e tendo em vista o histórico dos massacres de prisioneiros indígenas, durante a guerra de insurreição, bem como a sua própria cultura de guerras de vingança, é fácil entender porquê os índios eram descrentes das promessas dos oficiais portugueses.

Assim que foi assinada a rendição, os índios se viram na condição de tomar dois possíveis caminhos: Um consistia em fugir das vitoriosas tropas luso-brasileiras, primeiro para os matos, em segundo momento reagrupando-se na serra da Ibiapaba, como veremos. A outra opção, disponível especialmente para alguns chefes indígenas e seus parentes, era tomar um navio em direção à Europa ou às outras possessões da WIC na América, como, de fato, fizeram alguns índios. Assim, em 1654, começa aquilo que podemos comparar a um exílio de grande parte da população indígena Potiguara das capitânicas de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande em direção ao Ceará e à serra da Ibiapaba.

Pouco se sabe sobre o que aconteceu no Ceará entre a chegada de Matias Beck, em 1649, e a rendição da WIC, em 1654. Como mencionamos anteriormente, há uma ausência de fontes sobre esse período, pelo menos na documentação a que tivemos acesso. Alguma documentação administrativa do período é citada por José Antônio Gonsalves de Mello, como veremos, mas o acervo utilizado por esse pesquisador não se encontra traduzido para o português e muito menos publicado, o que impediu a consulta desse material. Ao que tudo indica, entretanto, as condições continuaram, mais ou menos, as mesmas daquelas que

2004. Outras fontes que falam sobre as dificuldades do Recife e dos índios aliados da WIC nesse período são: CALADO, Frei Manoel. **O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade**. Recife: CEPE, 2004. Ver também: NIEUHOF, Joan. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

Matias Beck relatou em seu diário. Os trabalhos na exploração das supostas minas de prata continuou e não há notícias de ataques luso-brasileiros ao Ceará, ou de qualquer outro conflito armado. Os soldados e trabalhadores neerlandeses no Ceará parecem ter desenvolvido uma rotina de convivência com a população indígena e a cultura das roças, a pesca e a criação de gado que sustentavam a guarnição continuaram.

A proximidade dos contatos entre a população indígena e os soldados neerlandeses chegou mesmo a preocupar as autoridades da WIC. José Antônio Gonsalves de Mello cita o caso de Gaspar Beem, ex-alferes a serviço da Companhia que havia se “amigado” com uma índia no Ceará e, por isso, foi deportado.²⁵⁹ Em 1651, uma carta do predicante Kempins chega a Recife, com mais notícias de envolvimento de soldados a serviço da WIC com mulheres indígenas. Nas Notas Diárias, o Conselho Supremo analisa o caso:

três dos da nossa nação que haviam chegado ao Ceará estavam desejosos de casa com mulheres brasileiras, desejo também partilhado por diversos outros em serviço da mina e na fortaleza, mas que o receio os havia contido. Sua Reverendíssima é de opinião que isto trará más conseqüências, não sendo a nação brasileira conveniente para se unir à nossa. Que eles holandeses manterão as mulheres como escravas, o que constituirá um abuso e poderá criar ódios entre as duas nações²⁶⁰

Este trecho, além de indicar uma maior preocupação com as uniões entre brancos e índios por parte das autoridades neerlandesas do que das autoridades portuguesas, também deixa claro que se instaurou alguma forma de convivência relativamente próxima entre os soldados e trabalhadores da WIC no Ceará e a população indígena nativa que os cercava. Era basicamente essa a situação do Ceará, quando a Capitulação de Taborda foi assinada. O impacto da rendição da WIC logo se faria sentir na capitania. Matias Beck, em uma carta escrita na ilha de Barbados para os Estados Gerais, narra o que aconteceu:

[...] Na boa esperança e a boa confiança, que sempre tive, de ver, cedo ou tarde, que se tomaria mais a sério a importância dessa mina e as vantagens dessa boa ocasião, e que se obteria dela melhores resultados, bem longe estava eu de poder prever o deplorável fim e a perda de todo o Estado, de sorte que acabo de perder toda minha prosperidade e tudo o que eu

²⁵⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro: TopBooks Universidade Editora, 2001. p. 221.

²⁶⁰ *Dag. Notule* de 24 de março de 1651. Apud: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro: TopBooks Universidade Editora, 2001. p. 221.

possuía, porque desprezando outras boas ocasiões de fazer boas conquistas e bons proveitos, **converti tudo o que restava dos meus bens em Negros e em outras coisas necessárias, que empreguei nessa exploração**: e não é senão graças a isso que toda a guarnição e os homens que trabalhavam na mina puderam escapar muitas vezes da sorte horrível de morrer de fome, o que aliás é de notoriedade pública. **Vivi portanto desde o ano de 1649 até o ano de 1654 no meio de grandes dificuldades e privações, como para minha grande tristeza acabo de descobrir agora, numa vã esperança ter passado meu tempo no Siará, cercado de uma população selvagem, bárbara e perigosa, tanto Brasilianos como Tapuias**, e após haver, enfim, conseguido chegar ao ponto de ver a probabilidade de um bom e vantajoso resultado, eis que recebo a mais deplorável das notícias. **Os Brasilianos que haviam fugido e se retirado de Pernambuco, mais de quatro mil almas que vinham de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, por terra, refugiar-se no Siará**, disseram abertamente que todo o Brasil acabava de ser vergonhosamente perdido e entregue por assim dizer sem resistência aos Portugueses; não fizeram senão jurar e tropejar contra os Alemães [isto é, neerlandeses], que eles tinham tão fielmente servido e ajudado durante um grande número de anos, e que agora sem mirar a face do inimigo vinham de abandonar Itamaracá, com todas as fortalezas, Paraíba e Rio Grande, de sorte que no presente eles não podia esperar senão cair em definitivo nas mãos dos Portugueses para sofrer uma escravidão perpétua. **Estavam eles tão exasperados que enviaram mensageiros aos Brasilianos do Ceará com ordem de massacrar os Alemães no Siará e em toda parte onde pudessem encontrá-los, e não poupar a vida a nenhum deles. Uma vez senhores exclusivos do Siará, não permitiriam nem aos Portugueses nem aos Alemães ali jamais se alojarem, e fariam do Siará seu local de restabelecimento e concentração.**²⁶¹

O aspecto mais importante deste trecho, para o nosso trabalho, encontra-se no final. Do mesmo modo que a carta do Padre Antônio Vieira, citada mais acima, esse trecho afirma que os índios refugiados de Pernambuco, cerca de 4 mil pessoas, tinham planos de expulsar tanto os neerlandeses quanto os portugueses do Ceará e utilizar a região, especialmente a Serra da Ibiapaba, como um local de restabelecimento e concentração da população Potiguar, que, presumidamente, viveria de modo independente dali por diante. É importante notar que a carta de Beck foi escrita logo após esses acontecimentos, isto é, em outubro de 1654, quando Beck chegou à ilha de Barbados. Não há qualquer possibilidade de que o Padre Antônio Vieira tivesse conhecimento dessa carta, quando escreveu sua *Relação da Ibiapaba*. Portanto, não se pode dizer que ele adotara a versão de Beck da narrativa em seu próprio texto. O fato de que tanto uma fonte portuguesa, quanto uma neerlandesa, ambas escritas de modo independente e relativamente próximas

²⁶¹ Carta que, de Barbados, escrevia Mathias Beck em 8 de outubro de 1654. Apud: CÂMARA, José Aurélio. *Aspectos do domínio holandês no Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo LXX, p. 5-36, 1956. p. 28-29. Os grifos são nossos.

a época dos fatos narrados, nos faz acreditar que ambos escreveram seus textos fundamentados em informações obtidas dos próprios índios.

Acreditamos, portanto, que com a queda do Brasil Holandês um grupo expressivo de índios, em sua maioria Potiguara, que havia habitado as capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, e que tinham sido aliado da WIC e, até certo ponto, convertido ao protestantismo reformado holandês, veio para o Ceará com o propósito expreso de estabelecer-se na região da Ibiapaba e expulsar a população europeia desta região, desejando, portanto, viver afastados da sociedade colonial.

Esse projeto dos índios das capitanias do Norte é um reflexo das condições brutais de guerra que haviam imperado na região nos 24 anos anteriores. Essa guerra havia sido desastrosa para a população indígena da região. Os Potiguara, em particular, foram duramente afetados. A união da tribo rachou-se quando uma parte dela manteve-se aliada aos portugueses e outra parte aliou-se aos invasores batavos. Parentes próximos se viram em lados diferentes do campo de batalha. Ironicamente, na segunda Batalha dos Guararapes, os dois maiores líderes dos Potiguara, cada um aliado a um dos lados do conflito, perderam a vida. Pedro Poty, do lado da WIC, foi capturado e morreu em cativeiro dentro de pouco tempo, aparentemente após ter sido torturado. Dom Antônio Felipe Camarão sofreu ferimentos graves na batalha e, após alguns meses de convalescença, também faleceu.

John Hemming chamou de trágica a participação indígena nessa guerra, travada, afinal de contas, por potências europeias, pelo domínio das regiões produtoras de açúcar (anteriormente tomadas desses mesmos índios), mas na qual os índios foram arrastados, em grandes números, e com consequências terríveis para eles.²⁶² Para os Potiguara que haviam se aliado a WIC, a guerra foi a sua última grande revolta contra os odiados inimigos portugueses, com quem vinham combatendo desde a década de 1570. A derrota da WIC era também a derrota deles. A vitória das forças luso-brasileiras forçou essa população a abandonar as terras pelas quais eles vinham lutando há cerca de oitenta anos. São essas as condições, portanto, que orientaram esses índios em seu novo projeto. Forçados, pelo medo da escravidão e da morte nas mãos da Coroa portuguesa, a abandonar

²⁶² HEMMING, John. **Red Gold: The conquest of the Brazilian Indians**. Londres: Pan Macmillan, 2004. p. 291.

seu lar ancestral, eles procuravam recriar sua vida em um lugar novo, onde seus parentes já viviam. O projeto de viver independentes no Ceará, contudo, também se provaria uma utopia para esses índios. Acreditamos, entretanto, que, em 1654, isso não estivesse claro para muitos deles.

Alguns dos líderes indígenas tinham uma visão mais pessimista das possibilidades dessa independência indígena no Ceará. Sabemos disso através das representações que Antônio Paraupaba fez aos Estados Gerais nas Províncias Unidas, em 1654 e 1656. A vida de Antônio Paraupaba é um caso exemplar de como as lideranças indígenas do século XVII enxergavam o mundo de uma maneira mais ampla do que se costuma imaginar. O nível de interação que eles mantinham com a sociedade colonial e o modo como eles agiram, política e militarmente, para defender aquilo que acreditavam serem os interesses de seus povos era, também, muito notável.

Paraupaba era filho do velho Gaspar Paraupaba, um índio nascido no Ceará e que, em 1603, chegara a lutar contra Pero Coelho na Serra da Ibiapaba, onde foi alvejado por uma bala que ficaria o resto da vida alojada em sua perna. Pai e filho encontravam-se na Paraíba, em 1625, quando a armada de Boudewijn Hendricksz ali chegou e eles estavam entre o pequeno grupo de índios que foi levado para as Províncias Unidas naquela ocasião. Antônio Paraupaba era um dos índios mais novos naquele grupo e, juntamente com Pedro Poty, um dos que mais se adaptaram a seu novo ambiente, aprendendo a ler e a escrever e recebendo instrução religiosa protestante na ocasião. De volta ao Brasil, assumiu diversos cargos de liderança indígena na Companhia. Foi tradutor de línguas indígenas para os comandantes militares da WIC, capitão de aldeia e depois Capitão e Regedor dos índios do Rio Grande. Ele viajou do Brasil para a Europa por três vezes e, finalmente, morreu no exílio, nas Províncias Unidas, em 1656, deixando para trás a sua mulher e três filhos que haviam ido com ele para a Europa e que lá ficaram.²⁶³

Em fevereiro de 1654, apenas um mês após a assinatura das Capitulações de Taborda, Antônio Paraupaba embarcou com a mulher e três filhos num navio neerlandês, rumo às Províncias Unidas. Seu pai, o velho Gaspar Paraupaba, rejeitou, dramaticamente, a possibilidade dessa fuga, afirmando que

²⁶³ Uma biografia de Paraupaba pode ser encontrada em: HULSMAN, Lodewijk. *Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656*. In: **Revista de História**, São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 1950 - . Semestral. ISSN 0034-8309, n. 154, p. 37-70, segundo semestre de 2006.

preferia morrer em suas próprias terras e junto ao seu povo do que viajar novamente para a Holanda.²⁶⁴ Chegando às Províncias Unidas, Antônio Paraupaba tratou, imediatamente, de escrever sua representação para os Estados Gerais, que ele apresentou ainda naquele ano:

[...] Altos e Nobres Senhores, etc. Antônio Paraupaba, ex-Regedor dos Brasileiros no Rio Grande faz ver com todo o respeito a V.^{as} Ex.^{as} que toda a nação Brasileira (ainda não há muito tempo habitando aquela região do Brasil e obediente ao governo deste Estado até a última conquista feita pelos perjuros Portugueses), têm vivido e perseverado até agora como súditos bons e firmes na sua fidelidade para com este Estado e a Religião Reformada de Cristo, a única verdadeira. Sendo por isso o suplicante enviado a V.^{as} Ex.^{as} por esta nação que se refugiou com mulheres e crianças em Cambressive no sertão além do Ceará, afim de escapar aos ferozes massacres dos Portugueses, para asseverar a V.^{as} Ex.^{as} em nome destas infelizes almas, não somente a constância de sua fidelidade, como também que procuraram a sua subsistência pelo tempo de dois anos, nos sertões, no meio de animais ferozes, e mesmo ainda mais procurarão, conservando-se à disposição deste Estado e fiéis à Religião Reformada que aprenderam e praticam, contanto que possam esperar auxílio e socorro de V.^{as} Ex.^{as}. **Faltando esse auxílio, este povo terá necessariamente de cair afinal nas garras dos cruéis e sanguinários Portugueses, que desde a primeira ocupação do Brasil têm destruído tantas centenas de milhares de pessoas da sua nação.** Especialmente depois que se procurou a proteção das armas deste Estado e adotou o verdadeiro culto divino, e que agora, se for abandonado, terá de pagar penitência sendo completamente extirpado. Este povo não pode acreditar que V.^{as} Ex.^{as} o recompensem dessa forma por seus fiéis serviços, e tantas e tão longas misérias, fome e massacres; nem que permitam que estes que foram uma vez trazidos ao conhecimento da verdadeira religião se retirem dela e que seja cortado o caminho que lhes apontaram para o Reino de Jesus Cristo; nem que deixem que eles recaiam na selvageria entre as feras nos sertões bravios.²⁶⁵

O trecho grifado deixa bem clara a opinião de Paraupaba a respeito das perspectivas de seu povo frente aos portugueses no Brasil. Antônio Paraupaba havia dedicado cerca de trinta anos de sua vida, desde 1625 até 1654, a desenvolver e manter uma aliança entre os Potiguara e as Províncias Unidas. Grande parte do prestígio e da proeminência que ele desfrutava junto ao seu próprio

²⁶⁴ A informação sobre a fuga de Antônio Paraupaba para a Europa e a reação de seu pai Gaspar podem ser encontradas em: MEUWESE, Marcus P. **“For the peace and well-being of the country”**: intercultural mediators and Dutch-Indian relations in New Neatherland and Dutch Brazil, 1600-1664. Tese de Doutorado defendida na University of Notre Dame, Notre Dame, Indiana, Setembro de 2003. Disponível em: <<http://etd.nd.edu/ETD-db/theses/available/etd-09272003-005338/unrestricted/MeuweseMP092003.pdf>>. Acessado em: 19 de setembro de 2010. p. 205.

²⁶⁵ “Primeira exposição de Paräupába, em 1654”. In: HULSMAN, Lodewijk. *Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656*. In: **Revista de História**, São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 1950 - . Semestral. ISSN 0034-8309, n. 154, p. 37-70, segundo semestre de 2006. p. 52-53. Os grifos são nossos.

povo derivava do seu papel como emissário indígena junto à administração da WIC. Ele tinha, portanto, todos os motivos para pleitear, de todos os modos possíveis, a volta da administração neerlandesa ao Brasil, se não na forma da WIC, que afinal de contas encontrava-se à beira da falência, pelo menos na forma de uma intervenção de cunho estatal patrocinada pelos Estados Gerais. Seu passado, suas concepções de vida e seus desejos certamente influenciavam seu pensamento, talvez tornando-o predisposto a exagerar a ameaça aos Potiguara como forma de pressionar os delegados dos Estados Gerais a atender seu pedido. Ele mostrou-se muito capaz de utilizar um discurso calcado em termos religiosos, e especificamente da Igreja Reformada, como forma de pressionar os puritanos burgueses que dominavam a administração das Províncias Unidas.

Em sua segunda representação, mais longa e mais bem preparada, ele utiliza-se de uma impressionante retórica calcada em argumentos religiosos e morais para pressionar os Estados Gerais, no sentido de enviar uma nova expedição militar ao Brasil. Embora Antônio Paraupaba, como dissemos, tivesse diversos motivos para apresentar a situação dos Potiguara no Brasil em uma ótica pessimista, como forma de pressionar as autoridades neerlandesas, é preciso reconhecer que seus argumentos eram, em essência, corretos. Sem o auxílio militar de outra potência europeia, mais cedo ou mais tarde os índios refugiados na Ibiapaba seriam enquadrados na ordem colonial portuguesa. Isso, eventualmente, aconteceu, se bem que mais por meio da construção de aldeamentos do que dos massacres e escravidão aberta preconizadas por Paraupaba. A ideia de que esses índios seriam capazes de viver, de modo independente, na Ibiapaba, era utópica, em virtude da dinâmica do processo colonizador do século XVII, embora ela tenha sido, aparentemente, considerada como possível por amplos setores da população indígena anteriormente aliada à WIC.

Até o presente momento, estivemos concentrados principalmente nos índios que fugiram em direção a Ibiapaba, vindos de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Qual foi o impacto que a rendição da WIC teve na população indígena que já estava no Ceará? Os Potiguara e Tabajara do Ceará partilhavam desse projeto de expulsar tanto os portugueses quanto os neerlandeses do Ceará? Novamente, somos levados a consultar a carta de Matias Beck, escrita em Barbados, para responder essas questões:

[...] Nosso armazém no Siará não estando nem senão sobriamente provido, e nossos meios de subsistência consistindo principalmente na colheita imediata e nos produtos plantados recentemente, nossos soldados, por causa da miséria do nosso armazém, gozavam de muita liberdade para sair, a caçar e a pescar; outros encontravam-se fora para guardar e plantar as roças: um grande número desses infelizes tombou vítima dos Brasilianos que, com o recebimento da ordem supramencionada [a ordem a que ele se refere é o comunicado enviado pelos índios que fugiam de Pernambuco, pedindo que os índios matassem os neerlandeses onde quer que os encontrassem, por terem traído os índios e rendido-se aos portugueses] , massacraram a sangue frio todos os que puderam agarrar fora. Quanto a mim mesmo, encontrando-me fora de vez em quando, assim como o major Gartsman, para pormos ordem em nossas lavouras, não escapamos de suas mãos assassinas senão por milagre, tal como outras pessoas livres que moravam fora de nossa fortaleza. Apoderando-se, os brasilianos, nas várzeas, de todas as nossas roças, produtos da terra, Negros, e de todos os nossos bens imóveis e móveis, mantinham-nos de tal modo bloqueados em nossa fortaleza, que teríamos caído inevitavelmente em suas mãos assassinas, por causa da fome, se não aproovesse ao senhor Deus salvar-nos misericordiosamente, porque eu fizera conduzir uma boa parte de meus cavalos, vacas, porcos e outro gado para lugar seguro, bem perto da fortaleza e sob proteção de nossos canhões, e em seguida eu os fiz matar todos para nos servir de alimento, o que nos conservou a vida até o momento em que pela providência e graça de Deus um barco novo da companhia, que eu mesmo fizera construir no Ceará e que anteriormente ao acontecimento supracitado fora enviado por mim ao Recife com avisos ao alto governo dali, retornava para nossa grande alegria, carregada de víveres, de modo que o perigo de que estávamos ameaçados não teve conseqüências. Com este barco chegou, também, um português com trezentos e catorze de seus soldados tendo servido de comboio ao dito barco e então recebemos também as cartas do alto governo com as capitulações concernentes ao acordo e as condições que acabavam de ser concluídas com o mestre de campo geral português, ordenando-nos conformar-nos com isso, como Vossas Altas Potências poderão ver na cópia aqui anexada da carta do supracitado alto governo. Os Brasilianos vendo-se frustrados nos seus projetos contra nós, imaginaram então um outro ardil, a saber: os de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande procuraram fazer-se nossos amigos, assumindo ares de inocentes em relação ao que precede, e atribuindo a culpa disto à maldade e à ignorância de alguns Brasilianos indígenas do Siará. Esperavam que nós, dando crença às suas afirmações, deixaríamos aos nossos soldados e a outros a liberdade de outrora para sair da fortaleza e, deste modo eles teriam meios para massacrar os nossos, como acabavam de fazer já a um grande número, e para melhor poder em seguida, surpreender-nos na fortaleza, antes que a tropa dos portugueses ali chegasse. Não acharam entretanto ocasião para realizar este plano e nesse intervalo chegou para libertar-nos uma caravela portuguesa, composta de um Capitão-mor, seis capitães e no máximo uns cento e cinqüenta soldados, tanto Brancos e Brasilianos como Mulatos, Mamelucos e Negros, [...]

[...] Em todo caso, creio que os ditos Brasilianos não tardarão muito a formar de novo ao nosso lado, tão logo seja enviada ali alguma força de importância, na qual se possam fiar; e há muitos que não crêem que Vossas Altas Potências deixarão um tão grande e importante país, ou antes um reino com o Brasil, em poder de um grupo de crápulas Portugueses, e se bem que a Companhia não tenha mais as forças convenientes, não se duvida que Vossas Altas Potências se decidirão, por várias razões, a retomar a empresa com a melhor probabilidade de sucesso, afim de que não somente os Portugueses, mas também estes pobres Brasilianos que estão presentemente em seu poder, possam convencer-se de que as intrigas pérfidas desses Portugueses, que eles crêem coroadas agora do

resultado desejado, recaíram como uma punição das mais severas sobre as suas próprias cabeças.²⁶⁶

Esse trecho da carta de Beck esclarece que não foram somente os índios vindos de Pernambuco e das outras capitanias que resolveram voltar-se contra os neerlandeses, após a Capitulação de Taborda. Os índios nativos do Ceará tomaram parte ativa nesse movimento, atacando os homens de Matias Beck e colocando o forte sob cerco. A descrição do ataque indígena, aliás, nos dá uma ideia de como deve ter sido o ataque que dizimou a guarnição comandada por Gedeon Morris de Jonge, dez anos antes. Lembramos, aqui, que o ataque deve ter sido realizado quando os soldados encontravam-se dispersados em suas atividades diárias, caçando, pescando, tomando conta dos rebanhos e das roças, quando Gedeon Morris e seus homens foram atacados. Matias Beck, entretanto, parece ter sido mais precavido. O forte não encontrava-se totalmente desguarnecido nem a porta mantida aberta, o que impediu os índios de tomá-lo de assalto e forneceu um local para onde os soldados, que sobreviveram às primeiras emboscadas, pudessem se reagrupar, como fizeram o próprio Matias Beck e também o comandante militar mais graduado, Joris Gartsman.

A sorte ou “a proteção divina”, de acordo com as palavras do próprio Beck, também o ajudou. Mas acreditamos que seus preparativos foram mais cuidadosos. Os mantimentos armazenados e o abate do gado nos currais junto ao forte foram o suficiente para manter a guarnição alimentada até a chegada da força de ocupação luso-brasileira que vinha rendê-los e assumir a posse da capitania do Ceará para a Coroa portuguesa.

Analisando essa carta sob o olhar privilegiado do observador contemporâneo, podemos ver que o projeto indígena de um Ceará livre de europeus, uma terra onde os índios pudessem se reagrupar, se reorganizar e viver em liberdade, fracassou naquele momento em que Matias Beck e uma parte grande de seus homens sobreviveram à emboscada inicial dos índios. A chegada do contingente militar luso-brasileiro apenas serviu para tornar esse fracasso ainda mais claro.

²⁶⁶ Carta que, de Barbados, escrevia Mathias Beck em 8 de outubro de 1654. Apud: CÂMARA, José Aurélio. *Aspectos do domínio holandês no Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo LXX, p. 5-36, 1956. p. 29-30. Os grifos são nossos.

Ao falhar em matar a guarnição neerlandesa, como haviam feito dez anos antes, os índios também deixaram encravada, entre eles, uma fortaleza que serviria, posteriormente, de base de apoio para a presença europeia na região. A ocupação do forte de Schoonemborch pelos luso-brasileiros significava que a Coroa portuguesa já tinha, de antemão, uma base para onde lançar a futura expansão colonial no Ceará. O projeto da utopia indígena imaginada no Ceará foi abortado ainda na infância. Tendo falhado na tentativa de destruir o forte, matar toda a guarnição da WIC e impedir o desembarque das tropas luso-brasileiras, os índios do Ceará e seus parentes fugidos das outras capitanias passaram, em grande parte, a ficar aldeados antes do fim da década de 1650. Embora não tenham sido massacrados pelas tropas portuguesas, como haviam imaginado, esses índios, ainda assim, foram enquadrados na ordem colonial, perdendo muito de sua antiga liberdade.

Em virtude da permanência do assentamento europeu no Forte de Schoonemborch, que logo seria rebatizado com o nome de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, os índios partiram para seu exílio autoimposto na região da serra da Ibiapaba. Esse também foi o destino dos índios vindos das outras capitanias, alguns dos quais foram recebidos pela população Tabajara local como homens de grande prestígio, devido à sua alfabetização e instrução obtidas durante os anos de presença da WIC no Brasil. De acordo com o padre Antônio Vieira, esses índios passaram a pregar na Ibiapaba uma curiosa teologia mista, mistura de protestantismo reformado holandês com ideias tradicionais indígenas. A deferência tradicional da cultura tupi pelos grandes pajés, místicos e *caraíbas* parece ter se aplicado a alguns desses índios refugiados, homens talvez como João Gonçalves que veio para o Ceará juntamente com Matias Beck e era um índio mestre-escola, alfabetizado e habilitado para o ensino religioso leigo e que, provavelmente, era secretário do predicante Kempins.

Mas não foram apenas os índios vindos das outras capitanias que se refugiaram na serra da Ibiapaba. Como dissemos anteriormente, a população Potiguara local se envolveu de modo ativo na rebelião dos antigos índios aliados da WIC contra a Companhia e, segundo a carta de Matias Beck analisada acima, foram eles que atacaram a guarnição do Forte Schoonemborch. Provavelmente temerosos das possíveis represálias contra eles, ou simplesmente desejosos de escapar da proximidade com os portugueses agora reinstaurados no forte, uma parte

significativa dos índios que habitavam os arredores do forte também partiu para o exílio na Ibiapaba. Citando uma carta do novo Capitão-mor do Ceará, Domingos de Sá Barbosa, Carlos Studart Filho afirma que “o Chefe Algodão retirou-se com os seus para Camocim, de onde só veio a regressar dois anos depois”.²⁶⁷

²⁶⁷ STUDART FILHO, Carlos. *Os aborígenes do Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo LXXVII, p. 153-217, 1963. p. 175.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito do processo de contato entre índios e europeus no Ceará Holandês, em vista do que foi exposto neste trabalho, a principal conclusão que podemos chegar é a de que as relações entre os neerlandeses e a população indígena do Ceará foram ditadas, prioritariamente, por um conjunto de fatores específicos ao local e ao período estudado, e que a conjuntura histórica, marcada por esses fatores, estendeu-se por toda a primeira metade do século XVII. Muito embora os acontecimentos no Ceará estivessem intimamente ligados ao que acontecia no restante do Brasil Holandês, um conjunto bastante específico de fatores separa a conjuntura do Ceará na primeira metade do século XVII da do restante do chamado Brasil Holandês.

Ainda que o foco deste trabalho seja no período de ocupação neerlandesa do Ceará, essa conjuntura pode ser datada desde a expedição de Pero Coelho, em 1603, quando a primeira tentativa de conquista em larga escala do Ceará foi repelida. Enxergamos, portanto, uma continuidade histórica entre o período de ocupação portuguesa do Ceará na primeira metade do século XVII e a ocupação neerlandesa que se seguiu. Havia, certamente, diferenças entre o período de hegemonia da Coroa lusa e o da WIC, mas, no geral, podemos afirmar que as relações entre os indígenas do Ceará e os europeus, fossem eles neerlandeses ou portugueses, foram marcadas pelos mesmos fatores determinantes ao longo da primeira metade do século XVII.

Como foi analisado no primeiro capítulo, a conjuntura histórica do Ceará, na primeira metade do século XVII, era uma extensão do processo de expansão da fronteira colonizadora para o norte da capitania de Pernambuco, um processo que se iniciara nas décadas de 1570 e 1580. O impulso colonizador ao longo da costa leste-oeste do Brasil, o fracasso da expedição de Pero Coelho em conquistar, de maneira mais completa, o Ceará, em 1603 e a falta de perspectivas econômicas para uma colonização efetiva da capitania levaram o Ceará a tornar-se pouco mais do que um posto fronteiro e periférico da colonização europeia do Brasil. Essas condições não mudaram de modo significativo com a ocupação do Ceará pela WIC, em 1637.

O fim da guerra no Brasil, em 1654, entretanto, põe fim a essa conjuntura que havia durado quase cinquenta anos. Dali para frente, o Ceará entraria, definitivamente, na esfera colonial e, em poucos anos, a população indígena se encontraria crescentemente confinada a aldeamentos, à escravidão ou mesmo brutalmente exterminada nas guerras pela conquista do sertão. Os acontecimentos dos últimos dias da ocupação neerlandesa do Brasil, portanto, nos permitem voltar às origens desse processo, em busca da compreensão de como se construiu e se manteve essa conjuntura do Ceará na primeira metade do século XVII.

A raiz da conjuntura histórica de que falamos era a incapacidade da sociedade colonial de mobilizar uma quantidade suficiente de homens, materiais e organização para coagir a população indígena do Ceará à obediência, fosse através da catequização, da intimidação, ou mesmo da escravidão. Isso se devia ao fato de que o Ceará, nesse período histórico, não apresentava elementos econômicos que justificassem esses gastos, pelo menos não após o fracasso da expedição de Pero Coelho, em 1603, a única expedição realizada com força suficiente, no século XVII, para tentar impor esta obediência.

Por outro lado, as condições do Ceará eram tais que justificavam, do ponto de vista do colonizador, a manutenção de uma presença limitada na região, em grande parte por motivos estratégicos ligados ao processo de expansão da colonização portuguesa pela costa leste-oeste do Brasil.

Quanto à população indígena local, muito embora ela tenha sido bem-sucedida em repelir a primeira expedição colonizadora em 1603, ela não ficou totalmente à margem do processo de expansão da sociedade colonial. Como demonstramos neste trabalho, a população indígena que habitava o litoral e a serra da Ibiapaba, ou seja: Potiguara, Tabajara e algumas tribos "Tapuia"; tinha ligações estreitas com seus parentes no Maranhão, no Rio Grande, na Paraíba, em Itamaracá e Pernambuco, regiões em que a sociedade colonial já havia se consolidado com mais força. Assim, apesar da população indígena do Ceará não ter sido totalmente isolada do projeto colonizador europeu, visto que alguns índios viam certas vantagens em manter contatos com a sociedade colonial, fosse pelo acesso aos bens materiais, fosse por razões de proteção, a confluência desses fatores gerou uma situação em que os índios e os colonizadores encontraram um certo equilíbrio, marcado pela presença de pequenos contingentes de soldados europeus no Ceará, cercados por aldeias indígenas livres, e uma participação pequena, mas

significativa, da população indígena nas atividades da sociedade colonial. Primeiramente, sob o comando de Martim Soares Moreno, mais tarde sob os *Commandeurs* neerlandeses: Hendrick van Ham, Gedeon Morris de Jonge e Matias Beck.

Esse instável equilíbrio de forças entre a população indígena local e os colonizadores europeus é, em nossa opinião, o fator predominante na história do Ceará na primeira metade do século XVII.

Ao longo dos anos de guerra, a importância do Ceará e, principalmente, de sua população indígena para o funcionamento da sociedade colonial das capitanias do Norte do Brasil foi crescendo constantemente. Isso gerou uma tensão, cada vez maior, no equilíbrio de que falávamos anteriormente, culminando com as revoltas indígenas em 1644 e, novamente, em 1654. O fim da guerra e a crescente motivação estratégica da Coroa portuguesa em controlar o Ceará faziam com que, ainda na década de 1650, fossem organizados o aldeamento da serra da Ibiapaba e os aldeamentos menores ao redor da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

As décadas seguintes, por sua vez, foram marcadas pelo começo da concessão de sesmarias e pela vinda dos primeiros colonos à capitania. Essas décadas marcam, portanto, o começo do enquadramento da população indígena do litoral, Potiguar e Tabajara principalmente, dentro do projeto colonizador português. A partir da década de 1680, a abertura do potencial econômico do sertão cearense com a expansão do gado iria deparar-se com as tribos do interior, mais numerosas e, até então, pouco afetadas pela sociedade colonial. Este fato teve consequências trágicas para esses povos, estando, no entanto, além do escopo deste trabalho.

A segunda metade do século XVII já não tem espaço para a Aldeia, substituída pelo aldeamento jesuítico. O papel do Forte também muda sensivelmente. As guerras do sertão não serão travadas pelas tropas regulares Del Rei, nem terão objetivos prioritariamente estratégicos. Elas são guerras de conquista e extermínio. A Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção perde muito de sua importância, ao longo do séculos XVII e XVIII, muito embora ela permaneça no nome e na iconografia da cidade que se formou em seu entorno. No brasão de armas da cidade, um castelo. Seu lema: *Fortitudine*.

6 RELAÇÃO DE FONTES:

Documentos publicados em coleções:

Documentos da Coleção Studart, publicados em: STUDART, Guilherme. *Documentos para a história do Brasil e especialmente do Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomos XXIV, XXXIV e XXXV, 1910, 1920 e 1921:

- “Regimento que há de seguir o Capitão-Mor Pero Coelho de Souza na jornada e empresa, que por serviço de Sua Majestade vai fazer”
- “Trechos de uma carta de Jacome Raymundo de Noronha a El-Rei”
- “Carta de Maurício, Conde de Nassau”

Documentos coletados e traduzidos por José Higino Pereira, publicados em: PEREIRA, José Higino Duarte. *Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandez no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895:

- *Dagelijkshe Notulen* (Notas Diárias) do Conselho Supremo do Recife.
- “Breve descrição apresentada aos Diretores da outorgada Companhia das Índias Ocidentais, delegados à Assembléia dos Dezenove, sobre os lugares situados no Brasil setentrional denominados Maranhão, Ceará, Cametá, Grão-Pará e outros rios compreendidos na bacia do famoso rio do Amazonas, onde os portugueses tem assento, com toda a disposição e circunstâncias respectivas, como deixei no último de Novembro de 1636.”
- “Instruções dada a 28 de Outubro de 1641 ao almirante Jan Corneliszoon, ao coronel Hans van Koin e ao conselheiro político Pieter Jansen Baz sobre a conquista dos Maranhão”
- “Carta de Lichthart, van Koin e Bas, dirigida ao Supremo Conselho do Forte de S. Luís do Maranhão em 3 de dezembro de 1641, dando notícia do êxito feliz da expedição”
- “Carta do Conselho Supremo ao Conselho dos XIX, datada de 13 de Janeiro de 1638”
- “Carta do Conselho Supremo para o Conselho dos XIX, datada de 25 de Agosto de 1637”
- “Carta do Conselho Supremo para o Conselho dos XIX, datada de 17 de Novembro de 1637”
- “Carta do tenente Hendrick van Ham ao Conselho Supremo do Recife, datada de 19 de Abril de 1638”
- “Carta de Gedeon Morris de Jonge para o Conselho Supremo do Recife, datada de 14 de Fevereiro de 1641”.
- “Carta de Gedeon Morris de Jonge para o Conselho Supremo do Recife, datada de 4 de Agosto de 1641”.
- “Carta de Gedeon Morris de Jonge para o Conselho Supremo do Recife, datada de 7 de Abril de 1642”.
- “Carta de Gedeon Morris de Jonge para o Conselho Supremo do Recife, datada de 18 de janeiro de 1643”.

- “Carta de Gedeon Morris de Jonge para o Conselho Supremo do Recife, datada de 29 de janeiro de 1643”.
- “Carta de Gedeon Morris de Jonge dirigida ao Supremo Conselho, sem data”

POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Coleção História e Cultura: Fortaleza, 1967.

- FIGUEIRA, Padre Luís. *Relação do Maranhão*.

- MORENO, Martim Soares. *Relação do Ceará*.

- BECK, Matias. *Diário de Matias Beck*.

MORENO, Diogo do Campos. *Jornada do Maranhão*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo XXI, 1907.

“Journal de Jan Bautista Syens, d’Amsterdam, (de son voyage) à Moucuru en 1600”. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo XXVI, p. 3-6, 1912.

“Regimento do governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Occidentaes”. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, Typographia Universal, Tomo V, p. 289-352, 1886.

“Carta Patente fazendo mercê da Capitania da fortaleza do Ceará por tempo de dez annos a Martim Soares Moreno em attenção aos seus serviços” In: STUART, Barão de. *Documentos para a história de Martim Soares Moreno*. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo XIX, 1905.

”Relatório sobre o Estado das Capitancias conquistas no Brasil, apresentado pelo Senhor Andriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira**. Recife: CEPE, 2004.

Cronistas:

ABBEVILLE, Claude de. **História da missão dos padres Capuchinhos na ilha de Maranhão e terras circunvizinhas**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

ANCHIETA, José de. **Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)**. São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1988.

BARO, Roulox. **Relação da viagem ao país dos Tapuias**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das grandezas do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa - USP, s.d. Publicação eletrônica.

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-general de cavalaria das Províncias Unidas sob o Príncipe de Orange**. Tradução e notas de Cláudio Brandão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

CALADO, Frei Manoel. **O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade**. Recife: CEPE, 2004.

CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e da gente do Brasil**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

D'EVREUX, Yves. **Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614**. São Paulo: Editora Siciliano, 2002.

DE LAET, João. "*Descrição das costas do Brasil*". In: FERRÃO, Cristina; SOARES, João Paulo Monteiro (orgs.). **Roteiro de um Brasil desconhecido**, SL, Kapa Editorial, 2007.

GÂNDAVO, Pero Magalhães. **Tratado da terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2002. Publicação eletrônica.

_____. **História da província de Santa Cruz**. São Paulo: Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa - USP, 1999. Publicação eletrônica.

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

MOREAU, Pierre, **História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

NIEUHOF, Joan. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

NÓBREGA, Manoel da. **Cartas Jesuíticas/Cartas do Brasil**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Curitiba: Juruá, 2008.

SANTIAGO, Diogo Lopes de. **História da guerra de Pernambuco**. Recife: CEPE, 2004.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil**. São Paulo: Edusp – Companhia Editora Nacional, 1971.

STADEN, Hans. **Dois viagens ao Brasil**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

THÉVET, André. **As singularidades da França Antártica**. São Paulo: EDUSP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

VIEIRA, Padre Antônio. **A missão de Ibiapaba**. Coimbra: Edições Almedina, 2006.

7 BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, sem data.

_____. **Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, sem data.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ALMEIDA, Maria Regina C. de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003

ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. **Seara indígena: deslocamentos e dimensões identitárias**. Dissertação de Mestrado em História/UFC, Fortaleza, 2002.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **A Terra dos Brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas**. São Paulo: Annablume, 2001.

BARROS, Paulo Sérgio. **Confrontos invisíveis: colonialismo e resistência indígena no Ceará**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

BOXER, Charles R. **Os Holandeses no Brasil (1624-1654)**. Recife: CEPE, 2004.
_____. **O Império marítimo português**. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Informação geográfica do Ceará Holandês*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo LV, p. 68-80, 1941.

_____. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1984

CÂMARA, José Aurélio. *Aspectos do domínio holandês no Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo LXX, p. 5-36, 1956.

CARVALHO, Alfredo de. *Um intérprete dos Tapuias*. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, vol. XIV, n. 78, 657-667.

CHAUNU, Pierre. **Conquista e exploração dos novos mundos (século XVI)**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1984.

COUTO, Jorge. **A Construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos**. Lisboa: Cosmos, 1998.

CUNHA, Manuela C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DANTAS, B. *et al.* **Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico**. In: CUNHA, Manuela C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DAHER, Andrea. **O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial, 1612-1615**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ELLIS, Myriam. **O Monopólio do sal no Estado do Brasil (1631-1801)**. São Paulo: Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1956.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.
_____. **A organização social dos Tupinambá**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda. GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GALINDO, Marcos. **O Governo das almas: a expansão colonial no país dos tapuia 1651-1798**. Tese de Doutorado junto a Universidade de Leiden. Leiden: 2004.

GIRÃO, Raimundo. **Matias Beck: fundador de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1961.
_____. *Introdução, notas e comentários sobre a Relação do Ceará*. In: POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará Colonial**. Fortaleza: Coleção História e Cultura, Instituto do Ceará, 1967.

GUEDES, Max Justo. *A Cartografia holandesa do Brasil: roteiros, mapas e cartas náuticas*. In: FERRÃO, Cristina; SOARES, João Paulo Monteiro (orgs.). **Roteiro de um Brasil desconhecido**, SL, Kapa Editorial, 2007.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630**. Bauru: Edusc, 2007.

_____. *Os Potiguara na Guerra dos Brancos, 1630-1654*. In: **XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH**, 2005. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/RCGoncalves.pdf>>. Acessado em: 15 dez. 2006.

HEMMING, John. **Red Gold: the conquest of the Brazilian Indians**. Londres: Pan Macmillan, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). **História geral da civilização brasileira**. Tomo I - A Época Colonial. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HULSMAN, Lodewijk. *Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656*. In: **Revista de História**, São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 1950 - . Semestral. ISSN 0034-8309, n. 154, p. 37-70, segundo semestre de 2006.

_____. *Antonio Paraupaba e a aliança Potiguar-Holandesa*. In: **XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH**, 2005. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/LHulsman.pdf>>. Acessado em: 15 dez. 2006.

IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE/Ministério da Educação, 2002. Acompanha mapa sob o título: Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes, adaptado do mapa de Curt Nimuendaju.

ISRAEL, Jonathan. **The Dutch Republic: Its rise, greatness, and fall - 1477-1806** (Oxford History of Early Modern Europe). New York: Oxford University Press, 1998.

KROMMEN, Rita. **Mathias Beck e a Cia. das Índias Ocidentais**. Fortaleza: Casa José de Alencar Programa Editorial, 1997.

MAIA, Lígio José de Oliveira. **Cultores da vinha sagrada: missão e tradução nas serras de Ibiapaba (Século XVII)**. Dissertação de Mestrado em História/UFC, Fortaleza, 2005.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do nordeste do Brasil**. Recife: Universitária/UFPE, 1999.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974, v. II.

MÉTRAUX, Alfred. **A religião dos Tupinambá e suas relações com as demais tribos tupi-guarani**. São Paulo: EDUSP/Brasiliense, 1979.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **O Descobrimento dos Outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial**. Tese de Doutorado em História/UFPE, Recife, 2000.

MEIRELES, Mário Martins. **Holandeses no Maranhão (1641-1644)**. São Luís: PPPG, Ed. Universidade Federal do Maranhão, 1991.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Nassau: governador do Brasil holandês**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2ª Edição revista e aumentada, 1998.

_____. **O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2ª Edição, 2003.

_____. *Os Holandeses no Brasil*. In: Herkenhoff, P. (org). **O Brasil e os Holandeses**. Rio de Janeiro: Sextante, 1999. p. 20-41.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro: TopBooks Universidade Editora, 2001.

_____. **D. Antonio Filipe Camarão: Capitão-mor dos índios da costa nordeste do Brasil**. Recife: Universidade do Recife, 1954.

_____. *Companhia das Índias Ocidentais*. In: Herkenhoff, P. (org). **O Brasil e os Holandeses**. Rio de Janeiro: Sextante, 1999. p. 42-63.

MEUWESE, Marcus P. **“For the peace and well-being of the country”**: intercultural mediators and Dutch-Indian relations in New Netherland and Dutch Brazil, 1600-1664. Tese de Doutorado defendida na University of Notre Dame, Notre Dame, Indiana, Setembro de 2003. Disponível em: < <http://etd.nd.edu/ETD-db/theses/available/etd-09272003-005338/unrestricted/MeuweseMP092003.pdf> >. Acessado em: 19 de setembro de 2010.

MONTEIRO, John M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

_____. **Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese de Livre-Docência: IFCH-Unicamp, 2001.

MOONEN, Frans; MAIA, Luciano Mariz (Org.). **Etnohistória dos índios Potiguara**. João Pessoa: Procuradoria da República da PB/SEC-PB, 1992.

NEME, Mário. **Fórmulas políticas no Brasil Holandês**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

OLIVEIRA, Almir Lear. **O Instituto do Ceará**. PUC-SP, Doutorado em História, 2001.

OLIVEIRA, André Frota de. **A fortificação holandesa do Camocim**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 1995.

PARKER, Geoffrey. **The Dutch Revolt**. London: Penguin Books, 1990.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **A guerra dos Bárbaros**. Recife: Editora Universitária, 2002.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*. In: CUNHA, Manuela C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

POMPA, Cristina. **Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru: EDUSC, 2003.

POMPEU SOBRINHO, Thomas. *Os Tapuias do Nordeste e a monografia de Elias Herckmans*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo XLVIII, p. 7-28, 1934.

_____. *Tapuias do Nordeste*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo LIII, p. 221-235, 1939.

_____. *O Mapa de Pero Coelho*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo LXII, p. 139-165, 1948.

_____. *Os Tremembés*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo LXV, p. 257-267, 1951.

_____. **Pré-história cearense**. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1955.

_____. **Protohistória Cearense**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1980.

POMPEU SOBRINHO, Thomas; CÂMARA, José Aurélio; GIRÃO, Raimundo. **Três documentos do Ceará colonial**. Fortaleza: Coleção História e Cultura, Instituto do Ceará, 1967.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Guerras do Brasil (1504-1654)**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

RIBEIRO, Berta. **O índio na História do Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, José Honório. **Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahard Ed., 2003.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. **Igreja e Estado no Brasil holandês (1630-1654)**. Recife: FUNDARPE; Diretoria de Assuntos Culturais, 1986.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil**. 6ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1969.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. 4ª Edição brasileira, 3 vols. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1977.

STUDART FILHO, Carlos. *Os Aborígenes do Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo LXXVI, p. 5-73, 1962 e Tomo LXXVII, p. 153-217, 1963.

_____. *Vias de comunicação do Ceará Colonial*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo LI, p. 15-47, 1937.

_____. *O Ceará sob o regime das capitanias hereditárias*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Tomo LII, p. 41-56, 1938.

STUDART, Guilherme. *Martim Soares Moreno: fundador do Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo XVII, p. 177-228, 1903.

_____. *Geographia do Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo XXXVII, p. 160-384, 1923.

THÉBERGE, Pedro. **Esboço histórico sobre a província do Ceará**. Edição fac-simile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: A questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TOURINHO, Eduardo. *O significado do nome Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Tomo LXXXIV, p. 262-264, 1970.

VAN DEN BOOGAART, Ernst. *"Infernal Allies – The Dutch West India Company and the Tarariu – 1631 – 1654"*. In: GALINDO, M. , ALMEIDA, L. S. (Eds.) **Índios do Nordeste: Temas e Problemas**. Maceió, EDUFAL, 2000.

VAN DEN BOOGAART, Ernst; BRIENEN, Rebecca Parker. *Informações do Ceará de George Marcgraf (junho-agosto de 1639)*. Vol. I. In: FERRÃO, Cristina; SOARES, João Paulo Monteiro (orgs.). **Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: Index/Petrobras, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Salvador: Editora Progresso, 1955.

WÄTJEN, Hermann. **O domínio colonial holandez no Brasil**: um capítulo da história colonial do século XVII. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 (Bibli. Pedagógica Brasileira. Serie 5ª. Brasileira; v. 125).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)